



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA INSTITUTO
FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA BAIANO

MINUTA DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP) DO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
BAIANO CAMPUS CATU

Catu

2021

Minuta elaborada pelo Grupo de Trabalho (GT) constituído pela Portaria nº 115/2020 - CAT-GAB/CAT-DG/RET/IFBAIANO, de 11 de novembro de 2020, retificada pela Portaria 16/2021 CAT-GAB/CAT-DG/RET/IFBAIANO, de 30 de março de 2021, em continuidade ao trabalho iniciado pelo GT constituído em 2016.

MEMBROS

Alerrandro dos Santos Alves ã Estudante do Ensino Médio Integrado

Alice Fontes Ferreira ã Técnico-Administrativo

Ana Paula Santos Ribeiro - Técnico-Administrativo - Bibliotecário

Carlos Ailton da Conceição Silva ã Professor EBTT - Presidente

Ed Fábio Silva Agapito - Técnico-Administrativo ã Engenheiro de Alimentos

Ferdinando Melo - Técnico-Administrativo - Pedagogo

Helyom Rogério Reis Viana da Silva Teles - Docente

Joanna Mendonça Carvalho - Professor EBTT

Luana Costa Santos ã Estudante da Pós-Graduação PROFEPT

Marcelino Pimentel de Souza - Técnico-Administrativo ã Assistente de Alunos

Maria Amélia Teixeira Blanco - Professor EBTT

Maria Arlinda de Assis Menezes ã Professor EBTT

Moisés Leal Moraes - Professor EBTT

Patrícia de Oliveira - Professor EBTT

LISTA DE FIGURAS

- Fig. 1 Mapa de localização do município de Catu-BA
- Fig. 2 Organograma da Direção Geral - DG
- Fig. 3 Organograma da Direção de Administração e Planejamento- DAP
- Fig. 4 Organograma Direção Acadêmica - DA
- Fig. 5 Organograma da Coordenação de Ensino - CE
- Fig. 6 Organograma da Coordenação de Assistência ao Educando- CAE
- Fig. 7 Metodologia de construção do Plano de Ação 2016
- Fig. 8 Proposta de Metodologia de construção do Plano de Ação para os anos vindouros

LISTA DE QUADROS

- Quadro 1 Perspectiva: Estudantes e Sociedade
- Quadro 2 Perspectiva: Processos Internos
- Quadro 3 Perspectiva: Pessoas e Conhecimento
- Quadro 4 Perspectiva: Orçamento e Logística
- Quadro 5 Distribuição dos docentes por titulação no IF Baiano *Campus* Catu em 2021
- Quadro 6 Distribuição dos Técnicos Administrativos por classe em 2021
- Quadro 7 Comparativo das distribuições de classes e funções no *Campus* e no Modelo de Dimensionamento da Nota Técnica nº 571/2016/CGDP/DDR/SETEC
- Quadro 8 Representação dos cursos ofertados, em 2021, no IF Baiano *Campus* Catu.
- Quadro 9 Questionário Projeto Político-Pedagógico i Pais, mães e ou responsáveis
- Quadro 10 Atividades e cursos importantes para a comunidade local, segundo a ordem de escolha.
- Quadro 11 Cursos no campo das práticas integrativas complementares que pais, mães e responsáveis demonstram interesse em fazer, segundo a ordem de escolha.

LISTA DE SIGLAS

ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ANFOPE	Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação
ANPAE	Associação Nacional de Política e Administração da Educação
ANPED	Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação
BNCC	Base Nacional Comum Curricular
CAAR	Comissão de Acompanhamento de Alunos Residentes
CAE	Coordenação de Assuntos Educacionais
CD	Cargo de Direção
CE	Coordenação de Ensino
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CF	Constituição Federal
CONAD	Conselho Administrativo do <i>Campus</i> Catu
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CSL	Coordenação de Suprimentos e Logística
CUEC	Coordenação de Unidade Educativa de Campo
DA	Direção Acadêmica
DAP	Direção de Administração e Planejamento
DG	Direção Geral
DINTER	Doutorado Interinstitucional
EJA	Educação de Jovens e Adultos
EPT	Educação Profissional e Tecnológica
FEMMIC	Feira dos Municípios e Mostra de Iniciação Científica
FG	Função Gratificada
GENI	Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
IF	Instituto Federal
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação
MEC	Ministério da Educação
MINTER	Mestrado Interinstitucional
MPOG	Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
NACE	Núcleo de Apoio à Comunicação e Eventos
NGTI	Núcleo de Gestão de Tecnologia da Informação
NAGP	Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas
NAPNE	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas
NAPSI	Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial
NAPRA	Núcleo de Apoio, Prevenção e Ressocialização de Adultos
NCEL	Núcleo de Convivência, Esporte e Lazer
NEABI	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas
NECT	Núcleo de Estudos de Comunidades Tradicionais
NEOF	Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira
NEITI	Núcleo de Educação e Inclusão da Terceira Idade
NEP	Núcleos de Educação para Apenados
NESC	Núcleo de Educação para a Sustentabilidade do Campo
NUAPE	Núcleo de Apoio ao Processo de Aprendizagem, Permanência e Êxito
NUTEPE	Núcleo Técnico Pedagógico
NUPPI	Núcleo de Planejamento e Parcerias Institucionais
NURI	Núcleo de Relações Institucionais
NUT	Núcleo de Automação e Tecnologias
OCDE	Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
PAISE	Programa de assistência e Inclusão Social do Estudante
PAPNE	Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas
PCCTAE	Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativo em Educação
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PE	Plano de Ensino
PEE	Plano Estadual de Educação
PEC	Proposta de Emenda à Constituição

PEDH	Programa de Educação em Direitos Humanos
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBID	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência
PIBIEX	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão
PIBIT	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação
PIJAEP	Programa de Inclusão do Jovem e Adulto na Educação Profissional
PINCEL	Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer
PISA	Programa Internacional de Avaliação de Estudantes
PGC-PAC	Planejamento e Gerenciamento de Contratações – Plano Anual de Contratações
PME	Plano Municipal de Educação
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PNE	Plano Nacional de Educação
PPA	Plano Plurianual
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPP	Projeto Político-Pedagógico
PROADA	Programa de Apoio à Diversidade e Ações Afirmativas
PROAP	Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico
PRONAP	Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e
PROPAC	Programa de Incentivo à Participação Político-Acadêmica
PROPEs	Pró-Reitoria de Pesquisa
PRÓ-SAÚDE	Programa de Assistência Integral à Saúde
RSC	Reconhecimento de Saberes e Competências
SAE	Setor de Acompanhamento ao Educando
SAN	Setor de Alimentação e Nutrição
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior
TAM	Termo de Acordo de Metas e Compromissos
TIC	Tecnologias da Informação e Comunicação

SUMÁRIO

1	APRESENTAÇÃO	15
1.1	IF BAIANO <i>CAMPUS</i> CATU e IDENTIDADES	15
2	HISTÓRIA DO <i>CAMPUS</i> CATU	16
2.1	O MUNICÍPIO	16
2.2	O <i>CAMPUS</i>	18
2.3	A MISSÃO	19
3	A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB) E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NO QUE CON CERNE À EDUCAÇÃO	19
4	PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO(PPP) COMO POLÍTICA PÚBLICA	25
4.1	O QUE É UMA POLÍTICA PÚBLICA?	26
4.2	O QUE É O PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO (PPP)?	27
4.3	OBJETIVOS	28
4.3.1	Objetivo Geral	29
4.3.2	Objetivos Específicos	29
5	O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPP - METODOLOGIA	30
5.1	DESAFIOS	31
5.2	PERCEPÇÃO DE CADA MEMBRO DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPP SOBRE O PROCESSO	32
5.3	VALORES	32
6	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	33
6.1	SETORES E NÚCLEOS DO IF BAIANO <i>CAMPUS</i> CATU	33
6.2	CONSELHO ADMINISTRATIVO DO <i>CAMPUS</i> CATU e CONAD	33
6.3	DIREÇÃO GERAL	34
6.3.1	Chefia de Gabinete	36
6.3.2	Secretaria de Gabinete	36
6.3.3	Setor de Engenharia	36
6.3.4	Núcleo de Planejamento e Parcerias Institucionais - NUPPI	37

6.3.5	Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas - NAGP	37
6.3.6	Núcleo de Apoio à Comunicação e Eventos - NACE/ASCOM	38
6.3.7	Núcleo de Gestão de Tecnologia da Informação - NGTI	39
6.4	DIREÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO - DAP	40
6.4.1	Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira - NEOF	41
6.4.2	Setor de Contabilidade	41
6.4.2.1	Núcleo de Licitação	42
6.4.2.2	Setor de Compras	42
6.4.3	COORDENAÇÃO DE SUPRIMENTOS E LOGÍSTICA - CSL	42
6.4.4.1	Setor de Almoxarifado	43
6.4.4.2	Setor de Patrimônio	43
6.4.5	Núcleo de Gestão de Contratos	43
6.5	DIREÇÃO ACADÊMICA	44
6.5.1	Coordenação de Pesquisa	46
6.5.2	Coordenação de Extensão	47
6.5.3	Coordenação de Educação à Distância	47
6.5.4	Secretaria de Registros Acadêmicos	49
6.5.5	Coordenação de Cursos de Graduação	49
6.5.5.1	Coordenação do Curso Superior Tecnológico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Coordenação do Curso Superior Tecnológico em Gastronomia. Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Química	50
6.5.6	Coordenação do Curso de Especialização em Educação Científica e Popularização das Ciências	52
6.5.7	Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica: Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica - PROFEPT	52
6.5.8	Coordenação Especial de Atividades Educacionais Noturnas	53
6.5.9	Coordenação de Unidade Educativa de Campo - CUEC	54
6.5.10	Agroindústria	55
6.5.11	Setor da Equipe Técnico-Pedagógica - NUAPE/NUTEPE	56
6.5.12	Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas - NEABI	57

6.5.13	Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade ï GENI	60
6.5.14	Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicasï NAPNE	61
6.5.15	Núcleo de Automação e Tecnologia ï NAT	62
6.6	Coordenação Geral de Ensino	63
6.6.1	Coordenações dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e dos Cursos Técnicos Subsequentes: Coordenação do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio; Coordenação do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio; Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio; Coordenação de Curso Técnico em Cozinha integrado do Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos ï PROEJA; Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio; Coordenação do Curso Técnico em Agrimensura Subsequente ao Ensino Médio; Coordenação Curso Técnico em Petróleo e Gás Subsequente ao Ensino Médio	65
6.6.2	Núcleo de Relações Institucionais - NURI	67
6.6.3	Biblioteca	68
6.7	COORDENAÇÃO DE ASSUNTOS ESTUDANTIS - CAE	70
6.7.1	Setor de Acompanhamento ao Educando - SAE	72
6.7.2	Setor de Alimentação e Nutrição -SAN	72
6.7.3	Setor de Saúde	74
6.7.4	Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial - NAPSI	74
6.7.5	Núcleo de Convivência, Esporte e Lazer - NCEL	75
6.7.6	Comissão de Acompanhamento de Alunos Residentes ï CAAR	75
7	GESTÃO INSTITUCIONAL	76
7.1	PRINCÍPIOS DA PRÁXIS PEDAGÓGICA	77
7.2	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO	77
7.3	PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO	78
8	COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO-CPA	82
9	RECURSOS HUMANOS	84
9.1	CORPO DOCENTE	84
9.2	CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	84

9.3	TERCEIRIZADOS	87
10	PRÁXIS PEDAGÓGICA	88
10.1	PRINCÍPIOS DA PRÁXIS PEDAGÓGICA	89
10.1.1	Compromisso com uma educação libertadora	89
10.1.2	Heterogeneidade como elemento indispensável à aprendizagem	91
10.1.3	Articulação dos saberes para a construção do conhecimento	93
10.1.4	Integração entre teoria e prática	94
10.1.5	Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão	95
10.2	ESPAÇOS REFERENCIAIS DE APRENDIZAGEM	96
10.3	DIRETRIZES DA PRÁXIS PEDAGÓGICA	98
10.3.1	Planejamento Pedagógico	99
10.3.2	Metodologia de Ensino	101
10.3.3	Avaliação da Aprendizagem	102
10.3.4	Projeto Integrador	104
10.4	ENSINO	104
11	POLÍTICAS INSTITUCIONAIS	106
11.1	POLÍTICAS DE ENSINO	107
11.1.1	Política de Permanência e Êxito	107
11.1.2	Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem - PRONAP	108
11.1.3	Programa de Tutoria Acadêmica	109
11.1.4	Programa de Monitoria de Ensino	109
11.2	POLÍTICAS DE ENSINO PARA OS CURSOS SUPERIORES	109
11.2.1	Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID	109
11.2.2	Políticas de Extensão	110
11.2.3	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão - PIBIEX	110
11.2.4	Programa Segundo Tempo	110
11.2.5	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC	111
11.2.6	Programa Ciência Itinerante	111

11.2.7	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC	111
11.2.8	Programa Institucional de Estímulo à Pesquisa	111
11.2.9	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação - PIBITI	112
11.2.10	Programa de Estímulo à Pós-Graduação	112
11.3	POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL	112
11.3.1	Programa de assistência e Inclusão Social do Estudante - PAISE	112
11.3.2	Programa de Apoio à Diversidade e Ações Afirmativas - PROADA	112
11.3.3	Programa de Assistência Integral à Saúde - PRÓ-SAÚDE	113
11.3.4	Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico - PROAP	113
11.3.5	Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer - PINCEL	114
11.3.6	Programa de Incentivo à Participação Político-Acadêmica - PROPAC	115
11.4	POLÍTICA DE DIVERSIDADE E INCLUSÃO	115
11.4.1	Programa de Educação em Direitos Humanos - PEDH	116
11.4.1.1	Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas - NEABI	117
11.4.1.2	Núcleo de Estudos de Comunidades Tradicionais - NECT	118
11.4.1.3	Programa de Cotas - PRÓ-COTAS	119
11.4.1.4	Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas - PAPNE	
11.4.1.5	Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade - GENI	120
11.4.1.6	Programa de Inclusão do Jovem e Adulto na Educação Profissional - PIJAEP	121
11.5	POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO	121
11.6	POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES	121
12	EDUCAÇÃO, TRABALHO E SOCIEDADE	122
13	CONCEPÇÃO DO TRABALHO DOCENTE	125
14	CURRÍCULO, CONTEXTO E AÇÃO	127
15	CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O	134

	MUNDO DO TRABALHO	
16	O CONHECIMENTO COMO BEM PÚBLICO	137
17	EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA COMO PRINCÍPIO EMANCIPATÓRIO	138
18	PESQUISA E RESULTADOS	144
18.1	PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DO IF BAIANO CAMPUS CATU	144
18.2	PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS DO IF BAIANO CAMPUS CATU	144
19	RESULTADOS DA CONSULTA À COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA	145
19.1	Análise das respostas do questionário do segmento discentes	145
19.2	ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO DO SEGMENTO DOCENTES	148
19.3	ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO DO SEGMENTO TÉCNICO -ADMINISTRATIVOS	168
19.4	ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO SEGMENTO MÃES, PAIS E/OU RESPONSÁVEIS	177
19.5	ANÁLISE DOS QUESTIONÁRIOS DO SEGMENTO EGRESSOS	185
19.6	INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO BÁSICA E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR	188
20	PAPEL SOCIAL DO CAMPUS CATU	189
21	CARTA DE INTENCIONALIDADES	190
22	PLANO DE AÇÃO	195
23	ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP	200
	REFERÊNCIAS	202
	APÊNDICES	212

1. APRESENTAÇÃO

O que é mais difícil? O que parece fácil: poder ver com os olhos o que tens diante deles. Goethe

Esta seção se propõe a apresentar as principais características do município onde o *Campus Catu* está inserido, bem como apresenta um breve resumo da trajetória do *campus*.

1.1 IF BAIANO *CAMPUS CATU* – IDENTIDADES

O que é o *Campus Catu*, microcosmo do Universo IF Baiano? O que o define?

O IF Baiano *Campus Catu*, ante sua história que remonta a fins do século XIX, enquanto ainda uma Fazenda Modelo de Criação, metamorfoseou-se em seu percurso como espaço de formação e hoje é Escola, é Faculdade, é Universidade e é Instituto, configurando-se num grande desafio conceitual.

Por suas tantas vertentes de atuação em resposta à sua trajetória e à legislação que o projeta para novos vãos em 2008, necessitando atender a etapas distintas de formação com excelência, sem negligenciar a pesquisa e a extensão, pois são partes intrínsecas da formação dos sujeitos, ao IF Baiano cabem desafios que só o mesmo possui. Aos estudantes da etapa definida como ensino básico, características antes destinadas aos graduandos em diante passaram a fazer parte de seus itinerários formativos, como a real inserção no mundo da pesquisa e da extensão, o que garante um diferencial considerável na formação de cidadãos críticos e atuantes.

No entanto, a definição do que é o IF Baiano *Campus Catu* e, principalmente do que ele pode vir a ser, precisava ser construída com uma maior participação da comunidade interna e externa, ensejando a elaboração de seu novo Projeto Político-Pedagógico (PPP), instrumento que possui como primeira definição, ser um marco regulatório e guia sobre quem somos, onde estamos e onde queremos e podemos chegar. Preconizado pela Constituição Federal e pela LDB de 1996, esse documento norteia os caminhos de uma instituição de ensino.

O IF Baiano *Campus Catu* é um espaço multidisciplinar, com ofertas de cursos nas áreas de Agropecuária, Química, Alimentos, Gastronomia, Agrimensura, Petróleo e Gás, Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Popularização das Ciências e Educação Profissional. Ademais, continua construindo novas propostas de cursos nas diferentes modalidades e níveis. Cabe destacar que possui como uma de suas metas a verticalização de cursos com

oferta de mais pós-graduação *Lato Sensu* e *Stricto sensu*, desafios que estão postos e que visam atender à população a partir de formação de excelência, pública e gratuita.

O IF Baiano *Campus* Catu como estrutura física ainda é um desafio. Necessita abrir-se à comunidade do entorno, ser assimilado como parte da mesma e, portanto, protegido, acolhido e também acolher, respondendo por sua função social. Nesse ínterim, a elaboração do PPP desponta como ponto de partida para o diálogo, para a interação com sua comunidade buscando refletir sobre seus processos e seus caminhos. A prática do diálogo e da participação são princípios que necessitam ser coração do IF Baiano *Campus* Catu e, portanto, de todas as suas práticas cotidianas.

A elaboração do PPP é fruto de um processo participativo, dialogado com sua comunidade e alinhado ao Projeto de Desenvolvimento Institucional (PDI) do IF Baiano.

2. HISTÓRIA DO CAMPUS CATU

Uma cidade antiga, cuja história remonta ao século XVIII, surge como Distrito, criado com a denominação de Santana do Catu em 1796 (IBGE, 2021).

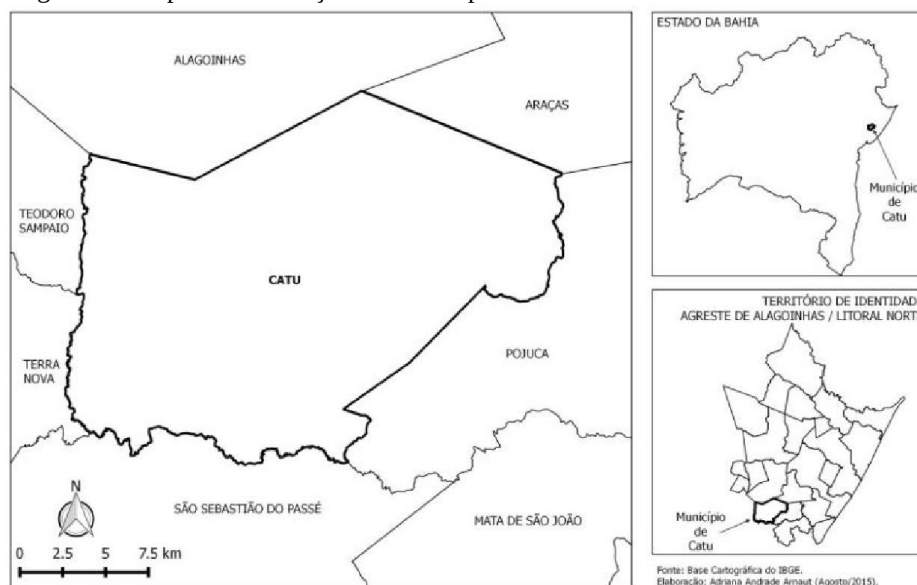
A área onde foi edificada a cidade de Catu integrava as terras das sesmarias do conde da Ponte, para onde afluiu grande número de colonos. Experimentou a povoação, em 1872, um surto de progresso com a chegada de mais colonos procedentes de outras localidades do Recôncavo, que para ali se transferiram com suas famílias, concorrendo com o seu trabalho para a evolução da comunidade.

A própria origem do IF Baiano *Campus* Catu remonta aos finais do século XIX, como uma Fazenda Modelo de Criação. Tornou-se Escola Agrotécnica e depois Instituto Federal. Como município sede do *Campus* Catu, faz-se necessário discorrer acerca dos dados atuais mais importantes sobre sociedade, economia e educação. O capítulo foi dividido em três seções.

2.1 O MUNICÍPIO

O município de Catu, localizado no Território Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas do Estado da Bahia (Figura 1), possui uma área de aproximadamente 232 hectares e população estimada de 54.970 habitantes (IBGE, 2020), fazendo limite com as cidades de Pojuca, Alagoinhas, Araçás, Teodoro Sampaio, Terra Nova e São Sebastião do Passé.

Figura 1 – Mapa de localização do Município de Catu – BA



Fonte: IF BAIANO, 2015. PPC de Agrimensura

Cabe destacar que o município de Catu está localizado a 78 km de Salvador, 110 km de Feira de Santana e 32 km de Alagoinhas. A economia do município é baseada nos setores de serviços e da indústria petrolífera (IBGE, 2014). O município de Catu destaca-se no cenário baiano devido à produção de petróleo e às muitas empresas ali localizadas. Esse cenário sofreu severas alterações motivadas pelas crises político-econômicas dos últimos anos engendradas no país. Com valores atualizados de 2018 (SEI/BA) acerca da configuração setorial do Produto Interno Bruto municipal (PIB), o setor de Agropecuária, respondeu, em milhões por 7,10; a indústria respondeu por 90,52. Já os serviços foram responsáveis por 445,99 milhões, mostrando-se como o grande sustentáculo da economia local.

Em 2019, o salário médio mensal era de 2.7 salários mínimos. A proporção de pessoas ocupadas em relação à população total era de 15.3%. Na comparação com os outros municípios do estado, ocupava as posições 13º de 417 e 39º de 417 municípios, respectivamente. Considerando domicílios com rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, tinha 47.9% da população nessas condições, o que o colocava na posição 306º de 417 municípios baianos.

No que tange à educação, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) para os anos iniciais é de 5,1 (IBGE, 2019) e para os anos finais é de 3,9 (IBGE, 2019), apontando para os gargalos vivenciados na educação no país e que se refletem nos números pouco animadores do ensino médio. Os números apontados dizem respeito à rede pública de educação. Em 2020, 6.812 estudantes foram matriculados no ensino fundamental e 1.649 no

ensino médio. O município conta com 51 unidades escolares de ensino fundamental e 8 de ensino médio, em conformidade com os dados do IBGE (2020).

A respeito do ensino superior, há Instituições no município que ofertam cursos à distância e também presencial, como é o caso do IF Baiano *Campus* Catu, que atua nos dois formatos.

2.2 O CAMPUS

A história do *campus* começa em fins do século XIX com a primeira oferta do Estado de ensino profissional, na área Agrária, através da Lei nº 75, que originou a Fazenda Modelo de Criação, implantada pelo Governo da Bahia em 1897. O objetivo da fazenda era promover a criação de gado, através do ensino de técnicas pecuárias, para a orientação de agricultores e filhos de agricultores do Recôncavo Norte. Em 1918, iniciou-se o processo de federalização da Fazenda Modelo, adotando-se uma política que consistiria em fornecer técnicas pastoris para a comunidade agrícola local. Nela, foram desenvolvidas atividades de criação até o início de 1964.

Em 05 de março de 1964, através do Decreto nº 53.666, a Fazenda Modelo passou a chamar-se Colégio Agrícola de Catu, tendo sido subordinado à Superintendência do Ensino Agrícola e Veterinário do Ministério da Agricultura. A designação Colégio Agrícola Álvaro Navarro Ramos foi estabelecida pelo Decreto nº 58.340, de 03 de maio de 1966, que tinha como finalidade ministrar o ensino de segundo grau, formando Técnicos em Agropecuária, fundamentado na filosofia do Sistema Escola-Fazenda: aprender a fazer e fazer para aprender.

Em 19 de maio de 1967, através do Decreto nº 60.731, o Colégio foi transferido para o Ministério da Educação e Cultura (MEC), passando a funcionar como Escola em 1969. Em 1971, formou-se a primeira turma de alunos: Técnicos em Agropecuária. Em 4 de setembro de 1979, por meio do Decreto nº 83.935, passou a ser denominada Escola Agrotécnica Federal de Catu Álvaro Navarro Ramos. Em 1993, por meio da Lei nº 8.731, esta escola foi transformada em autarquia, passando a gozar de quadros e orçamento próprios, além de autonomia disciplinar e acadêmica. De acordo com o Decreto nº 2548/1998, as escolas agrotécnicas federais tinham por finalidade ofertar ampla formação articulada com os setores produtivos, especialmente nas áreas de agricultura e agroindústria.

Em 29 de dezembro de 2008, a Lei nº 11.892 criou os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, sendo a Bahia contemplada com duas unidades, dentre estas, o IF

Baiano, onde a Escola Agrotécnica Federal de Catu passou a se constituir em *campus* da instituição, denominado IF Baiano *Campus* Catu (IF BAIANO, 2015). Em seu processo histórico na formação em agropecuária, o IF Baiano *Campus* Catu construiu um legado em termos de estrutura física e corpo docente com considerada tradição no Território de Identidade Litoral Norte e Agreste de Alagoinhas.

2.3 A MISSÃO

Oferecer educação profissional e tecnológica de qualidade, pública e gratuita, nas diferentes modalidades, preparando pessoas para o pleno exercício da cidadania e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico do país, através de ações de ensino, pesquisa e extensão.

3. A LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO (LDB) E A CONSTITUIÇÃO FEDERAL NO QUE CONCERNE À EDUCAÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação, LDB, nº 9394 de 20 de novembro de 1996, em seu artigo primeiro define e regula toda a educação. Cita que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Dois pontos merecem destaque nesse artigo, primeiro, a lei não hierarquiza os processos educativos, o que garante o respeito pelas manifestações culturais, pelos saberes múltiplos construídos ao longo da experiência humana nos mais distintos espaços, pelas orientações familiares, pela formação social e pelas ideologias que são necessárias, ademais, cumpre também o papel de destacar a importância dos espaços formais de educação, as instituições de ensino e pesquisa, demarcando que a sociedade não pode preterir delas.

O segundo ponto diz respeito, pela própria natureza do primeiro, que as pessoas são eternas educandas, nunca estarão completamente prontas, em cada espaço de (com) vivência há o que se aprender (e o que se ensinar).

Após decretar a necessidade do respeito pela abrangência que possui a educação, a lei então explica que disciplinará a educação que se dá nos espaços formais de ensino, seja da rede pública, seja da rede privada. E conclui seu primeiro artigo com o segundo e último

parágrafo estabelecendo a necessidade de vinculação da educação com o mundo do trabalho e das relações sociais. Esse parágrafo pode ser classificado como uma redundância necessária, pois uma educação não pode estar alienada da realidade, sob o risco de perder sua essencialidade.

O Art. 2º da LDB é a repetição do Art. 205 da Constituição Federal.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1996).

O Art. 205 inicia o capítulo III que trata da Educação, da Cultura e do Desporto, sendo a Educação iniciada com a Seção I.

Art. 205 A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, 1988).

O mesmo ocorre com o Art. 206 da CF e o Art. 3º da LDB. Eles definem os princípios da educação, quais sejam:

Art. 3º da LDB cita que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extra-escolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais;
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial. (Incluído pela Lei nº 12.796, de 2013);
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida. (Incluído pela Lei nº 13.632, de 2018). (BRASIL, 1996).

Nesses artigos, a LDB se diferencia por anunciar a coexistência do sistema público e privado, por destacar a valorização da experiência extra-escolar e por abordar a questão étnico-racial.

Em seu Artigo 207, a CF trata das universidades, garantindo sua autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, citando que as mesmas obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Considerando a existência desde 2008 dos Institutos Federais, criados pela Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008 e sua natureza, é perceptível a necessidade da inclusão nessa legislação maior, via P.E.C., ou seja, a equiparação das duas instituições, como afirma a lei que criou os Institutos Federais. Em seu Artigo 1º, a lei trata da instituição, no âmbito do Sistema Federal de Ensino, da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, vinculada ao Ministério da Educação e constituída pelas seguintes instituições:

- I - Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia - Institutos Federais;
 - II - Universidade Tecnológica Federal do Paraná - UTFPR;
 - III - Centros Federais de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca - CEFET-RJ e de Minas Gerais - CEFET-MG;
 - IV - Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais; (Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012);
 - V - Colégio Pedro II (incluído pela Lei nº 12.677, 2012).
- Parágrafo único. As instituições mencionadas nos incisos I, II, III e V do *caput* possuem natureza jurídica de autarquia, detentoras de autonomia administrativa, patrimonial, financeira, didático-pedagógica e disciplinar. (Redação dada pela Lei nº 12.677, de 2012). (BRASIL, 2008).

Já o Art. 2º cita que "Os Institutos Federais são instituições de educação superior, básica e profissional, pluricurriculares e multicampi, especializados na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino" [...]. (BRASIL, 2008).

§ 1º Para efeito da incidência das disposições que regem a regulação, avaliação e supervisão das instituições e dos cursos de educação superior, os Institutos Federais são equiparados às universidades federais. (BRASIL, 2008). Essa distinção dos quesitos de equiparação é necessária dada à natureza dos Institutos Federais que atendem também ao Ensino Médio e Subsequente, diferentemente das Universidades.

A LDB aborda em seu artigo 36-A a Educação Profissional Técnica de Nível Médio, atualmente ofertada na rede pública, pelas escolas estaduais e pelos Institutos Federais, na rede privada e pelo Sistema S¹.

A respeito da importância dos processos educativos e do planejamento dos mesmos, estes são referenciados nos Artigos 12, 13 e 14 da LDB.

Em seu Art. 12, a lei cita que:

“Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I - elaborar e executar sua proposta pedagógica”. (BRASIL, 1996).

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) passa então a ser uma exigência legal para todo o sistema de ensino, seja público, seja privado. Esta implementação da obrigatoriedade do PPP dialoga com a redemocratização do Estado brasileiro, com a laicização da educação, com a necessidade de participação ativa da comunidade interna e externa, com a autonomia dos espaços escolares e do fazer pedagógico, não mais imposto pelo Estado ditatorial, porém ameaçado pelas atuais reformas e cortes orçamentários.

A Lei garante a possibilidade de estabelecer uma relação dialógica com a comunidade, de conhecer a realidade local, construindo assim a própria identidade da instituição e externalizar isso através de um documento a ser colocado em prática, porque o PPP é um projeto em perspectiva. Ele aponta a missão, os caminhos, os desafios, estabelece os parceiros e os instrumentais e segue como projeto e processo. Ele precisa da reflexão contínua, da reavaliação do planejado, necessita de vida e movimento, não devendo se tornar uma mera resposta à exigência legal.

O PPP tem natureza política porque é processo de formação de cidadãos e cidadãs aptos a exercerem essa cidadania, ou como propõe a teoria Freireana, estudantes-sujeitos. A interface com a realidade, preconizada pela CF e pela própria LDB em seu artigo primeiro, mostra esse caráter político quando exigem interface com o mundo real. E o PPP é pedagógico porque todas essas características apresentadas serão colocadas em prática através da ação pedagógica, da prática no processo de ensino e aprendizagem, da pesquisa e da extensão, bem como na escolha dos conteúdos programáticos, na organização dos currículos que devem se prestar à libertação das mentes e não ao seu aprisionamento, eternizando as diferentes opressões experimentadas por sujeitos excluídos dos processos social, educativo, econômico, dentre outros.

¹O Sistema S é composto pelo SESC, SENAI, SEST/SENAT, SENAR, SESI, SEBRAE, SESCOOP, SENAC. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/glossario-legislativo/sistema-s>>. Acesso em 20ago, 2021.

Quando a CF e a LDB dizem que é necessário contribuir para a formação educacional de pessoas tornando-as aptas para atuarem na sociedade e em diálogo com o mundo do trabalho, não se dirigem apenas a um ou outro segmento social, mais ou menos privilegiado. Para assegurar um mundo mais justo, mais equânime, mais politicamente, ambientalmente e economicamente consciente essa formação deve alcançar a todos.

No entanto, como o que se almeja é o fortalecimento do Estado democrático, democráticas também devem ser as práticas dos espaços escolares e as escolhas sobre os direcionamentos do PPP que são individualizadas, mas que se concretizam na coletividade. Isso denota um desafio que é estimular a participação da comunidade para a elaboração do mesmo. Assim, é um documento subjetivo no que diz respeito à garantia da formação de pessoas conscientes e, portanto, mais aptas para viverem em sociedade. Ademais, a escola não garante sozinha as etapas do processo formativo de cada pessoa. Em seu artigo primeiro, quando a LDB fala da abrangência da educação, fica evidenciado que a formação de qualquer cidadão é múltipla, e múltiplos são os direcionamentos éticos, morais, que as famílias assumem a partir do papel e do lugar que ocupam em sociedade. Esse destaque é importante porque a educação não pode ser responsabilizada pelos comportamentos em desacordo com os princípios do respeito às diversidades, por exemplo.

A importância do PPP se apresenta em questões que fogem apenas da ação relacionada ao ensino, pesquisa e extensão, e chegam à administração da Instituição. Quando se planeja, se estabelece no horizonte as prioridades para se alcançar aquilo que foi definido como meta. Assim, o Art. 12 da LDB segue preconizando que cabe às instituições:

ñII - Administrar seu pessoal e seus recursos materiais e financeiros. (BRASIL, 1996).

Esse inciso aborda a autonomia administrativo-financeira das instituições, aponta também que as mesmas administram recursos, mas não geram esses recursos, determinando a dependência orçamentária junto ao ente público, os quais necessitam de critérios e de prioridades discutidas com a comunidade e que podem ser delineadas em seu PPP.

ñIII - Assegurar o cumprimento dos dias letivos e horas-aula estabelecidas. (BRASIL, 1996).

ñIV - Velar pelo cumprimento do plano de trabalho de cada docente. (BRASIL, 1996).

Ademais, se a legislação preconiza pelo cuidado com o cumprimento do plano de trabalho, está dito sobre a necessidade de se ter um plano de trabalho. Nenhuma experiência

sustenta a não elaboração de um planejamento sob o risco de perder-se no caminho. Esse plano também, como o próprio PPP, precisa ser revisto. É importante não perder de vista que cada nova geração que chega aos espaços formais de educação traz consigo desafios também, pois eles correspondem às mudanças reais que se processam na sociedade. Um plano de trabalho que atendeu a turmas distantes no tempo deve ser reavaliado, deve ser reelaborado sob perspectivas atualizadas para possibilitarem o diálogo com as novas gerações que vão chegando. Isso não tem a ver com desqualificar o conhecimento produzido ao longo da história, mas tem a ver com como as novas gerações conseguem assimilar e ressignificar esses conhecimentos. Tal situação, em grande medida, pode responder por algumas das dificuldades encontradas em sala de aula atualmente.

ñV - Prover meios para a recuperação dos alunos de menor rendimento. (BRASIL, 1996).

Esse inciso torna obrigação legal aquilo que é uma obrigação moral. Não é razoável deixar de considerar as diferentes competências que as pessoas possuem, as facilidades e as dificuldades com determinados componentes curriculares, ou mesmo o atraso em conhecer conceitos, procedimentos, estratégias porque vários fatores condicionaram a realidade de vida à realidade da escola. Ademais, ainda que seja por uma questão cognitiva, do estudante possuir dificuldades de diferentes naturezas ou super dotação que diferenciam seus tempos de aprendizagem, a LDB garante atendimento especializado para os mesmos. Isso só reforça a necessidade de pensar uma educação inclusiva, que tenha no processo o seu cerne, concebendo a avaliação processual e não como ação final, que desconsidera cada etapa construída pelo educando.

ñVI - Articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola. (BRASIL, 1996).

Esse inciso preconiza a escola como espaço democrático e participativo. Ele convida a esse movimento.

E os Art. 13 e 14 da LDB vão nesse sentido:

Art. 13. Os docentes incumbir-se-ão de:

- I - Participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- II - Elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;
- III - Zelar pela aprendizagem dos alunos;
- IV - Estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

V - Ministrar os dias letivos e horas-aula estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

VI - Colaborar com as atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade.

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - Participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - Participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

Outro ponto importante que é garantido pela legislação é o tratamento adequado, inclusivo e acessível a estudantes com necessidades especiais. Este PPP ratifica a necessidade de destacar e de efetivar as políticas públicas de educação especial na perspectiva da educação inclusiva, nos moldes da lei brasileira de inclusão, Lei nº 13.146/2015.

4. PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO ã PPP COMO POLÍTICA PÚBLICA

A educação é um direito universal, presente em todas as sociedade, sejam elas mais ou menos desenvolvidas, democráticas ou não, considerando como educação o que está preconizado no primeiro artigo da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), que cita que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem nos diferentes espaços da sociedade.

Educação no Brasil é uma política de Estado. E é uma política pública que foi regulamentada pela LDB. Uma política pública de cunho social, pois que busca garantir a universalização do acesso, a permanência e o pleno desenvolvimento de estudantes, por ser gratuita, por se preocupar, considerando a realidade socioeconômica do país, com a formação daqueles que não acessaram os bancos escolares em conformidade idade/série, por diferentes razões, através da Educação de Jovens e Adultos (EJA).

Ao ter se desviado da perspectiva neoliberal, o Brasil manteve a educação como processo universal, que abrange desde o nascimento até a formação no mais alto grau ã doutorado ã de forma gratuita. Compreende ainda os estágios de pós-doutoramento de forma também gratuita.

4.1 O QUE É UMA POLÍTICA PÚBLICA?

Para Smith e Larimer (2009), não há uma definição única e universal que possa definir política pública, assim como distintos são os atores e as arenas nas quais as mesmas são formuladas. Nesse sentido:

(...). Há uma visão comum de que as políticas públicas envolvem o processo de fazer escolhas e os resultados das escolhas; de que o que faz as políticas públicas realmente públicas é que essas escolhas se baseiam nos poderes coercitivos do Estado, e que, em sua essência, política pública é uma resposta a um problema percebido (Smith e Larimer, 2009).

Brasil e Capella (2016) citam que o que determina o que é ou não é uma política pública é a personalidade jurídica do ator protagonista. Em outras palavras, é política pública somente quando emanada de ator estatal (HECLO, 1972; DYE, 1975; HOWLETT e RAMESH, 2003).

Silva *et al* baseados em Mota (2014) citam que as políticas públicas podem ser entendidas como a maneira pela qual o Estado atua para amenizar os conflitos e desigualdades sociais. (SILVA *et al* apud MOTA, 2014).

E políticas de Estado o que são? Para Almeida (2016) Políticas de Estado são aquelas que envolvem as burocracias de mais de uma agência do Estado, (por exemplo, na educação além do Ministério da Educação e Cultura (MEC) estão envolvidos o Ministério de Orçamento e Gestão (MPOG)), que mobilizam o Parlamento e outros espaços de discussão. Ademais, são políticas que se sobrepõem ao decurso da legislatura de um ou outro presidente, pois se institucionalizaram, o que garante a permanência de programas atendidos dentro dessas políticas, evitando um desperdício de forças e recursos com a paralisação de projetos e de ações que foram produzidos em gestão anterior, fato que foi muito recorrente na política nacional.

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, no período da redemocratização do país, na década de 1980, foi um dos grandes agentes pela gestão democrática do ensino público e que acabou por corroborar a construção de um projeto educacional como política de Estado e que foi incluído na CF de 1988.

Com a promulgação da LDB ocorreu a regulamentação da gestão democrática da escola. Neste contexto foram postas as orientações para a organização do espaço físico, para o trabalho pedagógico, assim como houve o destaque para a necessária participação da comunidade escolar, de estudantes e de mães e pais, o que garante o fortalecimento

institucional e a inserção das comunidades interna e externa nesses processos institucionais. O Projeto Político-Pedagógico na forma como foi preconizado pela CF e proposto pela LDB surge como um instrumento capaz de possibilitar à gestão escolar adentrar nessas novas perspectivas políticas e educacionais.

O Plano Nacional de Educação (PNE), definido pela Lei nº 10.172/2001, estabelece as prioridades e estratégias para a Educação nacional para um período de dez anos. Ele configura-se como uma política de Estado, por se sobrepor ao tempo de uma gestão além de nortear a elaboração dos Planos Estaduais de Educação (PEE) e dos Planos Municipais de Educação (PME). Esse alinhamento busca garantir articulação e coerência na política educacional e na responsabilização entre as três esferas de poder.

4.2 O QUE É O PPP?

O PPP é um documento obrigatório para as instituições de ensino, públicas e privadas e cabe a esse documento sistematizar as propostas pedagógicas da Instituição. Na elaboração do PPP, questões como caracterização do espaço onde a Instituição está inserida, o raio de alcance de atuação, o perfil socioeconômico do público alvo, bem como aspectos da cultura local devem ser considerados. Portanto, a elaboração do PPP deve avaliar as condições materiais e humanas de que dispõe para cumprir as suas metas.

Libâneo (2004) define PPP como:

O documento que detalha objetivos, diretrizes e ações do processo educativo a ser desenvolvido na escola, expressando a síntese das exigências sociais e legais do sistema de ensino e os propósitos e expectativas da comunidade escolar (LIBÂNEO, 2004, p.56).

Para Vasconcellos (2006) PPP é

A sistematização, nunca definitiva, de um processo de Planejamento Participativo, que se aperfeiçoa e se concretiza na caminhada, que define claramente o tipo de ação educativa que se quer realizar. É um importante caminho para a construção da identidade da instituição. É um instrumento teórico-metodológico para a intervenção e mudança da realidade. É um elemento de organização e integração da atividade prática da instituição neste processo de transformação (VASCONCELLOS, 2006).

Além disso, o PPP é um documento de produção colegiada, não há hierarquização dentro do processo de elaboração, deve contar com a participação da comunidade escolar e com as representações de mães, pais e da comunidade local, como preconizado pela LDB/96.

Veiga, (2007) cita que

O eixo da reflexão estará em torno da capacidade do planejamento participativo e seu produto – o projeto político- pedagógico da escola – possibilitarem a vivência da prática reflexiva, democrática e democratizante e, com isso, atuarem no sentido da construção de identidades, da escola e dos sujeitos que ela congrega (VEIGA, 2007).

Gadotti & Romão (1997) já afirmam que não é possível construir um projeto sem uma direção política, um norte, um rumo. Afinal, aonde se quer chegar, por quais caminhos se quer seguir? Por isso, todo projeto pedagógico da escola é também político. Educar é um ato político. O projeto pedagógico da escola é, por isso mesmo, sempre um processo inconcluso, uma etapa em direção a uma finalidade que permanece como horizonte da escola.

É Projeto porque é uma realidade a ser colocada em prática no decurso do ano letivo, porque é composta de ideais, de metas a serem alcançadas, porque deve acompanhar a sociedade e as mudanças que nela se processam. Deve comportar a reflexão sobre os rumos e passar por reelaborações periódicas.

É Político porque o ato de educar é um ato político, porque se propõe a colaborar para a formação de cidadãos e cidadãs aptos a exercerem seu papel enquanto sujeitos históricos, porque se propõe como espaço democrático e que reflete e considera as diferentes realidades sociais, buscar a inclusão das classes historicamente excluídas.

E é Pedagógico porque deve expressar as atividades pedagógicas e didáticas a serem desenvolvidas nas instituições de ensino.

4.3 OBJETIVOS

Pautando-se no cumprimento da Constituição Federal, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, no Estatuto do IF Baiano, nos objetivos institucionais definidos na Lei de Criação dos Institutos Federais e nas vozes dos membros da sua comunidade acadêmica, esse Projeto Político-Pedagógico estabelece os seguintes objetivos:

4.3.1 Objetivo Geral

Orientar a oferta de educação, em todos os seus níveis e modalidades, de acordo com os interesses coletivos do seu público, na perspectiva de subsidiar administrativa e pedagogicamente a formação de cidadãos para a atuação nos diversos setores da sociedade.

4.3.2 Objetivos Específicos

I ï Fortalecer a identidade institucional do IF Baiano *Campus* Catu fundamentada nos princípios da participação coletiva, do sentimento de pertencimento, da responsabilidade compartilhada e da transparência;

II ï Estruturar as relações interpessoais, profissionais e institucionais com vistas à valorização da pessoa humana, pautada no respeito mútuo e na diversidade de ideias e de concepções de mundo;

III ï Estabelecer diálogo permanente com as transformações que ocorrem na sociedade, visando garantir melhorias nas relações de trabalho e nas condições de ensino, pesquisa e extensão;

IV ï Promover ações de valorização, respeito e autonomia ao papel docente no exercício da função primeira da escola, que é a formação de pessoas;

V ï Institucionalizar a formação continuada em serviço para acompanhar os avanços, transformações, atualizações de seus próprios sistemas, documentos, processos e temas gerais que possam contribuir para a eficiência e eficácia institucional;

VI ï Ampliar sua função social a partir do diálogo, da proposição de ações e da reflexão junto à comunidade para fomentar as mudanças necessárias no âmbito social, cultural, ambiental e econômico;

VII ï Difundir a concepção de trabalho e de trabalhador amparada na criticidade das relações conflituosas envolvidas no processo de reprodução material da vida, corroborando a autonomia dos sujeitos;

VIII ï Fundamentar currículos, nos diversos níveis e modalidades de ensino, na perspectiva da formação ampliada para atuação no mundo do trabalho, contemplando as dimensões pessoal, social, cultural, ambiental, política, étnica, de gênero e profissional;

IX ï Orientar a oferta de cursos para trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de

escolaridade, e considerando o legado de aprendizado deste público adquirido no seu histórico de vida;

X ÿ Nortear processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento pessoal, socioeconômico local e regional.

5 O PROCESSO DE ELABORAÇÃO DO PPP ÿ METODOLOGIA

A construção do Projeto Político-Pedagógico do IF Baiano *Campus Catu* teve início ainda em 2016, com a primeira comissão instituída por Portaria. Em 2020, tendo em vista a não conclusão do referido documento pela primeira comissão, foi designada, via Portaria nº 115/2020, nova comissão de elaboração do PPP.

As atividades tiveram início em novembro de 2020. Em dezembro houve alteração da referida comissão, com a substituição de membros por razões diversas. Neste ínterim, foi organizado um seminário para apresentar o que é, efetivamente, um PPP, sua essência enquanto política pública, bem como para apresentar experiência exitosa de elaboração de um projeto político-pedagógico em escola pública, no estado de São Paulo.

Em dezembro as atividades se aceleraram e o novo grupo estabeleceu cronograma fixo de encontros com o objetivo de concluir o PPP, com qualidade e com as informações necessárias para que o mesmo possa se constituir em bússola para a caminhada futura do IF Baiano *Campus Catu*.

Para tanto, a comissão entendeu que a consulta à comunidade, além de uma determinação legal, era a variável que daria sentido ao documento. Partindo do princípio da construção democrática e participativa, além das próprias reuniões se constituírem em espaços onde a escuta e a livre expressão das ideias, sentimentos, conhecimentos era a tônica, foram construídos questionários para a consulta à comunidade interna e externa.

No entanto, mesmo o PPP sendo um documento norteador da caminhada de uma instituição de ensino, como bem o define a LDB em seus artigos 12, 13 e 14, os desafios não foram poucos. Diante da complexidade que é a elaboração do referido documento, das várias e necessárias reuniões, todas registradas em atas, surgiu a compreensão de que o prazo dado pela Instituição para a conclusão não seria suficiente, já que era necessário contemplar a parte da pesquisa constituída da consulta à comunidade por meio de questionários, o que

necessariamente deve considerar para além da coleta de dados, a análise dos mesmos, o que demanda tempo para que tudo ocorra com qualidade.

Assim, reuniões com a gestão foram solicitadas para trazer estas questões e apresentar o cronograma elaborado pela comissão. A devolutiva acerca do alargamento do prazo só ocorreu após o início da aplicação dos questionários, que sofreu a supressão da etapa de aplicação do questionário piloto ante a exiguidade do prazo até então considerado como final.

Outra questão que não pode deixar de ser considerada diz respeito aos trâmites burocráticos para que os questionários viessem a ser concluídos e disponibilizados. A comissão contou com a boa vontade do servidor da TI, que mesmo em gozo das férias, atendeu o grupo e possibilitou a conclusão desta etapa.

Sobre a consulta aos setores administrativos e pedagógicos da Instituição, além dos questionários gerais, foram enviados questionários via *Google Forms* para que as chefias/coordenações se colocassem acerca daquilo que percebem necessidade de mudanças visando a oferta de melhores, mais eficientes e eficazes serviços. Além das respostas obtidas dos setores, a comissão buscou dados em Portarias e demais documentos normativos, bem como realizou reunião com a gestão objetivando ampliar as informações.

A estratégia de consulta geral à comunidade interna e externa, como já citado, foi a elaboração de questionários que deveriam ser acessados via Sistema Opina, plataforma interna do IF Baiano. Foram elaborados questionários específicos para Mães, Pais e/ou Responsáveis; Docentes; Servidores Técnico-Administrativos; Discentes; Egressos; Instituições de Ensino Superior e Instituições de Educação Básica.

5.1 DESAFIOS

A coleta de dados se deu através do Sistema Opina, plataforma de consulta à comunidade do IF Baiano. Ainda que tenha sido possível chegar ao resultado buscado, cabe destacar que o mesmo apresenta uma série de dificuldades, tais como as relatadas por parte dos usuários, que se referiram à dificuldade em concluir os questionários pelos erros apontados², mas que não se mostravam com clareza suficiente para que fossem corrigidos, levando à necessária leitura de quase todas as respostas dadas para a identificação da falha.

²*Layout* não atrativo; consignas que davam ordens dúbias para uma mesma pergunta/resposta; inconstância do sistema por não permitir um retorno ao questionário com prazo maior de lançamento de resposta, ocasionando a perda das informações lançadas.

Tal questão pode explicar a baixa adesão ao questionário por parte de alguns segmentos. Esta explicação é plausível, pois os questionários eram distintos, organizados para cada segmento e a falha em um não necessariamente ocorria em outro questionário.

Aponta-se como desafios a dificuldade encontrada para a sensibilização da comunidade em participar da elaboração do PPP, bem como se considera que houve pouca disponibilidade de esforços da gestão em reforçar e convocar os servidores a responderem o mesmo, uma vez que é uma determinação legal a construção ocorrer com esta participação dos segmentos.

Os trâmites burocráticos constituíram-se como constantes entraves. A exemplo disso foi disponibilizado um vídeo de sensibilização e foi solicitado a tradução do mesmo em Libras, uma vez que se partiu do princípio da inclusão de todos no processo. Esta resposta esperada não veio, assim como o próprio espaço de divulgação dos questionários na página oficial não recebeu destaque com o objetivo de ampliar a participação da comunidade.

5.2 PERCEPÇÃO DE CADA MEMBRO DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPP SOBRE O PROCESSO

A relação individual de cada membro da comissão foi distinta, vivenciada com mais ou menos intensidade. Assim, se pensou na necessidade e importância da elaboração de textos onde esses registros fossem feitos. As reflexões individuais estão nos apêndices.

5.3 VALORES

A construção do PPP pautou-se em um processo democrático, constituído de ampla participação, respeito e valorização de todos os segmentos, comprometimento, escuta qualificada, parceria, transparência, visão sistêmica, impessoalidade, valorização do conhecimento científico e da Ciência e seus métodos, sustentabilidade, compromisso social, resiliência, eficiência e eficácia.

Após a conclusão dos questionários, a comissão de elaboração entendeu que mesmo com a pouca adesão aos mesmos, seria importante a realização de webnários, considerando o momento pandêmico e o distanciamento social que tornou o trabalho remotizado, para apresentar à comunidade interna e externa o que é o PPP e sua importância. E assim aconteceu.

O webnário aconteceu no dia 10 de agosto de 2021. Contou com a participação de pessoas dos diferentes segmentos da Instituição, sendo considerado muito produtivo.

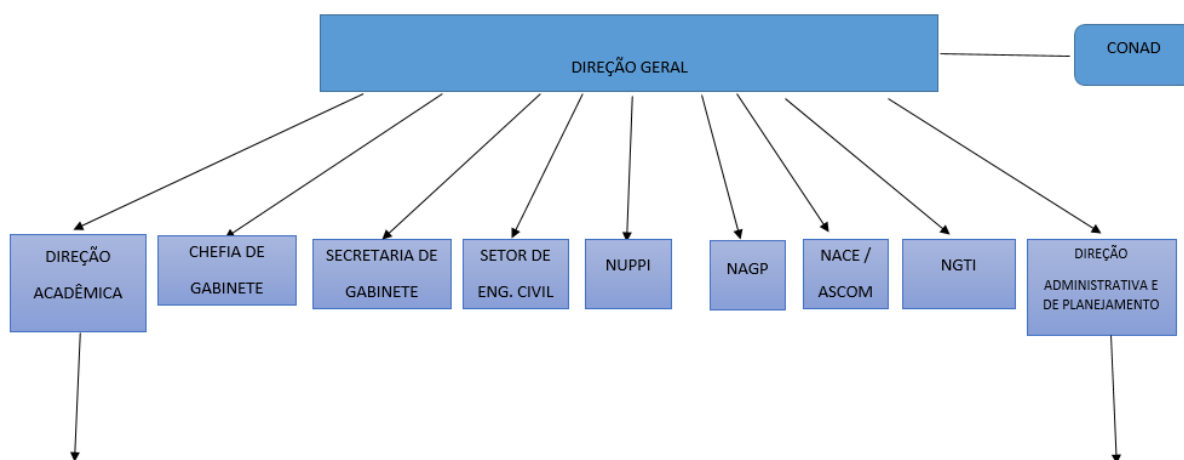
6. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

A estrutura organizacional do Instituto Federal Baiano *Campus* Catu se constitui por direções, coordenações e núcleos.

6.1 SETORES E NÚCLEOS DO IF BAIANO *CAMPUS* CATU

A Direção Geral ocupa o topo da hierarquia na estrutura da organização do IF Baiano *Campus* Catu, dispondo ao seu lado do Conselho Administrativo enquanto órgão consultivo.

Figura 2: Organograma da Direção Geral do *Campus* Catu, 2021



Fonte: elaboração da comissão.

6.2 CONSELHO ADMINISTRATIVO DO *CAMPUS* CATU- CONAD

O CONAD é o órgão consultivo máximo do *campus*, cujos membros devem ser eleitos pela comunidade interna, com composição e competências conferidas no Regimento Geral da Instituição e funcionamento detalhado pelo Regimento Interno do *campus*. Constitui-se em um órgão que contribui para legitimar a Gestão Democrática, permitindo a descentralização de poder e da responsabilidade sobre o *campus*.

Cumpra-se frisar que, no *Campus Catu*, o CONAD ainda não foi efetivado, apesar de estar instituído regimentalmente desde 2012. A estrutura, composição e atribuições do CONAD estão definidas pelos artigos 85, 86 e 87 do Regimento Geral do IF Baiano (2012), conforme citado a seguir:

Art.86 O Conselho de Administração terá a seguinte composição:

- I - Diretor Geral do *campus*, presidente;
 - II - Diretor Acadêmico;
 - III - Diretor Administrativo;
 - IV - 02 (dois) representantes docentes;
 - V - 02 (dois) representantes discentes (básico e superior);
 - VI - 02 (dois) representantes técnico-administrativos em educação;
 - VII - 01 (um) representante dos pais ou responsáveis pelos estudantes;
 - VIII - 01(um) representante dos egressos;
 - IX - 02 (dois) representantes da sociedade civil organizada.
- §1º Os representantes de que tratam os incisos IV, V e VI serão eleitos por seus pares.
- §2º Os Diretores citados nos incisos I, II e III deste artigo, no caso de impedimentos temporários serão substituídos pelos seus substitutos legais.
- §3º Os representantes de que tratam os itens VII, VIII e IX serão eleitos por seus pares em assembleia convocada pelo Diretor Geral do Campus para esse fim e divulgada nos meios de comunicação local e regional.
- Art. 87 Ao CONAD compete:
- I - apreciar o Plano de Ação Anual do *campus*, considerando as diretrizes do PDI, os objetivos institucionais e as metas anuais do IF Baiano;
 - II - acompanhar a cada quadrimestre a execução do Plano de Ação Anual, através de Relatório Quadrimestral das Diretorias Acadêmica e Administrativa;
 - III - apreciar o Relatório de Gestão e a Tomada de Contas Anual com base no Plano de Ação e no Orçamento do *campus* para o referido ano;
 - IV - apreciar ou recomendar matérias de responsabilidade ou interesse do *campus*, apresentada pelo Diretor Geral ou por vontade expressa de $\frac{3}{4}$ (três quartos) dos Conselheiros;
 - V - Participar do processo de elaboração da Proposta Orçamentária do *Campus*. (IFBAIANO, 2012).

6.3 DIREÇÃO GERAL

A Direção Geral é o órgão administrativo do *campus*, cujo representante é o Diretor ou Diretora Geral, eleito pela comunidade interna e nomeado de acordo com o que determina o Art. 14 da Lei nº. 11.892/2008. As competências da Direção Geral estão descritas no Regimento Geral da Instituição.

Conforme Regimento Geral do IF Baiano (2012), as atribuições e competências da Direção Geral estão descritas nos artigos 83 e 84, a seguir:

Art.83 Os Diretores Gerais dos *Campi* do IF Baiano serão nomeados de acordo com o que determina o art. 14 da Lei nº. 11.892/2008 e conforme demais legislações vigentes.

Art.84 Ao Diretor Geral compete:

- I - Administrar e representar o *campus* dentro dos limites estatutários, regimentais e das delegações atribuídas pelo Reitor, em consonância com os princípios, finalidades e objetivos do IF Baiano;
- II - Participar do planejamento institucional e articular o planejamento anual do *campus*;
- III - Designar ou dispensar servidores para o exercício de cargos comissionados e funções gratificadas no *campus*;
- IV - Zelar pela manutenção dos bens patrimoniais do *campus*;
- V - Criar grupos de trabalho e comissões de assessoramento, para auxiliá-lo no desempenho de suas funções;
- VI - Deliberar, coordenar e supervisionar a utilização dos recursos orçamentários do *campus*;
- VII - Supervisionar os núcleos avançados, pólos e centros vocacionais tecnológicos vinculados ao *campus*;
- VIII - Convocar eleições para designação dos representantes discentes, docentes e técnico-administrativos em educação dos órgãos colegiados integrantes da administração da Instituição;
- IX - Planejar, executar e coordenar as políticas institucionais, em articulação com as Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas, de acordo com as diretrizes homologadas pelo Conselho Superior, em consonância com o Estatuto, com o Projeto Pedagógico Institucional, com o Plano de Desenvolvimento Institucional e com o Regimento Geral do IF Baiano; Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano;
- X - Elaborar a proposta orçamentária anual com a discriminação de receitas e despesas previstas para o *campus*, em conformidade com o PDI, e apresentá-la à Reitoria com a antecedência requerida para a análise e os encaminhamentos necessários;
- XI - Autorizar processos de compras e execução de serviços;
- XII - Apresentar ao Reitor relatório semestral de gestão;
- XIII - Convocar e presidir as reuniões do Conselho de Administração do *Campus*;
- XIV - Executar outras atribuições, conforme incumbência do Reitor. (IFBAIANO, 2012).

Apesar do Inciso III do Regimento Geral apontar que cabe à Direção Geral designar servidores para o exercício de cargos comissionados e funções gratificadas no *campus*, esta comissão acredita que, para o real exercício democrático e participativo, a consulta à comunidade à respeito desses nomes deveria ocorrer como forma de legitimação das escolhas, bem como evitaria o exercício *ad infinitum* da função, tendo como opção de razoabilidade a utilização da lista tríplex.

6.3.1 Chefia de Gabinete

Em consonância com o Regimento Interno dos *campi* do IF Baiano (2017), as atribuições da Chefia de Gabinete estão elencadas no art. 8º:

- I - Coordenar a agenda do(a) Diretor(a) Geral;
- II - Organizar as viagens oficiais do(a) Diretor(a) Geral;
- III - Elaborar e organizar material necessário e secretariar as reuniões convocadas pela Diretoria Geral;
- IV - Providenciar as publicações no Diário Oficial;
- V - Organizar e manter arquivo ativo referente a documentos oficiais da Diretoria Geral;
- VI - Elaborar documentos oficiais solicitados pelo(a) Diretor(a) Geral e providenciar o envio aos seus destinatários;
- VII - Assessorar o(a) Diretor(a) Geral em sua representação política, social e administrativa;
- VIII - Promover o atendimento das determinações da Diretoria Geral, no que tange à relação intra e interinstitucional;
- IX - Promover o recebimento e distribuição de documentação e correspondências;
- X - Desenvolver outras atividades de assessoramento, propostas pela Diretoria Geral. (IFBAIANO, 2017).

6.3.2 Secretaria de Gabinete

De acordo com o Regimento Interno dos *campi*, para auxiliar a Chefia de Gabinete poderá ser criada a Secretaria de Gabinete, que será responsável pela realização das atividades de apoio administrativo ao Gabinete. Tal secretaria não está implementada, atualmente, no IF Baiano *Campus* Catu.

6.3.3 Setor de Engenharia Civil

Esse setor tem como atribuição principal o planejamento e fiscalização de obras e serviços na área de construção civil no IF Baiano *Campus* Catu. Ele está vinculado a Diretoria Geral, possuindo, atualmente, seis servidores em sua composição. Esse quantitativo de servidores não tem sido adequado para atender às demandas do setor, que nos últimos anos desenvolveu planejamento, fiscalização e reforma do revestimento cerâmico do Pavilhão Pedagógico I, reforma do Refeitório, reforma do Casarão onde ocorria aula do curso de Cozinha, reforma da fábrica de produtos saneantes, reforma do Ginásio, planejamento e fiscalização do serviço de contratação de empresa especializada em elaboração de projetos de

engenharia, reforma da Guarita e a reforma da antiga Administração. Também realizou obras do IF Baiano *Campus Alagoinhas* (IFBAIANO, 2021).

Tendo em vista um melhor desempenho do Setor de Engenharia Civil, além da inserção de mais servidores, reconhece-se como necessária a aquisição de ferramentas e *softwares* que possibilitem no acompanhamento e fiscalização das obras e/ou serviços.

6.3.4 Núcleo de Planejamento e Parcerias Institucionais ï NUPPI

O NUPPI tem em sua composição cinco servidores. Esse núcleo foi formado em 2020. No que tange às parcerias Institucionais tem construído algumas destas com as Prefeituras de Catu, Alagoinhas, Itanagra e Aporá.

São atribuições do NUPPI:

- I - Articulação e Acompanhamento do PDI;
- II - Articulação do mapeamento de processos;
- III - Articulação da gestão de riscos;
- IV - Articulação e orientação na formalização de parcerias e assessoramento a Direção Geral do *Campus* na organização e realização de reuniões de planejamento estratégico. (IFBAIANO, 2021).

No momento demanda-se no NUPPI um Auxiliar Administrativo para fornecer apoio logístico às ações do núcleo. Ademais, uma estratégia que pode aprimorar a atuação do NUPPI pode ser a produção de um banco de dados, contendo uma carteira de possíveis parceiros na iniciativa privada e pública.

6.3.5 Núcleo de Apoio à Gestão de Pessoas ï NAGP

O NAGP atualmente é composto por dois servidores. Dentre as atribuições desse setor destacam-se:

- I - A gestão de benefícios, direitos e vantagens de todos os servidores ativos, temporários e estagiários, através das ferramentas tecnológicas disponíveis (siapenet, suap, esiape, sigepe, e-mail, siga, sougov, etc.);
- II - Apoio à gestão do *campus* prestando informações e executando tarefas no que diz respeito aos deveres dos servidores;
- III - Outras atividades administrativas necessárias para o cumprimento da missão institucional. (IFBAIANO, 2021).

Nos últimos anos o NAGP tem atuado na promoção e na capacitação de servidores; na construção da semana do servidor público (jornada de atividades, visando o bem estar, saúde e capacitação dos servidores); nas atividades de promoção à saúde dos servidores através de palestras, orientações e parcerias institucionais.

Há nesse setor a carência de servidores para a função de assistente ou auxiliar em administração. Há também a necessidade de contratação de Técnico em Segurança do Trabalho para atender as demandas de saúde dos servidores.

6.3.6 Núcleo de Apoio à Comunicação e Eventos - NACE/ASCOM

O NACE possui as seguintes atribuições:

- I - Promover a comunicação e divulgação dos eventos e das ações realizadas pelo *Campus*;
- II - Participar do planejamento e implementação de campanhas e divulgações, a exemplo das campanhas para ingresso de estudantes;
- III - Aplicar normas e padrões de comunicação e identidade visual no sítio eletrônico, mídias, redes sociais e materiais de comunicação do *campus*;
- IV - Participar de projetos e campanhas de comunicação, publicidade e relacionamento do IF Baiano;
- V - Organizar a recepção das autoridades e visitantes ilustres às dependências do *campus*;
- VI - Auxiliar a Direção do *Campus* na publicização no site dos atos administrativos e pedagógicos da gestão;
- VII - Estar em consonância com a Diretoria de Comunicação do IF Baiano, sobretudo quando houver ações a serem realizadas entre o *campus* e a Reitoria/*campus* e a comunidade externa;
- VIII - Contribuir na construção e implementação da Política de Comunicação do IF Baiano.
- IX - Coordenar o cerimonial e os eventos do *campus*, junto à Comissão de Eventos Institucionais - *Campus* Catu. (IFBAIANO, 2021).

O NACE/Ascom é composto atualmente por dois servidores. Essa quantidade de servidores não tem atendido plenamente às demandas que chegam ao núcleo. Para uma melhor atuação seriam necessários servidores especialistas nas áreas de Produção Audiovisual, Publicidade, Relações Públicas e Jornalismo.

Nos últimos anos o NACE vem atuando parcialmente na comunicação e divulgação dos eventos e das ações realizadas pelo *campus*; contato permanente com a Diretoria de Comunicação do IF Baiano, sobretudo quando há ações a serem realizadas entre o *campus*, Reitoria e a comunidade externa; auxílio à direção do *campus* na publicização dos atos administrativos e pedagógicos da gestão no *site* institucional.

Como ações de melhoria, o NACE propõe a contratação de pelo menos dois servidores especialistas para suporte às atividades jornalísticas, de relações públicas, de publicidade e de produção audiovisual.

6.3.7 Núcleo de Gestão de Tecnologia da Informação ã NGTI

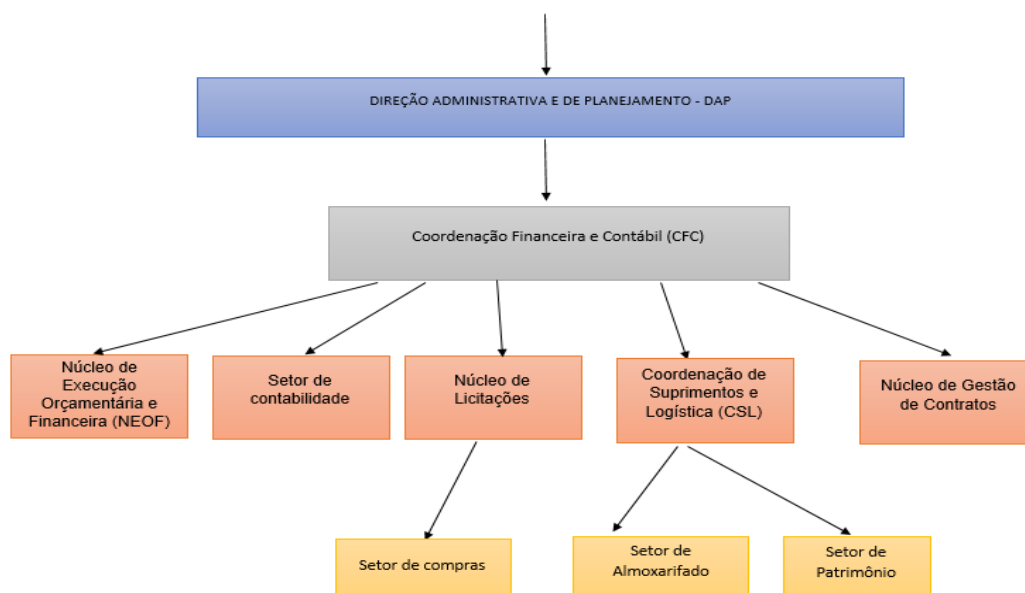
De acordo com o Art. nº 11 do Regimento Interno dos *campi* do IF Baiano (2017), as competências do NGTI são:

- I - Prover e manter a infraestrutura aos usuários de sistemas de informação;
- II - Analisar, desenvolver e implantar projetos de sistemas de informação, em consonância com a Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação (DGTI);
- III - Manter atualizadas as informações, junto à Diretoria de Gestão de Tecnologia da Informação, acerca das demandas na produção de software e as soluções internas criadas;
- IV - Prover meios para a efetiva proteção dos dados digitais institucionais, hardware e software, de forma a manter a integridade, confidencialidade e disponibilidade dos equipamentos e sistemas do *Campus*;
- V - Prover suporte técnico aos usuários de recursos de Tecnologia da Informação;
- VI - Assessorar a Direção Geral quanto aos recursos computacionais adequados ao desempenho e funcionamento das Unidades de Trabalho do *Campus*;
- VII - Propor e acompanhar a implantação de projetos de melhoria de infraestrutura e sistemas computacionais relativos às áreas de informatização do *Campus*;
- VIII - Assessorar a Direção Geral na aplicação e uso de softwares e hardwares necessários ao funcionamento do *Campus*;
- IX - Implantar as políticas e padrões institucionais e os procedimentos locais para a efetiva proteção dos dados digitais institucionais necessários à operacionalização da rede local;
- X - Adequar os serviços, métodos e modelos aos padrões propostos pelo Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do IF Baiano;
- XI - Assessorar tecnicamente a contratação de soluções de TI, emitindo termos de referência e pareceres, em consonância com a DGTI;
- XII - Acompanhar e assessorar a fiscalização da execução de serviços de terceiros em TI;
- XIII - Promover manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de informática do *Campus*, assegurando que permaneçam atualizados e em pleno funcionamento;
- XIV - Gerenciar a manutenção dos laboratórios de informática;
- XV - Desenvolver outras atividades, no âmbito da TI, propostas pela Direção Geral. (IFBAIANO, 2017).

6.4 DIREÇÃO DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO – DAP

A Direção Administrativa possui sob a sua supervisão duas coordenações, quatro setores e três núcleos conforme organograma abaixo:

Figura 3: Organograma da Direção de Administração e Planejamento – DAP



Fonte: elaboração da comissão

A Direção de Administração conta com três servidores atualmente. Esse quantitativo não é considerado suficiente, o que tem prejudicado a consecução de iniciativas e ações estratégicas. Existe a necessidade de disponibilização para essa diretoria de servidores com dedicação em mapeamento de processos de negócio e gestão de riscos.

A Direção de Administração possui como atribuição central coordenar as atividades de Administração e Planejamento do *campus*, mediante: planejamento, coordenação, controle e aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária, Financeira, Contábil e Patrimonial, além de assessorar a Coordenação Financeira e Contábil junto aos setores de Licitações e Contratos, e Suprimento e Logística.

Dentre as principais ações desenvolvidas por essa diretoria, é possível citar as seguintes:

1. Fomento ao aperfeiçoamento da estrutura tecnológica, através da implantação de sistemas informatizados (SUAP), buscando favorecer a tramitação de processos administrativos e acadêmicos;

2. Fortalecimento da infraestrutura física através de manutenção predial dos bens imóveis;

3. Fomento a capacitação de servidores, que participaram de cursos e treinamentos diversos;

4. Fortalecimento da área de suprimento e logística, através da contratação de serviços diversos para viabilizar com eficiência e eficácia o atendimento de demandas de materiais de consumo das áreas requisitantes.

Além da evidente necessidade de ampliar o número de servidores lotados na Direção Administrativa, também são apontados como ações que podem melhorar o seu funcionamento: captação de recursos orçamentários junto aos órgãos de fomento para viabilizar a execução de iniciativas estratégicas; e o mapeamento de processos de negócio, buscando facilitar o entendimento da forma como as ações realmente são realizadas, ajudando a identificar ineficiências, bem como a identificação do papel desempenhado por cada núcleo/setor e fortalecer a comunicação organizacional.

6.4.1 Núcleo de Execução Orçamentária e Financeira ï NEOF

São competências do Núcleo de execução orçamentária e financeira:

- I. Participar de análise e conciliação de contas;
- II. Atuar na execução de empenho, liquidação, retenções tributárias e pagamento de despesas;
- III. Acompanhar, alimentar e controlar os sistemas de administração financeira;
- IV. Exercer outras atribuições demandadas por seus superiores hierárquicos. (IFBAIANO, 2021).

6.4.2 Setor de Contabilidade

Não há servidores alocados no setor de Contabilidade, cuja atribuições essenciais são realizar análises e registros patrimoniais, dar suporte aos setores de compras, licitações, financeiro e contratos, com relação aos aspectos contábeis, tributários e trabalhistas. Diante disso, as atividades relacionadas ao setor são desenvolvidas na coordenação financeira e contábil (IFBAIANO, 2021).

6.4.2.1 Núcleo de Licitações

São competências do Núcleo de Licitações:

- I - Elaborar editais e contratos para parecer jurídico;
- II - Coordenar e acompanhar a execução e adjudicação dos processos licitatórios em qualquer modalidade;
- III - Formalizar contratos com base nas adjudicações dos processos licitatórios em qualquer modalidade;
- IV - Dar transparência as informações acerca das licitações e contratos nos canais oficiais;
- V - Controlar e manter organizado o cadastro de fornecedores e arquivos de catálogos e informativos de material em geral;
- VI - Exercer outras atribuições demandadas por seus superiores hierárquicos. (IFBAIANO, 2021).

6.4.2.2 Setor de Compras

São competências do Setor de Compras:

- I - Coordenar a elaboração do plano anual de contratações;
- II - Elaborar e assessorar a realização do cronograma anual de compras;
- III - Coordenar, acompanhar e avaliar os processos referentes a aquisição de materiais, equipamentos, mobiliários e a contratação de obras e serviços, na forma da legislação pertinente;
- IV - Elaborar termos de referência e projetos básicos. (IFBAIANO, 2021).

6.4.3 Coordenação de Suprimentos e Logística ï CSL

A Coordenação de Suprimentos e Logística possui a atribuição de:

- I - Coordenar Almoxarifado, Patrimônio, Vigilância, Transporte, Manutenção Predial e Limpeza, Gerenciar e fiscalizar contratos com Terceirizadas;
- II - Gerenciar serviços Postais;
- III - Gerenciar serviços de manutenção veicular e consumo de combustíveis;
- IV - Gerenciar prestação de serviços de Energia, Água e esgoto;
- V - Gerenciar a recarga e manutenção de hidrantes e extintores, entre outros. (IFBAIANO, 2021).

Cabe destacar que a CSL é constituída por apenas dois servidores. Esse quantitativo não é suficiente para atender plenamente as demandas do setor.

Dentre as últimas ações realizadas, é salientado o controle de consumo de água, energia, combustível e manutenção de veículos.

6.4.3.1 Setor de Almoxarifado

São Competências do Setor de Almoxarifado:

- I - gerenciar os materiais adquiridos e em estoque;
- II - criar regulamento para fluxo interno dos procedimentos, em conformidade com normas internas e legislação vigente;
- III - elaborar estatísticas de consumo por materiais e centros de custos para previsão das compras;
- IV - elaborar relatórios de materiais existentes, suas movimentações e outros relatórios solicitados, devidamente conciliados, para validação do setor de contabilidade;
- V - zelar pela manutenção da qualidade e acondicionamento dos materiais estocados;
- VI - viabilizar o inventário anual dos materiais estocados;
- VII - implementar diretrizes relativas a estoques e programação de aquisição e o fornecimento de material de consumo;
- VIII - desempenhar outras atividades correlatas, definidas pela Direção. (IFBAIANO, 2021).

6.4.3.2 Setor de Patrimônio

As atividades relacionadas ao setor são desenvolvidas por servidor vinculado na Coordenação de Suprimento e Logística com apoio de uma colaboradora terceirizada, em função da ausência de servidor lotado especificamente no Setor de Patrimônio.

São Competências do Setor de Patrimônio:

- I - Criar regulamento dos fluxos de procedimentos, em conformidade com normas internas e legislação vigente;
- II - Gerenciar, contabilizar e supervisionar os bens materiais permanentes;
- III - Realizar o cadastramento, o tombamento e o controle do patrimônio;
- IV - Orientar os servidores sobre o controle do patrimônio sob sua guarda;
- V - Emitir mensalmente o Relatório de Movimentação de Bens (RMB) devidamente conciliados;
- VI - Realizar baixa, incorporações e transferências de bens, de acordo com a legislação vigente e avaliação das Comissões formalmente designadas;
- VII - Assessorar a Comissão responsável pelo inventário anual dos bens patrimoniais;
- VIII - Desempenhar outras atividades correlatas, definidas pela Direção. (IFBAIANO, 2021).

O Setor de Patrimônio tem ainda a atribuição de realizar o gerenciamento patrimonial no *campus*, a partir da guarda, tombamento, transferência, baixas e incorporação de bens fornecendo suporte à comissão de inventário e desfazimento.

As atividades relacionadas ao setor são desenvolvidas por servidor lotado na Coordenação de Suprimento e Logística, contando com o apoio de uma servidora terceirizada. Com isso, depreende-se que a quantidade necessária pra atender satisfatoriamente as demandas do setor seria a partir da disponibilidade de dois servidores.

Desse modo, o Setor de Patrimônio nos últimos anos tem atuado no aperfeiçoamento do gerenciamento, através de atualização do sistema de controle patrimonial (SIGA Patrimônio), e na atualização dos controles através de etiquetas de bens, levantamento de bens fora de uso para avaliação e encaminhamento de desfazimento.

6.4.4 Núcleo de Gestão de Contratos

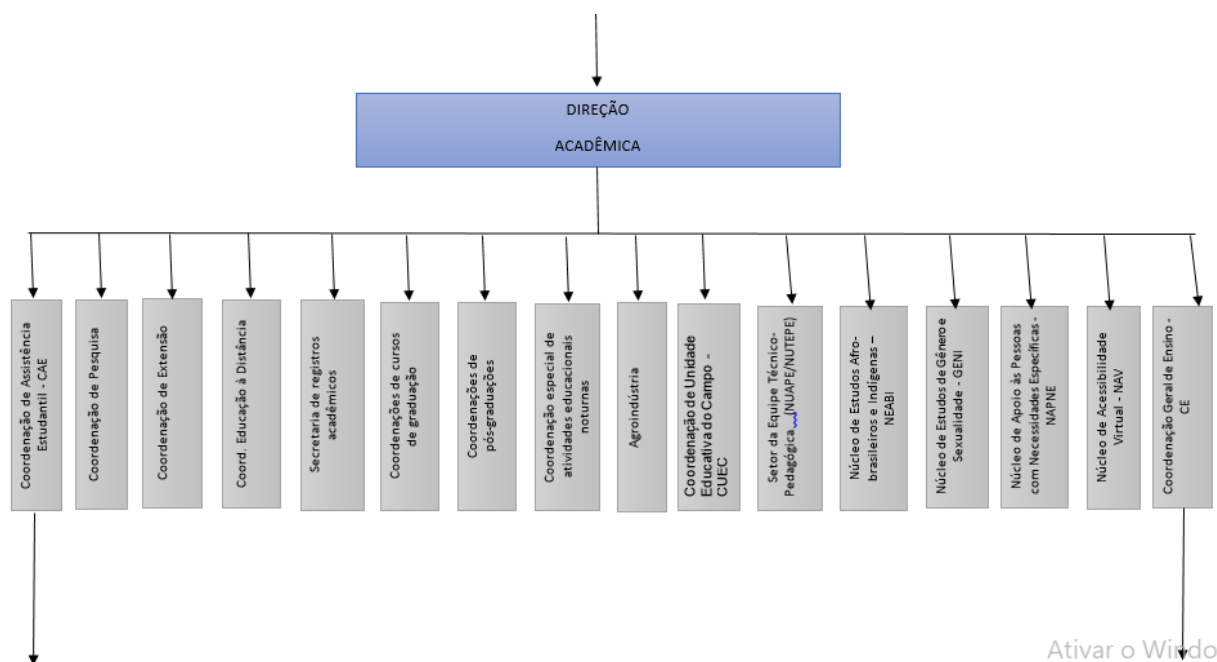
São competências do Setor de Gestão de Contratos:

- I - Realizar os trâmites necessários as prorrogações contratuais, elaborando documentos e instruindo os processos para a formalização de aditivos contratuais com transferências de recursos;
- II - Controlar, supervisionar e orientar o cumprimento da legislação relacionada à gestão de contratos;
- III - Dar transparência aos registros legais dos contratos;
- IV - Acompanhar, em articulação com os(as) gestores e fiscais de contratos a execução e a qualidade dos contratos. (IFBAIANO, 2021).

6.5 DIREÇÃO ACADÊMICA - DA

A Direção Acadêmica é um dos setores mais abrangentes na estrutura organizacional, reunindo sob a sua alçada diversas coordenações, núcleos e setores, conforme exposto no organograma a seguir:

Figura 4. Organograma da Direção Acadêmica (DA).



Fonte: Elaboração da comissão.

Embora o Regimento Interno dos *campi* ainda esteja em fase de reformulação, pode-se afirmar que se atribui à Diretoria Acadêmica as competências seguintes:

- I - Tomada de decisões, junto às demais Direções; a observação das demandas e a construção de documentos que norteiam e/ou requisitam;
- II - Criação das comissões e subcomissões internas - de âmbito acadêmico;
- III - Orientação e acompanhamento de todos os servidores lotados na referida direção, dos contratos acadêmicos, dos processos de compras, dentre as demais ações associadas às Coordenação de Ensino, Coordenação da Assistência Estudantil, Coordenação das Unidades do Campo, Secretaria de Registros Acadêmicos, Coordenação de Pesquisa e de Extensão, Coordenações dos Cursos EAD, Superiores e das Pós-Graduações, Núcleo de estudos afro-brasileiros e indígenas, Núcleo de apoio às pessoas com necessidades específicas, Núcleo de estudos de gênero e sexualidade, Equipe Técnico-Pedagógica, Agroindústria, docentes em atividades exclusivas nos cursos da graduação e pós-graduação. (IFBAIANO, 2021).

A Direção Acadêmica é composta por 22 servidores. O setor considera que esse quantitativo não tem sido suficiente para atender plenamente às demandas existentes, já que cabe a essa direção dar conta de toda a área acadêmica, o que inclui as Unidades do Campo, espaço acadêmico de grande extensão. Esse quadro justifica o imperativo de mais contratações para contemplar a vastidão de atividades. Sobre isto, não se observa carência

de servidores especializados, mas de um quantitativo que viabilize o atendimento do volume de atividades que está sob incumbência da Direção Acadêmica.

Recentemente a Direção Acadêmica destaca que tem se dedicado a realização de ações, como:

- Organização dos vínculos hierárquicos;
- Contribuição para a revisão dos atos normativos acadêmicos;
- Acompanhamento dos processos de reforma e de construção do restaurante acadêmico;
- Acompanhamento de ações de prevenção ao COVID-19, através de Comitê específico;
- Realização de chamada pública para a alienação de semoventes;
- Realização de cortes orçamentários para contratos ociosos, devido ao estado pandêmico;
- Estabelecimento de pesquisas para o preparo do retorno presencial;
- Criação de minutas para a normatização de setores como as unidades do campo e a agroindústria;
- Acompanhamento da construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP);
- Aproximação com a equipe técnico-pedagógica do âmbito acadêmico;
- Acompanhamento do processo de migração dos sistemas SIGA/Suap;
- Estabelecimento dos contatos para a efetivação de parcerias;
- Manutenção da assistência aos discentes com vulnerabilidade social;
- Manutenção da intermediação do diálogo para sanar as problemáticas advindas da realização das atividades não presenciais;
- Realização da contratação de intérprete de Libras;
- Acompanhamento da construção de fábrica de álcool em gel;
- Estabelecimento de contatos para angariar recursos extras para Instituição;
- Manutenção de uma conduta democrática/participativa para a tomada de decisões.

6.5.1 Coordenação de Pesquisa

A Coordenação de Pesquisa é composta apenas por um servidor, o qual desempenha a função de coordenador. Até o momento, segundo informação da própria coordenação, a ausência de mais servidores lotados nessa coordenação não tem inviabilizado o atendimento das demandas existentes.

São atribuições da Coordenação de Pesquisa:

- I - Acompanhar, supervisionar e avaliar a execução de planos e projetos nas áreas de pesquisa, desenvolvimento e inovação tecnológica, propiciando ainda a socialização da pesquisa desenvolvida no âmbito do *Campus*;
- II - Coordenar programas de iniciação científica e tecnológica;
- III - Elaborar projetos e relatórios relacionados à área de atuação;
- IV - Estruturar e controlar as políticas na área de pesquisa e inovação no *Campus*, garantindo a integração dessas com o desenvolvimento do ensino e a extensão;
- V - Promover ações de intercâmbio e captação de recursos com instituições e empresas na área de fomento à pesquisa, ciência e tecnologia e da inovação tecnológica;
- VI - Disseminar a cultura de pesquisa e inovação no âmbito do *campus* e seu entorno;
- VII - Desempenhar outras atividades correlatas e/ou afins. (IFBAIANO, 2021).

Essa coordenação destaca que tem atuado nas seguintes vertentes nos últimos anos: cadastro e regulamentação das atividades de Pesquisa; apoio, suporte, processos de formação e acompanhamento das ações no desenvolvimento de protótipos gerados no IF Baiano *Campus* Catu, integrando ainda o portfólio de atribuições desta coordenação, com foco a estender seus benefícios à sociedade com o intuito de promover a inclusão e o desenvolvimento social.

Considerando a complexidade proposta no próprio Regimento descrito acima, bem como as práticas ocorridas em Instituições de Ensino Superior, a exemplo das universidades públicas, além da própria semântica da palavra coordenação, esta comissão defende que a Coordenação pressupõe uma equipe de trabalho para acompanhamento, supervisão e avaliação de projetos, a fim de garantir a isonomia dos processos institucionais.

6.5.2 Coordenação de Extensão

São competências da Coordenação de Extensão, em consonância com Art. 20 da Minuta de Regimento Interno dos *campi* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano:

- I - Incentivar as ações de extensão no *campus*, bem como coordenar e apoiar o desenvolvimento de políticas, programas, projetos e atividades de extensão;
- II - Registrar, acompanhar e manter de forma sistematizada as ações, programas, projetos e atividades de extensão, sem fomento ou com fomento interno/externo;
- III - Emitir relatórios semestrais das atividades do *Campus* para a Direção Geral e Pró-Reitoria de Extensão e consolidar informações do *Campus* para o Relatório de Gestão referente às ações de extensão;
- IV - Estimular a publicação e promover a difusão das produções científicas, tecnológicas e culturais do *Campus*, bem como as atividades de extensão desenvolvidas;
- V - Manter atualizado e divulgar o mapeamento dos arranjos produtivos, sociais e culturais do Território de Identidade em que está localizado o *Campus*;
- VI - Coordenar o programa de qualificação profissional e estimular a oferta de cursos e integração do egresso com o mundo do trabalho;
- VII - Articular ações, projetos e programas no *campus* referentes à extensão em parceria com outras instituições;
- VIII - Participar do planejamento, contribuindo com Plano de Ações e Metas referentes a ações de extensão e no planejamento pedagógico do *campus*;
- IX - Acompanhar e validar o registro das atividades no PIT e RIT dos docentes, em conformidade com os projetos de extensão cadastrados em andamento e/ou concluídos;
- X - Estimular a inserção da comunidade externa nas ações de extensão do *campus*;
- XI - Estimular, apoiar e acompanhar o processo de implantação de incubadoras, empresas juniores, cooperativas escolas e ações de empreendedorismo e economia solidária;
- XII - Prospectar e acompanhar parcerias, convênios, cooperações e projetos no território de atuação do *campus* para desenvolvimento de ações de extensão. (IFBAIANO, 2017).

6.5.3 Coordenação de Educação a Distância i CEAD

A CEAD possui apenas um servidor que desempenha a função de coordenador. Por hora, não é registrada a carência de mais servidores nessa coordenação.

Corresponde às atribuições da CEAD:

- I - Planejar, com envolvimento de toda a equipe do setor e as ações de cada exercício, tendo em vista as diretrizes contidas no Plano de Desenvolvimento Institucional;
- II - Implementar as ações do setor, seguindo as orientações da chefia imediata e as normas vigentes que regulam a matéria;
- III - Atender aos órgãos de controle interno e externo, no tocante às ações que estão sob a responsabilidade do setor;
- IV - Orientar a comunidade interna e externa, no tocante às ações que estão sob a responsabilidade desse setor;
- V - Apoiar e incentivar a elaboração de planos, projetos e programas de EaD;
- VI - acompanhar o desempenho dos mediadores, monitores e discentes;
- VII - supervisionar a aquisição de equipamentos tecnológicos de suporte às ações de EaD;
- VII - Incentivar e promover ações de aperfeiçoamento contínuo dos servidores do *campus* envolvidos com a EaD;
- IX - Apoiar as propostas de educação a distância, continuada e permanente, no *campus*;
- X - Elaborar relatórios semestrais ou quando solicitados pelas chefias superiores, contendo os dados descritivos e estatísticos dos indicadores acadêmicos e de gestão dos cursos vinculados a sua coordenação;
- XI - Responsabilizar-se pelos bens patrimoniais disponibilizados para o setor;
- XII - Sugerir às instâncias administrativas medidas de aperfeiçoamento da organização e do funcionamento da educação a distância;
- XIII - Alimentar os sistemas de controle físicos e/ou virtuais, relativos ao setor, adotados pelo IF Baiano e os sistemas governamentais de uso obrigatório;
- XIV - Auxiliar no acompanhamento pedagógico de Estágio ou TCC, com registros das orientações feitas;
- XV - Supervisionar as atividades realizadas no Ambiente Virtual de Aprendizagem, nos cursos de EaD;
- XVI - Articular com as chefias superiores a elaboração e cumprimento do calendário acadêmico e do PPC;
- XVII - Acompanhar o processo de escrituração escolar dos alunos quanto à matrícula, boletins, certificados, diplomas e outros documentos oficiais relativos aos alunos junto com a Coordenação de Registros Acadêmicos;
- XVIII - Emitir parecer quanto aos assuntos relacionados à revisão de avaliação, avaliação em segunda chamada, aproveitamento de estudos, nos casos de alunos ingressantes por transferência, e outros assuntos específicos de EaD;
- XIX - Apoiar na divulgação de assuntos pertinentes à Educação a Distância para a comunidade interna e externa;
- XX - Oferecer suporte pedagógico aos mediadores;
- XXI - Propor e elaborar instrumentos para registro das atividades realizadas pelos mediadores no atendimento pedagógico ao aluno;
- XXII - Acompanhar, junto aos mediadores, os resultados de aproveitamento e frequência dos alunos e tomar as medidas necessárias para a prevenção da evasão e repetência, bem como para cumprir os determinantes dos Regulamentos da Organização Acadêmica;
- XXIII - Apresentar, anualmente e sempre que necessário, relatórios de atividades desenvolvidas pelo setor;
- XXIV - Planejar e subsidiar os processos de aquisições necessários ao desempenho das atividades do setor;

XXV - Realizar outras ações próprias do setor ou que lhe sejam designadas pela Chefia Imediata.(IFBAIANO, 2021).

A CEAD tem participado da elaboração dos seguintes PPC na modalidade à distância: Subsequente em Informática (oferta prevista para 2022.1), Subsequente em Redes de Computadores (oferta prevista para 2022.1) e Superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (oferta prevista para 2022.2).

Com relação ao aprimoramento do funcionamento dessa coordenação, a criação de um "escritório de projetos", visando ao acompanhamento na implantação de novos cursos, é apontada como uma medida que pode contribuir para essa finalidade.

6.5.4 Secretaria de Registros Acadêmicos e SRA

A Secretaria de Registros Acadêmicos possui quatro servidores lotados. Diante disso, considera-se que é necessário pelo menos a inclusão de mais um servidor para que sejam atendidas a contento as demandas do setor, que tem como atribuições produzir e arquivar todas as documentações referente à vida acadêmica do aluno, além de alimentar os diversos sistema educacionais com informações institucionais.

Há o entendimento que a atuação da SRA pode ser aprimorada a partir da ampliação do número de servidores lotados no setor, melhoramentos em sua infraestrutura, e desenvolvimento de maior comunicação entre os setores. (IFBAIANO, 2021).

6.5.5 Coordenações de Cursos de Graduação

As atribuições das Coordenações dos Cursos de Graduação estão regulamentadas pelas Portarias 27 e 28/2010 CAT/GAB/IF Baiano e pela Organização Didática dos Cursos de Graduação do IF Baiano (2020), Resolução 64/2020 CONSUP/IF Baiano, compreendendo:

- I - Convocar e presidir as reuniões do Colegiado nas quais terá além do seu voto, o de qualidade, exceto nas votações para coordenador;
- II - Executar as deliberações do Colegiado, gerir as atividades do curso e supervisionar a execução das propostas;
- III - Representar ou indicar, dentre os membros do Colegiado, seu substituto para representar o Colegiado perante os demais órgãos da IES, em caso de ausência;
- IV - Elaborar os relatórios anuais de atividades e as prestações de contas dos auxílios ao curso e submetê-los à apreciação do Colegiado;

V - Solicitar semestralmente as propostas de cursos de pós-graduação dos professores credenciados, para encaminhamento à instância superior. (IFBAIANO, 2020).

6.5.5.1 Coordenação do Curso Superior Tecnológico em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Coordenação do Curso Superior Tecnológico em Gastronomia. Coordenação do Curso Superior de Licenciatura em Química

São atribuições das coordenações dos cursos de graduação instituídas pela Resolução 64/2020:

- I - Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de desempate;
- II - Articular atividades colaborativas entre outros órgãos e colegiados de cursos;
- III - Coordenar a integração do Colegiado e do NDE com os demais órgãos da instituição;
- IV - Coordenar, acompanhar e avaliar as atividades acadêmicas do curso;
- V - Presidir o NDE;
- VI - Solicitar a atualização do Currículo *Lattes* pelos docentes e, quando necessário, requerer sua comprovação, para fins de avaliação institucional;
- VII - Elaborar prévia da oferta de disciplinas do semestre, submetendo-a para análise do Colegiado e encaminhando-a à DA;
- VIII - Divulgar atividades do Colegiado de Curso;
- XI - Preencher formulários solicitados pelos órgãos controladores de avaliação externa, respeitando os prazos estipulados;
- X - Estabelecer diálogo constante com os discentes, a fim de acompanhar o desenvolvimento da aprendizagem, o acesso e a permanência dos alunos;
- XI - Assegurar o registro e o arquivamento de documentos oficiais;
- XII - Informar à DA, por meio de documento oficial, todas as alterações do Projeto Pedagógico de Curso (PPC), conforme legislação vigente;
- XIII - Acompanhar, junto à Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA), a atualização e o preenchimento dos diários de classe;
- XIV - Representar o Colegiado do Curso junto aos órgãos da instituição;
- XV - Participar das reuniões de coordenadores de curso sempre que houver convocação;
- XVI - Promover a divulgação de eventos científico-culturais e outros de interesse do curso;
- XVII - Encaminhar à SRA o planejamento da oferta dos componentes curriculares;
- XVIII - Receber dos docentes, na primeira semana do semestre, na forma impressa e digital, o plano de curso, para compor o arquivo de controle;
- XIX - Disponibilizar informações referentes ao curso, sempre que solicitadas;
- XX - Designar os professores tutores e seus respectivos tutorandos;
- XXI - Dar conhecimento aos discentes das informações acadêmicas, conforme Lei nº. 13.168/2015;
- XXII - Zelar pela aplicação e pelo cumprimento das políticas de permanência e de êxito dos discentes;

XXIII - Disponibilizar as informações necessárias à atualização da página institucional do curso, acompanhando e zelando por essa atualização. (IFBAIANO, 2020).

6.5.6 Coordenação de Pós-Graduação

Essa coordenação é composta por apenas um servidor, o qual desempenha a função de coordenador. Considera-se que a inexistência de mais servidores nesse setor não tem prejudicado o atendimento das suas demandas.

6.5.7 Coordenação do Curso de Especialização em Educação Científica e Popularização das Ciências

Essa coordenação é composta por apenas um servidor, o qual desempenha a função de coordenador e que tem cumprido com as demandas específicas, não ensejando a necessidade de mais servidor para o referido setor.

Com relação às atribuições concernentes à Coordenação do Curso de Especialização em Educação Científica e Popularização das Ciências, é possível elencar as seguintes:

- I - Compor o Comitê de Pós-Graduação do IF Baiano;
- II - Presidir e representar o Colegiado em qualquer órgão do IF Baiano;
- III - Convocar reuniões do Colegiado e gerir as atividades do curso;
- IV - Decidir, *ad referendum* do Colegiado, assuntos urgentes da competência daquele órgão;
- V - Representar o curso perante os demais órgãos;
- VI - Propor e adotar medidas necessárias ao bom andamento do curso;
- VII - Organizar e presidir os processos de seleção de estudantes; decidir sobre a oferta de disciplinas, bem como verificar o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária;
- VIII - Estabelecer mecanismos adequados de orientação acadêmica aos discentes;
- IX - Acompanhar e orientar todas as atividades administrativas e acadêmicas que se relacionam com o curso, supervisionando a emissão de todo e qualquer documento pertinente;
- X - Preparar a documentação relativa ao curso para fins de avaliação da CAPES, obedecendo aos preceitos estabelecidos na legislação vigente;
- XI - Credenciar, recredenciar e descredenciar docentes no curso;
- XII - Elaborar/reformular o Regimento Interno do curso;
- XIII - Deliberar sobre processos referentes a trancamento ou dispensa de matrícula e convalidação, aproveitamento ou concessão de créditos;
- XIV - Indicar as orientações e aprovar os pedidos de coorientações;
- XV - Apreçar e deliberar a respeito da exclusão de discentes do curso, por motivos acadêmicos ou disciplinares;

XVI - Receber, apreciar, deliberar ou encaminhar à instância cabível, se necessário, sugestões e/ou reclamações sobre representações ou recursos de discentes ou de docentes, sobre qualquer assunto de ensino ou pesquisa pertinentes ao curso;

XVII - Aprovar ou indicar os membros para constituição das bancas de defesa de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).(IFBAIANO, 2021).

Dentre as principais ações realizadas nos últimos anos, essa Coordenação destaca que compôs o Comitê de Pós-Graduação do IF Baiano; presidiu e representou o Colegiado perante os órgãos do IF Baiano; convocou reuniões do Colegiado e geriu as atividades do curso, além de ter representado o curso perante os demais órgãos.

Ademais, em comum acordo com o colegiado do curso, propôs e adotou medidas necessárias ao bom andamento do mesmo; organizou e presidiu os processos de seleção de estudantes; decidiu sobre a oferta de disciplinas, bem como verificou o cumprimento do conteúdo programático e da carga horária; estabeleceu mecanismos adequados de orientação acadêmica aos discentes; acompanhou e orientou todas as atividades administrativas e acadêmicas que se relacionam com o curso, supervisionando a emissão de todo e qualquer documento pertinente; preparou a documentação relativa ao curso para fins de avaliação da CAPES, obedecendo aos preceitos estabelecidos na legislação vigente.

Também foi ação realizada pela Coordenação o credenciamento, recredenciamento e descredenciamento de docentes no curso; elaborou/reformulou o Regimento Interno; deliberou sobre processos referentes a trancamento ou dispensa de matrícula e convalidação, aproveitamento ou concessão de créditos; apreciou e deliberou a respeito da exclusão de discentes do curso, por motivos acadêmicos ou disciplinares e recebeu, apreciou, deliberou ou encaminhou à instância cabível, quando necessário, sugestões e/ou reclamações sobre representações ou recursos de discentes ou de docentes, sobre qualquer assunto de ensino ou pesquisa, pertinentes ao curso.

6.5.8 Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica: Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica i PROFEPT

O Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica (Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica) possui doze servidores vinculados. Mas é reconhecida a carência de servidor para desempenhar funções de secretaria, que, aliás, se constitui em uma obrigação firmada para a oferta do curso em rede e que interfere na avaliação da CAPES.

Sobre atribuições dessa coordenação, listam-se as seguintes:

- I - Coordenação do colegiado;
 - II - Gestão das atividades acadêmicas;
 - III - Relacionamento e participação junto à coordenação nacional;
 - IV - Atuar nas atividades de alocação de CH docente e de componentes curriculares para discentes;
 - V - Acompanhamento dos grupos de pesquisa vinculados aos docentes do colegiado e com participação discente;
 - VI - Monitoramento das orientações de discentes por parte dos docentes.
- (IFBAIANO, 2021).

Essa Coordenação destaca entre as ações que vem realizando o acompanhamento das turmas 2018 (finalizada), 2019 e 2021³; a participação na composição dos grupos de trabalho dos processos seletivos nacionais; a realização e participação em atividades acadêmicas (congressos, GT, seminários, *lives*); a participação em reuniões nacionais (presencialmente e virtualmente); a gestão do observatório nacional e do *site* do programa; acompanhamento discente; e o acompanhamento de egressos.

No que tange à busca pelo aprimoramento do funcionamento dessa coordenação salientam-se proposições como: organização de um livro do colegiado; realização de reuniões ordinárias e extraordinárias de colegiado e com discentes; gestão das atividades acadêmicas via Suap e *e-mail*; organização documental e procedimental do curso junto ao 'meudrive IF Baiano' e junto aos setores (Direção Acadêmica, Secretaria de Registros Acadêmicos, Coordenação de Ensino e Direção Geral, além da Coordenação Geral de Pós-Graduação da Propes).

6.5.9 Coordenação Especial de Atividades Educacionais Noturnas

Essa coordenação não se encontra ativa atualmente, muito embora tenha uma importância salutar para fornecer apoio às atividades acadêmicas que são desenvolvidas no noturno.

Compete à Coordenação Especial de Atividades Educacionais Noturnas:

- I. - Representar, no período noturno, os setores que integram o Departamento de Ensino;
- II - Articular com as diretorias geral, acadêmica e administrativa e outras coordenadorias ações que visem o bom funcionamento do ensino no período noturno com as mesmas condições encontradas no diurno;

³ Não houve seleção em 2020 devido à Pandemia do Covid 19.

- III - Tomar decisões sobre os assuntos do período noturno em comum acordo com as diretorias;
- IV - Acompanhar e direcionar a utilização de recursos físicos, materiais e humanos para o bom funcionamento do ensino no período noturno;
- V - Identificar necessidades específicas para o ensino no período noturno;
- VI - Contribuir no planejamento e execução de ações relativas ao ensino-aprendizagem;
- VII - Acompanhar e apoiar a execução do que propõe à Organização Didática e os projetos pedagógicos dos cursos noturnos;
- VIII - Atender aos discentes nas suas necessidades e ter a função de filtrar e encaminhar as pautas dos mesmos aos setores competentes;
- IX - Orientar os discentes quanto aos direitos e deveres acadêmicos. (IFBAIANO, 2021).

6.5.10 Agroindústria

A Agroindústria é uma unidade de processamento de alimentos responsável pela produção de laticínios, derivados de carne e vegetais. Quando existia uma produção nas unidades educativas do campo de carnes provindas do abate, esse setor chegou a contar com três servidores efetivos e quatro terceirizados, e os alimentos provenientes de sua produção eram destinados ao refeitório do *Campus* Catu e ao posto de vendas. Porém, há três anos o posto de vendas foi fechado e a produção do setor foi suspensa. Hoje, basicamente o setor funciona apenas para o desenvolvimento de atividades acadêmicas, como, por exemplo, aulas práticas e projetos de extensão.

A Agroindústria não possui coordenação e atualmente conta com apenas um servidor, que possui formação em Engenharia de Alimentos. Por isso, há a demanda de mais servidores nesse setor, especialmente de Técnico em Alimentos ou Agroindústria para dar suporte às aulas práticas curriculares e outras atividades acadêmicas que ocorram no setor.

Há o entendimento de que, além da inserção de mais servidores no setor, as ações da Agroindústria podem ser melhoradas com a integração do processamento de alimentos a um planejamento da produção agrícola e pecuária desenvolvida no âmbito da CUEC.

A descontinuidade produtiva da Agroindústria, por razões legais, o que engloba o funcionamento do Posto de Vendas, ocorridos há três anos, acabaram por inviabilizar uma possibilidade de formação pedagógica dos estudantes, ainda que à época de seus funcionamentos os mesmos não tivessem esse direcionamento. Por isso, essa comissão entende que a retomada de tais ações é fundamental para a garantia da ampliação do processo pedagógico dos estudantes, em especial dos Cursos de Agropecuária, partindo da concepção do trabalho como princípio formativo.

6.5.11 Coordenação de Unidade Educativa do Campo ã CUEC

A CUEC tem por objetivo assegurar, ao longo do ano, a disponibilização de áreas agricultáveis; equipamentos e animais referentes ao setor utilizado e condições necessárias às atividades de cunho didático-pedagógico de disciplinas tecnológicas específicas dos cursos ofertados no *Campus Catu*.

Nesse sentido, são atribuições da CUEC:

- I - Zelar pelo funcionamento e pela organização das Unidades Educativas de Campo;
- II - Preparar a Unidade Educativa de Campo para as aulas práticas mediante apresentação de solicitação de agendamento por parte do docente à essa coordenação;
- III - Supervisionar e orientar o correto uso das Unidades Educativas de Campo quando necessário;
- IV - Zelar pelo patrimônio das Unidades Educativas de Campo. (IFBAIANO, 2021).

Visando melhorias para a atuação da Coordenação de Unidade Educativa de Campo são elencadas proposições como:

- Implantação de fichas de acompanhamento de controle de animais;
- Ampliação de capineiras para alimentação dos animais;
- Implantação da cultura do milho para realização de silagem;
- Alienação de animais excedentes no *Campus*;
- Contribuições no Regulamento Interno para uso das Unidades Educativas de Campo- UEC;
- Planejamento na contratação de nova Empresa Prestadora de Serviços Agropecuários;
- Aquisições de materiais e insumos que são/serão utilizados nas unidades;
- Lançamentos no PGC-PAC de itens a serem utilizados pela coordenação.

Atualmente, o setor dispõe de sete servidores que atendem às demandas específicas, sem a necessidade de ampliação do quadro.

6.5.12 Setor da Equipe Técnico-Pedagógica ã NUAPE/NUTEPE

O NUAPE possui quatro servidores e estã subordinado à Diretoria Acadêmica. Atualmente, o setor possui apenas dois Pedagogos e dois Técnicos em Assuntos Educacionais. Esta especialidade é a principal carência no momento. Esse núcleo tem atuado no apoio às Jornadas Pedagógicas, na promoção de orientações pedagógicas individuais e coletivas com os estudantes e no suporte técnico-pedagógico aos cursos, uma vez que possui as competências seguintes:

- I - Prestar atendimento ao público nas questões pedagógicas relativas à aprendizagem, permanência e êxito do educando;
- II - Monitorar, avaliar e acompanhar os(as) estudantes que forem encaminhados(as) para as ações de melhoria da aprendizagem oferecidas pelo *campus*;
- (...)
- IV - Apoiar os estudantes em atendimento domiciliar;
- V - Elaborar a planilha de rendimento dos conselhos de classe finais dos cursos integrados;
- VI - Apoiar a Direção Acadêmica na organização da Jornada Pedagógica do Campus;
- VII - Consultar os planos de ensino dos componentes curriculares ministrados para acompanhamento do processo de ensino-aprendizagem, recomendando adequações quando necessário;
- VIII - Participar de reuniões, comissões e grupos de trabalho que possuam relação com as atribuições do Núcleo;
- IX - Elaborar pareceres, normatizações e relatórios técnico-pedagógicos, quando solicitado;
- X - Participar de comissões de criação, alteração e reformulação de Projetos Pedagógicos dos Cursos, como membro do Núcleo de Assessoramento Pedagógico (NAP), conforme regulamentação específica do IF Baiano;
- XI - Manter arquivo atualizado da Legislação Educacional e normatizações internas vigentes, prestando orientações quando solicitado.

Também compete ao NUAPE promover as seguintes ações de orientação pedagógica aos discentes:

- (...)
- II. Realizar o acolhimento dos estudantes ingressantes, identificando as demandas pedagógicas prioritárias;
- III. Diagnosticar, acompanhar e realizar orientações pedagógicas individualizadas para os estudantes repetentes, com baixo rendimento, com dificuldades de aprendizagem, frequência insatisfatória ou em risco de evasão, nas ações de permanência e êxito propostas pelo *campus*;
- IV. Encaminhar os estudantes para outros setores que compõem a Equipe Multiprofissional do *campus* quando necessário;
- V. Realizar reuniões com os estudantes para avaliar o processo de ensino-aprendizagem e subsidiar os conselhos de classe;

- VI. Fomentar o processo de avaliação dos estudantes pelos docentes nos conselhos de classe, realizando os encaminhamentos necessários;
 - (...)
 - VIII. Realizar orientações pedagógicas coletivas;
 - XII. Convocar os responsáveis pelos estudantes, quando necessário.
- (IFBAIANO, 2021).

Uma proposição suscitada como medida que poderia contribuir para o aprimoramento da atuação do NUAPE seria a mudança de setor para uma coordenação, subordinada à Direção Acadêmica e ligada a uma diretoria específica na Reitoria. Assim, poderia haver uma atuação alinhada e planejada, por meio de diretrizes para o trabalho pedagógico em nível institucional. Também é salientada a necessidade de revisar as atribuições da Coordenação de Ensino, Coordenação de Assuntos Estudantis e Coordenações de Curso, para demarcar o lugar da Pedagogia na Instituição, pois a relação do NUAPE com essas outras instâncias é, além de confusa, por vezes, conflituosa.

Atualmente, estão sendo realinhadas as orientações institucionais para a atuação do NUAPE, que passará a ser denominado de Núcleo Técnico-Pedagógico (NUTEPE) e terá as seguintes atribuições no *campus*:

- I - Assessorar a gestão acadêmica em relação à legislação educacional;
- II - Operacionalizar os programas e ações voltadas à melhoria do desempenho acadêmico e combate à evasão;
- III - Assessorar a Coordenação de Ensino e as Coordenações de cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, estabelecendo articulação reflexiva no planejamento, acompanhamento e avaliação de ações educativas quanto aos processos de ensino e aprendizagem;
- IV - Assessorar os órgãos gestores de cursos de Graduação nas dimensões de ensino, pesquisa e extensão que envolvam os diferentes sujeitos do contexto educacional, visando a ampliar as oportunidades de acesso, permanência, êxito dos estudantes e desempenho acadêmico institucional;
- V - Assessorar as Coordenações de Curso para organização de horário de aulas, planejamento e execução de reuniões pedagógicas, construção de planos de ação sobre visitas técnicas e projetos interdisciplinares, e avaliação do trabalho desenvolvido com as turmas;
- VI - Colaborar com a Diretoria Acadêmica e Coordenação de Ensino no planejamento, organização, realização, avaliação da Jornada Pedagógica;
- VII - Participar do planejamento, monitoramento e avaliação das ações de nivelamento de estudantes;
- VIII - Articular a organização do trabalho pedagógico junto aos docentes, mediante análise e monitoramento dos Planos de Ensino, bem como apoio para elaboração e articulação de projetos de ensino;
- IX - Realizar atendimentos pedagógicos relacionados às demandas de orientação educacional individual e coletiva de discentes, com base em encaminhamentos feitos por docentes, pela equipe multiprofissional, pelos Conselhos de Classe, por setores diversos ou por demanda espontânea estudantil;

- X - Articular e realizar orientação pedagógica individual e coletiva aos estudantes e retidos e aprovados pelo Conselho de Classe;
- XI - Analisar a viabilidade pedagógica das propostas de visitas técnicas, a partir do planejamento do componente curricular e do curso;
- XII - Realizar pesquisas diagnósticas para levantamento do perfil sócio-educacional das turmas;
- XIII - Elaborar relatórios técnicos referentes aos processos de ensino e aprendizagem;
- XIV - Acompanhar os procedimentos relativos ao exercício domiciliar de discentes impossibilitados (as) de frequentar aulas presencialmente;
- XV - Assessorar as reuniões do Conselho de Classe, mediante informações fornecidas pela Secretaria de Registros Acadêmicos sobre o desempenho acadêmico dos estudantes, bem como a partir de relatos baseados nos atendimentos pedagógicos;
- XVI - Prestar atendimento aos familiares/responsáveis por estudantes em relação às questões de ensino e aprendizagem;
- XVII - Promover ações pedagógicas junto às turmas, divulgando a Organização Didática dos cursos e demais informações institucionais relevantes;
- XVIII - Orientar os/as representante de turma para participar do Conselho de Classe Diagnóstico e Prognóstico dos cursos EPTNM;
- XIX - Contribuir com os órgãos gestores quanto ao fomento e definição de políticas para a educação profissional e tecnológica no âmbito do IF Baiano. (IFBAIANO, 2021).

Entretanto, com o objetivo de aprimorar a relação do NUAPE com o corpo docente, esta comissão entende que os tópicos listados abaixo referentes às atribuições do núcleo, representam pontos que devem ser revisitados e alterados, via fórum ampliado, abrangente, com a participação de todos os atores envolvidos.

- ✓ Elaborar relatórios técnicos referentes aos processos de ensino e aprendizagem.
- ✓ Articular a organização do trabalho pedagógico junto aos docentes, mediante análise e monitoramento dos Planos de Ensino, bem como apoio para elaboração e articulação de projetos de ensino.
- ✓ Analisar a viabilidade pedagógica das propostas de visitas técnicas, a partir do planejamento do componente curricular e do curso.

Apesar da descrição acerca da atuação do referido núcleo esta comissão entende que questões cotidianas que perpassam a relação com os docentes levam à necessidade de se destacar algumas pontuações nesse sentido, como: otimização do acompanhamento do NUAPE e aproximação com o cotidiano escolar, para além das ações nas coordenações de curso e das atividades burocráticas. No entanto, esta aproximação não deve ser confundida

com a perda de autonomia do docente e sim com a melhor delimitação das funções de cada uma das partes.

Ademais, a colaboração do núcleo em relação aos docentes que até então não são licenciados, é uma necessidade real. Assim, destaca-se que o que se propõe não é a ruptura da atuação do núcleo em relação ao papel docente, mas uma assessoria dentro das necessidades reais dos docentes, especialmente na área técnica. Tal proposição poderia ser contemplada, parcialmente, com a formação continuada em serviço.

A necessidade de que o NUAPE atue como equipe em relação aos demais setores e não se constitua em um espaço isolado do todo é premente. Uma demonstração do que se fala é a própria ausência de uma representação do setor na atual comissão de construção do presente documento, o PPP, por isso aponta-se a necessidade do diálogo aberto, respeitoso entre cada setor, a fim de que se construa um ambiente de trabalho produtivo.

6.5.13 Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas ï NEABI

O NEABI possui como atribuição fundamental promover reflexões, debates e ações relacionadas ao respeito à diversidade étnicorracial e contra o racismo, a estrutura racista e seus desdobramentos, através de estudos, atividades de ensino e extensão voltados para esta questão.

O NEABI tem realizado diversas ações, desde a sua institucionalização no IF Baiano *Campus* Catu. A proposição atual do núcleo é o desenvolvimento de, pelo menos uma atividade, em cada semestre letivo. Dentre elas, é possível citar: recepção aos estudantes ingressantes; Jornada Pedagógica; Abril ñIndígena; Julho das Pretas; *stand* na FEMMIC, apresentando trabalhos de pesquisa; Novembro Negro; Cine Neabi; Cursos de formação; Projeto de Extensão.

Vislumbra-se que a atuação do NEABI pode ser aprimorada na medida em que mais servidores se integrem a esse núcleo. Há outras medidas que também são consideradas como possibilidades de aprimoramento, como: acesso às verbas suficientes para que se possa desenvolver eventos e outras as atividades; apoio da gestão no sentido de promover ações do NEABI durante a Semana de recepção aos estudantes ingressantes, na realização da Jornada Pedagógica, do Abril Indígena e do Novembro Negro - por vezes se determina atividades outras no mês de novembro impossibilitando foco e recursos para as atividades do Novembro Negro.

No que concerne às proposições de discussão realizadas pelo núcleo, esta comissão entende que a potência pode ser otimizada a partir da inserção da produção e publicação científicas e acriação de linhas de pesquisa como prática institucionalizada do núcleo (IFABAINO, 2021).

6.5.14 Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade – GENI

O GENI, conforme Portaria Interna 09/2021, tem sua composição formada por servidores, estudantes e representantes da comunidade externa, totalizando atualmente 25 membros. A sua coordenação é composta, atualmente, por três servidoras e acontece de forma colegiada, sem o estabelecimento de algum tipo de hierarquia.

Esse núcleo tem como atribuições:

I -Desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas às temáticas de gênero, sexualidade e educação, fomentando a participação dos diversos segmentos da instituição;

II -Atuar na articulação de pesquisadores e extensionistas, representantes de movimentos sociais e comunidade interna e externa para constituir grupos de estudos e desenvolver estratégias de ação no âmbito institucional;

III - Atuar como instância consultiva nos processos de elaboração e implementação de políticas de ações afirmativas nas temáticas de gênero e sexualidade. (IFBAIANO, 2021).

O GENI tem apenas um ano e meio de existência no IFBaiano*Campus*Catu. Ao longo desse períodoo núcleo foi demandado em muitas questões burocráticasmas, ainda assim, foi possível realizar ações como:

1. Atividades de organização e burocráticas para implantação do Núcleo;
2. Reuniões de estudos quinzenais no segundo semestre do ano letivo de 2019;
3. Reunião ordinária mensal (desde 2019 até o presente);
4. Evento: Visibilidade Lésbica, em agosto de 2019;
5. Encontro dos Geni's do IF Baiano no IFBA *Campus* Santo Amaro, em dezembro 2019;
6. Projeto de ensino - Geni na Rede - projeto do perfil do Instagram (estudos e produção textual);
7. Reuniões de Estudo quinzenais virtualmente no segundo semestre de 2020;
8. Desenvolvimento do projeto Geni Talk, que conta com a realização de *lives* em

que se debatem questões relativas a gênero e sexualidade.

Antes do início da Pandemia do Covid 19, quando as atividades presenciais ainda estavam em curso, o GENI do *Campus* Catu estava buscando infraestrutura, equipamentos, material pedagógico (uma sala, mobiliário, ramal telefônico, computador, equipamento de audiovisual, livros, etc.). Esse núcleo também aponta a necessidade de um local do *campus* para o desenvolvimento do seu trabalho, bem como de um espaço para realização das reuniões e produções de atividades pedagógicas de ensino, pesquisa e extensão. Além disso, existe a demanda de formação continuada na área de gênero e sexualidade para os servidores, a fim de qualificar as ações institucionais, e de apoio financeiro para produzir eventos e atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Mais uma vez esta comissão acredita que a atuação do referido núcleo pode ser otimizada a partir da inserção da produção e publicação científicas e a criação de linhas de pesquisa como prática institucionalizada do núcleo.

6.5.15 Núcleo de Apoio às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE

O NAPNE possui as atribuições seguintes:

- I - Convocar para reuniões ordinárias e extraordinárias os membros do núcleo;
- II - Suscitar e apoiar propostas de atividades para o desenvolvimento das ações do núcleo;
- III - Promover eventos que envolvam sensibilização e formação da comunidade acadêmica;
- IV - Emitir parecer referente às deliberações do núcleo e, sempre que necessário, sobre assuntos didático-pedagógicos e administrativos, no tocante às PNE;
- V - Articular as atividades desenvolvidas pelo NAPNE com as ações de outras instituições especializadas no atendimento às PNE;
- VI - Divulgar informações sobre os projetos de inclusão relativos ao núcleo, buscando garantir o acesso e a permanência de estudantes com necessidades específicas e viabilizar seu encaminhamento ao mundo do trabalho;
- VII - Estimular e participar da elaboração de projetos e editais que visem fomentar as ações do NAPNE;
- VIII - Elaborar e encaminhar planejamento anual de previsão orçamentária do núcleo à Comissão Local de Diversidade e Inclusão, de acordo com as ações propostas;
- IX - Elaborar e encaminhar relatórios semestrais das ações de implementação do núcleo à Comissão Local de Diversidade e Inclusão;
- X - Zelar pela documentação e pelo patrimônio alocado no NAPNE;
- XI - Participar dos processos de criação e/ou alteração dos Projetos Pedagógicos de Cursos - PPC e Projeto Político-Pedagógico - PPP da

Instituição, subsidiando informações concernentes aos princípios da Educação Inclusiva;
XII - Participar de Grupos de Trabalho (GT) dos processos de criação e/ou alteração dos PPC e PPP, como forma representativa do NAPNE;
XIII- Representar o NAPNE nas ocasiões em que se fizer necessário;
XIV - Cumprir e fazer cumprir o presente regulamento;
XV - Elaborar o cronograma anual das reuniões ordinárias e submetê-lo à aprovação do grupo. (IFBAIANO, 2021).

Atualmente, o NAPNE conta apenas com um servidor, o que dificulta muito o seu bom funcionamento. Nesse momento, por exemplo, esse núcleo não dispõe de intérpretes de Libras, fato que compromete o desenvolvimento das atividades pedagógicas junto aos estudantes surdos matriculados na Instituição. A dotação desse núcleo com intérprete em Libras é imprescindível.

6.5.16 Núcleo de Automação e Tecnologias – NAT

O NAT foi criado em 2017, em substituição ao antigo Núcleo de Acessibilidade Visual – NAV, no IF Baiano *Campus* Catu (IFBAIANO, 2017). Esse núcleo surgiu com a finalidade de desenvolver ações voltadas para acessibilidade de pessoas com deficiência visual.

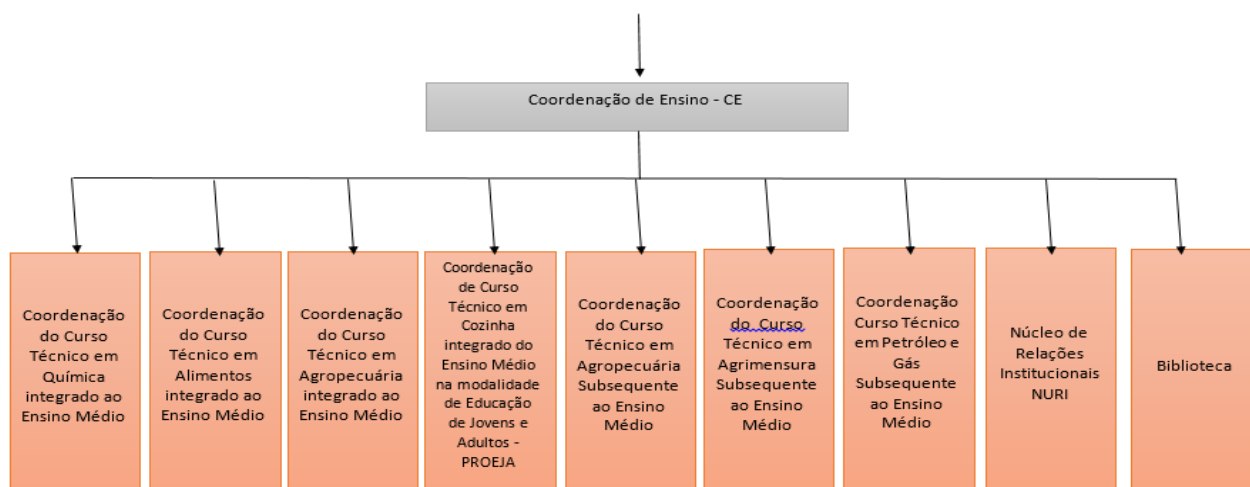
6.6 COORDENAÇÃO GERAL DE ENSINO – CE

A Coordenação Geral de Ensino não possui uma documentação reguladora de suas atribuições, as atividades delegadas ao setor podem ser encontradas em documentos como Organização Didática e em diversas resoluções.

A função básica da CE é atuar na gestão de seus servidores, especialmente docentes, gerenciando, analisando e emitindo pareceres sobre a atuação dos docentes no *campus*. Esta mesma função se aplica aos demais servidores lotados na CE, que não são docentes. A CE gerencia a alocação dos TAE nos setores como Suporte CE e Núcleo de Relações Institucionais.

A CE também é responsável pelos laboratórios do *campus* e gerencia o trabalho dos profissionais destes setores. Um setor que também faz parte da responsabilidade da CE é a Biblioteca, muito embora a organização e regulação interna da Biblioteca exista.

Figura 5: Organograma da Coordenação de Ensino.



Fonte: elaboração da comissão.

Grande parte do trabalho da CE é distribuir as atribuições de cada servidor, zelar pelo cumprimento destas atividades, encaminhar as folhas de ponto - atestadas e assinadas - para o setor de gestão de pessoas, avaliar as solicitações destes servidores - desde licenças capacitações a afastamentos para qualificação, redistribuição e remoção. A CE também é responsável pela avaliação anual individual dos servidores, bem como avaliações de estágio probatório. Estas atribuições são inerentes à função de chefia, mas existem as atribuições de caráter mais técnico que estão relacionadas à área acadêmica. Estas atribuições estão espalhadas em diversos documentos emitidos pela Pro - Reitoria de Ensino ou pelo próprio gabinete do Reitor. Neste aspecto, a CE é mais um setor de execução e supervisão.

Assim, atribui-se a CE, zelar pelo cumprimento do que está previsto nos PPC dos cursos Integrados e Subsequentes, orientar docentes em relação a situações conflitantes em sala de aula ou entre servidores, presidir conselhos de classe diagnósticos e finais, avaliar planejamentos dos Coordenadores de Cursos e orientá-los com base nas leis e regulamentações do Instituto, emitir pareceres sobre situações que envolvam a atividade acadêmica dos estudantes dos cursos Integrados e Subsequentes.

A CE também participa obrigatoriamente de diversas comissões, na construção do planejamento de calendários acadêmicos e deveria - idealmente - participar do planejamento financeiro do *campus*. Grosso modo, a CE atua como uma intermediária entre as Diretorias e a sala de aula, o que significa que a CE não possui um poder de decisão sobre as atividades e documentos que ela avalia - ela apenas emite sua análise e orientação - mas qualquer decisão deve ser tomada no nível das Diretorias do *campus*. A

atuação da CE é bastante complexa e diversificada. Além disso, é o maior setor do *campus*, com 123 servidores vinculados, ainda assim carece de uma revisão de sua natureza e demarcação, de forma a melhor sistematizar a sua atuação.

Dentre as ações que têm sido desempenhadas pela CE, destacam-se: a participação na alteração e reformulação dos PPC dos cursos Integrados e Subsequentes, sistematização de agendamento de reuniões, regulamentação dos Projetos de Ensino, avaliação de livros didáticos no novo formato proposto pelo PNLD, aquisição de instrumentos musicais para as aulas de Música, avaliação e recepção de livros do PNLD Literário, organização da tramitação de documentos na CE.

Com relação às medidas que podem aprimorar a atuação da CE é considerado que é necessário a formulação de um documento regulamentador do seu funcionamento, pois existe uma resolução que orienta a atividade dos Coordenadores de Curso, mas não existe documento similar para a CE, esta medida é considerada essencial e urgente. A manutenção do Assistente de Suporte da CE é primordial, ou seja, um coordenador de ensino precisa de um servidor para assisti-lo em suas atividades. Outra sugestão importantíssima é rever a alocação dos servidores, a CE abrange um número significativo de servidores e sua função muitas vezes se confunde com a do NAGP, resultando muitas vezes em sobrecarga na CE (IFABAINO, 2021).

6.6.1 Coordenações dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e dos Cursos Técnicos Subsequentes: Coordenação do Curso Técnico em Química Integrado ao Ensino Médio; Coordenação do Curso Técnico em Alimentos Integrado ao Ensino Médio; Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária Integrado ao Ensino Médio; Coordenação de Curso Técnico em Cozinha integrado do Ensino Médio na modalidade de Educação de Jovens e Adultos i PROEJA; Coordenação do Curso Técnico em Agropecuária Subsequente ao Ensino Médio; Coordenação do Curso Técnico em Agrimensura Subsequente ao Ensino Médio; Coordenação Curso Técnico em Petróleo e Gás Subsequente ao Ensino Médio

As atribuições genéricas das Coordenações dos Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e dos Cursos Subsequentes estão instituídas pela Resolução nº 19, de 20 de agosto de 2015/CONSUP/IF Baiano, e compreendem:

Art. 2º. As Coordenações de Curso tem papel central na dinâmica educativa, uma vez que as suas atribuições possibilitam a operacionalização do processo pedagógico, através da articulação de ações junto com os demais

órgãos gestores e a manutenção do diálogo permanente com a equipe pedagógica, professores(as) e estudantes, visando o sucesso das ações propostas e da formação profissional-cidadã.

Art. 3º. São atribuições da Coordenação de Curso:

I - Divulgar, viabilizar e garantir o cumprimento das políticas e diretrizes da legislação educacional vigentes, no âmbito do curso;

II - Planejar e realizar reuniões periódicas com docentes do curso, Equipe Pedagógica, Coordenação de Ensino e de Assuntos Estudantis, com registro em ata, sobre os indicadores de qualidade e efetividade do processo de ensino-aprendizagem, considerando o papel dos mesmos nas avaliações institucionais, no planejamento e desenvolvimento do curso;

III - Zelar pela indissociabilidade entre o Ensino, Pesquisa e Extensão, no âmbito do Curso, efetivando ações dentro da coordenação, mantendo o diálogo permanente com as comunidades acadêmica e local;

IV - Convocar e presidir o Conselho e/ou Colegiado do Curso o representando junto à Direção Acadêmica, Coordenação de Ensino e à Direção Geral do *campus* nas suas proposições;

V - Coordenar, junto a equipe pedagógica, a organização e operacionalização do Curso, especialmente no que diz respeito aos componentes curriculares, turmas e professores(as) para o período letivo;

VI - Zelar pela aplicação dos princípios do Projeto Político Pedagógico do *Campus* e normas da Organização Didática;

VII - Incentivar o desenvolvimento de projetos de pesquisas e extensão, em articulação com as respectivas coordenações;

VIII - Viabilizar as visitas técnicas realizadas pelos estudantes do curso, conforme procedimentos e regulamentos da atividade em cada *Campus*;

IX - Realizar diagnóstico e dar encaminhamento sobre as necessidades relativas a infraestrutura física e material participando do processo de compras e aquisição de bens para o bom andamento do Curso que coordena;

X - Elaborar, de forma conjunta à Coordenação de Ensino, Pesquisa, Extensão, Equipe Pedagógica e Coordenação de Assuntos Estudantis, o Plano de Trabalho Anual/Semestral para o ensino, a pesquisa e a extensão, buscando, sempre que possível, a proposição de atividades que atendam ao princípio da interdisciplinaridade, integração curricular e indissociabilidade entre estas três dimensões do conhecimento;

XI - Apresentar o Plano de Trabalho ao Diretor Acadêmico e ao Coordenador de Ensino a fim de viabilizar a sua efetivação;

XII - Realizar, junto à Coordenação de Assuntos Estudantis, reuniões periódicas com discentes a fim de diagnosticar demandas acadêmicas e encaminhá-las à Diretoria Acadêmica;

XIII - Implementar e acompanhar as ações preventivas a evasão e retenção, propostas pelo Núcleo Apoio ao Processo de Ensino-Aprendizagem, Permanência e Êxito do Educando, em colaboração com a Coordenação de Ensino e a Coordenação de Assuntos Estudantis;

XIV - Organizar, conjuntamente com a Coordenação de Ensino e Coordenação Assuntos Estudantis, reuniões de pais e responsáveis;

XV - Acompanhar com a Coordenação de Ensino, o cumprimento do calendário letivo e das cargas horárias dos Componentes Curriculares do curso;

XVI - Acompanhar o cumprimento do horário de aulas, bem como as eventuais substituições e trocas de horários, realizadas entre os docentes;

XVII - Efetuar levantamento, organizar e encaminhar demanda de vagas de docentes para o curso, sugerindo os perfis necessários para a contratação dos mesmos;

XVIII - Colaborar com o Núcleo de Relações Institucionais para o estabelecimento de convênios com instituições públicas ou privadas, no intuito de viabilizar a realização de estágios;

XIX - Promover atividades junto a Cooperativa Escola, com fins pedagógicos, sempre que possível;

XX - Possibilitar a circulação das informações oficiais e de eventos relativos ao curso, de forma clara e objetiva, entre os interessados;

XXI - Participar das solenidades oficiais relacionadas ao curso, tais como formaturas, aulas inaugurais, reuniões de recepção de novos estudantes e/ou eventos da área que necessitem a presença do coordenador;

XXII - Articular o planejamento de eventos técnicos, científicos e culturais promovidos pelo curso;

XXIII - Coordenar os processos de alteração, reformulação curricular, extinção e avaliações do curso;

XXIV - Coordenar e delegar atribuições nas questões de sua competência para a implementação de atividades acadêmicas e administrativas do respectivo curso;

XXV - Viabilizar ações relacionadas aos Estágios Curriculares e ao Acompanhamento dos Egressos junto aos setores responsáveis;

XXVI - Publicizar documentos referentes ao Projeto Pedagógico do Curso.

XXVII - Avaliar, junto aos seus pares, e dar parecer, nos processos de aproveitamento de estudos.

XXVIII - Assessorar e acompanhar os processos de avaliação externa;

XXIX - Participar de reuniões sempre que convocados; Promover a articulação entre os docentes envolvidos no curso com vistas à integração interdisciplinar. (IFBAIANO, 2015).

6.6.2 Núcleo de Relações Institucionais – NURI

As competências desse núcleo dizem respeito a dar apoio técnico-administrativo a todos os envolvidos no programa de estágio do *campus*, sejam discentes ou concedentes de estágio; Auxiliar estudantes egressos com a divulgação de cursos e oportunidades de empregos; Promover oficinas e palestras sobre estágios e mundo do trabalho.

São competências do Núcleo de Relações Institucionais:

I - Apoiar as ações da Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional;

II - Realizar estudos de demanda junto à comunidade em geral para a implantação de novos cursos e adequação curricular;

III - Identificar parceiros em potencial para cooperação mútua;

IV - Coordenar o processo de elaboração do Relatório de Gestão semestral;

V - Coordenar a elaboração e monitoramento do Plano de Ação Anual do *Campus* (PAA), em consonância com o PDI;

VI - Dar suporte à Direção Geral para monitoramento e cumprimento dos objetivos estratégicos do PDI;

VII - Assessorar o(a) Diretor(a) Geral nas estratégias de articulação e integração *Campus*/Comunidade Externa;

VIII - executar outras funções que, por sua natureza, lhe sejam afins ou lhe tenham sido atribuídas. (IFBAIANO, 2021).

6.6.3 Biblioteca

A Biblioteca é composta por cinco servidores, quais sejam, duas bibliotecárias e três Auxiliares de Biblioteca.

Esse setor realiza atendimento ao público ininterrupto das 08h às 22h. Desta forma, o número de servidores auxiliares de biblioteca é insuficiente para o pleno funcionamento do setor nos três turnos de atendimento. Por diversas vezes, o bibliotecário, que deveria realizar um atendimento especializado ao usuário, acaba por cobrir horários no balcão de atendimento deixando outras atividades inerentes a sua profissão por fazer, devido à necessidade de manutenção do setor aberto.

São definidas como atribuições do bibliotecário:

1. Administração, direção e organização, supervisão da biblioteca;
2. Tratar tecnicamente os recursos informacionais e disseminar a informação com o objetivo de facilitar o acesso e geração do conhecimento;
3. Promover difusão cultura e desenvolver ações educativas;
4. Atendimento especializado ao usuário;
5. Promover treinamentos e programas de atualização de usuários. (IFBAIANO, 2021).

Com relação ao auxiliar de biblioteca há as atribuições seguintes:

1. Apoio no processamento técnico;
2. Atendimento ao usuário, atividades de incentivo à leitura;
3. Executam atividades administrativas relacionadas à rotina da biblioteca, seja no atendimento ao usuário, seja na organização do acervo ou na manutenção de bancos de dados;
4. Colaboram no controle e na conservação de equipamentos;
5. Participam de treinamentos e programas de atualização de usuários. (IFBAIANO, 2021).

Uma finalidade fundamental da Biblioteca se constitui na promoção do acesso à informação para toda a comunidade acadêmica, de forma atualizada, oferecendo serviços e produtos de apoio ao desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão. Nesse sentido, destacam-se os seguintes serviços oferecidos e atividades desenvolvidas por esse setor:

1. Cadastro de usuários no Sistema *Pergamum* (feito no início do ano letivo, juntamente com a apresentação do setor);

2. Guarda volume ã Disponibilização de chaves dos armários para que os usuários acomodem seus pertences (bolsas, mochilas e congêneres);

3. Serviço de referência - Orientação aos usuários para utilização dos recursos informacionais disponibilizados pela Biblioteca e em outras fontes de informações externas ao IF Baiano;

4. Empréstimo domiciliar ã Requisitado pelo usuário cadastrado no sistema *Pergamum* para que o material informacional esteja sob a sua posse por um período de sete (7) dias corridos;

5. Reserva de material informacional ã Solicitação realizada pelo usuário, diretamente no Sistema *Pergamum* ou no balcão de atendimento da Biblioteca, de material que esteja sob a posse de outro usuário e que não tenha outro exemplar para empréstimo;

6. Consulta local ã Pode ser requisitada pelo usuário aos servidores presentes na Biblioteca ou realizada livremente no acervo, independentemente de solicitação;

7. Orientação para normalização de trabalhos acadêmicos: fornecer esclarecimentos e orientações na elaboração de referências bibliográficas e apresentação de trabalhos científicos, de acordo com as normas da ABNT. Este serviço deverá ser agendado com o(a) Bibliotecário(a);

8. Elaboração de fichas catalográficas ã Serviço requisitado pelo usuário interno do IF Baiano para a inclusão da ficha catalográfica nos trabalhos acadêmicos vinculados ao próprio instituto;

9. Desenvolvimento de atividades culturais e artísticas que atendam ao público interno e externo, a exemplo da Semana da Biblioteca;

10. Catalogar, guardar, recuperar e disseminar os materiais informacionais adquiridos pela Biblioteca ã Atividade meio realizada pelo Bibliotecário com a finalidade de disseminar a Informação para o usuário;

11. Promover campanhas educativas para o bom uso do acervo e dos ambientes que compõem a biblioteca do *campus*;

12. Promover treinamentos para uso de serviços, equipamentos e espaço da Biblioteca.

Visando a melhoria no atendimento da Biblioteca, recomenda-se: Aumento no número de servidores no atendimento do setor; Automação de alguns processos (devolução); Definição de orçamento exclusivo para o setor (atualização do acervo);

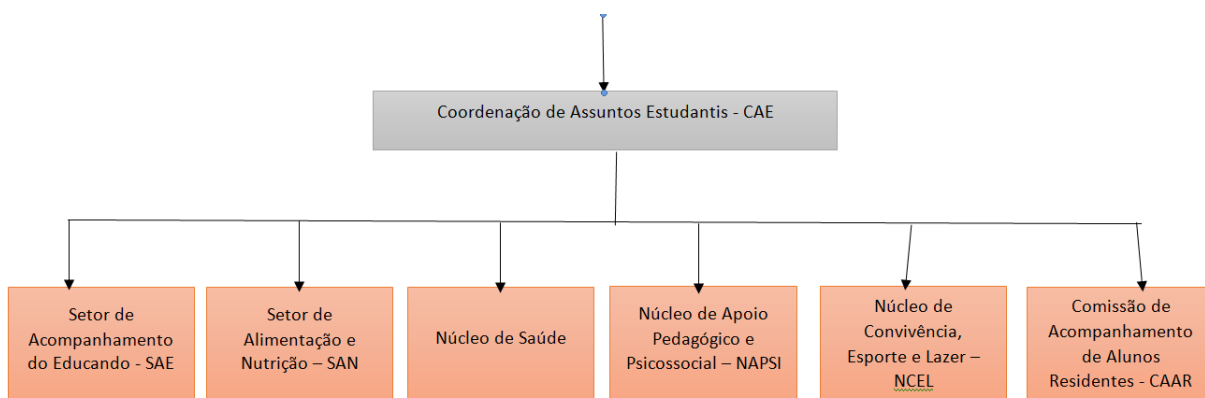
Reestruturação do espaço tendo em vista o crescimento do acervo e a necessidade de criação de uma área de convivência agradável aos leitores e frequentadores.

Esta comissão acredita que mais uma ação a ser desenvolvida no setor, qual seja, a constituição de um espaço que aloque todas as produções de todos os servidores, de forma institucionalizada, com vistas a valorizar a produção acadêmica institucional e os servidores que as produzem, deve passar a existir.

6.7 Coordenação de Assuntos Estudantis – CAE

A Coordenação de Assuntos Estudantis conta atualmente com oito servidores lotados. Vincula-se a essa coordenação mais cinco setores e uma comissão com *status* de setor, conforme pode ser visto no organograma a seguir.

Figura 6: Organograma da Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE)



Fonte: Elaborado pela comissão.

A CAE possui como atribuições:

- I - Apoiar o processo de ingresso de estudantes;
- II - Coordenar e acompanhar as políticas e os programas de assistência estudantil;
- III - Fomentar, promover e acompanhar ações voltadas à atenção biopsicossocial e orientação pedagógica ao(à) estudante;
- IV - Coordenar e supervisionar o funcionamento e a utilização da residência estudantil, refeitório, enfermaria, consultório médico e odontológico ou quaisquer outras estruturas de apoio voltadas ao atendimento ao(à) estudante;
- V - Apoiar a implementação das políticas de inclusão dos(as) estudantes com necessidades educacionais específicas;

- VI - Promover a realização de projetos sócio-educativos;
- VII - Implementar medidas que impliquem na permanência e êxito estudantil;
- VIII - Implementar o regimento disciplinar discente no *Campus*;
- IX - Promover e coordenar ações afirmativas que contemplem a diversidade étnico-cultural;
- X - Supervisionar a utilização e o funcionamento dos restaurantes e residências estudantis;
- XI - Supervisionar e apoiar as ações dos núcleos de apoio à assistência estudantil. (IFBAIANO, 2017).

A CAE nos últimos anos tem desenvolvido atividades como:

- Ações voltadas para a motivação do estudante;
- Acompanhamento do aluno residente;
- Ampliação do número de beneficiários nos programas da assistência estudantil;
- Atendimento na área de saúde do estudante;
- Ações preventivas em saúde geral e bucal;
- Diagnóstico e atendimento do discente com problemas pessoais e familiares;
- Oferta de residência estudantil para discentes que residem em outros municípios;
- Reuniões para melhoria da relação docente e estudante;
- Reunião com as mães, pais e/ou responsáveis dos estudantes;
- Reunião com o grêmio estudantil e representantes de turmas;
- Rodas de conversas com os discentes;
- Fornecimento de alimentação para os discentes;
- Fornecimento de auxílio digital durante as aulas remotas;
- Fornecimento de kit alimentação para discentes em situação de vulnerabilidade socioeconômica durante a pandemia.

Reconhece-se que é possível alcançar melhoria no funcionamento da CAE, a partir da promoção de palestras e eventos para desenvolvimento de motivação para que o servidor perceba que pode contribuir com o processo de ensino e aprendizagem e, assim, ser estimulado a propor ações no seu âmbito de atuação, além do fornecimento de cursos de capacitação em informática para os servidores, garantindo-lhes condições para lidar com os sistemas institucionais.

6.7.1 Setor de Acompanhamento ao Educando- SAE

Em conformidade com seu Regulamento, são atribuições do Setor de Acompanhamento ao Educando:

I - Executar e acompanhar em parceria com outros setores as ações, projetos e programas da Política de Assistência Estudantil;

II - Avaliar e formular propostas que visem a melhoria da Política de Assistência Estudantil;

III - Planejar, orientar, gerir e avaliar as ações concernentes ao atendimento ao estudante;

IV - Apoiar, criando os mecanismos necessários para possibilitar a realização de ações propostas pelas representações estudantis;

V - Realizar avaliação dos serviços que serão direcionados à assistência estudantil: refeitório, internatos, serviços de saúde entre outros;

VI - Promover a ampla divulgação da Política de Assistência Estudantil;

VII- Acompanhar os educandos em suas carências de ordem psicossocial, criando estratégias de intervenção junto ao convívio familiar e encaminhando quando necessário para serviços de acompanhamento psicossocial externos ao *campus*;

VIII- Acompanhar a vida acadêmica dos discentes vislumbrando ajudar os estudantes em questões de ordem didático-pedagógicas. (IFBAIANO, 2021).

6.7.2 Setor de Alimentação e Nutrição ï SAN

O Setor de Alimentação e Nutrição é formado por dois servidores e está vinculado a CAE. Anteriormente, o SAN já foi composto por sete servidores, sendo três nutricionistas, três cozinheiros e um engenheiro de alimentos. Com a diminuição do quadro sente-se a carência de retorno de, pelo menos, mais um profissional nutricionista.

São definidas para esse setor as atribuições seguintes:

I - Elaborar os cardápios de acordo com as necessidades nutricionais, com base no diagnóstico de nutrição da clientela, respeitando os hábitos alimentares regionais, culturais e étnicos;

II - Prestar atendimento, por meio de cardápio específico, aos clientes/usuários com doenças e deficiências associadas à nutrição, bem como aos portadores de necessidades especiais, visando o direito humano à alimentação adequada e saudável;

III - Coordenar as atividades de recebimento e armazenamento de alimentos, material de higiene, descartáveis e outros;

IV - Implantar e supervisionar as atividades de pré-preparo, preparo, distribuição e transporte de refeições e/ou preparações;

V - Elaborar e implantar o Manual de Boas Práticas específico da UAN, mantendo-o atualizado;

VI - Implantar e supervisionar Procedimentos Operacionais Padronizados (POP) e métodos de controle de qualidade de alimentos, em conformidade com a legislação vigente;

VII - Elaborar relatórios técnicos de não conformidades e respectivas ações corretivas, impeditivas da boa prática profissional e que coloquem em risco a saúde humana, encaminhando-os ao superior hierárquico e às autoridades competentes, quando couber;

VII - Promover a redução das sobras, restos e desperdícios; Participar do planejamento e da supervisão das atividades de compras de alimentos, material de higiene, descartáveis e outros. Supervisionar as atividades de fornecimento dos alimentos, analisando a procedência e qualidade dos alimentos;

IX - Participar das atividades de gestão de custos de produção;

X - Participar do planejamento e da supervisão da implantação ou adequação de instalações físicas, equipamentos e utensílios da Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN);

XI - Promover a sensibilização de gestores e representantes da instituição da área quanto à responsabilidade destes pela saúde dos alunos, bem como a importância do nutricionista neste processo;

XII - Participar da elaboração dos critérios técnicos que subsidiam a celebração de contratos na área de prestação de serviços de fornecimento de refeições para coletividade;

XIII - Supervisão de estágios dos estudantes do curso técnico em cozinha; Realizar teste de aceitabilidade de preparações/refeições;

XIV - Promover ações de incentivo ao desenvolvimento sustentável;

XV - Executar outras tarefas de mesma natureza e nível de complexidade associadas ao ambiente organizacional. (IFBAIANO, 2021).

Com relação às ações desenvolvidas nos últimos anos, o SAN tem atuado em:

- Prestação do serviço de Alimentação e Nutrição, conforme a Política de Assistência Estudantil do IF Baiano, ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, às Diretrizes da Agência Nacional de Vigilância Sanitária e ao que rege o Conselho Federal de Nutrição no âmbito da produção de refeições para coletividades;
- Gestão e Fiscalização de Contratos de materiais e serviços;
- Implantação do controle de acesso dos alunos ao refeitório com o monitoramento ao longo da distribuição em tempo real, permitindo melhor dimensionamento da produção, garantindo o fornecimento a todos os usuários, evitando falta de refeições ou desperdício;
- Apoio e participação nos eventos institucionais como Festa de ex-alunos, Jogos Estudantis, FEMMIC e outros;
- Participação no planejamento e na supervisão das atividades para adequação das instalações físicas, equipamentos e utensílios da Unidade de Alimentação e Nutrição (UAN), resultando na aquisição ou substituição de materiais e equipamentos, além de reforma na unidade.

6.7.3 Núcleo de Saúde

O Núcleo de Saúde do IF Baiano *Campus Catu* é composto por dois enfermeiros, Técnico em Enfermagem, Odontólogo e Assistente Social. Promove atendimento ambulatorial em pequenas urgências, avaliação, triagem e encaminhamentos necessários, prevenção clínica e educação voltada para saúde; realiza acompanhamento em atendimentos hospitalares e ambulatoriais; assiste alunos em viagens em que necessite maior suporte em saúde; presta atendimento e acompanha alunos no interior dos alojamentos; orienta administração de medicações prescritas através de receita médica; orienta pacientes a assumirem, com autonomia, a própria saúde.

6.7.4 Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial – NAPSI

São atribuições do NAPSI, conforme disposto na Política de Assistência Estudantil:

I - detectar as dificuldades de natureza psicossocial e pedagógica que interfiram no processo de aprendizagem dos estudantes;

II - identificar e acompanhar estudantes, especialmente quando há risco de retenção e/ou evasão, possibilitando a continuidade do acesso à educação de qualidade;

III - mediar, junto aos atores envolvidos, os conflitos decorrentes do processo ensino aprendizagem, de forma a estabelecer e fortalecer estratégias de recuperação e desenvolvimento para os estudantes acompanhados;

IV - fomentar diálogos temáticos com os familiares dos(as) estudantes garantindo a sua participação na vida acadêmica do educando e na democratização das decisões institucionais;

V - realizar acompanhamento sistemático às turmas de modo a identificar dificuldades de naturezas diversas, que podem refletir direta ou indiretamente no desempenho acadêmico do(a) estudantes, intervindo e encaminhando, quando necessário;

VI - realizar diagnóstico local de intenção de evasão e retenção dos estudantes e propor ações para redução desses índices;

VII - desenvolver ações visando a prevenção e o combate a prática da intimidação sistemática (*bullying*) dentro da Instituição.

O Setor de Serviço Social vem desenvolvendo as seguintes ações:

I - Atendimentos sociais a estudantes e familiares;

II - Identificação de questões sociais que podem interferir no rendimento escolar;

III - Encaminhamentos de alunos para atendimentos junto à rede sócio-assistencial e SUS;

IV - Visitas domiciliares a fim de conhecer realidade sócio-familiar dos discentes. (IFBAIANO, 2019).

6.7.5 Núcleo de Convivência, Esporte e Lazer ã NCEL

Tem como objetivo apoiar e incentivar ações artísticas e culturais, visando à valorização e difusão das manifestações culturais estudantis; garantir espaço adequado para o desenvolvimento de atividades artísticas; estimular o acesso às fontes culturais, assegurando as condições necessárias para visitação a espaços culturais e de lazer.

6.7.6 Comissão de Acompanhamento de Alunos Residentes ã CAAR

São atribuições da Comissão de Acompanhamento de Alunos Residentes:

- I- Dimensionar e fiscalizar o uso de internatos;
- II- Selecionar os discentes que terão direito a utilização dos internatos;
- III- Atuar para prover das melhores condições de uso dos internatos;
- IV- Intervir nos casos em que se desrespeite os regulamentos;
- V- Acompanhar o rendimento escolar dos discentes internos buscando criar dinâmica que privilegie a rotina de estudos dentro do internato;
- VI- Orientar quanto à manutenção e os cuidados da saúde. (IFBAIANO, 2021).

6.8 PERCURSO METODOLÓGICO DAS ATIVIDADES DA SUBCOMISSÃO

A subcomissão elaborou um questionário pelo *Google Forms* para a coleta de informações. O contato com setores e núcleos ocorreu por canais como *e-mail*, com objetivo de estimular a participação. Como iniciativas adicionais, foram feitos contatos por telefone e *WhatsApp* com as chefias e solicitado apoio da gestão para sensibilização.

Outra ação realizada foi a coleta de informações complementares, a partir de pesquisas feitas pela subcomissão em documentos e *sites* institucionais, com o propósito de consolidar dados e preencher as lacunas de setores que não responderam.

Mostrou-se necessário solicitar reunião com a gestão para levantamento de dados, a qual foi realizada em 03/08/2021.

Acerca do tratamento dos dados, foram realizadas cinco reuniões internas da subcomissão voltadas ao mapeamento, tabulação e análise dos mesmos. Ademais, houve a necessidade de solicitar preenchimento por parte dos setores que ainda não haviam respondido.

7 GESTÃO INSTITUCIONAL

O Instituto Federal Baiano *Campus* Catu pauta-se na democracia como princípio da gestão, o que pressupõe a construção de processos de decisão baseados na participação e na deliberação pública. Neste sentido fundamenta-se na Constituição de 1988, optando-se por um regime normativo e político, plural e descentralizado, no qual se cruzam novos mecanismos de participação social com um modelo institucional cooperativo, que amplia o número de sujeitos políticos que tomam decisões (BRASIL, 1988). Nesta perspectiva se caracteriza como ãuma gestão de autoridade compartilhada (CURY, 2002, p. 173), onde o diálogo e a negociação são os elementos fundantes para a sua concretização.

Porém, para além da participação nos processos decisórios, a gestão democrática se apresenta como um profícuo elemento de aprendizagem do exercício da ação cidadã. Na perspectiva da aprendizagem para a tomada de decisão, a instituição torna-se um espaço de educação ampliada, o que implica a superação do ensino acadêmico tradicional, baseado na transmissão de conhecimento de cunho científico e/ou tecnológico. Entra em foco a função social da instituição, não só permitindo a participação de seus membros, mas constituindo-se em espaço de formação para a cidadania, visto que

A escola, enquanto instituição social tem diante de si como um de seus principais objetivos, o de construir o espírito de cidadania e desenvolver habilidades na preparação de um indivíduo para uma vida social atuante (FIALHO, 2013, s.p.).

7.1 PRINCÍPIOS DA GESTÃO DEMOCRÁTICA

A Constituição de 1988, em seu Art. 206, inciso VI, apresenta ãa gestão democrática no ensino público, como princípio da educação. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 1996), em seu Art. 13, prevê ãa participação da comunidade escolar na elaboração do projeto pedagógico da escola; II ã participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes. (BRASIL, 1996).

O Instituto Federal Baiano *Campus* Catu acata os princípios descritos nestas legislações, mas avança na concepção de gestão democrática ao trazer como seus princípios:

I - Adoção do regime representativo, através da constituição de órgãos colegiados de decisão nas diversas instâncias da instituição;

II - Participação da comunidade escolar com opiniões, decisões e avaliações de processos de interesses coletivos, sejam eles administrativos ou pedagógicos;

III - Promoção da educação para a cidadania, através da viabilização de processos participativos de decisão;

IV - Fortalecimento do sentimento de pertencimento coletivo, através da socialização do conhecimento das situações da Instituição e do compartilhamento das responsabilidades entre os membros da comunidade interna;

V- Promoção da aprendizagem do ñviver juntosò, através do trabalho com os pensamentos divergentes e com a heterogeneidade de concepções e valores, a partir dos interesses coletivos.

7.2 PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

O Planejamento Estratégico, componente fundamental do Projeto Político-Pedagógico, constitui-se em um instrumento de reconhecimento e clareza dos propósitos da Instituição e o estabelecimento de meios efetivos para sua materialização. Este planejamento orientará a elaboração dos planos de ação e projetos anuais de trabalho, vinculando-os ao orçamento, de forma que resulte na proposta orçamentária do *campus*.

A elaboração do Planejamento Estratégico pressupõe um esforço coletivo em favor de uma proposta que oriente a materialização das ações decididas, possibilitando um afastamento do imediatismo e dos improvisos de gestão. Para tanto, a elaboração do Planejamento Estratégico do *campus* deve fundamentar-se nos seguintes princípios:

I - Ser orientado para o atendimento das necessidades dos sujeitos da Instituição, portanto ser construído a partir de suas vozes;

II - Promoção da articulação entre objetivos e recursos da instituição, de forma a se adequarem de maneira criativa e eficaz a um ambiente em constante transformação;

III - Centrado na economicidade, na tentativa de evitar desperdícios dos recursos públicos de responsabilidade da instituição;

IV - Projetado a partir das análises de aspectos externos e internos ao *campus*, como elementos influenciadores do desempenho institucional.

Portanto, o que se busca com esse planejamento é a garantia de um espaço de discussão e aperfeiçoamento contínuo do *campus*, no qual os diferentes atores têm a oportunidade de expressar sua opinião e contribuir para a construção de uma instituição a serviço da comunidade local e regional.

7.3 PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO

Os objetivos estratégicos devem ser construídos tanto para atender as especificidades do *campus*, quanto para cumprir a missão institucional. Para tanto o IF Baiano *Campus* Catu corrobora com o Plano de Desenvolvimento Institucional e a partir da discussão dos objetivos nele estabelecidos, constrói o seu Plano de Ação.

O Plano de Desenvolvimento Institucional prevê quatro perspectivas: Estudantes e sociedade; Processos Internos; Pessoas e Conhecimento; e Orçamento e Logística. Estas perspectivas norteiam a construção dos objetivos do Planejamento Estratégico, que estão descritos nos quadros 1, 2, 3, e 4, respectivamente:

Quadro 1: Perspectiva Estudantes e Sociedade

PERSPECTIVA: ESTUDANTES E SOCIEDADE	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
1. Consolidar os cursos ofertados.	Promover a adequação da oferta de cursos, de modo a reduzir a evasão e a retenção. Além de pautar a revisão e elaboração dos seus currículos com base na indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, observando a vocação institucional e as demandas do mundo do trabalho.
2. Fortalecer e ampliar as ações de pesquisa, inovação e pós-graduação.	Desenvolver as ações de pesquisa, inovação e pós-graduação como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas para as demandas sociais e regionais, além de estimular a pesquisa aplicada.
3. Fortalecer e ampliar as ações de extensão.	Desenvolver as ações de extensão, por meio de programas de extensão, de divulgação científica e tecnológica, estimulando a produção cultural, o empreendedorismo e o cooperativismo. Promover a produção, o desenvolvimento e a transferência de tecnologias sociais, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais.
4. Expandir a oferta de cursos e vagas EPT.	Expandir a oferta formativa de cursos e vagas com foco na verticalização e integração da educação básica à educação profissional e superior, garantindo a estrutura física, os quadros de pessoal e os recursos da gestão, em conformidade com a Lei nº 11.892/2008
5. Consolidar a identidade e a imagem institucional.	Consolidar a identidade e a imagem do IF Baiano como uma instituição referenciada na Bahia na sua área de atuação. Além disso, promover uma política de comunicação que atenda a todas as partes interessadas.
6. Consolidar e ampliar as políticas inclusivas e afirmativas.	Desenvolver ações que garantam a inclusão social das pessoas com deficiências e em vulnerabilidade social.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano

Quadro 2: Perspectiva: Processos internos

PERSPECTIVA: PROCESSOS INTERNOS	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
7. Promover a integração das ações de ensino, pesquisa e extensão.	Garantir a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, por meio de programas, projetos, PPC articulados, PPP e publicações.
8. Promover o acompanhamento de egressos, itinerários formativos e inserção sócio-profissional.	Avaliar a atuação institucional, mediante acompanhamento e contribuição à inserção sócio-profissional do egresso e estimular a verticalização do percurso formativo
9. Adotar o planejamento estratégico como instrumento de desenvolvimento.	Aprimorar o desenvolvimento institucional do IF Baiano, por meio do planejamento estratégico, com foco no alcance dos objetivos e metas institucionais, possibilitando a eficiência e eficácia nos processos de trabalho, além de assegurar elevada qualidade dos serviços prestados, interna e externamente, pela Instituição.
10. Fortalecer e ampliar as ações de internacionalização.	Fortalecer as ações de internacionalização já existentes e estabelecer parcerias com instituições internacionais, visando ao intercâmbio de estudantes, docentes e técnicos, com foco no desenvolvimento conjunto de projetos de pesquisa e extensão.
11. Aperfeiçoar os processos e procedimentos institucionais.	Implantar a gestão de processos e procedimentos institucionais comprometidos com a racionalização, a eficiência, a eficácia, a economicidade e a efetividade dos recursos investidos, visando à consecução da missão, objetivos e metas institucionais.
12. Fortalecer e ampliar as parcerias.	Promover a interação do IF Baiano com instituições/ organizações internacionais e nacionais, visando ao desenvolvimento de programas, projetos e ações interinstitucionais voltadas ao ensino, à pesquisa e à extensão, que contribuam para o desenvolvimento do Instituto e de suas regiões de abrangência.
13. Consolidar a Educação a Distância.	Consolidar a EaD no IF Baiano, com foco no desenvolvimento da área de atuação da instituição e na busca da autonomia na oferta.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano

Quadro 3: Perspectiva: Pessoas e Conhecimento

PERSPECTIVA: PESSOAS E CONHECIMENTO	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
14. Aprimorar e ampliar as políticas de qualificação e capacitação de servidores.	Investir em qualificação e capacitação técnica e gerencial continuada em todos os níveis (operacional, tático e estratégico), com foco no desenvolvimento de competências.
15. Gerar e disponibilizar dados, informações e conhecimento	Desenvolver e implantar sistemática de coleta de dados e informações, visando à tomada de decisão da gestão, à proposição de projetos, programas e políticas institucionais, à construção do planejamento e do relatório anual de gestão.
16. Promover a saúde, o bem-estar e a qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.	Gerir os recursos humanos da instituição com foco prioritário no desenvolvimento pessoal, na saúde e na qualidade de vida do servidor no ambiente de trabalho.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano

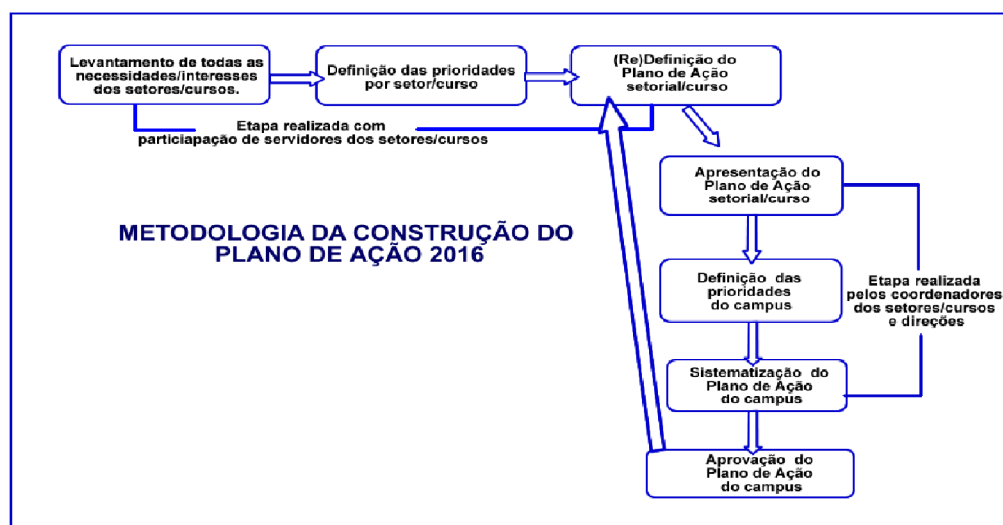
Quadro 4: Perspectiva: Orçamento e logística

PERSPECTIVA: ORÇAMENTO E LOGÍSTICA	
OBJETIVO ESTRATÉGICO	DESCRIÇÃO
17. Garantir a infraestrutura física e tecnológica, acadêmica, além de garantir as condições legais.	Garantir a infraestrutura física e tecnológica, com foco na oferta de cursos e nas condições de trabalho e bem-estar para toda a comunidade acadêmica, além de garantir as condições legais.
18. Aperfeiçoar o planejamento orçamentário.	Melhorar a gestão orçamentária, com foco na racionalização, eficiência, eficácia, economicidade e efetividade dos recursos investidos, visando à consecução da missão, objetivos e metas institucionais.
19. Garantir a qualidade da execução orçamentária.	Desenvolver ações de aperfeiçoamento da execução orçamentária, com foco na eficiência, na transparência e no controle.

Fonte: Plano de Desenvolvimento Institucional do IF Baiano

O Plano Plurianual de Ação (PPA) é construído em consonância com esses objetivos estratégicos institucionais, a partir das necessidades e interesses da comunidade do *campus*. Para tanto, a sua construção deve fundamentar-se na ampla participação, garantido a abertura para as vozes dos sujeitos do *campus*. Nesta perspectiva, em 2016, aconteceu a iniciativa de ampliação da participação da comunidade na construção do PPA, e para isto foi garantida a participação das representatividades dos coordenadores de cursos e de setores e direções, como interlocutores da comunidade na construção das ações estratégicas e definição das prioridades, utilizando-se da metodologia apresentada na figura 7:

Figura 7: Metodologia de Construção do Plano de Ação 2016.



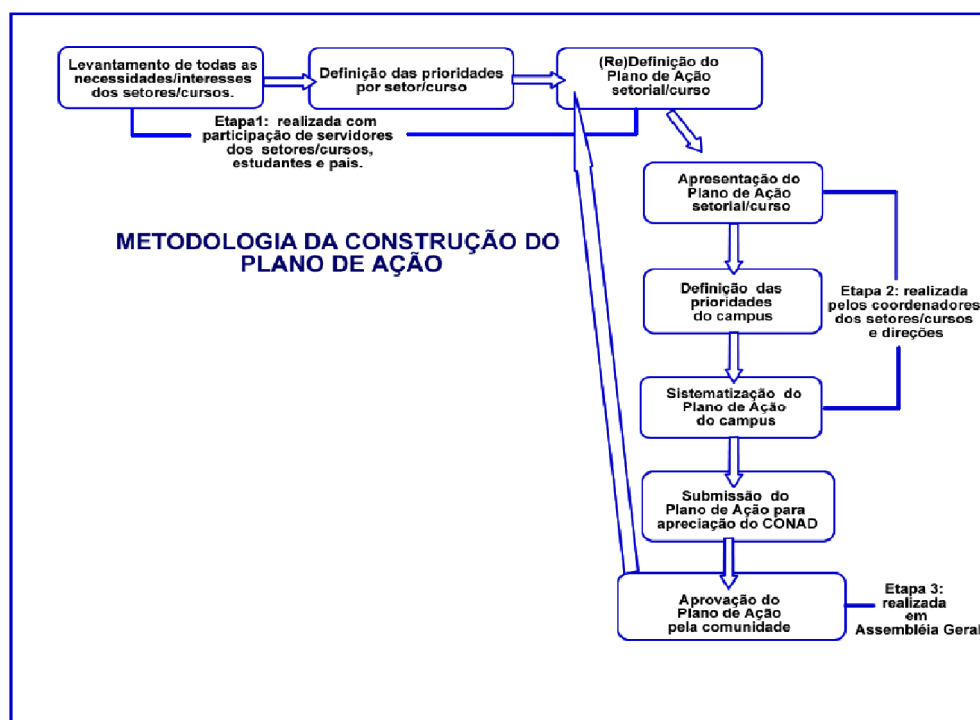
Elaboração do PPA 2016⁴

Observa-se que, apesar do avanço na descentralização da decisão, antes tomada apenas pelo corpo diretivo, ainda se tem um processo de construção do PPA com participação restrita, principalmente na etapa final, onde a definição das ações ficou a cargo das coordenações e direções. Na avaliação deste processo evidenciou-se, por conseguinte, a pouca participação dos estudantes, mães, pais e responsáveis, em virtude da não participação das representações estudantis, como o Grêmio e o Diretório Acadêmico, por exemplo, e da Associação de Pais. Vale ressaltar que neste contexto o Conselho Administrativo não estava constituído, o que justifica a sua ausência no processo.

Para os próximos anos, projeta-se um aprimoramento deste processo, sugerindo-se a inclusão de maior participação das representações estudantis e da Associação de Pais, desde as primeiras etapas, a incorporação do Conselho Administrativo do *campus* no processo e adoção da metodologia, apresentada na figura 8:

⁴Esta projeção foi construída por membro do Grupo de Trabalho de Elaboração do PPA de 2016 e cedida para constituição deste documento.

Figura 8: Proposta de Metodologia de Construção do Plano de Ação para os anos vindouros.



Fonte: os autores.

Observa-se que a nova metodologia garante a participação mais efetiva de todos os membros da comunidade no processo, desde o início de sua construção, culminando em uma outra realidade na etapa final, que deve se dar em formato de Assembleia Geral Deliberativa, legitimando o respeito às vozes dos membros da comunidade acadêmica acerca das suas necessidades e interesses, subsidiando, assim a construção de um orçamento participativo a partir do PPA.

8 COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA) DO CAMPUS

Está estabelecido na Lei Federal nº 10.861, de 14 de abril de 2004, em seu Art. 11, que toda instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação – CPA.

No âmbito do IF Baiano, a Resolução nº 14, de 12 de junho de 2015, regulamenta a composição e funcionamento da CPA na instituição, trazendo a seguinte definição:

A CPA é um órgão colegiado de natureza consultiva, deliberativa e normativa, no âmbito dos aspectos avaliativos das áreas acadêmica e administrativa, integra o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e da Educação Profissional e Técnica de Nível Médio e atende ao PDI do IF Baiano quanto aos níveis e modalidades de ensino (IF BAIANO, 2015, p. s.p).

No IF Baiano, a CPA tem atuação autônoma e amparo legal em relação aos conselhos e demais órgãos colegiados existentes nesta Instituição, de modo que a atividade da comissão consiste em auto-avaliar, através dos eixos representativos do SINAES (Planejamento e Avaliação Institucional, Desenvolvimento Institucional, Políticas Acadêmicas, Políticas de Gestão e Infraestrutura), e diagnosticar, com o peso da anuência dos segmentos da Instituição, os possíveis pontos fracos, medianos e fortes que a constitui e, a partir dessa pesquisa, focalizar os trabalhos, por intermédio dos gestores, com vistas a uma educação de excelência. A atuação da CPA está respaldada nos seguintes princípios:

- I - Diversificação de procedimentos e instrumentos para coleta e análise de dados institucionais.
- II - Análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social e das atividades e finalidades de seus órgãos.
- III - Respeito à identidade e à diversidade da comunidade interna e dos órgãos institucionais;
- IV - participação do corpo docente, técnico-administrativo, discente e da sociedade civil organizada no processo avaliativo (IF BAIANO, 2015, s.p).

A CPA do IF Baiano é composta por uma comissão central e comissões por *campi*, onde pelo menos um membro de cada comissão por *campi* é também membro da comissão central. Dessa forma, atendendo às regulamentações vigentes, o IF Baiano *Campus Catu* dispõe de uma CPA, implantada no *campus* no ano 2015, cuja responsabilidade é conduzir o processo interno de autoavaliação, sistematizá-lo em um relatório parcial (do *campus*) e encaminhá-lo para realização de relatório final pela Comissão Central, no âmbito do IF Baiano, que é encaminhado, posteriormente, ao Instituto Nacional de Estudos e Pesquisa Anísio Teixeira (INEP), observadas as orientações gerais indicadas pelo SINAES.

O apoio às ações da CPA deve ser compromisso de toda a comunidade acadêmica, referendando-a como promotora potencial de elucidação da situação da Instituição. Por este motivo, a participação da comunidade nas ações da CPA é de extrema relevância para contemplar o caráter democrático que deve existir na avaliação institucional.

9 RECURSOS HUMANOS

De acordo com o Modelo de Dimensionamento de Cargos Efetivos, Cargos de Direção e Funções Gratificadas e Comissionadas, no Âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2016), o Instituto Federal Baiano *Campus Catu*, no ano de 2021, se enquadra na categoria IF Campus 90/70 Agrícola, o que lhe assegura o limite máximo de 90 professores e 70 técnicos administrativos, no seu quadro funcional.

9.1 CORPO DOCENTE

Em seu quadro de docentes, o *campus* conta com 101 professores efetivos e 4 substitutos (2021), listados em anexo deste documento, não atendendo ao modelo de dimensionamento publicado pela Secretária de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC). Os docentes do *Campus Catu* atuam nas diversas modalidades e níveis de ensino, o que, por seu turno, garante um olhar peculiar sobre o processo de formação de professores para e sobre a educação básica e profissional. A seguir apresenta-se a distribuição dos docentes por titulação.

Quadro 5: Distribuição dos docentes efetivos por titulação no *Campus Catu*, em 2021

TITULAÇÃO	NÚMERO DE PROFESSORES
GRADUAÇÃO	1
ESPECIALIZAÇÃO	4
MESTRADO	53
DOUTORADO	36

Fonte: organizado pelos autores

O *Campus Catu* conta com 9 docentes que possuem Estágio de Pós-Doutoral.

9.2 CORPO TÉCNICO ADMINISTRATIVO

O *campus* possui 85 técnicos administrativos em educação, distribuídos nas classes A, B, C, D e E, conforme quadro, a seguir:

Quadro 6: Distribuição de Técnicos Administrativos por classes, em 2021

CLASSE	FUNÇÃO	QUANTIDADE	TOTAL
CLASSE A	Servente de obras (extinta)	1	6
	Auxiliar Encanador (extinta)	1	
	Auxiliar Rural (extinta)	1	
	Lavadeira (extinta)	1	
	Auxiliar de Máquina de lavar (extinta)	1	
	Servente de limpeza (extinta)	1	
CLASSE B	Auxiliar em Agropecuária (extinta)	2	5
	Auxiliar de Eletricista (extinta)	1	
	Carpinteiro (extinta)	1	
	Padeiro (extinta)	1	
CLASSE C	Almoxarife	1	17
	Assistente de aluno	4	
	Auxiliar de Biblioteca	2	
	Cozinheiro (extinto)	2	
	Mecânico (extinta)	1	
	Motorista	2	
	Operador de máquinas agrícolas (extinta)	1	
	Porteiro (extinta)	3	
	Telefonista (extinta)	1	
CLASSE D	Assistente em Administração	19	39
	Técnico em Tecnologia da Informação	3	
	Técnico em Alimento e Laticínio	3	
	Técnico em Laboratório de Química	4	
	Técnico em Segurança do Trabalho	1	
	Técnico em Agropecuária	2	
	Técnico em Contabilidade	1	
	Técnico em Libras	1	
	Técnico em Arquivos	1	
	Vigilante (extinta)	4	
CLASSE E	Administrador	2	18
	Analista de Sistema	1	
	Bibliotecário	2	
	Engenheiro de Alimentos	1	
	Engenheiro Civil	1	
	Nutricionista	2	
	Odontólogo	1	
	Pedagogo	3	
	Técnica em Assuntos Educacionais	3	
	Psicólogo	1	
	Veterinário	1	
TOTAL DE TÉCNICOS			85

Fonte: elaboração dos autores.

Dos 85 técnicos administrativos, 23 são de funções extintas e 62 de funções ativas. O conhecimento dessa realidade aponta para a dificuldade em se atender ao enquadramento no Modelo de Dimensionamento de Cargos Efetivos, Cargos de Direção e Funções Gratificadas e Comissionadas, no Âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (BRASIL, 2016), pois a categoria IF Campus 90/70 Agrícola, só permite 70 técnicos

administrativos em educação e 19 funções de confiança, dentre elas as funções gratificadas (FG) e os Cargos de Direção (CD). Vale ressaltar que para muitos servidores Técnico-Administrativos que têm cargos extintos, não existem mais atividades correspondentes. Como estratégia o *campus* tem adotado a designação destes servidores para assumir funções gratificadas, em consonância com experiência de vida, adquirida em seu histórico institucional, que lhes garantem a realização das atividades propostas.

Além disso, o referido modelo estabelece tetos de número de servidores Técnico-Administrativos por classe, como demonstra o quadro 7, que apresenta as distribuições de classe (A, B, C, D e E) e funções gratificadas (CD 1, CD 2, CD 3, CD 4, FG 1, FG 2, FG 3, FG 4 e FG 5) realizadas em 2021 no *campus* e pelo Modelo de Dimensionamento:

Quadro 7: Comparativo das distribuições de classes e funções no *campus* e no Modelo Dimensionamento da NOTA TÉCNICA Nº 57/2016/CGDP/DDR/SETEC.

	CLASSES					FUNÇÕES GRATIFICADAS						
	A	B	C	D	E	CD 1	CD 2	CD 3	CD 4	FG 1	FG 2	FGs 3, 4, 5
Realidade do Campus	6	5	17	39	18	-	1	2	4			
Modelo: IF Campus 90/70 Agrícola.	-	-	12	30	28	-	1	2	4	4	8	-

Fonte: organizado pelos autores

O reconhecimento dessa realidade é um dos passos para o enfrentamento do desafio de redimensionar os recursos humanos do *campus*, atendendo ao modelo publicado pela SETEC. Permite também o acesso aos indicadores para o planejamento de ações que contemplem a melhoria da organização institucional, visto ser uma Instituição antiga, advinda das escolas agrícolas, onde se faz necessária à realocação de servidores que tem suas funções extintas, que ainda carece da modernização da infraestrutura para o enxugamento de determinadas funções, que tem uma extensão territorial considerável, que demanda vários serviços e que convive com as especificidades locais, tais como problemas em relação à segurança pública e locomoção, que também remetem a contratação de serviços especializados.

9.3 TERCEIRIZADOS

O IF Baiano *Campus* Catu deixou de ter em seus quadros algumas funções como apontado anteriormente, ainda que necessite delas em quantidade significativa. Essa carência, por seu turno, gerou uma precarização nos setores que vivem uma realidade onde há pouco pessoal e muita demanda. Isso se liga diretamente com a categoria do *campus* enquadrado como 90/70 agrícola, a qual limita o número de servidores e de funções. Assim, a estratégia utilizada para minimizar esses efeitos foi a terceirização. Destaca-se que, no que tange à responsabilização do *campus*, o mesmo prima por respeitar a legislação e em ofertar condições dignas de trabalho a esses trabalhadores, incluindo-os inclusive nas atividades de socialização, evitando a precarização das relações trabalhistas tão evidenciadas a partir da terceirização, quarteirização, comuns no mundo do trabalho. No entanto, a gestão direta dos profissionais é realizada pela empresa contratada.

Cabe o destaque para o fato de que esses e essas trabalhadoras fazem parte do espaço educativo que é o *campus*, necessitando serem incluídos nas ações de formação continuada em serviço, em eventos formativos e de estudos, como os que são promovidos pelos núcleos existentes, qualificando suas atuações, evidenciando a importância e o pertencimento dos mesmos em todo o processo de formação dos estudantes. Ademais, muitos não possuem a escolaridade completa, ou mesmo não tiveram possibilidade de seguir em seu itinerário formativo, o que pode ser uma oportunidade de atuação da Instituição na oferta e garantia de participação dos mesmos em cursos propostos pelo *campus*.

Os trabalhadores terceirizados em maior quantidade são da área de segurança. Há 14 vigilantes terceirizados, dos quais 4 ocupam a função de vigilantes fiscais. Essa quantidade é justificada diante do tamanho do *campus* e por atuarem nos três turnos.

O segundo setor onde demanda mais trabalhador terceirizado é o Refeitório, que atualmente conta com 12 pessoas, dentre as funções de cozinheiro, com 2 pessoas, 7 ajudantes de cozinha, 2 auxiliares de serviços gerais e 1 supervisor de contrato.

A Coordenação de Suprimento e Logística (CSL) conta atualmente com 8 trabalhadores terceirizados, dos quais 1 atendente e 7 serviços gerais.

A Coordenação de Unidades Educativas de Campo (CUEC) conta com 7 terceirizados com funções bem diversificadas, sendo 1 vaqueiro, 1 encarregado, 2 tratadores de animais, 2 auxiliares de agricultura e 1 operador de máquina costal.

A Agroindústria possui um trabalhador terceirizado com a função de auxiliar de agroindústria.

A Coordenação de Assistência ao Educando (CAE), a Direção Acadêmica (DA), a Secretaria de Registros Acadêmicos (SRA), o Gabinete, o Patrimônio e o Protocolo possuem, cada, um terceirizado atuando como atendente.

10. PRÁXIS PEDAGÓGICA

(...) aliás, toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas (...). Karl Marx

A prática é inerente a toda área de atuação humana. A diferença entre a prática e a práxis é a função política que nesta última é preponderante.

A práxis é a atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformam-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do auto-questionamento da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (KONDER, 1992, p. 115).

Considerando que o Instituto Federal Baiano *Campus Catu* tem como proposta formar sujeitos contextualizados em seu tempo, críticos, participativos, justos e conscientes dos valores morais e éticos, que possam construir um caminho de dignidade e liberdade, que sejam capazes de uma atuação autônoma no mundo do trabalho, na política e nas relações sociais, precisa apresentar um fazer pedagógico que esteja em consonância com este propósito. Neste sentido, necessita refletir sobre qual deve ser sua práxis pedagógica.

A práxis pedagógica dialoga com a base epistemológica instituída e com os conhecimentos diferenciados, permitindo que o aprendiz possa inovar e compreender que a construção do conhecimento deve estar mediada pelo pensamento e pela experiência, pela ciência e pela consciência, bem como pela eficácia e eficiência, através das disciplinas, do contexto político, histórico, cultural e social, bem como da formação humanística (NICOLESCU, 1999).

Os princípios lastreiam as ações educativas, funcionam como âncoras para que os propósitos educativos não se esvaíam com o tempo e não se desviem perante forças adversas que possam intervir. As diretrizes funcionam como fios condutores, como caminhos a serem

seguidos diante dos contextos sociais, profissionais ou educacionais, diz respeito à organização e à gestão do fazer pedagógico, contemplando ações, conteúdos e metodologias de ensino e aprendizagem.

10.1 PRINCÍPIOS DA PRÁXIS PEDAGÓGICA

O Instituto Federal Baiano *Campus Catu* compreende a educação como um direito humano fundamental, que deve ser assegurado ao longo da vida e em todos os espaços de convívio social, na perspectiva de promover prioritariamente a emancipação pessoal do sujeito da educação e o desenvolvimento local e regional no qual está inserido. Nesta perspectiva, o IF Baiano *Campus Catu* fundamenta a práxis pedagógica nos seguintes princípios: compromisso com a educação libertadora; o reconhecimento da heterogeneidade como elemento profícuo à aprendizagem; importância da articulação dos saberes, a necessária integração entre teoria e prática e a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

10.1.1 Compromisso com uma educação libertadora.

A práxis pedagógica como compromisso com a educação libertadora se constitui na ação pedagógica com contribuições para o processo de libertação de sujeitos em situação de opressão. Assim, é uma prática que oportuniza o desvelamento da situação de opressão, por meio da promoção da reflexão sobre as condições concretas da realidade em que se vive, pois é através da sua inserção na realidade, na situação histórica, que se leva à crítica desta mesma situação e ao ímpeto de transformá-la. A educação libertadora encampa a luta pela mudança desta situação, conduzida pela prática de transformação desta realidade, ou seja, pela práxis efetiva, que consiste na reflexão e ação dos homens sobre o mundo para transformá-lo (FREIRE, 1987, p. 39).

Na práxis comprometida com a educação libertadora é preciso acreditar no outro, na sua capacidade de pensar. Macedo (2004, p. 58) traz a necessidade de romper a subordinação inferiorizante e condena a visão monocular de se perceber o *outro* na e da educação, onde carências, déficits, insuficiências marcadoras são o ponto de partida e de referência. Esta concepção exige uma total ruptura de processos educativos em que o estudante não assume um papel crítico e participativo. É preciso pensar em processos educativos que potencializem o poder criativo do estudante, ao pensamento crítico, à atuação crítica. Dessa forma, o diálogo

é o caminho para a materialização de um trabalho educativo construído com o sujeito da educação, não mais da educação ãparaò, mas ãcomò este sujeito, agora como protagonista.

Ser comprometido com a perspectiva libertadora de educação é assumir a dialogicidade como centro do processo educativo. A dialogicidade pressupõe diálogo como condição principal da relação humana e condição primeira para a libertação das condições de opressão. É pelo diálogo que os sujeitos tornam-se mais humanos, o que Freire (2005) vai destacar de uma relação de verdade, de reflexão e ação, em que se projeta um futuro vislumbrando a humanização do mundo. A dialogicidade implica em dar voz e vez aos sujeitos, como sujeitos de direitos que foram historicamente conquistados e, nessa perspectiva, traz um princípio humanístico de luta por uma sociedade mais igualitária, mais humana, com mais justiça e solidariedade.

Compreender que a educação libertadora é um princípio que fundamenta a práxis pedagógica é rejeitar uma educação que estimula a competitividade, a meritocracia, o mecanicismo, o tecnicismo, em busca de uma lógica invertida a esses modelos, pois, todas essas formas citadas estimulam a exclusão social, gerados e ampliados cotidianamente pelo modo de produção capitalista.

A lógica invertida aos termos citados significa uma prática humanizadora que vê a educação como um direito social fundante e intencional, e, por isso, estimula o diálogo entre mulheres e homens como construtores de mudanças, como agentes atuantes e pensantes, na luta contra as amarras sociais de bases elitistas, que condicionou, coisificou, desvalorizou e, conseqüentemente, desumanizou os sujeitos da classe trabalhadora.

A prática libertadora é problematizadora, já que estimula que sujeitos compreendam a realidade em que estão inseridos e se enxerguem como agentes de transformação e mudança, pelo desenvolvimento de uma consciência crítica e política. Essa consciência se dá ao valorizar o legado historicamente construído pela sociedade, com o desenvolvimento científico e tecnológico, articulado ao contexto sociocultural em que cada sujeito se encontra inserido, levando-os à compreensão da realidade. Para problematizar a realidade é necessário um trabalho educativo integrador, que parte do real, das condições objetivas dos sujeitos, estabelecendo uma articulação com os conhecimentos científicos. Ou seja, não é com a negação do que está posto nas estruturas sociais, no legado científico, que os sujeitos avançam em seus conhecimentos. Ao contrário, estes devem estar imbricados na percepção crítica do mundo (ROMÃO, 2008).

Portanto, a prática libertadora não coaduna com o esvaziamento de conteúdos, com a negação do legado clássico científico, (como atualmente se propõem as legislações sobre mudanças na educação, à exemplo da BNCC, 2016), mas sim, que se propicie a interação entre o conhecimento científico e os demais saberes, como processo de superação da condição de opressão, partindo da problematização. A problematização pressupõe pergunta, indagação, dúvida, pesquisa, hipóteses que são esclarecidas no ato dialógico. Esse é o caminho para uma educação verdadeiramente libertadora, pois é por ela que se oportuniza, unifica, constrói, interage, transforma e conduz sujeitos à humanização do mundo.

10.1.2 Heterogeneidade como elemento indispensável à aprendizagem

A palavra heterogeneidade por muito tempo teve um sentido negativo no processo educativo. Ela carregava o estigma da desorganização, da falta de padrões, da falta de direção e da falta de condição de se estabelecer um diálogo entre sujeitos e as diversas realidades. Nesta visão, buscava-se uma homogeneidade, como forma de superar o que estava deslocado de um padrão pré-estabelecido.

É importante compreender esta visão negativa à luz do seu tempo histórico, já que a formação eurocêntrica/nortecêntrica sempre impôs padrões de dominação sob a égide do desenvolvimento, do crescimento e da evolução das sociedades. Pela naturalização do processo de dominação de novos continentes, terras e mundos, se impôs uma cultura dominante, e essa deu as bases iniciais para a construção da formação humana, desvalorizando a história local, as raízes em prol de um padrão elitizante e imposto às mulheres e homens heterogêneos, possuidores de conhecimento, cultura e saberes diversos, desconsiderados no processo de dominação.

Para compreender a necessidade de uma visão inversa, que valoriza a heterogeneidade como potencialidade e não negatividade é preciso ter em mente a formação histórica das sociedades, com a sua incessante busca pela subalternização e homogeneização de sujeitos e de culturas, como solução para alcance do desenvolvimento mundial baseando-se em um padrão eleito como superior. E assim, outros modelos de vida dos sujeitos foram descartados, excluídos e desvalorizados como incertos, negativos e incorretos, o que veio a reforçar as desigualdades, a exclusão social, a falta de oportunidade e a desumanização no mundo. Isso adentrou as instituições sociais e nos processos formais e não formais de educação reforçando

cópias de modelos importados, apontando para a necessária decolonização do saber e do poder como luta pelo não apagamento das mais diversas manifestações culturais.

Estabelecer a heterogeneidade como elemento profícuo à aprendizagem e princípio da práxis pedagógica torna necessário quebrar padrões solidificados, reconhecendo a realidade como naturalmente complexa na convivência entre os sujeitos em busca de superação desse paradigma da homogeneização. É ter a consciência de que a sociedade e suas instituições diversas são espaços de pessoas que vivenciam diferentes processos socioculturais, que lhes legam diversos modos de ser e de agir, valores, conceitos e concepções, onde circulam identidades culturais em movimento, afirmações e transformações que apontam para identificações, conflitos, conchavos, silenciamentos, consensos, insurgências, etc.

No que concerne à educação escolar, a história de negação desta heterogeneidade esteve evidenciada em diversos momentos históricos, concepções e tendências pedagógicas. Mesmo com a presença do lema "educação como direito de todos" na história das leis brasileiras, as bases para a sua frequência e inserção estiveram condicionadas ao modelo político dominante de cada tempo histórico, perpetuando e acentuando as contradições na formação de professores, de alunos e de demais profissionais da educação, pois estes passavam a servir à lógica pré-estabelecida, excluindo tudo que se fazia estranho ou diferente no espaço educativo. Assim, padronizaram instituições, currículos, vestimentas, comportamentos, métodos e técnicas de ensino, formas de avaliação, impondo tendências, concepções e uma nova cultura escolar dominante.

Uma práxis pedagógica que prima pela heterogeneidade não realiza um rompimento ingênuo com esses padrões, mas problematiza-o à luz da realidade atual, realizando uma análise crítica dessas imposições e tendências em busca de superação do que foi imposto. Por esse princípio, práticas educativas inclusivas são inseridas, valorizando as diferenças culturais dos seres humanos, em busca de não reforçar as diferenças sociais, compreendendo essas diferenças como manifestações humanas historicamente construídas e como legados ricos de cultura e diversidade. A heterogeneidade é humana e lida com tempos históricos de sujeitos.

Duas palavras são reforçadas nesse processo de compreensão da heterogeneidade como princípio da práxis: diversidade e inclusão. Segundo Cury (2002) diversidade é entendida como a construção histórica, cultural e social (inclusive econômica) das diferenças. Ela é construída no processo histórico-cultural, na adaptação do homem e da mulher ao meio social e no contexto das relações de poder. Já inclusão, nas palavras de Moreira e Candau (2003) representa mais do que a incorporação total ou parcial das pessoas excluídas e negadas

historicamente do processo de escolarização, mas a afirmação dos seus direitos sociais e humanos, como o reconhecimento das suas identidades e respeito as suas diferenças socioculturais.

Uma práxis educativa inclusiva valoriza a diversidade como um direito estruturante do sujeito, respeita as diferenças em busca da igualdade de oportunidade, equidade e empoderamento de mulheres, homens e demais possibilidades de expressão do humano. Ela compreende a necessidade de conscientizar a sociedade que a relação entre diversidade e educação implica delimitar um princípio radical da educação pública laica, plural, democrática, gratuita e de boa qualidade (CURY, 2002). Este princípio se torna possível quando a prática pedagógica se apóia em outro pilar que é o exercício político da educação, em que se coloca em prática o respeito à diversidade de ideias e opiniões, o convívio com as divergências e os conflitos, construindo uma relação de tolerância e respeito entre seres humanos.

10.1.3 Articulação dos saberes para a construção do conhecimento

Para tornar realidade uma visão de respeito e inclusão da diversidade, é primordial o reconhecimento da realidade como naturalmente complexa. É o primeiro passo para a compreensão de que os saberes não podem ser trabalhados de forma estanque, separada, isolada. Assim, propõe-se o diálogo entre os saberes, sejam eles constituídos nas vivências das relações sociais cotidianas dos ambientes informais, sejam eles construídos em ambientes formais de aprendizagem. Neste sentido, propõe-se a multirreferencialidade, que parte do diálogo entre as diversas áreas do conhecimento, os saberes construídos nas relações sociais e no contanto com o meio ambiente. Nesta perspectiva, não se desconsidera a importância dos conhecimentos historicamente construídos, mas defende o diálogo entre esses e os saberes construídos nas práticas cotidianas. Dessa forma, a disciplinaridade não atua somente com a questão da *episteme*, mas dialoga com a práxis pedagógica no espaço educativo, de maneira que a formação acadêmica não é mais um reflexo de uma cultura homogeneizadora, mas de culturas de múltiplos saberes, promovendo para além da formação acadêmica, a educação para as relações etnorraciais, de gênero, de inclusão, do convívio com as questões ambientais e do fortalecimento da tríade ensino, pesquisa e extensão (IF BAIANO, 2015).

Esses novos saberes não atuam na divisória de um conhecimento superior ou inferior, mas sim na diversidade de perspectivas de modos de ser, pensar e agir, na formação

de valores ético-humanísticos, na construção de um conhecimento contextualizado e significativo, que requerem compromisso e responsabilidade social, aproximando teoria e prática, e promovendo a transformação social e o fortalecimento da cidadania e dos princípios democráticos (IFBAIANO, 2015). Na perspectiva da multirreferencialidade, os saberes disciplinares são considerados na mesma dimensão que os saberes experienciais e o diálogo fundamentado entre estes é o que dá subsídio à construção do conhecimento.

Dessa forma, são bem vindas as iniciativas de interdisciplinaridade, de transdisciplinaridade, de multidisciplinaridade, de todas as formas de promoção da articulação dos saberes, na tentativa de compreensão de um fenômeno que compõe uma realidade mais abrangente.

10.1.4 Integração entre teoria e prática

O grande diferencial dos Institutos Federais e das Universidades é a obrigatoriedade do primeiro em ofertar educação básica e superior. Assim, a superação do modelo de educação profissional com único fito de atender às demandas do mercado foi conquistada. O IF Baiano *Campus* Catu prima por fomentar a continuidade do itinerário formativo, inserindo no mundo da pesquisa e da extensão estudantes do Ensino Médio, construindo a aprendizagem significativa. Prima também por manter a obrigatoriedade do Estágio em seus cursos técnicos. Esse processo ancorou-se em duas vertentes. De um lado, o próprio setor econômico busca por profissionais que exercitem suas habilidades cognitivas para lidar com as imprevisibilidades e incertezas dos tempos e com as diversas inovações tecnológicas. Este setor já constatou que crescimento econômico está muito atrelado à educação, pois perceberam que ñconhecimento e informação, sem dúvida, parecem ser as fontes principais de produtividade e crescimento nas sociedades avançadas (CASTELLS, 1999 p. 267).

Do outro lado estão os movimentos humanitários, atentos às mudanças no mundo do trabalho, conscientes de que o desenvolvimento intelectual é necessário à sobrevivência do trabalhador. Portanto, é instrumento de emancipação do sujeito da educação.

Motivados seja por um interesse ou por outro, na atualidade não se admite mais uma formação profissional que não valorize esta integração entre teoria e prática. Nessa perspectiva, a Educação Profissional contemporânea reconhece que o conhecimento é construído por meio do intercâmbio de informações que os sujeitos articulam, integram e sintetizam, quando em contato com as diversas práticas sociais que vivenciam. Neste prisma,

a LDB nº 9394/96 e demais documentos legais que regem a Educação Profissional trazem como um dos seus princípios norteadores a indissociabilidade da teoria e da prática, por compreender que a dinâmica da aprendizagem se efetiva quando se articulam essas duas dimensões do saber.

O diálogo permanente entre teoria e prática se constitui como fundamento da transformação da realidade, desde que consciente de sua condição sócio-histórica, e consequentemente, de suas determinações sociais. Todos os tipos de conhecimentos, relacionados ao desenvolvimento profissional, desde as questões culturais, sociais, econômicas, até a própria perspectiva humana e profissional, devem ter assegurados o seu conhecimento através da relação teoria e prática.

Uma das formas que o IF Baiano *Campus* Catu instituiu de acompanhamento da articulação entre prática e teoria foi com a realização do estágio supervisionado, que consiste em um momento de obtenção e aperfeiçoamento de conhecimentos e de competências fundamentais ao exercício da profissão, tendo como função integrar a teoria apreendida em sala de aula à atividade prática. É uma experiência com dimensões formadora e sócio-política, que visa proporcionar ao discente a participação em situações reais de vida e de trabalho, consolidando assim a sua profissionalização e contribuindo para uma formação profissional ética integrada ao desenvolvimento pessoal. Nesta perspectiva o IF Baiano *Campus* Catu, compreende a relação entre teoria e prática como algo indissociável, onde o sujeito necessita de uma formação teórica sólida, para ter uma prática consciente.

10.1.5 Indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão

Compreendendo-se como uma Instituição de reconhecimento social, que funciona de forma sistêmica, articulando a inovação, o desenvolvimento científico e a produção de conhecimento, de maneira a fortalecer o desenvolvimento científico, tecnológico, cultural, local, regional e nacional, o IF Baiano *Campus* Catu busca fomentar e fortalecer a indissociabilidade do tripé ensino, pesquisa e extensão (IF BAIANO, 2015).

Dessa forma, a Instituição vislumbra uma formação integral, que pode ser alcançada ao se proporcionar o transitar por diversos caminhos de aprendizagem que trazem entroncamentos frequentes. Neste sentido, o IF Baiano *Campus* Catu compreende o ensino, a pesquisa e a extensão como atividades que promovem a aprendizagem integral, desde que se

apresentem articuladas, compreendidas como indissociáveis, se constituindo em um pilar democrático institucional e de fortalecimento da educação nacional.

O princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão é marco epistemológico da identidade institucional, trata de um tripé que coaduna saber, investigação e ação comunitária, que se interliga aos arranjos produtivos dos territórios, às tecnologias sociais e à inovação tecnológica (IF BAIANO, 2015).

Fundamentado no Plano de Desenvolvimento Institucional (IF BAIANO, 2015), os objetivos da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão se apresentam com as propostas de:

- I. Desenvolver a educação profissional e tecnológica como processo educativo e investigativo de geração e adaptação de soluções técnicas e tecnológicas às demandas sociais e peculiaridades regionais;
- II. Promover a integração e a verticalização da educação básica à educação profissional e educação superior, otimizando a infraestrutura física, os quadros de pessoal e os recursos de gestão;
- III. Orientar sua oferta formativa em benefício da consolidação e fortalecimento dos arranjos produtivos, sociais e culturais locais, identificados com base no mapeamento das potencialidades de desenvolvimento socioeconômico e cultural no âmbito de atuação do Instituto Federal;
- VI. Constituir-se em centro de excelência na oferta do ensino de ciências, em geral, e de ciências aplicadas, em particular, estimulando o desenvolvimento de espírito crítico, voltado à investigação empírica;
- VII. Qualificar-se como centro de referência no apoio à oferta do ensino de ciências nas instituições públicas de ensino, oferecendo capacitação técnica e atualização pedagógica aos docentes das redes públicas de ensino;
- VIII. Desenvolver programas de extensão e de divulgação científica e tecnológica;
- IX. Realizar e estimular a pesquisa aplicada, a produção cultural, o empreendedorismo, o cooperativismo e o desenvolvimento científico e tecnológico. (IFBAIANO, 2015).

10.2 ESPAÇOS MULTIRREFERENCIAIS DE APRENDIZAGEM

O IF Baiano *Campus* Catu compreende-se como espaço social onde diversos sujeitos interagem, e nesta interação aprendem a partir de múltiplos sistemas de referências. Assim, a Instituição agrega a seu espaço físico, o diálogo com outros espaços de aprendizagem trazendo-os para o seu *lócus* ou se encaminhando para estes espaços. Dessa maneira o IF Baiano *Campus* Catu reconhece:

- ø O local do trabalho como um espaço de aprendizagem, na perspectiva do trabalho como princípio educativo. Por isso, a Instituição prevê tanto as aulas presenciais em visitas a espaços de atuação do mundo do trabalho, como o estágio supervisionado em seus projetos pedagógicos de curso, atividades de aprimoramento da aprendizagem, onde a vivência do estudante, enquanto profissionais que atuam na sua área de formação, proporcionará a troca de saberes e, em consequência, a construção de novos conhecimentos;
- ø As visitas técnicas, como atividades que promovem a articulação com espaços da atuação profissional ou de formação cultural/social/acadêmica que proporcionem o aprimoramento da aprendizagem. É o caminho do *campus* à comunidade, ao espaço de trabalho, da cultura, da política, na perspectiva de compreensão da sua dependência de diálogo para a formação ampliada de seus estudantes;
- ø A pesquisa como princípio educativo, em todos os níveis e modalidades da educação, onde o ato de pesquisar acrescenta aprendizagem ao estudante e lhes dá subsídio para a construção de conhecimentos, cultivando a curiosidade, o questionamento, a investigação, o pensamento reflexivo, o desafio de inventar soluções próprias e de inferir sobre situações através de resultados sobre estudos realizados;
- ø A extensão, como mais possibilidade da aprendizagem. É uma oportunidade de articulação entre teoria e prática, de integração entre a instituição e a sociedade, proporcionando a troca de experiências, a significação do conhecimento, o diálogo entre ñaprendentesò das mesmas áreas de interesses, a aproximação entre culturas, ideologias, fortalecendo a identidade local, regional e/ou territorial e a cumplicidade para a resolução de problemas;
- ø A cooperativa escola, como espaço que têm a finalidade precipuamente educativa e tem por objetivo o desenvolvimento dos princípios cooperativistas, atuando como laboratório operacional para a prática e desenvolvimento das técnicas do cooperativismo, apoiando o planejamento, a coordenação, a execução e a manutenção de outros projetos pedagógicos do Instituto Federal Baiano;
- ø A empresa júnior, como laboratório para a formação de estudantes de cursos de graduação, através da prestação de serviços, onde ocorre uma simulação como uma empresa real. Os estudantes acrescentam ao seu processo de formação as noções sobre gestão, se especializam em sua área de atuação e têm contato direto com o mundo do trabalho;

- ò A participação política, em órgão ou movimentos estudantis, em grupos de estudos de questões raciais, de gênero, de credo, de ideologia, como atividades promotoras do acesso às múltiplas referências que constroem a formação ampliada. O IF Baiano *Campus Catu* tem reconhecido como a participação dos estudantes em atividades/eventos que promovem a discussão sobre temas políticos e sociais contemporâneos tem agregado à sua formação a visão analítica, o discurso crítico, o exercício da cidadania, lastreado num sistema de múltiplas referências que são expostas nos ambientes de discussões coletivas a exemplo do Grêmio Estudantil;
- ò A comunidade como espaço profícuo para a articulação dos saberes e para o desenvolvimento da pesquisa e da extensão com propósitos educacionais e, como consequência, com contribuição para o desenvolvimento local e regional. Assim, o IF Baiano *Campus Catu* busca transitar entre os vários *lôcus* da comunidade, onde circulam culturas, valores, saberes e fazeres que se revertem em conhecimentos para os que neles interagem;
- ò Os ambientes virtuais diversos, como espaços que tem proporcionado formas inovadoras de construção e difusão do conhecimento. Através das suas estruturas e da cultura de participação, agregam-se elementos essenciais da aprendizagem desconsiderados nos espaços tradicionais de educação, a saber: a atuação do sujeito e a construção coletiva de conhecimento, através do compartilhamento de experiências, da troca de ideias e do debate aberto e horizontal.

10.3 DIRETRIZES DA PRÁXIS PEDAGÓGICA

A palavra diretriz evidencia o caminho a seguir diante dos contextos sociais, profissionais ou educacionais. No que concerne à educação, uma diretriz pedagógica diz respeito à organização e à gestão do fazer pedagógico, contemplando ações, conteúdos e metodologias de ensino e aprendizagem.

As diretrizes constituem as âncoras para a seleção dos conteúdos curriculares a serem trabalhados por discentes e docentes. Pensadas nessa direção, as diretrizes pedagógicas orientam as ações que constituem os processos educacionais, articulando ensino, pesquisa e extensão.

Elas possibilitam aos educadores alguns caminhos para efetivar a prática educativa, exigindo, assim, um repensar acerca de alguns referenciais para interrogá-la, investigá-la e adequá-la, oportunizando a reflexão e a tomada de decisões acerca dos possíveis conflitos.

As diretrizes para a práxis pedagógica de cada instituição asseguram aos discentes o acesso às mesmas condições de formação, promovendo-os a níveis mais elaborados de conhecimentos e de habilidades intelectual, cultural, política, científica e tecnológica, com contribuições efetivas à formação humana integral, propiciando uma reflexão conceitual, oportunizando uma análise dos processos inerentes à prática educativa.

Nesta perspectiva, o IF Baiano *Campus* Catu tem como proposta formar sujeitos contextualizados em seu tempo, críticos, participativos, justos e conscientes dos valores morais e éticos, que possam construir um caminho de dignidade e liberdade, que sejam capazes de atuar criticamente no mundo do trabalho, na política e nas relações sociais em consonância com o PDI da Instituição. Busca também articular ciência, trabalho, cultura e tecnologia, assim como a aplicação de conhecimentos teóricos e práticos específicos do eixo tecnológico e da habilitação particular, contribuindo para uma sólida formação técnico-humanística dos discentes.

A partir dessa proposta, são sinalizadas algumas das diretrizes principais da prática pedagógica no IF Baiano *Campus* Catu: o planejamento pedagógico, a avaliação da aprendizagem, os projetos integradores e a prática profissional. Tais diretrizes definem os rumos condutores das propostas, a fim de materializar, na experiência concreta, os referenciais de ser humano, sociedade, cultura, ciência, tecnologia, trabalho e educação, idealizados neste PPP e tidos como eixos basilares de todas as ações institucionais, articulando ensino, pesquisa e extensão.

10.3.1 Planejamento Pedagógico

O Planejamento Pedagógico constitui-se em um instrumento indispensável ao trabalho educativo e à reflexão do fazer pedagógico.

Segundo Libâneo (1994, p. 222) o Planejamento Pedagógico é entendido como um processo de racionalização, organização e coordenação da ação docente, articulando a atividade escolar e a problemática do contexto social. Vasconcellos (2002, p.35), defende que não(...) planejar é antecipar mentalmente uma ação a ser realizada e agir de acordo com o previsto; é buscar fazer algo incrível, essencialmente humano: o real ser comandado pelo

ideal. Na perspectiva de Sacristán e Pérez Gómez (1988), planejar significa definir um tempo para pensar a prática, antes de realizá-la, organizando-a em um esquema que inclua os elementos mais importantes para intervir nela. Aranha (2008, p. 41) defende que

Mais do que uma ferramenta de trabalho, o planejamento deve ser entendido como postura, como forma de organizar a reflexão e a ação do educador, como estratégia de posicionamento diante da realidade (ARANHA, 2008, p.41).

Vasconcelos (2000), sobre o processo de reflexão e de elaboração do Planejamento Pedagógico, aponta algumas dimensões a serem consideradas: a análise da realidade, que se constitui na reflexão de onde e como se está; a projeção de finalidades, que corresponde aonde se quer chegar ou ao que se deseja alcançar. Esta dimensão está intrinsecamente relacionada aos fins da educação, aos objetivos do ensino, aos valores, à visão ser humano e de mundo; e a elaboração das formas de mediação, que descreverá como se alcançará o desejado ou de que forma se chegará às finalidades definidas.

A LDB nº 9.394/96 garante a prática do Planejamento no seu Art. 13, prevendo:

Os docentes incumbir-se-ão de: II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino e V - [...] participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional (BRASIL, 1996).

Também o Art. 67, Título V determina que:

Compete aos sistemas de ensino promover a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: [é] período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho (BRASIL, 1996).

Neste sentido, a legislação reconhece a importância do planejamento como instrumento intrínseco à prática docente e o aborda sob duas perspectivas: do dever e do direito do professor em planejar. O dever de sistematizar o processo de planejamento em um plano de ensino, disponibilizando-o para a Instituição e o direito de ter na Unidade Escolar tempo e espaço garantidos para a efetivação deste processo.

O IF Baiano *Campus Catu* considera esses momentos necessários para uma reflexão crítica e coletiva sobre a prática educativa e para o planejamento. Para tanto propõe como

espaço e tempo para estes planejamentos a jornada pedagógica, as reuniões pedagógicas, as reuniões de grupo e de colegiado.

A jornada pedagógica constitui-se em momento de planejamento coletivo, envolvendo todos os profissionais nas ações acadêmicas, docentes, equipe técnico pedagógica, técnico-administrativos e gestores. É o momento no qual as ações e as diretrizes de trabalho para o ano letivo são definidas. É um espaço ideal para se garantir o atendimento as prioridades da comunidade acadêmica e os interesses coletivos, e essencial para subsidiar a execução do orçamento institucional.

As reuniões pedagógicas são momentos cruciais para o desenvolvimento do planejamento e do replanejamento da prática pedagógica institucional. Nessas reuniões é possível tanto favorecer a construção e a difusão dos saberes, como, por exemplo, estudos temáticos da docência, quanto permitir a socialização de conhecimentos e troca de experiências. Recomenda-se que estas reuniões aconteçam com frequência semanal, com horários previamente reservados dentro da carga horária dos docentes e dos demais profissionais envolvidos.

As reuniões de grupos se constituem em momentos de interlocução entre grupos de interesses específicos comuns, como os colegiados de curso, os conselhos de classes, grupos de trabalhos de planejamento de eventos ou de projetos específicos. Trata-se de momentos em que os docentes e demais profissionais da educação discutem e definem questões relacionadas ao processo de ensino e aprendizagem inseridos nestas atividades e projetos.

10.3.2 Metodologia de Ensino

A prática pedagógica nos cursos ofertados no *Campus Catu* deve se fundamentar na aprendizagem significativa enquanto processo contínuo de construção de conhecimentos, habilidades e valores. O IF Baiano *Campus Catu* propõe o uso de meios para alcançar este propósito, fundamentado nos seguintes princípios metodológicos:

- ø Promoção de atividades diversificadas e atrativas;
- ø Uso de metodologias desafiadoras, estimulando o pensamento crítico e priorizando a construção do conhecimento de forma ativa e interativa, utilizando estratégias diversificadas como: aprendizagem baseada em problemas, projetos, visitas técnicas, aulas práticas de laboratório e de campo, grupos de observação e discussão, oficinas,

monitorias, aulas expositivas e dialógicas, minicursos, seminários entre outros e, a partir do período pandêmico utilizou-se das aulas remotizadas, estudos dirigidos, aulas gravadas para estudantes que não podiam participar dos momentos síncronos (não era realizado por todos os componentes curriculares) e de ferramentas digitais para possibilitar a continuidade da oferta de educação com segurança sanitária;

- ø Articulação das diversas áreas do conhecimento seja pela abordagem interdisciplinar, transdisciplinar, multidisciplinar, ou ainda pelo diálogo com os saberes do estudante;
- ø Desenvolvimento de projetos de inovação tecnológica ou pesquisa com princípio educativo;
- ø Diversificação dos processos avaliativos;
- ø Valorização da atuação do estudante, na perspectiva da construção da autonomia para o estudo e das metodologias ativas;
- ø Incentivo ao trabalho em equipe como postura coletiva e desenvolvimento de atitudes colaborativas e solidárias, respeitando a diversidade;
- ø Contextualização do conhecimento, buscando a significação dos objetos de aprendizagem e a articulação com a realidade vivenciada no local de atuação;
- ø Utilização de Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) como instrumentos potencializadores do processo de ensino aprendizagem e de emancipação do sujeito da educação para atuação na sociedade informatizada.

10.3.3 Avaliação da Aprendizagem

Avaliar é uma ação intrínseca e indissociável a qualquer atividade que vise mudanças. No meio educacional, a avaliação, além de ser parte integrante do processo ensino-aprendizagem, se constitui em um procedimento fundamental de investigação do trabalho educativo. Segundo Jussara Hoffmann, ãa avaliação é essencial à educação. Inerente e indissociável enquanto concebida como problematização, questionamento, reflexão sobre a ação (...) (HOFFMANN, 1992, p. 17).

Ainda segundo Hoffmann

A avaliação é reflexão transformada em ação. Ação essa que nos impulsiona para novas reflexões. Reflexão permanente do educador sobre a realidade, e acompanhamento, passo a passo, do educando, na sua trajetória de construção de conhecimento (HOFFMANN, 1995, p.18).

De acordo com os estudos de Bloom (1993) a avaliação do processo ensino-aprendizagem apresenta três tipos de funções: diagnóstica, formativa e somativa.

A avaliação diagnóstica permite conhecer a realidade na qual o processo de ensino-aprendizagem vai acontecer. Esta avaliação busca identificar a existência, ou ausência, de habilidades e conhecimentos pré-estabelecidos. Ela dá subsídio para a reformulação do plano de ensino, pois tem como principal objetivo diagnosticar a situação de aprendizagem em que se encontra cada aluno em relação ao currículo que está sendo trabalhado.

A avaliação formativa é realizada ao longo do processo, é contínua, e dá parâmetros ao professor para verificar se os objetivos foram alcançados, podendo interferir no que pode estar comprometendo a aprendizagem. Esta função da avaliação visa, basicamente, avaliar se o estudante domina gradativamente e hierarquicamente cada etapa da aprendizagem, antes de avançar para outra etapa subsequente. Para Jussara Hoffman (2011), a essência da concepção formativa está no envolvimento do professor com os alunos e na tomada de consciência acerca do seu comprometimento com o progresso deles em termos de aprendizagens e na importância e natureza da intervenção pedagógica.

Na perspectiva da avaliação formativa, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDB nº 9.394/96 (Art. 24, V e a) estabelece que a verificação do rendimento escolar deve ter um caráter contínuo e cumulativo, com preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais.

A avaliação somativa visa classificar os resultados da aprendizagem alcançados pelos alunos ao final do processo, por meio de notas ou conceitos. Este tipo de avaliação é uma exigência no sistema educacional brasileiro. O atendimento a esta exigência deve ser feito com muita ética e respeito ao estudante, pois a transformação dos resultados da aprendizagem em notas e conceitos deve ser feita de forma transparente, sob um olhar reflexivo dos envolvidos no processo.

O IF Baiano *Campus* Catu concebe a possibilidade de aplicação dessas três formas de avaliação, a ser escolhida a partir do propósito e da etapa do processo educacional. Desse modo, o ato de avaliar se constitui em elemento de reflexão e redimensionamento das ações efetivadas, construído na conflitualidade de ideias e argumentos entre os sujeitos envolvidos no processo, com o objetivo de identificar o estágio de compreensão e apropriação do saber pelo educando. É também parte desse objetivo intervir nos fatores que determinam possíveis dificuldades, com vistas à adoção de estratégias de ação para a superação das problemáticas

detectadas, possibilitando, deste modo, uma formação profissional que tem a dimensão da formação humana como um de seus pilares.

10.3.4 Projeto Integrador

Dentre as diversas atividades que visam à construção do conhecimento pela articulação das diversas áreas, o IF Baiano *Campus* Catu prevê a realização de projetos integradores, que se constituem em atividades planejadas coletivamente, buscando a articulação dos saberes numa perspectiva interdisciplinar, mas não se limitando a esta. Tais projetos estão previstos nos Projetos Pedagógicos de Cursos e se constituem em atividades desenvolvidas através do trabalho coletivo e articulado das diversas áreas do conhecimento, onde é oportunizada ao estudante a compreensão de fenômenos sobre o enfoque de múltiplos sistemas de referências.

10.4 ENSINO

O IF Baiano *Campus* Catu oferece desde a Formação Inicial e Continuada, qualificação de trabalhadores, até a Pós-Graduação (*Lato e Stricto Sensu*), e implementa ações, projetos e programas de extensão e de pesquisa aplicada voltados ao desenvolvimento dos arranjos produtivos, culturais e sociais, promovendo a cultura do cooperativismo e associativismo, visando à elevação do potencial das atividades produtivas locais e regionais. Dessa forma, democratiza o conhecimento à comunidade baiana em todas as suas representações.

A interiorização das oportunidades de estudo em diversas modalidades traz, entre outros benefícios, a possibilidade de fixação de jovens profissionais em suas cidades de origem garantindo-lhes uma formação acadêmica sintonizada com as vocações territoriais.

Em 2021, estão sendo ofertados 15 cursos no IF Baiano *Campus* Catu, distribuídos entre os diversos níveis e modalidades:

- 1- Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio:** Agropecuária, Alimentos e Química.
- 2- Cursos Técnicos Integrados ao Ensino Médio e à EJA:** PROEJA em Cozinha.
- 3- Cursos Técnicos Subsequentes:** Agropecuária, Agrimensura e Petróleo e Gás.

4- Cursos Técnicos na modalidade EaD: Técnico em Eventos, Técnico em Serviços Públicos e Técnico em Logística.

5- Cursos de Graduação: Cursos Superiores Tecnológicos em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, Gastronomia e Licenciatura em Química.

6- Curso de Pós-Graduação *Lato Sensu*: Especialização em Educação Científica e Popularização das Ciências.

7- Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu*: Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica⁵ (PROFEPT).

Entre os anos de 2009 a 2015 foram ofertados os cursos de PROEJA FIC⁶ em Auxiliar de Cozinha, Operador de Microcomputador e Serviço de Restaurante e Bar, em convênio com a Prefeitura Municipal de Alagoinhas e a Prefeitura Municipal de Catu.

Cumprir frisar que os cursos técnicos subsequentes na modalidade EaD são de responsabilidade da Diretoria de Educação a Distância, vinculada à Pró-Reitoria de Ensino do IF Baiano. Os editais de processo seletivo são divulgados na página institucional da referida diretoria, sempre que há novas ofertas.

Em nível de Pós-Graduação *Lato Sensu*, foi ofertado entre os anos de 2010 a 2012, o Curso de Especialização em Educação de Jovens e Adultos com Necessidades Especiais, sendo a primeira especialização do IF Baiano *Campus Catu*, por meio do envio de proposta à chamada pública realizada pela SECADI/MEC⁷, que tinha como propósito capacitar profissionais da educação dos diversos sistemas de ensino.

O quadro 8 sintetiza a distribuição dos cursos ofertados no IF Baiano *Campus Catu*, em 2021:

Quadro 8: Representação dos cursos ofertados, em 2021, no IF Baiano *Campus Catu*.

NÍVEL	ETAPA/MODALIDADE	CURSOS
EDUCAÇÃO BÁSICA	Técnico integrado ao Ensino Médio	Agropecuária
		Química
		Alimentos
	Técnico Subsequente	Agropecuária
		Agrimensura
		Petróleo e Gás
	Técnico integrado ao Ensino Médio e à EJA	PROEJA em Cozinha

⁵ - Mestrado ofertado em rede pelos Institutos Federais.

⁶ - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos, em nível de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).

⁷ - Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão do Ministério da Educação.

EDUCAÇÃO SUPERIOR	Técnico Subsequente na modalidade EAD	Eventos
		Serviços Públicos
		Logística
	Graduação	CST em Análise e Desenvolvimento de Sistemas
		CST em Gastronomia
		Licenciatura em Química
		Licenciatura em Geografia ⁸
	Especialização	Educação Científica e Popularização das Ciências
	Mestrado	Educação Profissional e Tecnológica

Fonte: Elaboração própria.

11. POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

O IF Baiano *Campus* Catu considera como política institucional o conjunto de projetos, programas e atividades que, de forma integrada, visam à melhoria de determinados processos desenvolvidos na Instituição.

A política institucional reflete o olhar sobre os problemas, principalmente aqueles que remetem à marginalização de sujeitos da comunidade, e processos desenvolvidos na Instituição. Dessa forma, as políticas institucionais representam a luta, o posicionamento crítico, contra qualquer tipo de marginalização que surjam no meio organizacional. Políticas institucionais servem como apoio para o enfrentamento de fatores que interferem no desenvolvimento discente nas atividades realizadas na Instituição, tais como dificuldades na aprendizagem, problemas de ordem física, psíquica ou de ordem econômica que dificultam a sua permanência no curso, negações ideológicas, de gênero, de credo, de raça que remetem à inferiorização e à marginalização.

No que tange aos profissionais, além das políticas direcionadas aos fatores que remetem a afirmações/negações, é preciso promover políticas de apoio ao desenvolvimento pessoal e profissional constante, proporcionando assim uma boa qualificação e aperfeiçoamento laboral.

As políticas do IF Baiano *Campus* Catu, em consonância com a missão e os valores da Instituição, buscam amparar os sujeitos, sejam eles os estudantes ou os profissionais que nele atuam, e que se encontrem em situação de vulnerabilidade e em condições de desigualdades que interfiram em sua atuação e em seu desenvolvimento na Instituição.

⁸ - Curso em processo de finalização do Projeto Pedagógico, com posterior apreciação pelo Conselho Superior do IF Baiano.

11.1 POLÍTICAS DE ENSINO

São todas as ações e programas que visam garantir condições para o acesso e para a permanência dos estudantes, independente do nível de ensino.

11.1.1 Política de Permanência e Êxito

É fato que o público que tem acesso ao IF Baiano *Campus* Catu é heterogêneo em termos de apropriação de conhecimentos, trazendo diferenciações em seu legado acadêmico que influenciam em seu desenvolvimento na Instituição. O *campus* tem se preocupado quando estas diferenciações colocam em estado de inferioridade alguns estudantes que apresentam limitações de aquisição de conhecimentos. Para ajudá-los a vencer estas limitações o *campus* tem buscado implementar programas, projetos e ações didáticas integradas que são desenvolvidos com vistas à melhoria do processo de ensino e de aprendizagem, garantindo, assim, condições para a permanência e o sucesso dos educandos na Instituição.

Dentre as diversas políticas e programas que são desenvolvidos no *campus*, para o combate à evasão e apoio à permanência e ao êxito, cita-se:

- Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAP).
- Programa de Monitoria do Ensino.
- Programa de Tutoria Acadêmica.

11.1.2 Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem (PRONAP)

Este programa tem como objetivo central enriquecer o processo de ensino-aprendizagem, através de ações que contribuam para a melhoria da qualidade dos cursos do IF Baiano, ampliando as possibilidades de permanência dos estudantes e, conseqüentemente, a conclusão do curso escolhido com êxito. Neste sentido, vislumbra-se:

- a) Oportunizar aos estudantes que apresentam lacunas em seu itinerário formativo e, portanto, dificuldades para acompanhar o processo de ensino-aprendizagem, a revisão de conteúdos considerados elementares;
- b) Assegurar ao estudante a oportunidade de participar de cursos de curta duração, necessários à sua formação profissional, mas não contemplados no currículo do seu curso;

c) Estimular a busca constante de conhecimentos e, conseqüentemente, a autonomia acadêmica do estudante.

Para o alcance destes objetivos são necessários o planejamento e a oferta de atividades, presenciais e/ou à distância, voltadas para a superação de dificuldades oriundas de formação anterior insuficiente, ou ainda para o aprimoramento da formação profissional, contemplando conhecimentos necessários ao processo educativo do estudante, em virtude do surgimento de novas tecnologias, normas técnicas, atualizações na legislação, dentre outros. Sugerem-se, como propostas de atividades deste programa: oficinas, cursos de curta e média duração.

As atividades do PRONAP no IF Baiano *Campus* Catu serão regidas pelo Regulamento do Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem do IF Baiano.

11.1.3 Programa de Tutoria Acadêmica

Este programa tem a finalidade de zelar pelo itinerário formativo, social e profissional dos estudantes, acompanhando-os e orientando-os, durante o período que estiverem regularmente matriculados nos cursos presenciais da Educação Profissional Técnica de Nível Médio e Graduação. Neste sentido, são objetivos da Tutoria Acadêmica:

- I. Contribuir com a redução dos índices de retenção e evasão do processo educativo;
- II. Estimular a interação e a boa convivência na comunidade acadêmica;
- III. Incentivar o respeito à diversidade, ao trabalho em equipe, à solidariedade e à ética;
- IV. Oferecer orientações acadêmicas, visando à melhoria do desempenho no processo de aprendizagem, desde o ingresso até sua conclusão;
- V. Contribuir com a acessibilidade dos estudantes no *campus*, principalmente daqueles com necessidades educacionais específicas e/ou deficiências;
- VI. Promover o desenvolvimento da cultura de estudo, o hábito da leitura que complementem as atividades regulares, por meio do acompanhamento personalizado;
- VII. Acompanhar o fluxo acadêmico do discente, mediante Projeto Pedagógico de Curso, promovendo o cumprimento do currículo/estrutura curricular;
- VIII. Incentivar os estudantes a participarem das atividades de ensino, pesquisa e extensão. (IFBAIANO, 2015).

Para atender estes objetivos, os professores dos cursos, prioritariamente, ou outros profissionais de educação, disponibilizarão carga-horária para o desenvolvimento das ações de acompanhamento e orientação. Estas ações serão regidas pelo Regulamento da Tutoria Acadêmica do IF Baiano, atendendo às especificidades do *campus*.

11.1.4 Programa de Monitoria do Ensino

A monitoria é compreendida como uma atividade acadêmica para a melhoria do ensino dos cursos técnicos de nível médio e dos cursos de graduação, através do estabelecimento de novas práticas e experiências educacionais, a articulação entre teoria e prática, bem como a integração curricular em seus diferentes aspectos. São objetivos do Programa de Monitoria:

- I. Estimular a participação de estudantes dos Cursos Técnicos de Nível Médio e de Graduação em todas as etapas do processo educacional, isto é, nas atividades relativas ao ensino, bem como fortalecer seu vínculo com a vida acadêmica do IF Baiano.
- II. Contribuir com as atividades de aprimoramento do aprendizado ao estudante com a finalidade de superar problemas de aprendizagem.
- III. Propor formas de acompanhamento de estudantes em suas dificuldades de aprendizagem. (IFBAIANO, 2016).

O IF Baiano *Campus* Catu poderá ofertar a monitoria voluntária (sem bolsa) ou remunerada, a partir das necessidades e possibilidades orçamentárias do *campus*. As atividades de monitoria serão regidas pelo Regulamento da Monitoria do IF Baiano, atendendo as especificidades do *campus*.

11.2 POLÍTICAS DE ENSINO PARA OS CURSOS SUPERIORES

A seguir serão apresentadas todas as políticas e programas que se propõem a ampliar a qualidade do ensino, bem como garantir condições para a permanência e para o desenvolvimento de atividades que fortalecem o processo de ensino e aprendizagem.

11.2.1 Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência PIBID

O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência tem como objetivo promover a iniciação à docência de graduandos dos cursos de licenciatura, em Instituições

Públicas e Comunitárias de Educação Superior, de modo a ampliar a formação do licenciando que irá atuar na educação básica.

11.2.2 Políticas de Extensão

A política de extensão e seus programas visam garantir a interrelação entre o ensino ministrado e o mundo do trabalho. A seguir as principais políticas e programas de extensão em curso no *campus*.

11.2.3 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Extensão – PIBIX

Entre outros objetivos, o PIBIX busca promover o envolvimento de estudantes e servidores em atividades de extensão que favoreçam a integração do IF Baiano com a sociedade, através da busca da valorização da realidade local e regional e com a produção de conhecimento contextualizada. Na sua modalidade Júnior, o programa seleciona os estudantes do Ensino Médio Integrado ou Subsequente.

11.2.4 Programa Segundo Tempo

O Programa Segundo Tempo como Programa Estratégico do Governo Federal, desenvolvido no IF Baiano através da parceria entre o Ministério da Educação e o Ministério do Esporte, tem por objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do Esporte de forma a promover o desenvolvimento integral de crianças, adolescentes e jovens, como fator de formação da cidadania e melhoria da qualidade de vida, prioritariamente em áreas de vulnerabilidade social.

11.2.5 Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego – PRONATEC

O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) foi criado pelo Governo Federal, por meio da Lei 12.513/2011, com o objetivo de expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica no país, além de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino médio público. Atuando na oferta de cursos, o IF Baiano contribui como instituição acreditadora de instituições privadas que

queiram oferecer cursos através do Pronatec. Cabe destacar que, desde 2015, o referido programa não tem sido colocado em prática no IF Baiano *campus* Catu.

11.2.6 Programa Ciência Itinerante

O Programa Ciência Itinerante tem como o objetivo incentivar, apoiar e promover iniciativas de diversos temas do conhecimento científico e conta com a participação de estudantes do ensino médio técnico em atividades que propiciem a difusão e a popularização da ciência e tecnologia.

Ademais, contribui com a melhoria na qualidade do ensino de ciências e com a complementação dessa formação básica nas escolas. O projeto se materializa por meio de apresentações de experiências, demonstrações, painéis interpretativos e exposições implantadas em escolas públicas, feiras de ciências, exposições, museus e visa também a integração do IF Baiano *Campus* Catu com as comunidades locais e regionais.

11.2.7 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC

O Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC) tem por objetivo despertar e induzir o pensamento e a vocação científica.

Este incentivo aos discentes para a pesquisa científica e para a produção do conhecimento, ocorre mediante a concessão de bolsas de Iniciação Científica (IC) e de Iniciação Científica Júnior (ICjr), onde estes estudantes participam de projetos de pesquisa institucionais, desenvolvidos sob orientação de pesquisadores. As bolsas são provenientes tanto de cotas institucionais do próprio IF Baiano, como de agências externas de fomento à pesquisa.

11.2.8 Programa Institucional de Estímulo à Pesquisa

O Programa tem por objetivo incentivar, apoiar e fomentar ações institucionais de pesquisa científica, tecnológica e de inovação, nas diversas áreas do conhecimento, com foco na produção e difusão do conhecimento científico e no desenvolvimento tecnológico, coordenadas por pesquisadores do IF Baiano, em sintonia com os arranjos produtivos, sociais e culturais locais e com a missão institucional do Instituto Federal Baiano.

11.2.9 Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação – PIBITI

O objetivo do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação em Desenvolvimento Tecnológico e Inovação (PIBITI) é despertar talentos potenciais discentes e incentivá-los para a prática empreendedora, a criatividade, a inovação e para o desenvolvimento tecnológico, mediante a concessão de bolsas de Iniciação Tecnológica (IT) para participação discente em projetos de inovação tecnológica orientados. As bolsas concedidas provêm de cotas institucionais do IF Baiano e de agências de fomento à pesquisa e à inovação tecnológica externas.

11.2.10 Programa de Estímulo à Pós-Graduação

Objetiva a ampliação e consolidação da oferta de cursos de Pós-graduação (*Lato Sensu e Stricto Sensu*) no IF Baiano, de forma verticalizada com os demais níveis de ensino e em harmonia com as demandas sociais, com as peculiaridades regionais e com os arranjos produtivos, sociais, culturais e educacionais locais, com vistas ao desenvolvimento socioeconômico, cultural e educacional e à sustentabilidade dos sistemas produtivos, nas regiões nas quais o IF Baiano encontra-se inserido.

11.3 POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL

Os programas que constituem a assistência estudantil no IF Baiano *Campus Catu* são norteados a partir das premissas estabelecidas para o desenvolvimento de ações que favoreçam a democratização do acesso, permanência e êxito no processo formativo, bem como a inserção sócio profissional do estudante, visando uma formação integral, fortalecendo o princípio da garantia de um ensino público, gratuito e de qualidade.

11.3.1 Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante – PAISE

O Programa de Assistência e Inclusão Social do Estudante (PAISE) do IF Baiano *Campus Catu*, visa à garantia da permanência dos discentes que estejam regularmente matriculados, durante seu percurso de formação, através de um processo de avaliação socioeconômico, no qual os alunos selecionados passam a participar do programa de

benefício. Dentre eles destacam-se o Residência Estudantil, Auxílio Moradia, Auxílio-Transporte, Auxílio Material Acadêmico, Auxílio-Creche, Auxílio Eventual e Auxílio PROEJA.

11.3.2 Programa de Apoio à Diversidade e Ações Afirmativas ã PROADA

O programa PROADA consiste nas ações estabelecidas para reflexões referentes à diversidade (necessidades específicas, etnia, gênero, religião, identidade sexual, respeito ao idoso), combatendo os preconceitos, reduzindo as discriminações e aumentando a representatividade dos grupos minoritários. No IF Baiano *Campus Catu* as ações deverão ser orientadas pelos seguintes núcleos:

- Núcleo de Apoio a Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE), responsável pelo diagnóstico das necessidades específicas dos estudantes;
- Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros e Indígenas (NEABI), que vislumbra o desenvolvimento e acompanhamento de ações referentes às questões da igualdade e da proteção dos direitos das pessoas e grupos étnicos atingidos por atos discriminatórios;
- Núcleo de Estudos sobre Gênero e Sexualidade (GENI), estimula ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática da educação para a diversidade de gênero e sexualidade.

11.3.3 Programa de Assistência Integral à Saúde - PRÓ-SAÚDE

O Programa Pró-Saúde no IF Baiano *Campus Catu* deverá desenvolver mecanismos para viabilizar assistência ao estudante através dos serviços de atendimento odontológico, acompanhamento psicológico, enfermagem e nutrição, incluindo ações de prevenção, promoção, tratamento e vigilância à saúde dos estudantes, como exemplos: campanhas de vacinação, doação de sangue, orientação sobre riscos das doenças sexualmente transmissíveis, saúde bucal, higiene corporal e orientação nutricional. Contudo, às vezes por falta de profissionais (como atualmente no caso do setor de psicologia), carga horária, incentivos pontuais, estas atividades têm ocorrido de forma esporádica ou mesmo não têm acontecido.

11.3.4 Programa de Acompanhamento Psicossocial e Pedagógico – PROAP

A finalidade do PROAP consiste no acompanhamento dos discentes em seu desenvolvimento integral a partir das demandas diagnosticadas no cotidiano institucional por meio de atendimento individualizado ou em grupo, por iniciativa própria ou por solicitação, ou ainda por indicação de docentes, mães, pais e/ou responsáveis.

Para a execução do Programa, o *campus* conta com o Núcleo de Apoio Pedagógico e Psicossocial (NAPSI) que deverá promover ações de prevenção relativas ao comportamento e situações de risco, fomentar diálogos com familiares dos discentes, e realizar acompanhamentos sistemáticos às turmas de modo a identificar dificuldades de natureza diversa que podem refletir direta ou indiretamente no seu desempenho acadêmico.

Dentro das ações estabelecidas no Programa para o efetivo acompanhamento do estudante poderão ser sugeridas: a normatização do horário de atendimento ao estudante pelo docente, apoio e acompanhamento das atividades de monitoria, implantação de oficinas de nivelamento, realização e/ou apoio a eventos, seminários, palestras, cursos de extensão e capacitações, visando ao seu desenvolvimento, aperfeiçoamento e fortalecimento.

Cabe destacar que os docentes possuem obrigação legal de indicar de maneira objetiva aos estudantes os horários específicos para atendimento, os quais são computados em seus relatórios de atividades. Sobre o nivelamento, é uma prática já recorrente do IF Baiano *Campus Catu*, em todo início de ano letivo, organizar os nivelamentos que ocorrem para os componentes curriculares de Língua Portuguesa e Matemática.

11.3.5 Programa de Incentivo à Cultura, Esporte e Lazer – PINCEL

O PINCEL tem por finalidade garantir aos estudantes o exercício dos direitos culturais, as condições necessárias para a prática da cultura esportiva, do lazer e do fazer artístico, visando contribuir para a qualidade do desempenho acadêmico, da produção do conhecimento e da formação cidadã.

No IF Baiano *Campus Catu* existe o Núcleo de Cultura Esporte e Lazer (NCEL), vinculado à Coordenação de Assuntos Estudantis (CAE), que objetiva apoiar e incentivar ações artísticas e culturais, visando à valorização e difusão das manifestações culturais estudantis; garantir espaço adequado para o desenvolvimento de atividades artísticas;

estimular o acesso às fontes culturais, assegurando as condições necessárias para visitação a espaços culturais e de lazer.

As ações desenvolvidas por este Programa deverão, sempre que possível, envolver a comunidade do entorno do *campus*, bem como mães, pais e responsáveis.

11.3.6 Programa de Incentivo à Participação Político-Acadêmica – PROPAC

O PROPAC é uma ação que ocorre em nível de *campus* que visa contribuir para o exercício da cidadania e do direito de organização política do estudante, estimulando a representação discente através da formação de grêmios, centros e diretórios acadêmicos, bem como garantir o apoio à participação dos mesmos em eventos internos, locais, regionais, nacional e internacional de caráter sociopolítico.

O grêmio estudantil, assim como os diretórios acadêmicos, serão incentivados a fim de atuarem de forma ativa nas decisões de caráter político, social, educacional e cívico, representando os discentes na Instituição, garantindo-lhes autonomia e participação nas decisões coletivas da gestão institucional.

Infelizmente, na atualidade, este programa é quase morto no *campus*, onde as representações estudantis não têm voz nem vez nas decisões políticas institucionais. Ademais, cita-se também o investimento financeiro muito aquém do necessário para viabilizar programa de tal envergadura.

11.4 POLÍTICA DA DIVERSIDADE E INCLUSÃO

Entende-se por diversidade a manifestação da pluralidade de identidades que caracteriza os diversos grupos que compõem a sociedade e, por sua vez, a escola. Promover a diversidade é ensinar a conviver, respeitar, promovendo, conseqüentemente, a igualdade de condições. A inclusão se dará acolhendo todas as pessoas, sem exceção, ao sistema de ensino, tendo a escola este dever constitucional.

Por intermédio da política da diversidade e inclusão, o IF Baiano *Campus* Catu deverá desenvolver ações e programas integrados no campo do ensino, pesquisa e extensão, levando como marca central a cultura dos direitos fundamentais à dignidade humana, da busca incessante de um ensino público, gratuito, laico e de qualidade, o estímulo ao convívio com as diferenças e a garantia do direito à igualdade de tratamento e oportunidade.

Vislumbra-se que as ações que permeiam e consolidam tal política no IF Baiano *Campus* Catu deverão estar inseridas em toda e qualquer ação a ser desenvolvida no *campus*. Para sua efetiva consolidação, o IF Baiano *Campus* Catu deverá estabelecer, de acordo com a Política de Diversidade e Inclusão do IF Baiano (Resolução nº 12 ã CONSUP/IFBAIANO 2012), os diversos núcleos que compõem o PEDH ã Programa de Educação em Direitos Humanos, indissociável das ações de ensino, pesquisa e extensão, que visa contribuir para a formação do cidadão pautada no respeito à diversidade.

O IF Baiano *Campus* Catu destinará, anualmente, no mínimo, 2% (dois por cento) do valor total do orçamento de custeio para a implementação e a manutenção da Política de Diversidade e Inclusão. Contudo, os núcleos correlacionados a esta política, tais como NAPNE, NEABI e GENI, encontraram dificuldades de ordem burocrática para acessar tal recurso. Além do mais, do ano de 2019 até a atualidade, este recurso não tem sido destinado à Política de Diversidade e Inclusão no *campus* devido aos brutais cortes orçamentários que a educação federal tem sofrido neste período.

No quadro da Política de Diversidade e Inclusão estabelecido para consecução da política de diversidade do IF Baiano *Campus* Catu, deverá constar os seguintes programas:

11.4.1 Programa de Educação em Direitos Humanos ã PEDH

O PEDH parte do pressuposto de que a educação é uma das maiores vias de se exercer e efetivar a prática dos direitos humanos. Concebida como uma ação humana, a educação não está restrita apenas aos espaços formais de aprendizado, a exemplo da escola, mas se expande em espaços educativos informais, que são constituídos desde o nascimento humano até a morte de cada ser humano de uma dada sociedade.

A partir do pressuposto acima o IF Baiano *Campus* Catu através do PEDH buscará conciliar ações que promovam e defendam os direitos humanos no âmbito do *campus* e das comunidades que compõem o seu espaço de abrangência. Pensar a educação escolar como direito essencial, capaz de potencializar e de possibilitar a equidade educativa, a permanência e a conclusão com êxito de processos formativos, significa defender o direito à dignidade humana. Tal educação emancipatória faz parte dos direitos fundamentais de cada brasileiro, independente de identidade sexual, necessidades específicas, etnia/raça ou realidades socioeconômicas e culturais.

O PEDH no IF Baiano *Campus Catu* se constituirá em Núcleos que estarão fundamentados na indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, compreendendo-os como elementos mediadores de uma formação qualificada dos segmentos: discente, docente e técnico-administrativo do IF Baiano.

11.4.1.1 Núcleo de Estudos Afro-brasileiro e Indígena ï NEABI

Em conformidade com o Regimento que regulamenta o núcleo, em seu artigo 3º, está descrito que:

O NEABI tem como objetivo principal fomentar a discussão, articular e promover ações referentes ao respeito à diversidade étnicorracial e à proteção de direitos de pessoas e grupos étnicos atingidos por atos discriminatórios, a exemplo do racismo, através do assessoramento ao ensino, à pesquisa e à extensão (IFBAIANO, 2018, p.5).

Neste sentido, o NEABI no *Campus Catu*, desde a sua implantação, tem pautado a sua atuação, seja ela recorrente ou pontual, na busca de efetivar o que preconiza a Lei nº11.645/08 (BRASIL, 2008), em diversos âmbitos, a exemplo de ações como:

- Participação do núcleo durante a Jornada Pedagógica;
- Recepção dos estudantes ingressantes;
- Atividades referentes ao ñAbril Indígenaò;
- Julho das Pretas;
- Encontro dos NEABI;
- Cursos de Formação;
- Apresentações de trabalhos e de *stand* durante a FEMMIC;
- Atividades do ñNovembro Negroò;
- Projeto CINEABI- com cine-debates temáticos;
- Projeto de Extensão aprovado em edital interno;
- ñO Quintal do NEABIò com *lives* temáticas.

Em sua maior parte, essas ações foram concebidas e executadas por membros do NEABI do *campus*. Cabe destacar que, em certos casos contou com a participação de convidados externos, advindos tanto de ambientes acadêmicos como de comunidades

quilombolas, indígenas, lideranças de movimentos sociais, dentre outros. Em função das demandas de logística, tais como transporte, alimentação, hospedagem, *pro-labore*, etc., atividades desta natureza requereram disponibilidade orçamentária, o que, por vezes, dificultaram a sua concretização.

Tais situações demarcam a importância de se criar condições para que o NEABI possa promover formações e atividades sobre aspectos artísticos e culturais - material e imaterial- dos continentes africano, americano e de outras regiões, bem como também aplicar a lei 11.645/08 e demais ações de ensino, pesquisa e extensão, sendo preciso garantir recursos orçamentários e de pessoal, tal como previsto nos termos da Política de Diversidade e Inclusão.

A respeito das leis nº 10.639/03 e 11.645/08, que tratam da obrigatoriedade do ensino da História e da Cultura Afro-Brasileira e Indígena, a abordagem formativa é transversal a todo o currículo, em especial a componentes curriculares como História, Literatura, Educação Artística.

Ademais, cabe registrar a necessidade de garantir condições para a atuação permanente do NEABI:

- I. Na Jornada Pedagógica;
- II. Na Recepção aos Ingressantes;
- III. No assessoramento de aquisição ou desenvolvimento de material didático;
- IV. Nas deliberações sobre orçamento destinado para a Política de Diversidade e Inclusão;
- V. Na manutenção e ampliação da infraestrutura necessária para a atuação do NEABI no que tange à sala e equipamentos.

Neste ínterim, faz-se necessário destacar a importância do respeito de períodos marcantes referentes a debates sobre questões étnicorraciais a fim de não sobrepor grandes eventos nas semanas correlatas, quais sejam, a terceira semana do mês de abril, segunda semana de maio, última semana de julho, e a terceira semana do mês de novembro, garantindo assim os recursos físicos e de pessoal necessários para as atividades do NEABI.

Por fim, ressalta-se que as ações referentes ao processo seletivo em concursos públicos para novos servidores através de cotas ocorrerão no âmbito da reitoria, cabendo também ao Neabi Catu participar das discussões e possíveis assessoramentos.

11.4.1.2 Núcleo de Estudos de Comunidades Tradicionais – NECT

O NECT terá como meta o estudo e a pesquisa das comunidades ou povos tradicionais de forma a reconhecer, valorizar e respeitar a diversidade socioambiental e cultural, conforme o Decreto nº. 6040, de 07 de fevereiro de 2007 que institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.

Apesar de existir tal previsão legal, o NECT ainda não foi implementado no IF Baiano *Campus*.

11.4.1.3 Programa de Cotas – PRÓ-COTAS

O PRO-COTAS terá como finalidade efetivar o que promulga a Constituição Federal, no que diz respeito à construção de um país livre e solidário, em que haja a erradicação da pobreza e da marginalização e redução das desigualdades sociais/regionais, para promover a formação de uma sociedade justa.

Em consonância com a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, serão garantidas o mínimo de 50% das vagas em todas as modalidades dos cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio – EPTNM para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino fundamental em escolas públicas.

Também será disponibilizado, conforme o disposto no Decreto nº 7.824, de 11 de outubro de 2012, número proporcional de vagas, de acordo com os dados do último Censo Demográfico divulgado pelo IBGE, a estudantes que se declararem pretos, pardos e indígenas. À pessoa com deficiência será reservado o percentual de no mínimo de 5% (cinco por cento) das vagas totais dos cursos da EPTNM. Já o acesso à educação superior é regulamentado pelo Sistema de Seleção Unificada – SISU, do MEC.

11.4.1.4 Programa de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – PAPNE

O IF Baiano *Campus* Catu através do PAPNE assegurará o direito às pessoas com necessidades específicas (fala, física, intelectual, múltipla e com transtornos globais de desenvolvimento, etc.), no que diz respeito ao acesso, à permanência e à saída exitosa do Instituto, na perspectiva da emancipação e da inserção no mundo do trabalho, pois em

conformidade com o Decreto nº. 6.949/2009, as diversas barreiras podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade.

Para efeito desse Programa considerar-se-á pessoas com necessidades específicas ou pessoas com deficiência, àquelas que têm impedimentos de natureza física, intelectual ou sensorial.

É função também do PAPNE observar o que preconizam a Lei nº 12.319 e o Decreto nº 5.626/2005 no que se refere ao atendimento aos estudantes com deficiência auditiva no campo da Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS: a garantia de se ter em cada espaço educativo o tradutor/intérprete; a oferta da disciplina de LIBRAS nos cursos de licenciatura e a formação de recursos humanos na área. O PAPNE será constituído por um Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – NAPNE.

O NAPNE, conforme normatização, será responsável por articular a implementação das demandas do PAPNE e terá composição multidisciplinar com, pelo menos, 01 (um) Assistente Social, 01 (um) Pedagogo e 01 (um) Psicólogo. Atualmente o Núcleo não conta com a participação de nenhum psicólogo e nem pedagogo, sendo esta uma demanda essencial. Poderão integrar a equipe do NAPNE: docentes, técnico-administrativos em educação, discentes, familiares e comunidade em geral com o intuito de criar na Instituição a cultura do respeito a este público.

11.4.1.5 Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade – GENI

O Núcleo de Estudos de Gênero e Sexualidade do IF Baiano *Campus Catu* é um setor propositivo e consultivo que estimula ações de ensino, pesquisa e extensão orientadas à temática da educação para a diversidade de gênero e sexualidade. Suas atribuições são:

- I. Desenvolver ações de ensino, pesquisa e extensão voltadas às temáticas de gênero, sexualidade e educação, fomentando a participação dos diversos segmentos da Instituição;
- II. Atuar na articulação de pesquisadores e extensionistas, representantes de movimentos sociais e comunidade interna e externa para constituir grupos de estudos e desenvolver estratégias de ação no âmbito institucional;
- III. Atuar como instância consultiva nos processos de elaboração e implementação de políticas de ações afirmativas nas temáticas de gênero e sexualidade. (IFBAIANO, 2021).

O GENI ainda busca infraestrutura, equipamentos e material pedagógico. Um local físico para as reuniões do Núcleo também é necessário, assim como a formação continuada na área de gênero e sexualidade para servidores do *campus*, a fim de qualificar as ações

institucionais. Cabe destacar também a necessidade premente de apoio financeiro para produzir eventos e atividades de ensino, pesquisa e extensão.

11.4.1.6 Programa de Inclusão do Jovem e Adulto na Educação Profissional – PIJAEP

O referido programa no IF Baiano *Campus* Catu será destinado às pessoas jovens e adultas, visando à formação de cidadãos emancipados, preparando-os para atuação no mundo do trabalho, conscientes de seus direitos e deveres políticos e suas responsabilidades para com a sociedade e o meio ambiente.

Este programa propõe a integração da educação profissional com a educação básica na modalidade EJA, proporcionando a elevação de escolaridade, a inclusão digital e a qualificação profissional a jovens e adultos que, por diferentes motivos, tiveram as trajetórias da formação descontinuadas ou interrompidas.

Atualmente, o PIJAEP funciona no IF Baiano *Campus* com a oferta do PROEJA de Cozinha.

11.5 POLÍTICA DE ACOMPANHAMENTO DO EGRESSO

A Política de Acompanhamento de Egressos possibilita ao IF Baiano *Campus* Catu uma avaliação permanente e processual dos seus cursos, dos serviços e das ações prestadas à comunidade de inserção do *campus*. As políticas institucionais de acompanhamento do egresso também têm por finalidade assegurar um canal de comunicação permanente junto aos seus ex-alunos, visando à satisfação de interesses comuns.

A base principal da Política de Acompanhamento de Egressos é a construção e manutenção de um banco de dados atualizado que permita acompanhar a trajetória profissional do egresso, bem como os inserir nas atividades acadêmicas e de extensão do IF Baiano *Campus* Catu. A busca de fontes para alimentar o banco de dados será por meio da criação de cadastros no sítio eletrônico do *campus*, promoção continuada de eventos ligados aos cursos ofertados, através da associação de mães, pais e ex-alunos do *campus*, incentivo à participação nas ações de arte e cultura, pela consolidação das políticas de capacitação continuada, no evento anual Encontro de Ex-alunos e inserção de egressos em novos cursos ou por meio da verticalização do ensino, além do incentivo a utilizar as estruturas físicas do *campus*.

O banco de dados propiciará ao *campus* um arcabouço de informações que possibilitará planejar as atividades a serem desenvolvidas, como também servirá como subsídio para avaliação efetiva dos cursos já ofertados e na proposição de novos.

11.6 POLÍTICA DE VALORIZAÇÃO E FORMAÇÃO CONTINUADA DE SERVIDORES

A valorização do servidor público passa por diversas ações, desde treinamentos, reconhecimento pessoal, boa convivência no ambiente de trabalho, etc. Para tanto, o IF Baiano *Campus* Catu, no que tange ao desenvolvimento da carreira, vem efetivando a política de valorização e formação continuada de seus servidores da seguinte maneira.

- I. Concessão de afastamentos para capacitação ao servidor, com a respectiva remuneração, para participar em programa de pós-graduação *Stricto Sensu* em instituição de ensino superior no país e fora dele;
- II. Concessão de horário especial de estudante a servidores que estejam regularmente matriculados em curso de Educação Formal em Instituição de Ensino reconhecida pelo MEC;
- III. Progressão por mérito, avanço feito pelo servidor Técnico-Administrativo em Educação, de um padrão para outro imediatamente superior, mediante aprovação em programa de avaliação de desempenho;
- IV. Progressão por capacitação, que consiste na mudança de nível de capacitação, no mesmo cargo e nível de classificação, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em Programa de capacitação.
- V. Incentivo à Qualificação concedido ao servidor da Carreira de Técnico Administrativo em Educação que possuir educação formal superior à exigida para o cargo.
- VI. Programa de Apoio à Qualificação que tem como objetivo contribuir de forma efetiva para valorização, formação, desenvolvimento e aperfeiçoamento dos recursos humanos da Instituição, financiando parte das despesas com cursos de graduação e de pós-graduação. (IFBAIANO, 2021).

A intenção do IF Baiano *Campus* Catu é de que, com a participação nos processos formativos supramencionados, se possa contribuir para fazer do espaço de convívio pedagógico um espaço dinâmico, atrativo e inovador.

12. EDUCAÇÃO, TRABALHO E SOCIEDADE

A partir de tudo que foi exposto até aqui, entende-se que a comunidade do IF Baiano *Campus* Catu concebe a ação educativa como essência, objetivos e práticas de um fenômeno

social, que se relaciona com uma determinada conjuntura política, econômica, científica e cultural de uma determinada sociedade.

Desta forma, o ato de educar é um processo social presente no cotidiano de todos os povos, não podendo ser entendido como uma prática igual em todos os tempos e lugares. Ademais, para a comunidade do IF Baiano *Campus* Catu educar se constitui como uma ação móvel e cambiante específica no âmbito das interações sociais de um grupo à medida que exerce uma forte influência nas mudanças que se colocam em curso.

Sendo assim, pode-se entender que o processo educativo se acha fortemente ligado ao projeto de cidadania e de sociedade que emerge a partir das ações promovidas por seus atores. A educação é um processo sócio-político que deve se ajustar a todas as possibilidades e concepções de mundo. Ou seja, apesar do processo educativo se mostrar em acordo com os ideais dominantes de uma dada estrutura social, é possível colocar-se de forma democrática e participativa direcionando os objetivos a serem alcançados ou mesmo em desacordo com esses ideais dominantes.

A educação na sua relação com a sociedade deve ser entendida como um conjunto de ações específicas, plena em subjetividades e aplicadas à conjuntura e ao lugar, ou seja, a práxis educativa é uma ação social, historicamente situada e inerente a uma dada realidade.

É por tal razão que a educação enquanto instrumento político pedagógico tem o poder de ampliar o senso crítico do indivíduo à medida que referenda o grau de desenvolvimento de uma sociedade. Sendo assim, é tácito inferir que quanto maior for o poder de análise crítica dos seus cidadãos, maior será o grau de transmissibilidade de conhecimento, e assim, mais elevado será o grau de consciência social, qualidade do debate, reconhecimento da condição do indivíduo em sociedade, dos direitos e dos deveres, bem como, das responsabilidades no que concerne à guarda e promoção histórica dos direitos humanos e sociais (PINTO; DIAS, 2018).

Nesse sentido, a percepção de educação do IF Baiano *Campus* Catu na sua relação com a sociedade e com o mundo da produção material manifesta total identificação com aquilo que permitirá a autonomia e empoderamento do sujeito em um contexto social que tem na sua formação histórica a colocação de indivíduos em territórios cujas matrizes de identificação ainda se manifestam a partir dos diacríticos da pele, da etnia, da classe e de gênero. Uma situação que para a sociedade brasileira ainda se constitui como fator condicionante para a inserção de muitos indivíduos no mundo da cidadania, do trabalho, das

formas sustentáveis de consumo dos meios tecnológicos e, conseqüentemente, de bem-estar social.

Desta forma, é amparado na percepção do historicismo da formação social brasileira que a comunidade acadêmica do IF Baiano *Campus Catu* constrói a sua ideia de educação transformadora. Ou seja, a Instituição ainda que seja parte de uma estrutura adjacente ao seu território de origem e identidade procura resguardar através dos seus programas e projetos ações que a coloquem na condição de motor da transformação regional.

O IF Baiano *Campus Catu* ratifica a sua posição na defesa de uma educação que na sua relação com a sociedade e com o mundo do trabalho e da produção se apresente como o principal instrumento de inclusão social, desde que as suas práticas garantam ao educando de todos os níveis a construção de uma autonomia libertadora frente aos grilhões da formação social. Para Paulo Freire, a rejeição às formas de discriminação é uma atitude eticamente correta. “A prática preconceituosa de raça, de classe, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia” (FREIRE, 2011, p.17).

Por fim, entende-se que a percepção da relação educação, sociedade e mundo material é permeada pelo perfeito entendimento das dinâmicas históricas e atuais que modelam o desenvolvimento das sociedades contemporâneas na lógica de uma forma de capital que, a cada dia, faz da educação um dos principais vetores da transformação material de uma sociedade. Para o IF Baiano *Campus Catu*, é fato que tal lógica tem validade instrumental. Entretanto, se de um lado, o seu Projeto Político-Pedagógico tem como proposição básica a utilização do aporte técnico-científico de seus professores voltado para o atendimento das demandas do novo mundo do trabalho e da produção, de outro lado, a formação de natureza crítica humanista e transformadora tem como objetivo inserir o sujeito no mundo da cidadania política participante.

Mais uma vez, aqui vale ressaltar a importância do pensador Paulo Freire (2011, p. 09) que na sua “Pedagogia da Autonomia” propõe uma instituição escola que na sua pluralidade garanta a formação de um sujeito que esteja muito para além das suas capacidades e destrezas, ou seja, a escola na sua relação com a sociedade e o mundo material deve ater-se às concepções de moralidade e ética dos professores e outros sujeitos ligados à comunidade escolar, chamando-lhes atenção para a importância do estímulo aos educandos para o pensamento crítico sobre a realidade social.

13. CONCEPÇÃO DE TRABALHO DOCENTE

Segundo Saviani (2020), a tendência advinda do neoliberalismo de subordinar a educação aos mecanismos de mercado redonda num verdadeiro desmonte da educação nacional principalmente dentro da atual conjuntura do coronavírus e da crise política brasileira. Os cortes dos recursos destinados à educação, à ciência e à pesquisa científica, o ataque à educação pública com ameaças e iniciativas efetivas de privatização e com a desqualificação e perseguição aos professores, compõem um contexto de destruição da educação pública, submetendo todos os níveis e modalidades de ensino aos interesses privados, convertendo a educação em mercadoria.

Albino e Silva (2019) ao analisarem as implicações da proposta de formação preconizada na Base Nacional Comum Curricular e na Base Nacional Comum para a Formação de Professores da Educação Básica, destacam que:

A BNCC tem uma estrutura discricionária e invasiva do trabalho docente. É evidente a compreensão de manual detalhado em torno das competências e habilidades, subposicionando o professor a um executor de tarefas pedagógicas. (ALBINO e SILVA, 2019, p.143)

As autoras também destacam que seria importante defender o caráter geral das Diretrizes Curriculares Nacionais (2013), pois este documento respeita a autonomia dos estabelecimentos de ensino e dos professores em definir a partir de sua realidade os objetivos e programação de aprendizagem. As dez competências gerais para a Educação Básica propostas na BNCC são amplas, mas contemplam muitos encaminhamentos definidos nas DCN (2013), em conformidade com Albino e Silva (2019).

Segundo as DCN (2013) a perspectiva de formação humana é orientada por uma ideia de organicidade e do trabalho como princípio educativo. Aqui, o trabalho assume a dimensão primeira entre o humano e o meio ambiente na produção social e histórico-cultural dos grupos. Desta maneira, enquanto que nas DCN (2013) o comum são princípios gerais norteadores da prática pedagógica a partir dos seus contextos sociais, o comum na BNCC (2018) é o todo objetivado e descrito em ações, conteúdos, habilidades e competências.

A partir do exposto, Albino e Silva (2019) alertam que:

Os processos formativos numa perspectiva de orientação humana, autônoma e crítica podem ser suprimidos quando a excessiva categorização e descrição de uma base normatizante passa a reduzir a

produção de conhecimento a um sequenciamento esquemático de descritores. O sentimento de pertença faz parte de uma educação e produção de conhecimento a partir da estrutura democrática. Sem essa participação efetiva (sobre: o que conhecer? Para que conhecer? Por que conhecer? Por que esses conhecimentos e não outros?) a compreensão de conhecimentos fica reduzida e mecânica, o que contribui para a conformação e menos justiça cognitiva. (ALBINO e SILVA, 2019, p. 144, grifo nosso).

É possível prever que tais análises acima também sejam válidas no que se refere às Diretrizes para a Formação de Professores nos seus diversos níveis, entretanto, ainda carecemos de estudo detalhado sobre todos estes documentos que nos recaem, bem como sobre as implicações que afetam nossa realidade. É importante registrar que respeitadas entidades científicas e acadêmicas como a ANPED, ANFOPE, ANPAE, o Fórum Nacional em Defesa da Formação do Professor, já se manifestaram contrariamente à aprovação das Diretrizes acima, segundo afirmam Albino e Silva (2019).

Como resistir a tal contexto? A perspectiva marxista, que tão bem analisou o trabalho no século XIX, ainda tem muito a contribuir neste século XXI, portanto, vislumbra-se como premissa teórica fundamental para a construção deste Projeto Político-Pedagógico que orienta para uma educação pública, gratuita, de qualidade e laica, uma perspectiva que tenta se aproximar da concepção materialista e dialética da história de Marx e Engels, a partir da concepção de trabalho como princípio educativo.

Segundo Saviani (2020) o trabalho como princípio educativo compreende três significados: num primeiro sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que determina, pelo grau de desenvolvimento social atingido historicamente, o modo de ser da educação em seu conjunto. Nesse sentido, explica o autor, aos modos de produção correspondem modos distintos de educar com uma correspondente forma dominante de educação.

Em um segundo sentido, o trabalho é princípio educativo na medida em que coloca exigências específicas que o processo educativo deve preencher, em vista da participação direta dos membros da sociedade no trabalho socialmente produtivo. (SAVIANI, 2020)

Por fim, em um terceiro sentido, Saviani (2020) diz que o trabalho é princípio educativo à medida que determina a educação como modalidade específica e diferenciada de trabalho: o trabalho pedagógico. Neste sentido, e em conformidade com a Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, a educação tem por finalidade o pleno desenvolvimento da pessoa, o preparo para o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. E ele afirma que:

Fica claro que tal objetivo não poderá ser atingido com currículos que pretendam conferir competências para a realização das tarefas de certo modo mecânicas e corriqueiras demandadas pela estrutura ocupacional concentrando-se, e ainda de forma limitada, na questão da qualificação profissional e secundarizando o pleno desenvolvimento da pessoa e o preparo para o exercício da cidadania. (SAVIANI, 2020, p.21).

Nesta crítica às novas diretrizes legais, Saviani (2020) prossegue na direção de um futuro trágico, caso não consigamos resistir a tal desmonte. Diz ele:

Se continuarmos pelos caminhos que estamos trilhando, não parece exagerado considerar que estamos, de fato, realizando aquelas profecias dos textos de ficção científica que previram uma humanidade submetida ao jugo de suas próprias criaturas, sendo dirigidas por máquinas engrenadas em processos automáticos. (SAVIANI, 2020, p. 22)

Enfim, há diante dos trabalhadores da educação um grande desafio a ser enfrentado. Há uma luta árdua porque precisamos de mobilização popular ampla a fim de se reconstruir as condições democráticas no Brasil em todos os seus seguimentos. Aos educadores cabe a consciência de que sem uma articulação com seus sindicatos, juntamente aos sindicatos de trabalhadores de todas as outras categorias profissionais, assumindo uma luta comum, não será possível a implantação de uma sociedade emancipada.

14. CURRÍCULO, CONCEPÇÃO E AÇÃO

O currículo constitui significativo instrumento utilizado por diferentes sociedades tanto para desenvolver os processos de conservação, transformação e renovação dos conhecimentos historicamente acumulados, como para socializar as crianças, jovens e adultos segundo valores tidos como desejáveis (MOREIRA, 2008). No entanto, o currículo também pode estar a serviço de um viés opressor, a depender das formas como se realizem as escolhas dos saberes a serem priorizados, já alertava Freire na década de 1960.

Em virtude da importância desses processos, a discussão em torno do currículo assume cada vez mais lugar de destaque pedagógico. Cabe ressaltar que se encontra em muitos textos, referências ao caráter polissêmico do termo currículo. Sem dúvida, são muitos os sentidos atribuídos a esse termo, que passou a ser utilizado em várias partes do mundo a partir do século XX para se referir a aspectos fundamentais do planejamento e organização da atuação pedagógica nas instituições escolares.

Os sentidos tão variados atribuídos ao currículo estão relacionados a determinadas formas de pensar a função social da escola, a saber:

1. Série estruturada de resultados buscados na aprendizagem;
2. Conjunto de estratégias para preparar o jovem para a vida adulta;
3. Todas as experiências que os estudantes desenvolvem sob tutela da escola;
4. Ambiente fornecido ao estudante para experienciar a vida;
5. Conjunto de matérias;
6. Seleção de conhecimentos extraídos de uma cultura mais ampla;
7. Modo pelo qual a cultura é representada e reproduzida no cotidiano das instituições escolares;
8. Artefato social e cultural;
9. Arena política, área contestada;
10. Terreno de produção e criação simbólica e cultural.

Em suas aparências, a leitura dessas definições pode não dizer muita coisa, porém, buscando sua essência, sentidos diferenciados se revelam, deixando transparecer discursos construídos com diferentes intenções ou em diferentes momentos históricos.

Assim, poder-se-ia perceber nas duas primeiras definições uma ideia de currículo como instrumento de controle, de regulação das aprendizagens. Ademais, a concepção de aprendizagem que se encontra implícita na segunda definição é aquela que desconsidera a história que os sujeitos do currículo constroem em outros espaços fora da escola.

Tomando como exemplo a ideia de *educação bancária* denunciada por Freire (1987) em sua proposta de uma *Pedagogia do Oprimido*: as *mentes* seriam um mero depósito de conteúdos, acomodados em compartimentos que se *abririam* à medida que fosse necessário *lembrar* desse ou daquele conteúdo.

Quando se observa as duas definições seguintes percebe-se que existe uma mudança na direção: do controle externo para a ação dos sujeitos do currículo. É a experiência dos estudantes que conta nessa concepção de currículo. Mas será que essa experiência, por si só, garantiria o aporte de conhecimentos necessários para a formação pretendida?

Essa é uma discussão que ganhou espaço considerável na literatura educacional brasileira, notadamente nos anos de 1980. Obras do período apresentavam as diferenças entre a função da escola requerida pelos adeptos do movimento pedagógico denominado de *Escola*

Nova e a função para os que consideravam fundamental privilegiar o conteúdo historicamente produzido pela humanidade, como forma de promover a cidadania.

A definição de currículo como conjunto de matérias é difundida de forma significativa, a ponto de habitar o imaginário pedagógico indiscriminadamente. Essa definição não pode ser descartada, pois o currículo não prescinde do conhecimento, porém a ideia de matéria está demarcada pela lógica disciplinar conferida historicamente aos currículos. Lógica essa inspirada no modo de produção de conhecimentos científicos instituído na modernidade.

Assim como a ciência constituída demarca seus objetos, os decompõe em unidades independentes, a fim de obter melhores resultados de análise, os conteúdos curriculares são demarcados a partir de unidades mínimas, a fim de serem melhor assimilados por aqueles que os recebem. A matéria seria a unidade didática em que se constitui o conhecimento a ser veiculado pelo currículo (MOREIRA, 2008).

Observa-se também que as quatro últimas definições acrescentam elementos como a cultura, a produção simbólica, os embates de variados significados que são conferidos por diferentes sujeitos e diferentes esferas de poder. A sétima definição traz a ideia de uma cultura externa que é representada e reproduzida no cotidiano da escola e as demais mostram outra perspectiva, a de produção de significados.

Considerando a polissemia do substantivo currículo, faz-se necessário registrar alguns aspectos importantes: o currículo é aqui considerado tanto em sua dimensão de fenômeno passível de ser estudado, como na dimensão de processo que se efetiva no espaço concreto da escola. O acontecer do currículo envolve os sujeitos que possibilitam sua realização, considerados aqui como os sujeitos do currículo.

A observação da pluralidade de visões possíveis a respeito do fenômeno/processo currículo tem como pressuposto a complexidade da própria realidade e, mais especificamente, da realidade educacional em seu caminhar histórico.

Quando se trata de definir qual saber deve a escola difundir, como e a quem, as ideias são as mais variadas, cruzam-se, aproximam-se, opõem-se, avançam, recuam, saem de cena, reaparecem, ostentam-se, dissimulam-se a depender da correlação de forças, conforme as necessidades e exigências impostas pelas circunstâncias e pelos atores em movimento, em conflito.

Dessa forma o Instituto Federal Baiano *Campus* Catu concepciona currículo como a concretização das escolhas e posicionamento dos sujeitos da Instituição frente à cultura produzida socialmente, por onde se promove a formação. O currículo expressa os interesses

de todos os grupos sociais e o modo que estes selecionam, classificam, organizam e avaliam a produção do conhecimento no cotidiano educativo. Desse modo, representa os princípios do processo educativo em suas dimensões cognitiva, cultural, ideológica, política e social. Portanto, a relação cultura e sociedade é representada pela proposta curricular da instituição ao organizar esta cultura, reproduzi-la e refletir as intenções, práticas e valores que as compõem.

Neste sentido, o IF Baiano *Campus* Catu fundamenta-se na teoria da multirreferencialidade, buscando elucidar que a construção do conhecimento se dá tanto nas relações sociais vivenciadas, quanto no acesso aos conhecimentos historicamente legitimados, sendo o diálogo entre os diversos saberes o propulsor desta construção.

A multirreferencialidade, uma epistemologia proposta por Jacques Ardoino para o campo das Ciências Humanas e da Educação ãé um sistema de pensamento e uma perspectiva da práxis educativa, em que a heterogeneidade é o ponto de partida epistemológico, ético, político e formativo (MACEDO, 2012, p. 14). O seu compromisso com o heterogêneo torna-a pertinente nos contextos das Ciências Sociais e da Educação, pela complexidade que os caracterizam, pois tal teoria propõe uma leitura plural sobre seus objetos de estudos, sob pontos de vistas diferentes, que se consideram, sem pretensão de se tornarem unificantes, mas que se propõem a conjugar, articular e hibridizar.

Fróes Burnham (2011, p.72) a considera como ãuma opção que procura dar respostas às perguntas que não foram contempladas por abordagens definidas tradicionais, como os modelos cartesianos e positivistas (MACEDO, 2012, p. 14). E esclarece que por muito tempo as ciências humanas valeram-se de instrumentos, procedimentos e lógicas, consideradas inadequadas ao seu contexto, principalmente ao confrontar-se com a complexidade do ser humano.

Macedo (2012) defende a emergência da multirreferencialidade como possibilidade de crítica às epistemologias monolíticas, que consideram o conhecimento como algo que pode ser dado como verdadeiro, certo e acabado. Este autor ainda ressalta que ãnão devemos mais procurar no que é heterogêneo e movente algo do âmbito da estabilidade, e do acabado (MACEDO, 2012, p.37).

A noção de multirreferencialidade está estreitamente relacionada com a noção de pensamento complexo. Para Edgar Morin, a palavra complexidade porta em seu seio a confusão, a incerteza e a desordem. Portanto, aquilo que é complexo não pode se resumir a uma palavra-mestra. Isto é, a complexidade não pode ser resumida a uma lei da

complexidade, dito de outra forma, para Morin, a complexidade é uma palavra-problema e não uma palavra-solução (MACEDO, 2005, p.21).

Ainda segundo Macedo (2005) o pensamento complexo vive uma tensão constante, entre a aspiração a um saber não redutor e o reconhecimento do inacabado e da incompletude de todo conhecimento (MACEDO, 2005, p. 22).

Ratifica essa postura a Fróes Burnham (2011), explicitando que o pensamento complexo

Não expulsa a certeza com a incerteza, a separação com a inseparabilidade, a lógica para autorizar transgressões. É uma postura no ir e vir constantes, entre certezas e incertezas, entre o elementar e o global, entre o separável e o inseparável (Fróes Burnham, 2011, p.84).

Este pensamento utiliza a lógica clássica e os princípios da identidade, mas (re) conhecendo os limites e sabe que, em certos casos, precisa assumir uma postura de transgressão. Jacques Ardoino (1988) assume a noção de multirreferencialidade contida na inteligência da complexidade:

Assumindo plenamente a hipótese da complexidade, até mesmo da hipercomplexidade da realidade a respeito da qual questionamos, a abordagem multirreferencial propõe uma leitura plural de seus objetos, (práticos ou teóricos), sobre diferentes pontos de vista, que implicam tanto visões específicas quanto linguagens apropriadas às descrições exigidas, em função de sistemas de referências distintos, considerados, reconhecidos explicitamente como não redutíveis uns aos outros, ou seja, heterogêneos (ARDOINO, 1998 apud MACEDO, 2012, p. 16).

Em contrapartida, Edgar Morin (2000), admite que a noção de multirreferencialidade é muito mais pertinente para um olhar complexo da realidade do que a noção, cunhada por ele, a de multidimensionalidade:

Desde que você introduziu o conceito de multirreferencialidade, penso que ele não é redutível ao de multidimensionalidade. É uma ideia forte contida justamente no que eu escrevera no último volume Do Método, a propósito do círculo epistemológico, este seria justamente a multirreferencialidade. (MORIN, 2000 apud MACEDO, 2012, p. 38).

Macedo (2012), em consonância com Ardoino (1988), ressalta que a noção de multirreferencialidade está estreitamente relacionada com a noção de complexidade, pois é a partir desta que o pensamento multirreferencial é construído, considerando as divergências,

conflitos e contradições como elementos profícuos à compreensão do fenômeno, e a totalidade e a especialidade como exercício necessário do olhar investigativo. Nesta perspectiva, Macedo (2005, p.21) propõe a multirreferencialidade não como um analisador fecundo para explicitar a complexidade das situações.

No entanto, o pensamento multirreferencial não sabe que não basta afirmar a pluralidade, a heterogeneidade (MACEDO, 2012, p.36), pois considera as especializações a partir das articulações questionantes. Em outras palavras, a abordagem multirreferencial, de forma alguma nega a disciplina, porém questiona o seu poder, diante das evidentes consequências sociais da hiperdisciplinarização e da ultraespecialização (MACEDO, 2012, p.36). Fróes Burnham (2011, p.74) esclarece que o princípio da separação em disciplinas torna o conhecimento mais aprofundado e claro sobre uma pequena parte isolada do seu contexto, mas não permite uma visão clara e objetiva sobre as relações entre as partes e o seu contexto integral. O pensamento multirreferencial trabalha a necessidade de articulação, das combinações, face às heterogeneidades com realidades antropológicas. Neste sentido, Macedo (2012) cita que para Ardoino (1988), muito mais que uma justaposição de olhares disciplinares a multirreferencialidade supõe a capacidade de falar várias línguas e inteligibilidades sem as confundir.

Na concepção da multirreferencialidade, não se pode compreender o ser humano unicamente através dos elementos que o constituem. É preciso considerar o meio em que está inserido com todas suas interações e inter-relações que geram redes, que formam conjuntos complexos constituindo a sociedade. Fróes Burnham (2011) alerta para a necessidade de um pensamento complexo, principalmente considerando o contexto contemporâneo, no qual se percebe uma cultura técnico-científica tentando se impor sobre uma cultura geral. A especialização, característica da cultura técnico-científica, retira o objeto do seu contexto, rejeita as ligações e intercomunicações com o ambiente, criando uma cisão com o concreto. A cultura geral busca a contextualização das informações, a partir da ativação da inteligência geral e da mobilização de conhecimentos conjuntos. O que se percebe é que a racionalidade difundida pela Ciência Clássica permitiu disseminar o pensamento mecânico e reducionista, destruindo a visão complexa que existia nos primórdios da compreensão do conhecimento.

Assim, a opção do IF Baiano *Campus* Catu por um currículo multirreferencial, desafio que se constitui como processo e que exige o comprometimento institucional para sua efetivação, se dá pelos seguintes motivos:

AA emergência de rompimento com a visão reducionista do processo educativo, que diante de sua complexidade exige um olhar plural;

AA possibilidade de exercício da dupla função da educação, a técnica e a política, em plena articulação, a fim de realmente dotar os estudantes dos instrumentos necessários a uma efetiva participação social;

AA visão ampliada de cultura que cultiva, possibilitando a imersão no universo sociocultural dos sujeitos da educação;

AA necessidade de superação de concepções educacionais que delimitam a educação a um espaço próprio, a formas tradicionais e a modelos historicamente legitimados;

AA necessária correspondência entre os conhecimentos a serem transmitidos e a realidade do aluno, entendida sob os pontos de vista sociocultural e lógico-psicológico;

AA possibilidade de superação da dicotomização conteúdo *versus* método, tão presente no histórico de constituição da concepção do currículo;

AO reconhecimento da globalidade do conhecimento, exigindo-se um tratamento integrado horizontal e vertical;

AA possibilidade de promoção do diálogo entre saberes, sejam eles construídos cientificamente, ou no senso comum, no cotidiano das relações sociais;

APor considerar os espaços multirreferenciais de aprendizagem, proporcionando o diálogo da escola com o local de trabalho, na perspectiva do trabalho como princípio educativo;

AA possibilidade de materialização da educação integrada, não só pelo diálogo entre as áreas do conhecimento acadêmico, mas ampliando este diálogo com os saberes do estudante;

AO reconhecimento de que se aprende em diferentes espaços sociais, onde os sujeitos interagem, tendo como lastro múltiplos sistemas de referências;

AA possibilidade de superação do paradigma da formação do trabalhador, especificamente para o ãmercado de trabalhoò, prevendo uma formação ampliada que contemple a educação para o ãmundo do trabalhoò.

Portanto, o IF Baiano *Campus* Catu assume o currículo multirreferencial como um conjunto integrado e articulado de atividades intencionadas, pedagogicamente concebidas a partir da visão crítica e ampliada de ser humano, de mundo, da reprodução das condições materiais de existência, de sociedade, de trabalho, de cultura e de educação, organizadas para promover a construção, a reconstrução, a socialização e a difusão do conhecimento. Essas atividades intencionadas, sob sustentação de um aporte histórico-crítico, visam à formação

integral dos educandos, objetivando, também, torná-los cidadãos aptos a contribuir com o desenvolvimento socioeconômico local, regional, nacional e global, na perspectiva da edificação de uma sociedade democrática e solidária.

15. CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO E SUA RELAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO

Refletir o mundo do trabalho na atualidade requer reconhecer que as formas como a informação e o conhecimento se disseminam na atualidade, trazem significativas mudanças para as relações econômicas, políticas e socioculturais e se refletem diretamente na vida do cidadão e nas demandas de formação para atender as necessidades do desenvolvimento econômico e social. Mas, qual o lugar que a educação emancipadora, libertadora, crítica, ocupa nesse espaço? O avanço da Ciência e a emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas redes de tecnologias da informação e da comunicação, que começaram a tomar forma na década de 1960, e vem se difundindo de forma desigual pelo mundo, vem provocando uma transformação estrutural multidimensional em processo no planeta, que está impactando diretamente na vida do trabalhador.

A globalização, potencializada pelas tecnologias da informação e da comunicação, tem influenciado na reorganização da estrutura da sociedade provocando impactos, tanto nas formas como os estados-nação se (re)estruturam, como no próprio cotidiano da vida das populações e dos indivíduos sociais (FRÓES BURNHAM, 2004). No entanto, é imperioso destacar que essa mesma globalização amplia as distorções e as exclusões sociais. Assim, quanto mais fora do sistema, mais subalternizado, mais silenciado, mais precarizado.

O que nós sabemos é que esse paradigma tecnológico tem capacidades de *performance* superiores em relação aos anteriores sistemas tecnológicos. Mas para saber utilizá-lo no melhor do seu potencial, e de acordo com os projectos e as decisões de cada sociedade, precisamos de conhecer a dinâmica, os constrangimentos e as possibilidades desta nova estrutura social que lhe está associada: a sociedade em rede (CASTTELS, 2006, p. 19).

Este chamado de Castells soa também como um alerta à realidade multifacetada que é imposta por vários setores/países que já se apropriaram da ciência e das tecnologias, e que vem através delas ampliando as possibilidades de disseminação de seus valores e instituindo práticas que atendem a seus objetivos e interesses, o que conseqüentemente, traz impactos na vida de todos e no ambiente no qual estão inseridos.

O setor econômico, em especial, tem promovido mudanças radicais nas suas estruturas de produção, distribuição e gestão. A transnacionalização da economia, a (re)articulação dos mercados, as formas de distribuição internacional da produção e do trabalho, a (re)organização dos processos produtivos são demonstrações de como as TIC e as redes digitais são usadas por este setor para atingir seus interesses e objetivos (FRÓES BURNHAM, 2000).

Dessas mudanças emergem novas necessidades do mundo do que exigem capacidade de inovação e criatividade e, em consequência, crescem as pressões sobre os trabalhadores, dos quais são esperados alto nível de qualificação e capacidade de usar conhecimento novo para aumentar a produtividade. Já se fala em trabalhador ãautoprogramávelò, quando se refere à capacidade deste ãse reprogramar em habilidades, conhecimento e pensamento segundo tarefas mutáveis num ambiente empresarial em evoluçãoò (CASTELLS, 1999, p. 77), bem como em aprendizagem ao longo da vida, na intenção da qualificação contínua dos trabalhadores para as mudanças que se anunciam cada vez mais e em menores espaços de tempo. Tais mudanças amplificam os problemas sociais, pois nem todo trabalhador acessa essas condições para manter-se nesse ambiente competitivo.

Desta forma, é possível observar que o setor econômico não tem só reconhecido a necessidade de uma nova qualificação por parte dos trabalhadores para atender às demandas do crescimento econômico, reforçando a necessidade da existência do trabalhador mais qualificado para a atuação no mercado, como tem interferido na educação do trabalhador, moldando cursos e influenciando as políticas públicas destinadas a esta educação.

A relação educação e mundo do trabalho vem sofrendo pressões do setor econômico. Em outras palavras, coletivos sociais têm moldado a formação para o mercado de trabalho, de acordo com seus interesses. Por isso, as propostas de qualificação do trabalhador assumidas por instituições com finalidades econômicas requerem atenção. É necessário indagar à quais interesses e objetivos se destinam, pois como alerta Freire (1987) não existe a educação neutra, toda prática educativa carrega valores e interesses dos seus patrocinadores e executores, o que, na prática, pode concorrer para fragilizar ainda mais o trabalhador frente às relações produtivas.

Assim, é importante ter conhecimento de que a relação educação e trabalho trata de um campo de concepções em disputa. O conhecimento destas disputas é fundante, pois contribui para a percepção de que a educação não é neutra e, portanto, dá subsídio a condução do trabalho educativo, que precisa estar evidenciado ãa favor de quemò está sendo realizado.

Historicamente percebe-se a prevalência dos interesses econômicos, formatando o processo de ensino aprendizagem e da capacitação com vistas ao atendimento das demandas do mercado de trabalho. Esta concepção dominou a educação profissional no Brasil por muitos anos. Ademais, nos dias atuais continua procurando impor sua força sempre exercendo pressões nas iniciativas de formação dos trabalhadores e na redução de seus direitos duramente conquistados.

De outro lado encontram-se grupos com concepções humanísticas, que fomentam as discussões da formação para o mundo do trabalho. Estes procuram perceber como os propósitos educativos podem se configurar em possibilidade de resistência aos desmandos dos grupos dominantes e de empoderamento do sujeito da educação, não só para usufruto do patrimônio social instaurado, mas principalmente para a transformação dessa sociedade.

O IF Baiano *Campus* Catu corrobora com as concepções humanísticas e preocupa-se para que a formação ofertada em seu âmbito não se limite às imposições mercadológicas, mas que forme um cidadão que possa atuar de maneira criativa e crítica no mundo do trabalho, exercendo tanto sua função técnica, como seu papel de cidadão consciente, participativo e interventivo.

Nesta perspectiva, o IF Baiano *Campus* Catu norteia a oferta de seus cursos de nível médio no sentido da Educação Integrada, que se constitui em uma proposta que vislumbra a articulação dos saberes. O Documento Base da Educação Profissional Técnica de Nível Médio Integrada ao Ensino Médio concepciona esta articulação como a conexão entre partes, nesse caso, a educação profissional e os níveis da educação nacional (BRASIL, 2006, p.7). O IF Baiano *Campus* Catu, amplia esta concepção, definindo-a como proposta que indica a conexão entre os saberes vivenciais dos estudantes, a educação profissional e os níveis da educação nacional.

Fundamentado nesse documento, o IF Baiano *Campus* Catu vislumbra o mundo do trabalho como espaço profícuo à aprendizagem e nele busca o diálogo para o trabalho educativo, considerando o Trabalho, Ciência, Tecnologia e Cultura como categorias indissociáveis da formação humana; o trabalho como princípio educativo; a relação parte-totalidade na proposta curricular. Dessa forma, o IF Baiano *Campus* Catu, enfatiza a educação do trabalhador, na perspectiva multirreferencial, complexa, proporcionada também pela articulação dos saberes dos estudantes com as outras áreas do conhecimento e com o diálogo com o mundo do trabalho.

16. O CONHECIMENTO COMO BEM PÚBLICO

O desafio lançado para superação da segregação cognitiva está pautado na conversão do conhecimento em bem público, e isto significa não só disponibilizar a informação, mas democratizar o seu acesso e promover a construção do conhecimento (BURNHAM, 2012). A autora alerta que, historicamente, a socialização do conhecimento vem sendo moldada pela Ciência Clássica a qual se coloca como a detentora, aquela que decide, de acordo com seus interesses, como e a quem deve ser disponibilizado.

Fróes Burnham (2013) explicita que o movimento pela socialização do conhecimento é uma luta histórica, cujos indícios são perceptíveis do século XVIII aos dias atuais. Dentre as pautas de luta deste movimento apresentam-se as críticas ao predomínio da ciência sobre a produção e organização do conhecimento, à especialização acentuada nas disciplinas e à privatização do conhecimento. Tais movimentos trouxeram à tona a falácia do fácil acesso a informação, mostrando que a informação sob os domínios da Ciência Clássica, intensificou a distância entre os produtores e consumidores do conhecimento e restringiu a sua socialização por parte do sistema educativo, em virtude da imposição da formatação do currículo segundo os seus moldes, organizado em áreas, em disciplinas, segmentado.

É preciso encontrar espaços para socializar e promover a produção do conhecimento, reconhecer e combater o Epistemicídio, viabilizar modos para publicizar a informação e mediadores para atuar nos processos de transformar informação em conhecimento e este em bases para a construção da subjetividade (FRÓES BURNHAM, 2012, p. 103). A escola é um desses espaços e a tecnologia pode ampliar o alcance da escola.

Neste sentido, as iniciativas educacionais precisam estar fundamentadas na socialização do conhecimento e nos princípios de emancipação do sujeito da educação. Ciência e Tecnologia devem andar em harmonia, para que ambas contribuam para a socialização do conhecimento. Freire falava

Se o meu compromisso é realmente com o homem concreto, com a causa de sua humanização, de sua libertação, não posso por isso mesmo prescindir da ciência, nem da tecnologia, com as quais me vou instrumentando para melhor lutar por esta causa (FREIRE, p. 22-23, 1976).

Corroborando com o pensamento de Paulo Freire, a comunidade do IF Baiano *Campus Catu* compreende a ciência e a tecnologia como campos do conhecimento a serem explorados para o desenvolvimento do cidadão e, em consequência, da sociedade, vislumbrando a

formação para o exercício da cidadania e para o desenvolvimento socioeconômico. Nesta perspectiva, a realização da pesquisa e da extensão e o uso das tecnologias na Instituição são compreendidos como processos potencializadores do ensino e da aprendizagem, com vistas à emancipação do sujeito e à transformação do meio onde ele está inserido.

17. EDUCAÇÃO E TECNOLOGIA COMO PRINCÍPIO EMANCIPATÓRIO

As formas como a informação e o conhecimento se disseminam na atualidade trazem significativas mudanças para as relações econômicas, políticas, sociais, culturais, ambientais e educacionais baseadas nas Redes de Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC).

A rede é uma antiga forma de organização social, evidenciada na vida em família, na vida em comunidade, nas relações de trabalho. Nos diversos espaços e tempos, a sociedade sempre buscou nas tecnologias vigentes, formas de viabilizar as comunicações e amplificar as relações. Atualmente as redes estão disseminadas na maioria dos setores da atividade humana e com sua natureza digital, fornecem novas capacidades às redes convencionais, permitindo-lhes ultrapassar os seus limites históricos, graças a sua flexibilidade, adaptabilidade e descentralização. Como afirma Castells (2006, p.18), a sociedade em rede é global e as tecnologias digitais da informação e da comunicação são a coluna vertebral desta sociedade.

Segundo Castells (2003) nos países com pouco desenvolvimento e naqueles onde há abissais distorções na distribuição da renda, a maioria da população não utiliza da potencialidade das tecnologias para bens próprios. As pessoas estão, automaticamente, virando consumidores de tecnologia, mas desconhecem o potencial produtivo que estas proporcionam. O autor salienta que estes representam os *ñinteragidos* pela tecnologia e não os *ñinteragentes* da cultura digital, pois não a utilizam para tirar proveitos de seus benefícios culturais, econômicos e sociais.

Um excluído digital tem três grandes formas de ser excluído. Primeiro, não tem acesso à rede de computadores. Segundo, tem acesso ao sistema de comunicação, mas com a capacidade técnica muito baixa. Terceiro, (pra mim é a mais importante forma de ser excluído e da que menos se fala) é estar conectado à rede e não saber qual o acesso usar, qual a informação buscar, como combinar uma informação com outra e como utilizar para a vida. Esta é a mais grave porque amplia, aprofunda a exclusão mais séria da História; e a exclusão da educação e da cultura porque o mundo digital se incrementa extraordinariamente (CASTELLS apud BONILLA, 2011, p. 38).

Percebe-se no pensamento deste autor que a superação da segregação digital deve estar fundamentada nos propósitos de ataque aos problemas que agravam as desigualdades sociais, em especial a marginalização de acesso ao conhecimento.

Nessa perspectiva o IF Baiano *Campus Catu* se propõe ofertar uma educação que garanta a inserção nas tecnologias digitais com princípios emancipatórios, apontando para a realização de práticas educativas com tecnologias que proporcionem ser um cidadão deste tempo, conferindo-lhe um empoderamento que possibilite exercer sua autonomia social (SCHWARTZ *apud* BONILLA, 2011, p. 37).

Tais necessidades foram colocadas à prova de maneira compulsória a partir de 2020 com o advento da Pandemia de Covid 19, quando as relações pedagógicas precisaram ser remotizadas. Ficou evidenciada a grande distorção socioeconômica vivenciada por parte significativa dos discentes, bem como o baixo nível de (in)formação acerca das estruturas, instrumentos e potencialidades do mundo digital de parcela considerável da comunidade do IF Baiano *Campus Catu*. Tais adversidades estão sendo superadas parcialmente a partir da própria rede, quando o conhecimento e ações foram socializadas, como parte da práxis coletiva.

No que concerne às implicações e/ou responsabilizações relacionadas à formação dos servidores para o uso de novas tecnologias, cabe o destaque para algumas formações que foram disponibilizadas para os docentes, mas os TAE não foram inseridos nesta primeira sensibilização de formação. Ademais, é fundamental que essas ações se incorporem enquanto demanda permanente.

A partir do que já se propunha a fazer e diante da realidade atual, a proposta de educação que garanta a inserção nas tecnologias digitais do IF Baiano *Campus Catu* fundamenta-se no desenvolvimento de práticas que contribuam para a constituição de quatro formas de poder distintas presentes na sociedade em rede, apresentadas por Castells (2006): poder de conectar a rede (*networking power*); poder da rede (*network power*); poder em rede (*networked power*); e poder de criar redes (*networmaking power*). Estas serão reapresentadas neste documento, articuladas com a proposta pedagógica e com as concepções políticas que fundamentam a educação e a interrelação com as tecnologias digitais do IF Baiano *Campus Catu*:

O primeiro poder na sociedade em rede, o de conectar a rede, é também definido por Pretto (2008) como um direito de todo cidadão. Como direito humano, só pode ser assegurado se encontrar condições favoráveis na sociedade em que o sujeito está inserido, pois por

melhor que seja a intenção institucional de promoção de uma prática educativa que esmere a apropriação das tecnologias, só galgará êxito se o sujeito desta prática encontrar no cotidiano as formas de aprimorá-lo.

Estudos recentes (CGI.BR, 2014) revelam que projetos pedagógicos fundamentados no uso das TIC têm apresentado melhor êxito, quando o acesso se dá à longo prazo. Neste sentido, a comunidade do IF Baiano *Campus* Catu precisa não só promover práticas, mas principalmente defender a democratização do acesso à internet, lutando por políticas públicas que garantam este acesso a todos e em todos os lugares, considerando que a educação acontece em vários espaços de formação e as redes digitais são profícuos espaços de aprendizagem.

O segundo poder enunciado por Castells (2006), o poder da rede, deve ser refletido no espaço educacional em dois sentidos: o poder já instituído e o poder instituinte. No primeiro, é preciso atentar aos valores e interesses que vêm sendo disseminados pelos diversos setores que já se apropriaram das tecnologias digitais, por meio de uma cultura que também os favorece: a cultura digital. Já o segundo, será refletido a partir das possibilidades oferecidas pelas tecnologias digitais para atingir os propósitos educacionais.

O sistema educacional precisa impor seus valores e interesses, se constituindo também em poder da rede. Para tanto, seu público precisa estar ciente de que, assim como a educação, a tecnologia não é neutra, reconhecendo os poderes que nela imperam, sendo instrumento de resistências àqueles que não são favoráveis aos propósitos educacionais e empreendendo esforços para se constituir em elemento de poder a favor do cidadão desta sociedade em rede. A partir destes pressupostos é possível pensar na possibilidade de um poder instituinte através da educação, a partir da disseminação da cultura da autonomia e do investimento na coletividade, que encontram espaços profícuos nas redes digitais.

A terceira forma anunciada por Castells (2006), o poder em rede, pode ser materializada pela construção colaborativa do conhecimento. Alguns teóricos trazem a importância das interações sociais como centro para as construções de processos educativos. Vygotsky (1989) ressalta que o verdadeiro curso do desenvolvimento do pensamento não vai do individual para o socializado, mas do social para o individual. Macedo (2005, p.109) alerta que o ato de aprender depende do estar com o outro, que não aprender de forma não-relacional é possibilidade concreta de encerrar-se na colonização e na alienação histórica proporcionadas pelos currículos escolares. Freire (1985) defende que o homem é um ser de relações, e nestas relações a comunicabilidade é o princípio para a construção do conhecimento.

Segundo Jenkins (2008) existe um caráter fundamental da interação na contemporaneidade que, se por um lado depende da competência tecnológica das novas mídias em abrir caminhos de interatividade, por outro, estabelece dois parâmetros de avaliação: a capacidade dos objetos de incitar a interação e o interesse da sociedade em interagir. Para além da participação individual esta sociedade está descobrindo sua potencialidade na coletividade, porque isto referenda o poder em rede na sociedade contemporânea. De acordo com Lévy (1999), o próprio *ciberespaço* está sofrendo uma nova arquitetura, que se constitui de um coletivo de subjetivação envolvendo sensibilidade, percepção, pensamento e imaginação, graças às novas formas de cooperação e coordenação em tempo real. Essa presença social é uma característica inovadora quando comparada com a forma anterior de distribuição de informação, que não permitia a interação entre as pessoas de maneira dinâmica como o *ciberespaço* permite. Este mesmo autor (LÉVY, 2014, p. 28) fala também em inteligência coletiva, ñuma inteligência distribuída por toda a parte, incessantemente valorizada, coordenada em tempo real, que resulta em uma mobilização efetiva das competências.

Sem deslegitimar a importância da escola, é necessário admitir que a natureza interativa de alguns ambientes virtuais tem proporcionado formas inovadoras de construção e difusão do conhecimento e tem atraído cada vez mais o público que vem buscando outras novas maneiras de lidar com a informação. Por isso, Fagundes (2008) salienta a importância de um movimento inverso também. É necessário à escola inserir-se na cultura digital, tanto para aproximar-se do universo dos estudantes, quanto para compreender como os espaços já consolidados nesta cultura se processam, quais as formas de aprendizagem que disseminam e como esta aprendizagem é assimilada por seus sujeitos.

Diante disto, este Projeto Político-Pedagógico aposta que o olhar crítico a estes espaços possa elucidar possibilidades para o trabalho pedagógico. A princípio sugere-se um desvencilhamento de preconceitos para a abordagem dos espaços utilizados pelos estudantes, como por exemplo, as redes sociais virtuais. Há muito que se aprender com eles, pois de certa forma os mesmos conseguiram trazer, através das suas estruturas e da cultura de participação, elementos essenciais da aprendizagem desconsiderados nos espaços tradicionais de educação, a saber: a atuação do sujeito e a construção coletiva de conhecimento, através do compartilhamento de experiências, da troca de ideias e do debate aberto e horizontal. E isto se fortaleceu sobremaneira no período pandêmico.

Segundo, é necessário romper paradigmas do ensino tradicional que em nada contribuem para a construção do conhecimento, dentre eles: a concepção conteudista do processo educativo, na qual o currículo é moldado para atender ao conteúdo julgado necessário ao grupo de indivíduos de uma classe; a concepção da prática educativa fundamentada na transmissão, em que o professor é o centro do processo, detentor do conhecimento, e o estudante é um elemento passivo e receptivo desta transmissão; e a concepção homogeneizadora do processo educativo, cuja percepção das diferenças é frequentemente depreciativa e estereotipada, e o outro e a sua cultura não são considerados, nem respeitados.

E terceiro, é necessário investir na potencialidade do trabalho em rede e isto remete a trabalhar ãcomò o outro e não ãparaò o outro. Neste sentido, o estudante está no centro do processo, sua participação ativa é o princípio da rede, o trabalho em coletividade é o que a mobiliza e a construção coletiva é o seu produto. Este investimento necessita da compreensão do papel do professor como mediador do processo, participante do processo da aprendizagem, utilizando-se de uma estratégia dialógica aberta, sem hierarquização. Freire (1987) defende uma prática pedagógica fundamentada no diálogo horizontal, na qual imperem o respeito ao saber do outro, a humildade, a esperança, a confiança e a convivência com as diferenças.

Conjugando com esses ideais o IF Baiano *Campus* Catu propõe o trabalho educativo em rede como possibilidade para a concretização da prática educativa emancipatória, seja essa rede presencial ou virtual, concebendo que a segunda possibilidade tanto potencializa a primeira como pode dar significado à apropriação das tecnologias por parte dos sujeitos da educação.

O quarto e último poder anunciado por Castells (2006), o poder de criar as redes, não é algo novo. Os cientistas, os tecnólogos, entre outros, há muito se utilizam da criação de redes para o fortalecimento enquanto coletivo social com interesses comuns. Assim, pode-se evidenciar a existência das várias comunidades específicas que já existem há um bom tempo, tais como as comunidades epistêmicas, as comunidades científicas, as comunidades de prática, dentre outras. Representam grupos de pessoas que se interconectam com o objetivo de aprimorar os seus conhecimentos, de difundir conhecimento, assim como também construir novos. Estes grupos estão encontrando nas redes digitais formas de aproximarem os vários sujeitos que têm interesses comuns e por meio dela se organizam, criam e difundem conhecimentos.

No campo da educação, a possibilidade de criar redes ainda é pouco explorada, principalmente porque este campo ainda não descobriu a potencialidade de um trabalho colaborativo. Tal assertiva é evidenciada cotidianamente nas instituições de ensino, desde os momentos de planejamento, que raramente se consegue se constituir em um processo coletivo, até a prática cotidiana, em que o professor não consegue visualizar a sala de aula como uma rede em potencial, como uma comunidade de aprendizagem. Esta dificuldade tem uma de suas raízes na formação de parte do corpo docente, que foi qualificado para a ação individual de transmissão de conteúdos, para o isolamento disciplinar, imposto pela compartimentalização do conhecimento em áreas que não dialogam entre si.

Para se criar redes, é pré-requisito viver a rede, compreender como ela se constitui, como se fundamenta, não sendo possível criar algo que não é vivenciado, que não se consegue abstrair. Gonçalves (2015) ressalta que quando o sistema educacional conseguir se constituir em um espaço de promoção de criação de redes de aprendizagem, boa parte de seus problemas estarão resolvidos.

Enquanto esta grande mudança não acontece, sugere-se investir nas iniciativas pontuais, dentre elas, fortalecer as comunidades de aprendizagem com o uso das tecnologias digitais. Esta é uma prática que pode ser adotada em qualquer nível de ensino, tendo cuidado de não segregar aqueles que não têm acesso às tecnologias, por isso recomendamos à luta para que todos tenham acesso e a adoção da variedade de metodologias, para que não se considerem apenas aquelas que se utilizam de recursos tecnológicos. (GONÇALVES, 2015, p.74).

Portanto, os desafios da educação em uma sociedade em que as redes digitais já se instituíram em diversos setores e vem provocando mudanças na vida de todos os cidadãos precisam estar fundamentados em dois princípios: o fortalecimento da resistência às injustiças sociais que se configuram por meio das redes e a luta pelo empoderamento dos sujeitos através dela. Nesta perspectiva, o IF Baiano *Campus Catu* vislumbra uma proposta educacional, cujo currículo seja fundamentado na articulação entre Sociedade, Ciência e a Tecnologia, de forma que as duas últimas dimensões estejam comprometidas com a constituição de uma sociedade mais justa e igualitária em termos de acesso ao patrimônio sociocultural.

18. PESQUISA E RESULTADOS

A seguir serão apresentados os resultados da consulta aos distintos segmentos da comunidade, interna e externa, dialogados com a perspectiva de produção do presente documento.

18.1 PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ACADÊMICAS DO IF BAIANO *CAMPUS CATU*

Como tratado ao longo do presente documento, a indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, a garantia da formação do ser-sujeito embasado na multirreferencialidade, no pensamento complexo, na formação das redes de conhecimento, tecnológicas, de difusão, assim como nos princípios democráticos e dialógicos, por mais que ainda existam distorções as quais devem ser ajustadas em todos os processos, o IF Baiano *Campus Catu* prima pela qualidade dos serviços ofertados, pela excelência e eficácia, embora reconheça sua falibilidade. E reside neste reconhecimento o entendimento de que é no diálogo, na reflexão, no (re) planejamento de suas ações, na busca incessante pela melhoria, pelos ajustes do que se encontra em desacordo com as boas práticas administrativas, sociais, culturais, de humanização dos processos que este documento se delineia como um marco e como um farol, trilha que deverá pautar o caminhar pelos próximos quatro anos quando, de maneira otimista, se pensa ser possível realizar os ajustes necessários de tudo que se encontra em processo, equivocado, opressivo, desatento, desajustado.

Com compromisso de delegar esforços para desenvolver com cada vez mais qualidade o ensino, a pesquisa e a extensão bem como tudo que a este tripé se liga diretamente, o IF Baiano *Campus Catu* firma com a sua comunidade interna e externa os compromissos aqui ditados e convida, de antemão, a estas mesmas comunidades que acompanhem as transformações e a ele se una mais uma vez no próximo momento de rediscutir seu PPP.

18.2 PRINCÍPIOS E CONCEPÇÕES QUE NORTEIAM AS PRÁTICAS ADMINISTRATIVAS DO IF BAIANO *CAMPUS CATU*

Em conformidade com os princípios do serviço público, quais sejam, legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, a gestão do IF Baiano *Campus Catu* se

propõe democrática, dialógica, isonômica, transparente, buscando sempre o engajamento de sua comunidade interna e externa. Ademais, prima por proporcionar um ambiente que se constitua em espaço de excelência na formação que oferta, de relação respeitosa e de valorização de seu quadro funcional.

19. RESULTADOS DA CONSULTA À COMUNIDADE INTERNA E EXTERNA

Como relatado na construção do presente documento, notadamente na metodologia, especificou-se os trâmites, as dificuldades vivenciadas e os poucos retornos obtidos a partir da consulta à comunidade interna e externa. No entanto, ainda que a participação tenha sido pequena, vale destacar que muitas das respostas apontaram para questões relevantes e que se somam ao apanhado geral do trabalho realizado nesta construção do PPP para dizer que ajustes necessitam ser feitos, é uma verdade, no que tange aos processos acadêmico, administrativo, de gestão, mas a qualidade do *Campus* Catu em muito foi destacada, especialmente a qualidade de seu corpo profissional, de sua estrutura (ainda que muito ajustes se façam necessários em áreas específicas e que serão aqui apontados), de seus laboratórios e de toda a experiência que estudar em uma instituição como o IF Baiano *Campus* Catu propicia.

19.1 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO DO SEGMENTO DISCENTES

Foram respondidos 158 questionários pelos discentes da Instituição. Este número, percentualmente pode não ser o ideal, mas é indispensável destacar o momento pandêmico vivenciado, o distanciamento das atividades presenciais, e mesmo a dificuldade em acessar as atividades remotizadas, seja para as aulas, seja para responder às enquetes propostas pelo *campus*, em grande medida justificam os resultados obtidos. Tal questão desnuda as problemáticas sociais relacionadas a não inserção de parte considerável dos estudantes ao mundo tecnológico, por exemplo.

Ademais, cabe destacar que os respondentes representaram quase todos os cursos ofertados pela Instituição, à exceção do curso superior em Análise e Desenvolvimento de Sistemas, ficando o ranking de participação da seguinte forma:

1º - Curso técnico em Alimentos;

- 2º - Química (Técnico e Licenciatura);
- 3º - Agropecuária (Técnico e Subsequente).

Com menos de 10 participações ficaram os cursos:

- 4º - Mestrado PROFEPT;
- 5º - Curso Superior Tecnólogo em Gastronomia;
- 6º - Curso Técnico em Cozinha (PROEJA);
- 7º - Curso Subsequente em Agrimensura.

Questionados sobre o sentimento em relação à Instituição, predomina um perfil positivo, especialmente em relação à estrutura física, pois 44,94 % a classificou como boa; 27,22% como excelente e 25,95% como satisfatória. Apenas 1,90% considerou a estrutura física como insatisfatória.

Há também menções que ressaltam a qualidade do ensino e do quadro docente existente no IF Baiano *Campus* Catu. Estes aspectos estabelecem relação com a posição majoritária dos estudantes consultados, o equivalente a 65,19%, que não cogitaram a possibilidade de mudar de escola, pois é realçado que a qualidade do ensino e as perspectivas que a formação ofertada por uma instituição pública e gratuita podem trazer para o futuro profissional, quando comparada com outras escolas existentes na região, fazem o diferencial. Há falas que são representativas nesse quesito, que emergiram quando estudantes foram indagados por que indicariam o IF Baiano *Campus* Catu para outrem:

A competência pedagógica dos educadores e a infraestrutura que poucas escolas secundaristas possuem, além da possibilidade de uma formação técnica compatível com o mercado de trabalho. (Resposta do questionário).

O ensino público de qualidade, projetos de extensões, discussão de assuntos necessários, por exemplo, racismo e identidade de gênero; acesso a biblioteca e aos conceitos necessários da informática, etc. (Resposta do questionário).

Além de ter o ensino médio, terá o técnico, pode ajudar no seu futuro, além de que por estudar em uma escola federal é mais fácil passar em uma faculdade federal. (Resposta do questionário).

As citações acima, em certa medida, identificam o IF Baiano *Campus* Catu como uma espécie de oásis, diante dos graves problemas estruturais que se fazem presentes, principalmente, nas unidades de ensino da rede pública da região. Esta visão tem fundamento na realidade, pois os Institutos Federais têm se destacado na última década com um desempenho educacional superior ao que se evidencia nas redes Estadual, Municipal e Privada:

Em 2015, a Rede Federal de Ensino divulgou seus últimos resultados do Programa de Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) e do ENEM. No primeiro, o desempenho mostrou-se superior às médias nacionais de Ciências (403 pontos), Leitura (407 pontos) e Matemática (377 pontos) alcançando, respectivamente, as médias de 517, 528 e 488 pontos (INEP, 2016). No segundo, a média geral da Rede Federal de Ensino foi de 572,42 pontos, superando as redes Estadual (492,39), Municipal (520,40) e Privada (570,41) (INEP, 2015). (DUTRA *et al*, 2019).

É possível considerar que ante a quantidade de instituições federais de ensino, pois representam menos de 1% da rede pública nacional (MEC, 2021), esta realidade responda pelos mais altos investimentos em sua infraestrutura, bem como na formação de seus quadros, o que reverbera nos resultados que os estudantes encontram quando acessam estas instituições.

Cabe registrar que, embora seja minoritária, há falas dissonantes que questionam a qualidade do ensino no IF Baiano *Campus* Catu, algo em torno de 3% das respostas, e se referem, sobretudo, ao atual contexto de remotização das atividades pedagógicas.

É um ambiente bom de se estudar, porém só presencial, online não recomendaria não. (Resposta do questionário).

A educação é de qualidade, mas no momento esse quesito é questionável. (Resposta do questionário).

No momento, devido a algumas inconsistências não tenho mensagens positivas a respeito da Instituição, mas acredito que o potencial dos professores é um ponto a ser destacado (...).(Resposta do questionário).

Desse modo, em que pese ter sido possível constatar, através da coleta de dados, a existência de críticas com relação ao formato não presencial das atividades de ensino, questão que não pode ser negligenciada, existe a prevalência de uma perspectiva positiva do segmento discente sobre o IF Baiano *Campus* Catu.

Com relação ao aspecto administrativo do IF Baiano *Campus* Catu, em sua maior parte, as falas registradas trazem um olhar positivo sobre a participação estudantil. No entanto, se somadas as posições que divergem com as que apontam que tal participação acontece de forma insuficiente, ou ainda aquelas que não sabem opinar, elas alcançam um patamar significativo que não pode ser desprezado, evidenciando a necessidade de um olhar mais cuidadoso no que tange a efetivamente proporcionar a participação do segmento nos processos decisórios da Instituição. Participar de uma gestão democrática é muito mais que ser informado acerca das decisões tomadas, configura-se como a prática institucional da aprendizagem política que a educação deve ter e oferecer.

Diante deste quadro, é fundamental manter os espaços de participação existentes e, inadiavelmente, conceber estruturas que permitam efetivar a inclusão do público discente em processos deliberativos acerca dos rumos a serem seguidos pela Instituição. Buscar esse percurso poderá conduzir a uma consolidação de uma Gestão Democrática real.

19.2 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO DO SEGMENTO DOCENTES

Os segmentos docente e discente representam de forma direta a essência do processo de ensino-aprendizagem. No que concerne à participação dos professores nas respostas dos questionários, foi possível perceber que de um universo de 101 profissionais, ocorreu a participação de 29 docentes. Cabe destacar que este valor, embora num percentual muito aquém do esperado por esta comissão, já representa por si só um fator para análise.

Vários são os fatores que podem ter causado a baixa adesão: a atual conjuntura pandêmica que torna refém a atividade escolar em todos os níveis, a desmobilização política da categoria, um ambiente institucional com histórico pouco afeito à participação efetiva de todos, as incertezas que a categoria vive dentro do processo de ensino-aprendizagem, a perda

do sentido funcional da escola enquanto instituição social: ãpara que eu responder este questionário neste momento? ò, a perda do contato diário com o universo escolar e, por fim, o mais grave de todas as possibilidades que é a desconstrução dos objetivos traçados no início do planejamento individual.

Ainda que o resultado do questionário aponte para um quantitativo de quase 29% é importante atentar para os indicativos que foram suscitados nas respostas dadas pelos respondentes professores do IF Baiano *Campus* Catu, sobretudo, porque tais observações constituem o referencial empírico para a construção de possíveis saídas para os problemas que existem nos campos político, pedagógico e administrativo da unidade escolar.

Neste sentido, a fala dos respondentes evidencia que a escola enquanto espaço de saber, apresenta um excelente nível de funcionamento uma vez que tem nos seus quadros professores com excelente nível de formação acadêmica, comprometimento, experiência e excelência na docência. Portanto, a autoidentificação da comunidade docente é positiva, entretanto fica muito claro um certo mal-estar quando o questionário avança no sentido de obter respostas sobre a práxis cotidiana no espaço escolar quando se refere a aspectos como planejamento, estrutura e funcionamento.

Ficou muito clara a ideia de que os docentes são críticos em relação ao *Campus* Catu no que concerne às dimensões de planejamento, estrutura e funcionamento. Nesse sentido, o *Campus* Catu pode vir a se constituir como um espaço de construção não apenas de conhecimento, mas, principalmente, de relações construtivas voltadas para a constante formação de todos aqueles que cotidianamente vão ao *campus* na condição de sujeitos-atores.

No que diz respeito ao **Planejamento Escolar** deve-se saber que é basicamente um projeto que norteia e delimita o que será feito no ano letivo, por todos que compõem a comunidade do IF Baiano *Campus* Catu: professores, técnico-administrativos, terceirizados, coordenadores, gestores e estudantes.

O Planejamento Escolar segue os regramentos das políticas municipais e estaduais de educação bem como das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Profissional e Tecnológica, das Diretrizes Curriculares Nacionais de Educação Básica, e num horizonte próximo, as orientações da Base Nacional Comum Curricular (BNCC⁹) e da Base

⁹ Sobre a BNCC, cabe destacar que é um documento impositivo que apresenta sérios ataques ao que se entende acerca do direito à educação ampla, geral e irrestrita. Cercear o acesso à educação, impondo limites via itinerários formativos a serem ãescolhidosò, é uma maneira de restringir o acesso ao livre conhecimento. Esta realidade não se aplica aos Institutos Federais pelo fato destes já se constituírem como ofertantes de um dos itinerários formativos propostos ã formação profissional -, bem como garante os demais componentes

Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores para Educação (BNC-Formação Continuada), cujo impacto se dará nos cursos de licenciatura.

Além disso, o **Planejamento Escolar (PE)** tem a partir das prerrogativas do PPP (Projeto Político-Pedagógico) o poder de acrescentar seus próprios projetos e conteúdo. Nesse sentido, são ideias que em curso letivo busca a operacionalização das ações que cada ator presente no universo escolar realizará por meio de um plano de ação. Desta forma, entende-se que o **PE** é um documento com função macro, uma vez que tem o poder de organizar a escola no que tange a sua estrutura e funcionamento.

É um documento muito importante, pois se bem colocado em prática dialoga com todos os setores do universo escolar num movimento de continuidade sempre em sincronicidade com o planejamento e elaboração do conteúdo de cada professor. A título de reforço, pode-se dizer que este planejamento possui como objetivo de médio e longo prazo, melhorar o aproveitamento e desempenho dos estudantes, e conseqüentemente, da qualidade da escola em si, imprimindo a personalidade e os valores da instituição de ensino.

O ambiente educacional é um organismo vivo e, como tal, deve dialogar com a sociedade. Assim, o Planejamento Escolar e o Plano de Ação são dois instrumentos que devem ser valorizados pela comunidade escolar visto que a competência de sua implementação pode garantir à Instituição um alto grau de satisfação e aceitação social. Por isso, torna-se imprescindível a competente implementação de suas ações uma vez que a sua capacidade de capilaridade é mensurada quando são bem definidas questões burocrático-administrativas, como a utilização dos espaços em comum (o auditório, o pátio, a biblioteca, lanchonete, quadra, etc.). Tudo numa perspectiva temporal, ou seja, neste caso específico, a agenda é de vital importância.

Por outro lado, a elaboração do Plano de Ação tem como suporte os elementos contidos no Planejamento Escolar que por sua vez delinea o status de cada ator presente na cena escolar, pois cada um deve saber qual o seu papel dentro da instituição bem como poderá contribuir para que o objetivo seja alcançado. Desta forma, além de compreender o que é Planejamento Escolar e qual a sua utilidade, é importante que cada indivíduo tenha em mente a sua importância a fim de que a práxis pedagógica tenha efetividade.

No que diz respeito à práxis docente é importante chamar atenção para os aspectos ligados às ações que se relacionam com os projetos interdisciplinares no que tange às questões práticas: conteúdos, eventos, seminários, bancas devem ser cotejados no Plano de Ação,

curriculares. Ademais, há outras questões sérias, como o risco acerca da liberdade de cátedra, que merecem espaços de discussão e resistência mais amplos.

sempre de acordo com o Planejamento Escolar. Assim, o Plano de Ação é um guia para toda a comunidade escolar. Entretanto, aqui é importante ressaltar a importância do corpo técnico pedagógico da escola que deve ter papel de assessoria ao trabalho do professor, com isto negando a falsa ideia de hierarquia e controle.

Desta forma, é essencial que as partes sejam ouvidas e valorizadas; que na medida do possível as demandas sejam atendidas no sentido de contribuir de forma relevante para o bom andamento do planejamento escolar. Portanto, aqui se destaca a importância do papel da Coordenação de Ensino, que é, dentre outras atribuições, proporcionar e mediar da melhor maneira, o diálogo entre as partes que compõem o ambiente escolar formado por professores, alunos, mães, pais, setores e a própria gestão. Na verdade, o seu trabalho é estabelecer o equilíbrio das relações no espaço escolar.

Sobre as respostas dadas pelo segmento docente do *Campus Catu* a este questionário ficou muito clara a convergência crítica, reflexiva e propositiva sobre o tema planejamento e participação na construção de uma escola desejada. Para muitos, o planejamento deve ser participativo no sentido de evitar o autoritarismo como viés de convivência no espaço escolar. Nesse sentido,

1. Sobre a possibilidade de construção do planejamento foi dito que:

Primeiramente, é preciso que haja planejamento. O que eu percebo é que a instituição espera as situações acontecerem para tomar alguma atitude, indicando que ou não há planejamento ou a análise realizada é muito superficial. Agora a garantia de participação está na garantia de que haja a participação de toda a comunidade escolar. (Resposta do questionário).

As ações num planejamento pedagógico são meios e condições para a realização da finalidade da educação. O tipo de participação caracteriza a natureza valorativa das ações. Se a participação é efetiva, portanto, se esta possibilitar a realização dos meios e fins da atividade pelos agentes, trata-se de uma participação de traço mais emancipatória. Entretanto, se a participação não criar as condições para tal intervenção nos meios e fins, esta se caracterizará como autocrática, autoritária, prescritiva. A via aqui é a imposição do medo via controle do trabalho, o que tem comprometido a função social da instituição. (Resposta do questionário).

Planejamento participativo. Ambientes pensados e projetados para fomentar o processo de ensino-aprendizagem. Transdisciplinaridade. Apoio para ações que estimulem a criatividade, a autonomia, o engajamento, o diálogo entre os componentes e entre estes e a formação dos estudantes. (Resposta do questionário).

2. Sobre o planejamento da estrutura física do campus foi dito:

Primeiro, estruturar o campus com recursos materiais mais adequados a cada área de atuação e de ensino, através da aquisição de materiais físicos mais modernos. Segundo, funcionalizar melhor os recursos físicos e humanos disponíveis, através de replanejamento e reorganização obtidos após reuniões com cada setor envolvido, separadamente. Terceiro, capacitar constantemente os servidores envolvidos em cada setor, a fim de ampará-los com conhecimento teórico e prático quanto ao uso das novas tecnologias. E finalmente, adquirir maior número de servidores em todas as áreas e setores com o objetivo de desafogar os servidores existentes. No entanto, sabemos que todas essas medidas necessitam de apoio do órgão central da administração da Instituição. (Resposta do questionário).

3. Sobre a possibilidade de planejamento de uma estrutura departamental no setor de Ensino ocorreu a seguinte demanda:

- ✓ Departamentalização das áreas de ensino;
- ✓ Cursos de qualificação por áreas de ensino;
- ✓ Promoção de seminários de ensino e didática através das novas tecnologias;
- ✓ Melhorar a atuação dos setores de apoio pedagógico - sem interferir na autonomia do professor;
- ✓ Promover o diálogo interdisciplinar no âmbito das áreas afins;
- ✓ Valorização do professor, compreensão da realidade dos alunos, comunhão de perspectivas;
- ✓ Mais propostas interdisciplinares, de pesquisa e extensão, todas voltadas para uma educação crítica, consciente e cidadã;
- ✓ Integrar com as realidades dos estudantes, com a comunidade, com pesquisa, extensão, realizar estudos com parceria de outras instituições, promover atividades interdisciplinares, feira de ciências, dentre outras;

- ✓ Considero que é necessário avançar na perspectiva da integração de conhecimentos, articulando o diálogo interdisciplinar entre as áreas técnica e propedêutica;
- ✓ Planejamento participativo. Ambientes pensados e projetados para fomentar o processo de ensino-aprendizagem. Transdisciplinaridade. Apoio para ações que estimulem a criatividade, a autonomia, o engajamento, o diálogo entre os componentes e entre estes e a formação dos estudantes;
- ✓ Investir na formação continuada;
- ✓ Diante de tantas carências e deficiências, minha proposta é de simplificação, projetos simples, mas que possam garantir êxito para a aquisição dos elementos básicos e fundamentais das disciplinas. Garantindo o básico, a criatividade renova-se!;
- ✓ Primeiramente, é preciso que os colegas docentes entendam o universo do ato de ensinar e o quanto de pesquisa e extensão há nele - muitos gostariam de se dedicar apenas às pesquisas...;
- ✓ Desenvolvimento de projetos de ensino;
- ✓ Ensino híbrido, melhorias em propostas pedagógicas;
- ✓ Ações interdisciplinares com vistas à vivências concretas na educação integrada;
- ✓ Conectar melhor a realidade da região com as disciplinas e cursos;
- ✓ Participação efetiva e de fato de todos os servidores TA e Docentes no dia a dia do *campus*! Construir uma instituição voltada para os estudantes, onde as ações sejam pensadas para a finalidade fim da instituição;
- ✓ Acompanhamento individual para estudantes com dificuldade de aprendizagem;
- ✓ Implementação de propostas de trabalho interdisciplinar;
- ✓ Formação continuada de docentes;
- ✓ Retomada da manutenção da infraestrutura (modernização de salas de aulas, reforma de laboratórios) Construção de novas edificações (salas de aulas, laboratórios, etc.) Ampliação/atualização do acervo da biblioteca e aquisição de novos equipamentos;
- ✓ Alterar a base sócio-técnica do trabalho no IF Baiano para uma perspectiva emancipatória. Colocar toda a organização do ensino em torno da nova base sócio-técnica;
- ✓ Modernização nas tecnologias aplicadas à prática, reforma na infraestrutura das unidades educativas de campo a fim de atender a dinâmica moderna atual;
- ✓ Treinamentos sobre novos métodos didáticos e instrumentos metodológicos;
- ✓ Colocar em prática tudo que é planejado;

- ✓ Melhorar a disponibilidade de recursos didáticos. Melhorar a estrutura dos laboratórios existentes e implementação de novos. Sala de informática para os alunos executarem suas atividades e impressão. Implementar novos cursos subsequentes que atendam os anseios da comunidade por mais opções.

4. Sobre a possibilidade de planejamento de uma estrutura departamental no setor de pesquisa ocorreram as seguintes demandas:

- ✓ Departamentalização das áreas de Pesquisa;
- ✓ Criar o conselho de publicação científica do *campus*;
- ✓ Promoção de seminários de pesquisa;
- ✓ Fomentar parcerias com instituições que promovem pesquisa;
- ✓ Promover o diálogo interdisciplinar no âmbito das áreas de pesquisa.

4.1. Sobre a questão da democratização e transparência no âmbito da pesquisa ocorreram as seguintes demandas:

- ✓ Publicização maior das chamadas às inscrições;
- ✓ Propostas de pesquisa que dê acesso a comunidade interna e externa;
- ✓ Tornar a pesquisa um instrumento acessível, promover pesquisas sobre as realidades da comunidade acadêmica;
- ✓ É importante a alocação de mais recursos para viabilizar bolsas de iniciação científica e no que tange ao Ensino Médio Integrado, é indispensável avançar na integração de conhecimentos, pois poderá otimizar o tempo de estudo dos estudantes de maneira que estes possam dispor de condições para se dedicar também para a pesquisa

5. Sobre a possibilidade de planejamento de uma estrutura departamental no setor de Extensão, ocorreram as seguintes demandas:

- ✓ Departamentalização das áreas de Extensão;
- ✓ Criar o conselho de publicação das ações de extensão do *campus*;
- ✓ Promoção de seminários de extensão;
- ✓ Fomentar parcerias com instituições que promovem Extensão;

- ✓ Promover o diálogo com a comunidade sobre as ações de extensão do *campus*;
- ✓ Atender às demandas que batem à porta, especificamente no campo da agricultura familiar;
- ✓ Promover projetos que se aproximem das realidades das comunidades de Catu e entorno;
- ✓ Ter projetos permanentes de extensão envolvendo a comunidade ao entorno. Por exemplo: horta comunitária, formação de professores, dentre outras. É necessário desburocratizar o trâmite atualmente exigido no âmbito do IF Baiano para cadastrar e aprovar cursos de extensão;
- ✓ Fomento. Transparência na divulgação e aplicação de recursos. Condições para docentes realizarem e participarem de ações de extensão, o que vai do estímulo ao tempo disponível;
- ✓ Estar atentos às necessidades materiais básicas da comunidade interna e externa, produzindo projetos viáveis para os problemas detectados;
- ✓ Os docentes precisam compreender o papel da extensão e se dedicar mais a ela;
- ✓ Melhorar o diálogo entre a comunidade e o *campus* através da oferta de cursos e outras atividades para sanar problemas da comunidade.

6. Sobre a possibilidade do planejamento no campo da Gestão, as respostas apresentam os seguintes cenários:

- ✓ Cada setor ter alguém para receber sugestões e atender a comunidade interna e externa, desenvolver um mecanismo de comunicação integrada eficiente e ter uma ouvidoria;
- ✓ Creio que seja salutar a construção de espaços perenes de deliberação coletiva, visando a consolidação de uma gestão democrática;
- ✓ Transparência na divulgação, definição e aplicação dos recursos, os quais devem contar com a participação da comunidade interna. Melhoria na interlocução. Melhor divulgação de ações;
- ✓ Transparência, imparcialidade, presteza, humanidade!;
- ✓ Capacitação continuada dos servidores que atuam em setores de gestão - capacitações voltadas às especificidades de cada setor. Ampliação da quantidade e qualidade dos servidores que auxiliam os gestores de cada setor;

- ✓ Promover o seminário anual de gestão e desenvolvimento do *Campus Catu* - com ampla participação da comunidade;
- ✓ Promover cursos de qualificação para os gestores do *campus* na perspectiva 4.0;
- ✓ Fomentar ações que permitam mais transparência - O que, quando, para quem, e como é feito no *Campus Catu*;
- ✓ Fazer ações que permitam a alternância do poder nos setores;
- ✓ Criar um plano de metas quanto à execução de melhorias que tornem o *campus* mais eficiente e eficaz no que concerne aos seus resultados - compra, venda, permutas, manutenção e consumo;
- ✓ Melhorar o setor licitatório para que os servidores tenham melhor suporte no processo, pois o servidor que não tenha conhecimento do processo se perde no caminho e no prazo, inviabilizando a aquisição. (Respostas do questionário).

Quanto a formação teórica do quadro docente do IF. Baiano *Campus Catu*, a questão que perguntava sobre os fundamentos do fazer pedagógico elencou as seguintes opções: (1) positivista, (2) fenomenológica, (3) histórico-crítica, (4) outras, e ainda, a opção (5) de nunca ter pensado sobre tal aspecto antes. Dentre todas, a opção ãhistórico-críticaò se destacou em número bastante expressivo nas respostas do questionário somando 48,28% das escolhas. Na verdade, este é um aspecto que garante coerência e consistência à perspectiva de elaboração do PPP, visto que esta é a linha de construção deste documento.

A metodologia histórico-crítica está na busca da verdade histórica, rastreando o percurso da educação desde suas origens remotas, tendo como guia o conceito de ãmodo-de-produçãoò, daí porque ela pode ser considerada uma teoria crítica da educação.

Por outro lado, a opção de nunca ter pensado no assunto antes, escolhida por 31/03% dos respondentes, conduz a atenção para dentro do contexto educacional brasileiro que ainda não dá à educação a filosofia que ela merece e necessita. Este percentual apresenta-se, portanto, dentro dos marcos ainda defasados da educação no Brasil e não compromete o perfil docente do *campus*. Assim, muito mais que registrar um percentual, a questão 16 tem a importância de provocar a reflexão sobre as implicações filosóficas que norteiam as opções epistemológicas e pedagógicas, afinal é a partir das concepções de mundo, de sociedade, de escola, de ser humano, que se organizam as práticas educativas. E quando se fala em orientações, ou opções, ou interesses, adentra-se ao campo da ética, problemática central de todo processo educativo. Central e atual, como afirma Goergem (2005):

A capacidade de intervir através dos recursos da ciência e da tecnologia na natureza e na vida, de invadir os espaços mais íntimos e influenciar os destinos individuais e os rumos da sociedade, de formar opiniões e manipular vontades, **desacoplados dos verdadeiros interesses humanos e sociais** tornou novamente e tragicamente atual a discussão sobre o tema da ética. (GOERGEM, 2005, p. 8) (Grifo nosso).

É preciso, portanto, estar atentos a esta problemática ética para não permitir que as ações educativas se desacoplem dos verdadeiros interesses humanos e sociais. E ao considerar a prática pedagógica que este documento quer nortear, contrasta a perspectiva positivista, felizmente muito pouco escolhida pelos docentes (3,45%), segundo a qual, a fim de garantir a objetividade e neutralidade, tanto nos processos científicos quanto nos pedagógicos, separa a ciência da consciência, os fatos e os juízos de valor, o conhecimento e os interesses humanos. Daí a categórica afirmação de Sánchez Gamboa ao tratar do pesquisador em educação se aplicar perfeitamente também ao educador quando diz que:

(...) o pesquisador não é axiologicamente neutro, como cidadão de uma determinada sociedade, como ñser políticoo como homem de sua época e também como sujeito da história, deve ter consciência clara dos interesses que comandam seu fazer investigativo, portanto, não deve poupar esforços para esclarecer as implicações filosóficas e ideológicas de suas opções epistemológicas. (SANCHEZ GAMBOA, 2012, p.23).

Dentro desta perspectiva, sempre há a presença de implicações filosóficas e ideológicas nas práticas docentes. Quer estejam conscientes ou não, cada educador está ou na direção da manutenção das estruturas da sociedade ou em direção a mudanças. E neste aspecto em especial, pode-se confrontar perspectiva histórico-crítica, à positivista. Enquanto a positivista, na intenção de proteger o fenômeno estudado, isola-o no seu campo individual ignorando sua inserção contextual ampla, contribuindo para manter a complexa realidade social em suas mesmas estruturas, a histórico-crítica, justamente por considerar que o fenômeno estudado não pode ser considerado fora de sua multifacetária e contraditória realidade, pressupõe que a educação é um produto social e, portanto, a ação educativa deve ter como objetivo último o melhoramento da vida dos sujeitos imersos nessa realidade.

Antes consideradas como alternativas, as perspectivas fenomenológicas e histórico-críticas têm se consolidado como aquelas que vêm contribuindo para a formação de professores comprometidos ética e politicamente na recuperação das condições históricas dos fenômenos educativos. Para a fenomenologia é importante a busca das manifestações verbais,

dos significados, dos gestos, das maneiras de atuar, a busca de um mundo em que os elementos subjetivos e intersubjetivos constituem a essência dos fenômenos investigados, já para a perspectiva histórico-crítica a tarefa da ciência ou da educação deve estar orientada para a crítica dos interesses e para a emancipação do homem, ou seja, não só questiona o que é ou como é, mas para o quê se tem de fazer ciência ou educação.

No universo da educação necessita-se de maior reflexão, para maior engajamento e, portanto, maior ação. Para isto, é preciso aumentar as conexões de solidariedades ou atitudes políticas guiadas para a construção de uma instituição que se renove através de uma pedagogia em que as diferenças sejam a base para a cooperação e a emancipação pessoal e cidadã, e não para a competição em busca da ilusória e cruel meritocracia.

Analizando uma contradição entre a escolha da perspectiva histórico-crítica por 48,82% dos respondentes e uma baixa mobilização política no *campus*, identificada, por exemplo, na baixa adesão a este questionário (quase 29%), delineia-se uma possível relação em torno da questão do assédio moral.

Uma questão abordou o sensível assunto do assédio moral. A pergunta foi genérica: Você já sofreu assédio moral? E o resultado foi 68,97% para a negativa e 31,03% para a afirmativa. Para a resposta afirmativa o questionário seguiu ao: ãComo isto lhe impactou?ð Dentre os depoimentos dados, destacam-se dois significativos, pois ilustram o sofrimento pessoal, inclusive cognitivo, e o consequente comprometimento profissional, bem como a trágica desmobilização política:

Dificultou minhas relações entre colegas, impedindo a saudável troca de experiências nas atividades conjuntas porque o sentimento de solidão torna-se real, fechando em mim mesma minhas tarefas, uma vez que a confiança no outro é quebrada. (Resposta do questionário).

Comprometeu a minha vida profissional e pessoal, as minhas emoções e sentimentos, o meu raciocínio, os meus motivos e o sentido de minha atividade profissional. Tenho ansiedade, distúrbios de sono, da alimentação, depressão. (Resposta do questionário).

Tais práticas, que comprometem a integridade física e psíquica, cognitiva e moral, não afetam ao docente individualmente, mas tornam-se um grande entrave ao pleno desenvolvimento das ações pedagógicas de todo o grupo, portanto, reflete sobre o ambiente saudável das inter-relações entre os membros desta comunidade, afetando diretamente, de forma negativa, o desenvolvimento institucional.

Salgado (2020), considerando o assédio moral nas organizações faz as seguintes observações sobre o problema:

O assédio moral no trabalho é definido por Filho (2009, p. 23) como "uma das mais graves violências praticadas contra a dignidade humana na medida em que, além de colocar em risco o direito fundamental ao trabalho, pode afetar de forma devastadora a saúde psicomental do trabalhador", além de não ser facilmente identificado e combatido. Segundo o mesmo autor, é constituído por condutas abusivas de superiores hierárquicos para subordinados e vice-versa (assédio vertical) e até mesmo entre colegas (assédio horizontal). As práticas criam um alto ambiente de degradação no trabalho, fazendo com que em alguns casos seja extremamente insuportável a continuidade da atividade laboral. (SALGADO, 2020, p.30).

Como se vê, trata-se de uma questão complexa, pois não se restringe a relações entre superiores hierárquicos e subordinados. Mas este é um problema que precisa ser enfrentado sob pena de mascarar uma realidade que é percebida por muitos, sentida por alguns em sofrimento individualizado e silenciada pela comunidade, por medo, convivência ou falta de senso de coletividade e solidariedade.

Presente na nossa cultura institucional, notadamente quando, por exemplo, uma anedota aparentemente inofensiva torna um recurso legítimo da administração, como o PAD, num instrumento de terror, disfarçado em inocente pelo efeito de riso acrítico, cego ou mesmo perverso. A título de exemplo, o atual Reitor, quando ainda em processo de eleição em 2018, declarou-se vítima de tal instrumento intimidatório.

Diante desta tradição histórica não democrática, que faz parte da cultura das instituições de modo geral e não apenas no campo educacional, que tem gerado sofrimento, manutenção de práticas administrativas equivocadas, desvio dos reais compromissos educativos da instituição, e por fim o comprometimento da função social de formação para a cidadania, é preciso um olhar ético, atento, cuidadoso, respeitoso, afetuoso para com todos os envolvidos, direta ou indiretamente, sejam os provocadores dos infortúnios, conscientes ou não de suas ações, sejam as suas vítimas.

Hoje, principalmente através das lições que a Pandemia da Covid-19 tem dado, parece que fica claro que o individualismo precisa ser superado, se o desejo for alcançar um tipo de convivência social democrática e justa. E a educação é o campo privilegiado e imprescindível para a construção do bem comum, pois ãpor instinto, o homem é individualista e egoísta; por educação, pode tornar-se social e solidário. (GOERGEM, 2005). Parece fórmula fácil, porém trata-se da grande tarefa da humanidade: tornar-se humano!

É preciso humanizar as relações institucionais, tanto as internas ao *campus*, quanto as demais. É preciso iniciar um movimento de valorização dos profissionais da educação, em especial do docente, pois é ele quem se apresenta diretamente aos estudantes afetando-lhes positiva ou negativamente, por isto, é preciso dar a este profissional todas as condições físicas adequadas de trabalho, com ambiente respeitoso, harmônico e acolhedor. É este profissional que formará cidadãos respeitadores, afetivos e propulsores de uma sociedade mais saudável, colaborativa e amorosa.

A partir desta perspectiva de humanização entende-se que aquele movimento citado acima precisa ser tomado como uma das ações prioritárias deste PPP. Por fim, a análise da próxima e última questão nos ajuda a traçar um perfil de fatores que se somam e que podem ser dificultadores de uma efetiva participação política dos docentes no *Campus Catu*.

Perguntados sobre quais estratégias o *campus* deveria adotar referentes à valorização do trabalho docente, elencam-se sete possibilidades de alternativas de ações e tivemos o seguinte resultado percentual para as três categorias mais destacadas: 62,07% apontaram para a implementação de condições estruturais de trabalho, 31,03% apontaram para a transparência na publicização dos recursos disponíveis e 17,24% apontaram para o combate ao assédio moral. Isto indica um caminho necessário de abertura de diálogos permanentes que se constituam como espaços de escuta, compreensão e busca de resolução dos problemas postos.

Por fim, considera-se que as análises desenvolvidas neste texto devem ser tomadas como provisórias visto que não há pretensão de isenção de equívocos. Por outro lado, como é destacado acima, a pretensão é dar início a um constante diálogo entre a comunidade acadêmica e seu entorno no sentido de alcançar a construção de um espaço de saber marcado pela excelência na formação dos alunos, bem como no bem estar e plena satisfação dos professores e demais profissionais que atuam em no *campus*.

Nesse sentido, o que se almeja para o pleno funcionamento do *Campus Catu* é que ele venha a ser um espaço democrático e participativo, pois só assim se alcançará o pleno desenvolvimento das ações educativas do presente e daquelas que surgirão nos próximos anos de vigência deste PPP. Com isto, mais uma vez, ratificamos a nossa confiança no cumprimento da função social do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano-*Campus Catu*.

5. Sobre a possibilidade de construção do planejamento foi dito que:

Primeiramente, é preciso que haja planejamento. O que eu percebo é que a Instituição espera as situações acontecerem para tomar alguma atitude, indicando que ou não há planejamento ou a análise realizada é muito superficial. Agora a garantia de participação está na garantia de que haja a participação de toda a comunidade escolar. (Resposta do questionário).

As ações num planejamento pedagógico são meios e condições para a realização da finalidade da educação. O tipo de participação caracteriza a natureza valorativa das ações. Se a participação é efetiva, portanto, se esta possibilitar a realização dos meios e fins da atividade pelos agentes, trata-se de uma participação de traço mais emancipatória. Entretanto, se a participação não criar as condições para tal intervenção nos meios e fins, esta se caracterizará como autocrática, autoritária, prescritiva. A via aqui é a imposição do medo via controle do trabalho, o que tem comprometido a função social da Instituição. (Resposta do questionário).

Planejamento participativo. Ambientes pensados e projetados para fomentar o processo de ensino-aprendizagem. Transdisciplinaridade. Apoio para ações que estimulem a criatividade, a autonomia, o engajamento, o diálogo entre os componentes e entre estes e a formação dos estudantes. (Resposta do questionário).

6. Sobre o planejamento da estrutura física do campus foi dito:

Primeiro, estruturar o campus com recursos materiais mais adequados a cada área de atuação e de ensino, através da aquisição de materiais físicos mais modernos. Segundo, funcionalizar melhor os recursos físicos e humanos disponíveis, através de replanejamento e reorganização obtidos após reuniões com cada setor envolvido, separadamente. Terceiro, capacitar constantemente os servidores envolvidos em cada setor, a fim de ampará-los com conhecimento teórico e prático quanto ao uso das novas tecnologias. E finalmente, adquirir maior número de servidores em todas as áreas e setores com o objetivo de desafogar os servidores existentes. No entanto, sabemos que todas essas medidas necessitam de apoio do órgão central da administração da Instituição. (Resposta do questionário).

7. Sobre a possibilidade de planejamento de uma estrutura departamental no setor de Ensino ocorreu a seguinte demanda:

- ✓ Departamentalização das áreas de ensino;
- ✓ Cursos de qualificação por áreas de ensino;
- ✓ Promoção de seminários de ensino e didática através das novas tecnologias;
- ✓ Melhorar a atuação dos setores de apoio pedagógico - Sem interferir na autonomia do professor;
- ✓ Promover o diálogo interdisciplinar no âmbito das áreas afins;
- ✓ Valorização do professor, Compreensão da realidade dos alunos, Comunhão de perspectivas;
- ✓ Mais propostas interdisciplinares, de pesquisa e extensão, todas voltadas para uma educação crítica, consciente e cidadã;
- ✓ Integrar com as realidades dos estudantes, com a comunidade, com pesquisa, extensão, realizar estudos com parceria de outras instituições, promover atividades interdisciplinares, feira de ciências, dentre outras;
- ✓ Considero que é necessário avançar na perspectiva da integração de conhecimentos, articulando o diálogo interdisciplinar entre as áreas técnica e propedêutica;
- ✓ Planejamento participativo. Ambientes pensados e projetados para fomentar o processo de ensino-aprendizagem. Transdisciplinaridade. Apoio para ações que estimulem a criatividade, a autonomia, o engajamento, o diálogo entre os componentes e entre estes e a formação dos estudantes;
- ✓ Investir na formação continuada;
- ✓ Diante de tantas carências e deficiências, minha proposta é de simplificação, projetos simples, mas que possam garantir êxito para a aquisição dos elementos básicos e fundamentais das disciplinas. Garantindo o básico, a criatividade renova-se!;
- ✓ Primeiramente, é preciso que os colegas docentes entendam o universo do ato de ensinar e o quanto de pesquisa e extensão há nele - muitos gostariam de se dedicar apenas à pesquisas...;
- ✓ Desenvolvimento de projetos de ensino;
- ✓ Ensino híbrido, melhorias em propostas pedagógicas;
- ✓ Ações interdisciplinares com vistas à vivências concretas na educação integrada;
- ✓ Conectar melhor a realidade da região com as disciplinas e cursos;

- ✓ Participação efetiva e de fato de todos os servidores TAE e Docentes do no dia a dia do campus! Construir uma Instituição voltada para os estudantes, onde as ações sejam pensadas para a finalidade fim da Instituição;
- ✓ Acompanhamento individual para estudantes com dificuldade de aprendizagem. Implementação de propostas de trabalho interdisciplinar;
- ✓ Formação continuada de docentes;
- ✓ Retomada da manutenção da infraestrutura (modernização de salas de aulas, reforma de laboratórios) Construção de novas edificações (salas de aulas, laboratórios, etc.) Ampliação/atualização do acervo da biblioteca e aquisição de novos equipamentos;
- ✓ Alterar a base sócio-técnica do trabalho no IF Baiano para uma perspectiva emancipatória. Colocar toda a organização do ensino em torno da nova base sócio-técnica.; Modernização nas tecnologias aplicadas à prática, reforma na infraestrutura das unidades educativas de campo a fim de atender a dinâmica moderna atual;
- ✓ Treinamentos sobre novos métodos didáticos e instrumentos metodológicos.
- ✓ Colocar em prática tudo que é planejado;
- ✓ Melhor a disponibilidade de recursos didáticos. Melhorar a estrutura dos laboratórios existentes e implementação de novos. Sala de informática para os alunos executarem suas atividades e impressão. Implementar novos cursos subsequentes que atendam os anseios da comunidade por mais opções;

8. Sobre a possibilidade de planejamento de uma estrutura departamental no setor de pesquisa ocorreram as seguintes demandas:

- ✓ Departamentalização das áreas de Pesquisa;
- ✓ Criar o conselho de publicação científica do *campus*;
- ✓ Promoção de seminários de pesquisa;
- ✓ Fomentar parcerias com instituições que promovem pesquisa;
- ✓ Promover o diálogo interdisciplinar no âmbito das áreas de pesquisa.

4.1. Sobre a questão da democratização e transparência no âmbito da pesquisa ocorreram as seguintes demandas:

- ✓ Publicização maior das chamadas às inscrições;

- ✓ Propostas de pesquisa que dêem acesso a comunidade interna e externa;
- ✓ Tornar a pesquisa um instrumento acessível, promover pesquisas sobre as realidades da comunidade acadêmica;
- ✓ É importante a alocação de mais recursos para viabilizar bolsas de iniciação científica e no que tange ao Ensino Médio Integrado, é indispensável avançar na integração de conhecimentos, pois poderá otimizar o tempo de estudo dos estudantes de maneira que estes possam dispor de condições para se dedicar também para a pesquisa.

5. Sobre a possibilidade de planejamento de uma estrutura departamental no setor de Extensão, ocorreram as seguintes demandas:

- ✓ Departamentalização das áreas de Extensão;
- ✓ Criar o conselho de publicação das ações de extensão do *campus*;
- ✓ Promoção de seminários de extensão;
- ✓ Fomentar parcerias com instituições que promovem Extensão;
- ✓ Promover o diálogo com a comunidade sobre as ações de extensão do *campus*;
- ✓ Atender às demandas que batem à porta, especificamente no campo da agricultura familiar;
- ✓ Promover projetos que se aproximem das realidades das comunidades de Catu e entorno;
- ✓ Ter projetos permanentes de extensão envolvendo a comunidade ao entorno. Por exemplo: horta comunitária, formação de professores, dentre outras. É necessário desburocratizar o trâmite atualmente exigido no âmbito do IF Baiano para cadastrar e aprovar e cursos de extensão;
- ✓ Fomento. Transparência na divulgação e aplicação de recursos. Condições para docentes realizarem e participarem de ações de extensão, o que vai do estímulo ao tempo disponível;
- ✓ Estar atentos às necessidades materiais básicas da comunidade interna e externa, produzindo projetos viáveis para os problemas detectados;
- ✓ Os docentes precisam compreender o papel da extensão e se dedicar mais a ela;
- ✓ Melhorar o diálogo entre a comunidade e o *campus* através da oferta de cursos e outras atividades para sanar problemas da comunidade.

6. Sobre a possibilidade do planejamento no campo da Gestão as respostas apresentam os seguintes cenários:

- ✓ Cada setor ter alguém para receber sugestões e atender a comunidade interna e externa, desenvolver um mecanismo de comunicação integrada eficiente e ter uma ouvidoria;
- ✓ Creio que seja salutar a construção de espaços perenes de deliberação coletiva, visando a consolidação de uma gestão democrática;
- ✓ Transparência na divulgação, definição e aplicação dos recursos, os quais devem contar com a participação da comunidade interna. Melhoria na interlocução. Melhor divulgação de ações;
- ✓ Transparência, imparcialidade, presteza, humanidade!;
- ✓ Capacitação continua dos servidores que atuam em setores de gestão - capacitações voltadas às especificidades de cada setor. Ampliação da quantidade e qualidade dos servidores que auxiliam os gestores de cada setor;
- ✓ Promover o seminário anual de gestão e desenvolvimento do *Campus Catu* - com ampla participação da comunidade;
- ✓ Promover cursos de qualificação para os gestores do *campus* na perspectiva 4.0;
- ✓ Fomentar ações que permitam mais transparência - O que, quando, para quem, e como é feito no *Campus Catu*;
- ✓ Fazer ações que permitam a alternância do poder nos setores;
- ✓ Criar um plano de metas quanto a execução de melhorias que tornem o *campus* mais eficiente e eficaz no que concerne aos seus resultados - compra, venda, permutas, manutenção e consumo;
- ✓ Melhorar o setor licitatório para que os servidores tenham melhor suporte no processo, pois o servidor que não tenha conhecimento do processo se perde no caminho e no prazo, inviabilizando a aquisição.

Por fim, percebe-se que o excelente nível de formação do docente do IF. Baiano *Campus Catu*, se manifesta na questão de número 16, em que foi abordada as bases teóricas que fundamentam o fazer pedagógico a partir das seguintes opções epistemológicas: positivista, fenomenológica, histórico-crítica, outras, e ainda, a opção de nunca ter pensado sobre tal aspecto antes. Dentre todas, a opção ãhistórico-críticaò se destacou em número

bastante expressivo nas respostas do questionário. Na verdade, este é um aspecto que garante coerência e consistência à perspectiva de elaboração do PPP, visto que esta é a linha de construção deste documento.

Por outro lado, a opção de nunca ter pensado no assunto antes, escolhida por alguns, desloca a atenção para dentro do contexto educacional brasileiro que ainda não dá à educação a filosofia que ela merece e necessita. Assim, muito mais que registrar um percentual, a questão 16 tem a importância de provocar a reflexão sobre as implicações filosóficas que norteiam as opções epistemológicas e pedagógicas. E quando se fala em orientações, ou opções, ou interesses, adentra-se ao campo da ética, problemática central de todo processo educativo, central e atual, como afirma Goergem (2005):

A capacidade de intervir através dos recursos da ciência e da tecnologia na natureza e na vida, de invadir os espaços mais íntimos e influenciar os destinos individuais e os rumos da sociedade, de formar opiniões e manipular vontades, **desacoplados dos verdadeiros interesses humanos e sociais tornou novamente e tragicamente atual a discussão sobre o tema da ética.** (GOERGEM, 2005, p. 8) (Grifo nosso).

É preciso, portanto, estar atentos a esta problemática e ao considerar a prática pedagógica que este documento quer nortear, contrasta a perspectiva positivista, felizmente muito pouco escolhida, segundo a qual, a fim de garantir a objetividade e neutralidade, tanto nos processos científicos quanto nos pedagógicos, separa a ciência da consciência, os fatos e os juízos de valor, o conhecimento e os interesses humanos. Daí a categórica afirmação de Sánchez Gamboa se aplicar perfeitamente também ao educador quando diz que:

(...) o pesquisador não é axiologicamente neutro, como cidadão de uma determinada sociedade, como ñser políticoò como homem de sua época e também como sujeito da história, deve ter consciência clara dos interesses que comandam seu fazer investigativo (educativo), portanto, não deve poupar esforços para esclarecer as implicações filosóficas e ideológicas de suas opções epistemológicas. (SANCHÉZ GAMBOA, 2012, p.23).

Dentro desta perspectiva, quer se esteja conscientes ou não, se está na direção da manutenção das estruturas da sociedade ou em direção à mudanças. E neste aspecto em especial, pode-se confrontar à perspectiva positivista, a histórico-crítica. Enquanto a primeira, na intenção de proteger o fenômeno estudado (seja no campo científico ou educativo), isola-o no seu campo individual e ignorando sua inserção contextual ampla, contribui para manter a

complexa realidade social em suas mesmas estruturas, a segunda, justamente por considerar que o fenômeno estudado não pode ser considerado fora de sua multifacetária e contraditória realidade, pressupõe que a educação é um produto social e, portanto, a ação educativa deve ter como objetivo último o melhoramento da vida dos sujeitos imersos nessa realidade.

Antes consideradas como alternativas, as perspectivas fenomenológicas e histórico-críticas têm se consolidado como aquelas que vêm contribuindo para a formação de professores comprometidos ética e politicamente na recuperação das condições históricas dos fenômenos educativos. Para a fenomenologia é importante a busca das manifestações verbais, dos significados, dos gestos, das maneiras de atuar, a busca de um mundo em que os elementos subjetivos e intersubjetivos constituem a essência dos fenômenos investigados, já para a perspectiva histórico-crítica a tarefa da ciência ou da educação deve estar orientada para a crítica dos interesses e para a emancipação do homem, ou seja, não só questiona o que é ou como é, mas para o que se tem de fazer ciência ou educação.

No universo da educação necessita-se de maior reflexão, para maior engajamento e, portanto, maior ação. Para isto, é precisa de mais conexões de solidariedades ou atitudes políticas guiadas para a construção de uma instituição que se renove através de uma pedagogia em que as diferenças sejam a base para a cooperação e a emancipação pessoal e cidadã, e não para a competição em busca da ilusória e cruel meritocracia.

Analizando uma contradição entre a escolha da perspectiva histórico-crítica por 50% dos respondentes e uma baixa mobilização política no *campus*, identificada, por exemplo, na baixa adesão a este questionário, delineia-se uma possível relação em torno da questão do assédio moral. Dentre os depoimentos dados, destacam-se dois significativos, pois indicam sofrimento pessoal, inclusive cognitivo, e o consequente comprometimento profissional, bem como a trágica desmobilização política:

Dificultou minhas relações entre colegas, impedindo a saudável troca de experiências nas atividades conjuntas porque o sentimento de solidão torna-se real, fechando em mim mesma minhas tarefas, uma vez que a confiança no outro é quebrada. (Resposta do questionário).

Comprometeu a minha vida profissional e pessoal, as minhas emoções e sentimentos, o meu raciocínio, os meus motivos e o sentido de minha atividade profissional. Tenho ansiedade, distúrbios de sono, da alimentação, depressão. (Resposta do questionário).

Tais práticas, que comprometem a integridade física, emocional, cognitiva e moral, não afetam ao docente individualmente, mas torna-se um grande entrave ao pleno desenvolvimento das ações pedagógicas de todo o grupo, portanto, reflete sobre o ambiente saudável das inter-relações entre os membros desta comunidade, afetando diretamente, de forma negativa, o desenvolvimento institucional. Este é um problema que precisa ser enfrentado sob pena de mascarar uma realidade que é percebida por muitos, sentida por alguns e ainda presente na cultura institucional, notadamente quando, por exemplo, uma anedota aparentemente inofensiva torna um recurso legítimo da administração, como o PAD, num instrumento de terror, disfarçado em inocente pelo efeito de riso acrítico, cego ou mesmo perverso. O atual Reitor, quando ainda em processo de eleição em 2018, declarou-se vítima de tal instrumento intimidatório. De onde se produz tamanha crueldade? Que fatores subjetivos de ordem psicológica, mal resolvidos, podem estar presentes em tais atitudes? Como desnudar essa sanha de poder, controle e dominação?

Diante desta tradição histórica não democrática, que faz parte da cultura das instituições de modo geral e não apenas no campo educacional, que tem gerado sofrimento, manutenção de práticas administrativas equivocadas, desvio dos reais compromissos educativos da Instituição, e por fim o comprometimento da função social de formação para a cidadania, é preciso um olhar ético, atento, cuidadoso, respeitoso, afetuoso para com todos os envolvidos, direta ou indiretamente, sejam os provocadores dos infortúnios, conscientes ou não de suas ações, sejam as suas vítimas.

Hoje, principalmente através das lições que a pandemia da Covid-19 tem dado, parece que fica claro que o individualismo precisa ser superado, se o desejo for alcançar um tipo de convivência social democrática e justa, e a educação é o campo privilegiado e imprescindível para a construção do bem comum, pois ãpor instinto, o homem é individualista e egoísta; por educação, pode tornar-se social e solidário. (GOERGEM, 2005). Parece fórmula fácil, porém trata-se da grande tarefa da humanidade: tornar-se humano!

19.3 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO DO SEGMENTO TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

O questionário dos TAE contou com a adesão de 25 servidores, dentre 78, o que corresponde a um percentual de 32%. O instrumento de coleta foi composto de 18 questões,

entre itens objetivos e discursivos, que versam sobre gestão democrática, setores da gestão, realização das funções, relação com a comunidade, etc.

No tocante à pergunta se as ações de planejamento são elaboradas e executadas de forma participativa¹⁰ a análise dos percentuais mostra que uma fração menor dos TAE (16%) discorda da afirmação de que há participação plena nas ações de planejamento. Outra fração um pouco maior (28%) afirma concordar com a plena participação. A maior parte (52%), no entanto, enxerga apenas de forma parcial o formato participativo de elaboração e execução do planejamento, que juntamente com os 16%, apontam para necessidade de melhoria desse processo, de forma a torná-lo plenamente democrático e participativo.

Sobre a **atuação dos gestores (coordenadores/diretores/chefes) e setores da gestão** destaca-se no entendimento dos TAE do *Campus Catu* a necessidade de melhor comunicação, democratização dos espaços de decisões, transparência nas ações, rotatividade nos cargos de chefia, solicitude e presteza no atendimento ao público, formação continuada para gestores, publicização das ações desenvolvidas no *campus*, maior integração entre os setores, estabelecimento de organograma claro e fluxo de processos entre os agentes que compõe a Instituição, além de prestação de contas periódicas das ações feitas.

Dentre as sugestões dadas destacam-se integralmente as seguintes:

- ✓ Modernização do ambiente de trabalho;
- ✓ Transparência das ações e melhoria da comunicação entre os setores e a gestão;
- ✓ Melhoria na comunicação entre os setores;
- ✓ Maior participação dos técnicos nos cargos de chefia;
- ✓ Monitoramento das atividades dos servidores TAE;
- ✓ Criação de um cronograma de fóruns representado por todos os agentes do *campus* para tomada de decisão;
- ✓ Abertura do orçamento para análise perante a comunidade do *campus*, mudanças rotativas nas direções, coordenações e chefias;
- ✓ Deveria haver um planejamento estratégico próprio, desvinculado da Reitoria;
- ✓ Um planejamento que abordasse a realidade regional e os anseios de nossa comunidade;
- ✓ Os setores administrativos e pedagógicos precisam se integrar. Vejo como ilhas que não se comunicam;

¹⁰- Os enunciados das questões estão destacados em negrito, com o intuito de situar o leitor.

- ✓ Mapeamento de processos, a fim que todos possam conhecer o fluxo das tramitações e qual o papel de cada agente nesse âmbito;
- ✓ Dar publicidade a agenda de todos os diretores e coordenadores;
- ✓ Realizar reuniões semestrais para prestar contas do trabalho realizado e acolher sugestões da comunidade;
- ✓ Uniformidade de tratamento e valorização dos setores, não revisar o regimento interno e refazer o organograma do *campus*;
- ✓ Focar nas tarefas que não tem responsável certo;
- ✓ É preciso que a gestão do *campus* dialogue de igual para igual com a reitoria e que assuma perfil de liderança mais ativo nesse sentido;
- ✓ Capacitação contínua, trabalho em equipe, diálogo e alinhamento na condução dos processos;
- ✓ Observação dos princípios da administração pública por parte dos gestores;
- ✓ Treinamento dos servidores em relações interpessoais.

Entretanto, no que concerne às proposições *monitoramento das atividades TAE* e *planejamento próprio desvinculado da reitoria*, esta comissão discorda de ambas, pela razão de que servidores da educação, via de regra, não tem como ter mensuradas sua produtividade e eficiência através de metas ou indicadores quantitativos e pela própria razão de existir dos Institutos Federais, que é uma rede interligada entre os diversos *campi* e reitorias que a formam.

Apenas 12% dos TAE consideram que **as ações tomadas ou implantadas são de conhecimento de todos** o que sinaliza, invariavelmente, que existe uma real necessidade da publicização dos atos pela gestão, tendo em vista também, o alto percentual daqueles que consideram parcialmente essa questão (44%), sobretudo aqueles que discordam (28%) e os que sequer souberam responder (16%). Em síntese, evidencia-se um quadro de baixa publicidade em descompasso com os princípios basilares que norteiam a administração pública.

No que tange às **sugestões de implementação, melhoria, inovação e atuação dadas para a área de ensino/formação continuada**, destacam-se nos questionários dos TAE a ênfase sobre a necessidade de uma política de formação continuada que contemple todos os níveis dos servidores, vislumbrando as especificidades de cada cargo. A título de citações literais, destacam-se as seguintes sugestões:

- ✓ Formação obrigatória para docentes que não possuem licenciatura;
- ✓ Ampliação de áreas para ofertas de capacitações aos servidores técnico-administrativos;
- ✓ Cursos de capacitação para os servidores a partir da experiência acumulada pelos próprios servidores;
- ✓ Melhoria da infraestrutura, comunicação e orientação aos discentes.

Ressalta-se que essa última sugestão associa-se ao campo do ensino, em especial ao acompanhamento pedagógico do desempenho acadêmico discente. Ademais, sobre a formação de docentes que não são licenciados, cumpre apontar que esta questão já está pacificada acerca da obrigatoriedade e que o IF Baiano *Campus* Catu está em processo de aprovação de curso de Pós-Graduação para esse fim.

O processo de formação continuada dos profissionais da educação está amparado, dentre outros documentos normativos, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394/96, Arts 62 e 62-A e pela Resolução do Conselho Nacional de Educação CNE/CP nº 01, de 27 de outubro de 2020, que dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica¹¹.

Segundo a percepção de 80% dos TAE do *campus* que responderam ao questionário **o planejamento pedagógico e o planejamento administrativo participativos refletem nos resultados ou objetivos do *campus*** no tripé ensino, pesquisa e extensão.

Acerca das **propostas de implementação/melhoria/ inovação/ atuação para o campo da pesquisa** destacam-se a necessidade de uma maior integração com a extensão e com o ensino além de uma melhor publicização dos grupos e pesquisas que são feitas no *campus* e maior clareza nos editais. A captação de recursos externos ao orçamento do *campus* bem como uma maior abertura para parcerias com empresas privadas foi também citado como sugestões. A título de citações literais destacam-se as seguintes:

- ✓ Melhoria na comunicação sobre editais, eventos e seminários;
- ✓ Maior integração entre a pesquisa e a extensão e, por conseguinte, com o ensino;
- ✓ Relacionar a pesquisa com a necessidade das empresas e comunidade de Catu;

¹¹Os Institutos Federais de Educação são instituições híbridas, com a oferta de cursos técnicos integrados com a Educação Básica, Cursos Subsequentes e Cursos Superiores (Graduação, Especialização, Mestrado e Doutorado), portanto estão sob a égide dos documentos supracitados.

- ✓ Maior envolvimento dos servidores técnicos administrativos [com a pesquisa];
- ✓ Realização de eventos e participação em ações que envolvam a pesquisa, investimento financeiro na área e intercâmbio com outras instituições;
- ✓ Produção de acervo em plataforma específica;
- ✓ Desburocratização dos trâmites;
- ✓ Desenvolvimento de ações correlatas no âmbito do GENI e do GEDISEX.

No que diz respeito às **propostas de implementação, melhoria, inovação, atuação para o campo da extensão** foram sinalizadas pelos TAE as seguintes propostas:

- ✓ [...] Falta formação para os TAE proporem projetos de extensão;
- ✓ Criação de catálogo semestral de ofertas de cursos de extensão;
- ✓ Melhorar divulgação do que é a extensão;
- ✓ Elaborar propostas que dialogam diretamente com o entorno do *campus* e município;
- ✓ Ouvir e extrair a experiência das pessoas que fazem parte da comunidade interna;
- ✓ Captação externa de recursos;
- ✓ Promoção de atividades de extensão e participação em eventos promovidos por outras instituições;
- ✓ Investimento financeiro na área;
- ✓ Disseminação dos conceitos e práticas extensionistas a fim de alcançar a comunidade interna e externa do IF Baiano;
- ✓ Promover cursos de cidadania e sociedade / Preservação do patrimônio público;
- ✓ Organização e oferta de cursos de extensão para discentes e demais interessados, de modo remoto e, nos pós-pandemia, presencialmente;
- ✓ Proposta para que a coordenação tivesse uma plataforma em que pudesse reunir os projetos desenvolvidos e que estão em curso.

Vale a pena destacar o caráter inovador das sugestões apresentadas pelos TAE para a extensão, constituindo-se num autêntico caleidoscópio de ideias, sinalizando o quanto esta demanda está represada para a categoria, negligenciando também a atuação dos técnicos na oferta destes cursos.

Em relação à **adequação da estrutura física para realização das atividades**, a categoria de TAE se divide, tendo um maior percentual (48%) que a considera incompleta,

uma vez que sinalizaram concordar parcialmente. 20% responderam que acham a estrutura adequada, 8% discordaram desta afirmação. Além disso, 12% não souberam responder. Da análise destes questionários, é possível considerar que existem níveis diferentes de adequabilidade de infraestruturas setoriais, ocasionando desigualdades também na produção e eficiência. É necessário adequar os setores técnicos que estão sucateados ou ultrapassados em sua infraestrutura.

Acerca do **diálogo do IF Baiano Campus Catu com a comunidade**, 64% dos TAE acham que o *campus* dialoga, enquanto 36% acham que não. O índice dos que afirmam haver diálogo é considerável, todavia pode ser melhorado. Vale o destaque para os seguintes comentários:

- ✓ Com ressalvas. Precisa melhorar o contato com a comunidade;
- ✓ Muitos docentes já conhecem a comunidade local e realizam este diálogo com os representantes das associações ou das instituições;
- ✓ Os técnicos também promovem ações em parceria com a comunidade;
- ✓ Precisa melhorar com os segmentos de pais, terceirizados, egressos e estudantes de pós-graduação.

No que concerne à **transformação do diálogo do IF Baiano Campus Catu com a comunidade em ações efetivas**, 40% acham que sim e 60% acham que não. Logo, existe uma clara disparidade entre diálogo e ação efetiva. Nas palavras de Paulo Freire, [...] é fundamental diminuir a distância entre o que se diz e o que se faz, de tal forma que, num dado momento, a tua fala seja a tua prática (FREIRE, 2003, p.61).

Neste sentido, algumas sinalizações dos técnicos são cruciais para repensar as práticas gestoras, tais como:

- ✓ [...] A comunidade é consultada apenas para constar;
- ✓ Considerando que desconheço a comunicação do *Campus* com a comunidade, fica impossível identificar se essa comunicação se transforma em ação pelo **campus**;
- ✓ O *campus* dá um retorno significativo à comunidade, entretanto essas ações não são vistas e nem visualizadas. [É preciso] melhoria da atuação da ASCOM;
- ✓ [Efetivação] parcial devido às questões orçamentárias.

Mesmo entre os que concordam, há verbalizações que apontam gargalos nesta relação, a exemplo de [...] *Concordo, porém nem todas as ações são concretizadas, e algumas demandas não são atendidas, seja por falta de pessoal, seja pelo volume de questões a resolver.*

No **quesito cumprimento da função social**, 92% dos TAE entrevistados acreditam que o *Campus Catu* cumpre com sua função social destacando comentários sobre oferta de uma educação para os menos favorecidos, porém precisa estar preparado para os desafios que o modelo de política educacional vigente impõe. Citações como *Entregar para a sociedade uma pessoa capacitada para intervir, transformar o seu ambiente, ele já estaria cumprindo a sua função social* e *A grande questão é que precisa melhorar* foram observadas.

No que tange ao **alinhamento da Instituição às políticas inclusivas**, 48% dos TAE concordam que o *Campus Catu* está alinhado com as políticas de diversidade, inclusão e direitos humanos, enquanto que outros 40% concordam parcialmente e apenas 4% discordam.

O IF Baiano *Campus Catu* assegura o compromisso com as políticas públicas de estado, coadunando a política de diversidade e inclusão com a política de assistência estudantil, em consonância com o Termo de Acordo de Metas e Compromissos *o TAM* firmado com a SETEC/ MEC, visando consolidar a democracia e ampliação da cidadania.

Por intermédio da política da diversidade e de inclusão do IF Baiano deverão ser desenvolvidas ações e programas integrados ao campo do ensino, pesquisa e extensão, tendo como esteio a consagração da cultura dos direitos fundamentais à dignidade humana, da melhoria da qualidade educacional, da defesa da formação de valores essenciais para o convívio em sociedade e da garantia de direito à igualdade de tratamento e de oportunidades.

Sobre a **valorização profissional** apenas 12% concordam com a afirmação de que há uma política de valorização profissional. Contrapondo-se a essa parcela, outros 44% acreditam não haver tal política e 40% concordam apenas parcialmente. Sendo assim, conclui-se que 84% da categoria está inteira ou parcialmente se sentindo desvalorizada profissionalmente.

Como estratégias de valorização do trabalho dos técnico-administrativos foram sinalizados os seguintes percentuais, através das sugestões elencadas no instrumento de coleta de dados:

- ✓ Transparência na publicização dos recursos disponíveis (13%);

- ✓ Transparência dos critérios na escolha dos contemplados para participação em eventos (13%);
- ✓ Condições estruturais de trabalho (20%);
- ✓ Isonomia nas decisões administrativas (7%);
- ✓ Profissionalismo no trato com o técnico no tocante às mediações das questões administrativas (23%);
- ✓ Combate ao assédio moral institucionalizado (13%);
- ✓ e outros (10%).

Ademais, uma luta nacional unificada para se ter Reconhecimento de Saberes e Competências-RSC¹² dos TAE que permitisse aos mesmos galgar níveis superiores na carreira do PCCTAE é uma pauta que deveria ser abraçada por todos: servidores, gestores e membros da comunidade.

Quando perguntados sobre se **já sofreram assédio moral na Instituição** embora um percentual menor afirme ter sofrido (32% frente à 68% que diz não ter sofrido) é um contingente muito alto. Todos os esforços da gestão e dos servidores têm de ser direcionados para o combate ao assédio moral na Instituição, pois as sequelas deixadas no servidor que sofre, bem como o clima nos ambientes de trabalho tornam-se pesados e muitas vezes insustentáveis. Descreve-se *ipsis litteris* os comentários feitos no questionário:

- ✓ [...] Desenvolvi problemas de saúde mental;
- ✓ Não diretamente, mas a maneira como funciona a hierarquia e as relações interpessoais são bastante tensas e desgastantes;
- ✓ Fiquei chateado, mas tento resolver da melhor forma ou pelas vias legais;
- ✓ Cria um bloqueio emocional e desgosto com o trabalho;
- ✓ Ocasinou desestímulo ao trabalho e abalos emocionais;
- ✓ Depressão;
- ✓ Fiquei desmotivado no ambiente de trabalho e passei a buscar menos interação possível com outros colegas;
- ✓ Emocionalmente e fisicamente abalado.

¹² - Este seria o instrumento para valorizar todo o conhecimento adquirido pelo(a) servidor(a) ao longo da sua vida funcional, e que não tenha sido contemplado pelos incentivos de qualificação e de capacitação (SILVA, 2017). Destaque-se que o RSC recebido pelos docentes não se configura como avanço na carreira diante de maior titulação, apenas impacto financeiro correspondente à titulação imediatamente acima da que o servidor possui.

No que concerne às **mudanças estruturais, pedagógicas, administrativas e de relações interpessoais** que deverão ser implementadas no período pós-pandêmico, no IF Baiano *Campus* Catu foram proposições que versam sobre:

- ✓ Elaboração de projetos para compensação do tempo em que a Instituição esteve/estará em trabalho remoto/ teletrabalho;
- ✓ Apurar e punir casos de assédio moral relativos à implementação do teletrabalho;
- ✓ Acompanhamento das discussões sobre os estudos para implementação do teletrabalho de forma permanente no IF Baiano;
- ✓ Melhorias das relações interpessoais, com o acompanhamento do NAGP e de ações concretas promovidas por psicólogos e assistentes sociais (oficinas, capacitações, reflexões sobre o trabalho cotidiano);
- ✓ Avaliação e aperfeiçoamento das ferramentas de gestão de pessoas no teletrabalho e no formato híbrido;
- ✓ Melhoria da infraestrutura dos pavilhões mais antigos;
- ✓ Cumprimento de protocolos sanitários, cursos de capacitação para a compreensão da nova realidade, etc.

Nas palavras da categoria:

- ✓ [...] Existem diversos protocolos de retomada das atividades após o período pandêmico que devem ser observados pelo campus e pela Instituição. Além disso, é preciso que haja ampla discussão acerca do teletrabalho e suas implicações na vida do servidor uma vez que com a pandemia ficou evidente que algumas atividades podem ser desenvolvidas remotamente;
- ✓ 30h para todos os TAE, acompanhamento psicológico, redução da quantidade de alunos por sala, reforma do pavilhão da aula;
- ✓ Estudo do impacto da pandemia nos agentes da comunidade [comunidade acadêmica];
- ✓ As chefias precisam identificar e amparar melhor a sua equipe. Cada servidor faz parte de uma engrenagem e precisa de estímulo e valorização para que o instituto funcione de forma plena;
- ✓ [Mudanças] Pedagógicas: promoção de formação continuada para os servidores;

- ✓ Acompanhamento mais efetivo do corpo discente. Administrativas: adoção de um modelo pleno de gestão colegiada em todos os núcleos e setores;
- ✓ Relações interpessoais: oferta de oficinas pelo NAGP e serviço de Psicologia, que possam contribuir para a melhoria das relações intra e interpessoais.

19.4 MÃES, PAIS E/OU RESPONSÁVEIS

A categoria Mães, Pais e/ou responsáveis garantiu a participação de 79 pessoas. Foi um percentual considerável diante da atual conjuntura. Os respondentes não representaram todos os cursos ofertados, tendo sido a participação e o ranking da mesma como apresentado a seguir:

- 1º - Curso técnico em Alimentos;
- 2º - Química (Técnico+Licenciatura);
- 3º - Agropecuária (Técnico+Subsequente).

Ademais, essa participação expõe uma situação que se configura como diuturno desafio institucional, que é a garantia da aproximação, da parceria efetiva entre família e escola.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) Nº 9.394/96, especificamente o artigo 2º, assegura: ãA educação é dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. O art. 226, da Constituição da República Federativa do Brasil (1988) diz que: ãa família, base da sociedade, tem especial proteção do Estado. O art. 19, da Lei 8.069/90 dos Direitos Fundamentais, diz que ãtoda criança ou adolescente tem direito de ser criado e educado no seio de sua família e excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de entorpecentes. (BRASIL, 1996; 1988).

Autores como Oliveira (2002), Oliveira e Araújo (2010) tratam dos denominados enfoque sociológico e enfoque psicológico ao analisar a relação família escola. Esta menção é necessária visto que o rendimento, a disposição e as relações que se estabelecem na Instituição em parte refletem aquilo que é vivenciado nos diversificados núcleos familiares, apesar de não serem determinantes para os resultados obtidos pelos estudantes.

No enfoque sociológico a relação família-escola é vista em função de determinantes ambientais e culturais. A relação entre educação e classe social mostra um certo conflito entre as finalidades socializadoras da escola (valores coletivos) e a educação doméstica (valores individuais), ou seja, entre a organização da família e os objetivos da escola. As famílias que não se enquadram no suposto modelo desejado pela escola são consideradas as grandes responsáveis pelas disparidades escolares. Seguindo este enfoque, faz-se necessário, para o bom funcionamento da escola, que as famílias adotem as mesmas estratégias de socialização por elas utilizadas. Assim, a representação de modelo familiar certo/correto ganha projeção e se naturaliza, tendo a própria escola como disseminadora da ideia de que algumas famílias operam de modo diverso do seu objetivo. [...]Em função dessa divergência, as estratégias de socialização das famílias passam a ser a preocupação da escola, de forma que esta amplia seus âmbitos de ação, tentando assumir ou tentando substituir a família em sua ampla missão socializadora. [...]No enfoque psicológico ela é responsabilizada pela formação psicológica. A ideia de que a família é a referência de vida da criança - o *locus* afetivo e condição *sine qua non* de seu desenvolvimento posterior - será utilizada para manter certa ligação entre o rendimento escolar do aluno e sua dinâmica familiar, colocando, mais uma vez, a família no lugar de desqualificada (OLIVEIRA; ARAÚJO, 2010).

É exatamente desconstruir este discurso uma das necessidades da Instituição, quando a mesma se abre e acompanha as transformações que se processam na sociedade, entende os desafios colocados pelos determinantes sócio-econômicos, culturais, de gênero, dentre outros e opera no sentido de garantir que a Instituição escolar não seja mais um entrave na vida dos estudantes. Antes, deve proporcionar as condições materiais e emocionais para que o acesso, a permanência e o êxito cheguem para todas e todos.

O estreitamento da relação família/escola deve deixar de se limitar a momentos formais, como as reuniões de mães e pais convocadas pela escola ou em datas comemorativas, o que ilustra um relacionamento superficial, ambas organizadas pela escola (Reali & Tancredi, 2002). As mães, os pais e/ou responsáveis precisam participar do cotidiano escolar, compreender o que se passa e como pode contribuir para o melhor aproveitamento de suas filhas e filhos, desconstruindo a crença de que uma "boa" dinâmica familiar é responsável pelo "bom" desempenho do aluno. A permanência de velhos discursos só reforça a dicotomia família-escola como pólos de enfrentamento que influenciam de maneira determinante o sucesso ou o insucesso do estudante, inclusive conceitos a serem discutidos, pois o que viria a ser insucesso? Conservação ou evasão?

Assim, em uma espécie de complementaridade, encontra-se um velado enfrentamento da escola com a família, aparentemente diluído nos grandes

projetos de participação e de parceria entre esses dois sistemas, podendo-se afirmar que em ambos os enfoques destacam-se dois aspectos principais: 1) a incapacidade da família para a tarefa de educar os filhos e 2) a entrada da escola para subsidiar essa tarefa, principalmente quando se trata do campo moral. [...] A relação família-escola está permeada por um movimento de culpabilização e não de responsabilização compartilhada (Oliveira, 2002).

A partir desta exposição sintética, é possível identificar que não há um modelo a seguir, que tanto a instituição quanto a família devem cambiar esforços para que a formação dos estudantes ocorra com o máximo possível de qualidade e tranquilidade. Cada ente exercendo o papel social que lhe cabe, colaborativamente. Ademais, nem sempre será possível que o ambiente familiar seja harmonioso e isso não pode ser determinante para o insucesso do estudante, haja vista o número significativo de lares que vivenciam a pobreza, a dificuldade em garantir um ambiente seguro, a presença das mães, pais e/ou responsáveis durante o dia, o acesso a equipamentos e materiais de qualidade, dentre outras variáveis. Pensar estas questões como solucionáveis a curto prazo é inócuo, pois prescindem de políticas nacionais das mais diversas áreas. Resta, dentro da realidade colocada, buscar os caminhos possíveis, viáveis, emanando esforços de ambos os entes com vistas a um resultado favorável para os estudantes.

Em se tratando da pesquisa para este PPP, a categoria aqui analisada acerca dos motivos da opção para matricular filho no IF Baiano *Campus* Catu, sobre as qualidades identificadas na formação oferecida pelo *campus*; sobre conhecimento acerca das ações realizadas pela Instituição junto à comunidade local, os resultados apontaram para a perspectiva de alcançar uma formação profissional, seguida pela formação/qualificação do corpo docente e a estrutura física existente. Estes foram os três principais quesitos considerados por mães, pais e/ou responsáveis para a tomada desta decisão.

A abaixo estão listado estes e os demais quesitos, em ordem decrescente, conforme o quantitativo das manifestações apresentadas pelo segmento mães, pais e/ou responsáveis:

Quadro 9 - Questionário Projeto Político-Pedagógico I Mães, Pais e/ou responsáveis

1º	Formação profissional
2º	Formação/Qualificação dos professores
3º	Estrutura física de atendimento ao educando: acessibilidade, boas salas de aulas, infraestrutura de biblioteca, etc.
4º	Preparação para o vestibular
5º	Diversidade de laboratórios para os cursos
6º	Políticas de assistência estudantil: refeitório, setor de saúde, programas e políticas estudantis
7º	Tradição
8º	Localização

Fonte: elaboração própria

A opinião de mães, pais e/ou responsáveis, acerca de qualidades identificadas na formação oferecida pelo IF Baiano *Campus* Catu, está em consonância com o que fica evidenciado no quadro exposto anteriormente, ora destacando a perspectiva da formação profissionalizante, ora associando-a com o perfil do corpo docente e a qualidade do ensino, como é possível constatar nos registros citados a seguir:

A Instituição representa um poder enorme sobre a educação na região, além de proporcionar excelente estrutura, acolhimento dos alunos junto a todos os colaboradores, [no] final do curso o aluno já sai praticamente [com]emprego no mercado de trabalho. (Resposta do questionário);

Preparação para o mercado de trabalho; qualificação dos profissionais e referência no ensino. ((Resposta do questionário);

O reconhecimento da Instituição no mercado do trabalho. ((Resposta do questionário);

A formação no curso técnico abre portas com menos dificuldade para emprego. (Resposta do questionário);

Os alunos já saem com uma formação, além de saírem bem preparados para fazer o ENEM ou até mesmo o vestibular. (Resposta do questionário);

Qualificação profissional, estrutura física que permite aquisição de conhecimentos em maior amplitude. (Resposta do questionário);

Qualidade em bons professores, formação educacional, bons cursos profissional etc. (Resposta do questionário);

As citações acima correspondem a um estrato da visão evidenciada por mães, pais e/ou responsáveis sobre aspectos que determinam a qualidade da educação ofertada no IF Baiano *Campus* Catu. Foi possível identificar a recorrência da menção à formação técnica-profissional como um destes aspectos. Certamente, esse panorama está relacionado à prevalência entre as mães, pais e/ou responsáveis consultados de uma representação social

que compreende a formação escolar, prioritariamente, como meio para seus filhos no futuro desfrutarem de melhores condições para disputar postos de emprego no mundo do trabalho.

Cabe salientar que, no Brasil, uma quantidade reduzida de adultos dispõe de Ensino Superior completo. Em 2015, dentre os países que participaram do Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA), o Brasil se posicionou entre ños dois países com a menor proporção de adultos com nível superior, ficando atrás apenas da Indonésia onde menos de 9% dos adultos nesta faixa etária alcançaram este nível de escolaridade (OCDE, 2015).

Muito provavelmente essa condição influencia na perspectiva apontada pelo segmento mães, pais e/ou responsáveis, ao destacaram principalmente a formação profissional como elemento primordial na educação ofertada pelo IF Baiano *Campus* Catu, ao tempo em que vislumbram, em menor proporção, a perspectiva de progressão para outros níveis de escolaridade como algo a ser alcançado no futuro dos seus filhos.

Diante disso, tendencialmente, seja relevante que os núcleos e setores, como o NUAPE e a CAE, respectivamente, concebam iniciativas que estimulem o debate e a reflexão junto a mães, pais e/ou responsáveis, assim como o segmento discente, sobre uma visão mais ampla do processo formativo, conforme está previsto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) que aponta que a educação ñtem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. ò Nesse sentido, cabe ter como horizonte a problematização do que Frigotto (1998, p.14) reconhece como uma visão estreita dos processos educativo, formativo e da qualificação, na medida em que os afastam ñda dimensão ontológica do trabalho e da produção, reduzindo-os ao economicismo do emprego e, agora, da empregabilidade. ò Essa concepção que vê na dimensão do trabalho um universo complexo, coaduna com o pensamento de Hampaté Ba (1972), que diz

Na sociedade tradicional africana, as atividades humanas possuíam frequentemente um caráter sagrado ou oculto, principalmente as atividades que consistiam agir sobre a matéria e transformá-la, uma vez que tudo é considerado vivo. (HAMPATÉ BA, 1972, p.185).

Com isso, é válido fomentar a discussão sobre as diversas perspectivas que a educação proposta pelo IF Baiano *Campus* Catu pode oferecer para formação dos educandos, de modo a permitir, ao mesmo tempo, a instrumentalização para o exercício da cidadania, a progressão em níveis subsequentes do processo de escolarização e para a atuação em processos produtivos do mundo do trabalho, de forma crítica.

Em resposta à consulta sobre a condição da comunicação desenvolvida na relação *Campus Catu/Escola-Família*, a maioria do segmento constituído por mães, pais e/ou responsáveis, o equivalente a 62,03%, qualificou como satisfatório. Entretanto, 31,65% das respostas identificaram como parcialmente satisfatório e 6,33% como insatisfatório. Se somados, estes dois últimos contingentes totalizam quase 40% do universo consultado, por isso é importante atentar para as sugestões apresentadas por mães, pais e/ou responsáveis, visando o aprimoramento dos canais de comunicação da Instituição que podem acessar, dentre as quais é possível destacar as seguintes:

Delegar funções para outras pessoas que possam responder com eficácia alguns assuntos de extrema urgência; criar ouvidoria. (Resposta do questionário);

Mais eficiência nas respostas e mais divulgação desses canais [de comunicação]. (Resposta do questionário);

Contato direto com os pais. (Resposta do questionário);

Grupo de whatsapp [de] pais, professores e a direção. (Resposta do questionário);

O atendimento ser mais eficaz e parar de passar a ligação de um para outro [setor]. (Resposta do questionário);

Diminuir a distância entre os atendentes e o público, isso não por meio físico, mas por disponibilizar pessoal mais bem qualificado, ou seja, tenha as respostas certas para os questionamentos que surgem. (Resposta do questionário);

Para melhorar os canais de comunicação, deveria haver um setor responsável apenas com questões de aulas remotas, pois ao ter um problema o aluno é passado de setor a setor e no meu caso nada foi resolvido. (Resposta do questionário);

Reuniões com frequência. (Resposta do questionário);

Disponibilizar mais linhas telefônicas para atendimento dos alunos e manter um constante diálogo com os pais. (Resposta do questionário);

Acredito que call center é insuportável, fica no atendimento passando de setor em setor.
(Resposta do questionário);

Aumento do número de canais de informação. (Resposta do questionário);

Uma definição do melhor meio. O mais utilizado como um whatsapp comercial com alguém responsável e atento para as solicitações enviadas. (Resposta do questionário).

Em compasso com a incorporação de sugestões apresentadas como as destacadas anteriormente, pode ser pertinente a Gestão do IF Baiano *Campus* Catu constituir um núcleo interdisciplinar com o objetivo de avaliar a estrutura da comunicação vigente, para manter o que tem sido exitoso e assimilar práticas bem sucedidas que têm sido desenvolvidas dentro e fora do IF Baiano, em busca de sintonizar a dinâmica da comunicação institucional com as ferramentas e as linguagens mais eficazes da atualidade. Considerando que parte significativa de servidores do setor de telefonia são terceirizados, cabe repensar o treinamento disponibilizado para os mesmos, inclusive organizando informações básicas do cotidiano escolar para evitar as transferências nas ligações acerca de temáticas corriqueiras.

Mães, pais e/ou responsáveis também se posicionaram acerca das ações realizadas pelo IF Baiano *Campus* Catu junto à comunidade local, de modo que 77,22% deste segmento informou desconhecem estas ações. Este dado indica que se torna imprescindível a concretização de atividades diversas junto a comunidade local, assim como a sua divulgação, para que o IF Baiano *Campus* Catu possa se consolidar neste que corresponde a um dos aspectos que compõe a função social a ele atribuída. Vale destacar que a maioria consultada deste segmento, o correspondente a 55,70%, demonstrou interesse em propor ou participar de cursos ou atividades na Instituição, o que indica uma demanda que não pode ser ignorada.

Ao responderem sobre atividades e cursos que poderiam ser importantes para a comunidade local, mães, pais e/ou responsáveis apresentaram a seguinte classificação:

Quadro 10: Atividades e cursos importantes para a comunidade local, segundo a ordem de escolha.

Ordem de escolha	Curso
1º	Segurança Alimentar e Nutricional
2º	Apoio aos movimentos sociais / Certificação para Cooperativas e Agricultura

	Familiar
3º	Atividades desportivas e culturais / Aproveitamento dos alimentos/Culinária
4º	Cidadania para mulheres / Empreendedorismo
5º	Cooperativismo e Economia Solidária / Formação continuada para educadores da rede pública e privada / Projetos sociais -Lazer/Esportes/Festas
6º	Eventos artísticos, culturais e esportivos / Hortas comunitárias / Medicina integrativa
7º	Economia criativa
8º	Formação tecnológica (letramento digital e midiático)
9º	Práticas agrícolas (Dia de campo)
10º	Memória e conservação do Patrimônio Cultural
11º	Formação de líderes
12º	Desenvolvimento de Games
13º	*Centro de Recuperação Social ¹³

Fonte: Questionário Projeto Político-Pedagógico – Mães, pais e/ou responsáveis, 2021.

Com relação ao campo das práticas integrativas complementares, o contingente formado por mães, pais e/ou responsáveis que foi consultado ofereceu o seguinte panorama ao indicar os cursos que gostaria de fazer:

Quadro 11: Cursos no campo das práticas integrativas complementares que mães, pais e/ou responsáveis demonstram interesse em fazer, segundo a ordem de escolha

Ordem de escolha	Curso
1º	Hortoterapia
2º	Yoga
3º	Meditação / Fitoterapia / Terapia em grupo
4º	Biodança
5º	Musicoterapia
6º	Bioenergética /Aquaterapia
7º	Terapia de florais
8º	Reik / Hipnose /Equoterapia

Fonte: Questionário Projeto Político-Pedagógico – Mães, pais e/ou responsáveis, 2021.

Em suma, a participação de mães, pais e/ou responsáveis é fundamental na construção do Projeto Político-Pedagógico. Ao consultá-los foi possível perceber que o IF Baiano *Campus Catu* figura como uma Instituição de ensino qualificada, principalmente por ofertar formação profissional, dispor de um corpo docente qualificado e de estrutura física adequada para o atendimento aos estudantes. Porém, há lacunas que demandam atenção da Instituição para que a sua função social possa ser cumprida a contento. Ficou indicado que é preciso

¹³ Este curso foi sugerido por um respondente do questionário aplicado junto às mães, pais e responsáveis.

melhorar os canais de comunicação utilizados na relação Escola-Família, assim como as ações voltadas para a comunidade local.

Certamente, a consolidação destas ações passará por aprimoramento institucional no que tange a extensão, revisando normativas com o objetivo de desburocratizar os mecanismos pelos quais se constrói e executa ações extensionistas, em compasso com a dotação de condições de trabalho e alocação de carga horária de modo que possibilite a efetiva participação de docentes e técnicos administrativos em propostas de atividades de extensão.

19.5 ANÁLISE DAS RESPOSTAS DO QUESTIONÁRIO DO SEGMENTO EGRESSOS

Uma instituição que busca construir seu processo histórico com qualidade deve fomentar e praticar políticas de acompanhamento do egresso. Entender os possíveis reflexos que a formação obtida no IF Baiano *Campus* Catu, tendencialmente, exercem sobre a vida profissional, sobre o itinerário formativo de cada ex-aluno, é uma maneira de mensurar, em parte, sua atuação enquanto espaço de formação.

Partindo deste princípio, durante a elaboração do PPP, a comissão elaborou um questionário específico para este segmento com vistas a entender como os processos acadêmicos e de gestão aconteciam em seus específicos períodos enquanto estudantes.

O questionário aplicado a egressos teve um total de 12 sujeitos que responderam às questões propostas. À primeira questão sobre a participação na tomada de decisões em suas respectivas épocas enquanto estudantes, a maioria 41,67%, respondeu positivamente. 33,3% discordaram à respeito da existência dessa participação. Ao analisar tal proposição de questão, foi possível identificar que teria sido mais produtora se houvesse um escalonamento por período para ser possível identificar se as respostas se aproximam de um cenário real, se somam perspectivas distintas sobre uma mesma época. No entanto, ante a aproximação dos percentuais, e se somados aos 25% que não sabiam ou possuíam outro entendimento, não há maioria possível de se afirmar ser a gestão no IF Baiano *Campus* Catu, historicamente, participativa.

Sobre a existência de uma gestão democrática no *campus*, 33,33% concordaram parcialmente com a afirmação. Sobre o quesito transparência da gestão, a tendência foi uma resposta positiva, com 16,7% concordando parcialmente e 16,7% concordando integralmente, sendo que 25% não concordaram. Mais uma vez os percentuais se aproximam o que evidencia

a necessidade histórica de se construir uma gestão que se faça conhecida por seus princípios democráticos.

Sobre a importância da educação recebida no IF Baiano *Campus* Catu para a formação profissional, a tendência da resposta foi positiva com 25% concordando parcialmente e 33,33% concordando integralmente. Além disso, 91% responderam que indicariam a Instituição para conhecidos e amigos. Houve também consenso no quesito sobre a importância da Instituição para o desenvolvimento local e regional, com 50% afirmando ser muito importante e 41,6% afirmando ser importante. Este resultado, analisado em comparação com a visão das atuais mães, pais e/ou responsáveis, se mostra positiva, pois os egressos compreendem que a atuação do IF Baiano *Campus* Catu era visível, acontecia. Hoje, esta ação extra muros não é identificada por este segmento mencionado para a comparação com os egressos.

50% dos respondentes defenderam a importância da existência de uma política de formação continuada para eles, assim como se posicionou a favor de que o Instituto crie condições administrativas operacionais para as mesmas.

Sobre as sugestões oferecidas pelos sujeitos para melhoria das esferas acadêmica, administrativa, estrutural e estética as respostas foram variadas:

Sinceramente, não muita coisa, no entanto, é importante salientar sobre a organização dos horários, pois nesse tempo de aulas APNP acaba dificultando um pouco o aprendizado dos discentes.

Em verdade era esperado um posicionamento referente ao período do egresso enquanto estudante, criando uma variável capaz de apontar se as necessidades de melhorias que ele vislumbrava à época ainda persistem.

Melhor aproveitamento do espaço do instituto, salas com a tecnologia mais atual e disponibilidade de recursos para os alunos e projetos.

Esta realidade já não condiz em sua totalidade com a atualidade. A Instituição passou por reformas, ainda que muitos setores, especificamente unidades educativas de campo, ainda careçam de um olhar mais cuidadoso, de mais recursos, melhorias. Ademais, os docentes

ainda carecem de gabinetes, salas para realizar atividades, como atendimento aos estudantes, dentre outras.

Reformar a quadra de esportes.

Hoje o IF Baiano *Campus* Catu conta com um ginásio de esportes, área de piscina, mas ambos os locais onde as atividades físicas, de esporte e recreação ocorrem já necessitam de reformas, sendo as mais urgentes:

- ✓ Reforma na cobertura do ginásio;
- ✓ Construção de vestiários na piscina;
- ✓ Instalação das raias na piscina; substituição do piso da piscina por um que seja apropriado para a área.

Que melhore a alimentação e segurança do campus!

A elaboração da alimentação ofertada no *campus* conta com uma equipe multidisciplinar, composta de nutricionista, engenheiro de alimentos e técnicos da área. Este quesito não foi destacado como algo a ser melhorado pelos atuais estudantes, um indicativo de que este problema, tendo existido em algum período, foi resolvido. Já a questão da segurança cabe ressaltar que a Instituição conta com vigilância diuturna, mas problemas relativos a invasões, por exemplo, em áreas mais distantes especialmente, continuam recorrentes.

Fortalecimento do NUAPE, e dos núcleos de apoio psicológico aos estudantes.

Esta questão continua sendo um entrave para o IF Baiano *Campus* Catu que há um tempo significativo, não conta com psicólogo local. Sobre o Nuape é importante o posicionamento do núcleo acerca do que vislumbra como necessidade de melhorias, havendo espaço neste PPP para tal, na sessão que aborda os setores. Já à respeito do profissional da área de psicologia, questionamentos acerca deste desfalque na equipe multidisciplinar já foi realizado, porém sem resposta prática vinda da Reitoria.

Fazer com que os alunos participem ainda mais das decisões no campus.

Este é ainda um desafio a ser conquistado e ampliado, pois mesmo tendo sido positivo o resultado obtido no segmento atual dos discentes, somados os que discordam com os que não souberam opinar gera um valor considerável a ser observado pela Instituição.

19.6 INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO BÁSICA E INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR

Esta comissão não obteve nenhuma resposta das Instituições de Ensino Superior (UNEB *Campus* II); Unirb (Alagoinhas); FTC (Pólo Catu) e Estácio (Pólo Catu) quanto à relevância acadêmica (pesquisa, ensino e extensão) da Instituição e do *Campus* Catu. Esta comissão acredita que uma reflexão é necessária sobre este quesito. Para além das possíveis dificuldades técnicas que podem ter estado envolvidas no processo de divulgação e acesso aos formulários, há um entendimento de que o absenteísmo em tela constrange a refletir sobre a ausência do reconhecimento do Instituto enquanto Instituição de Ensino Superior e uma Instituição de Ensino Superior aberta ao estabelecimento do diálogo e de cooperação técnica e científica com as demais instituições da área. Não se trata apenas de indagar sobre índices de produtividade de pesquisadores isoladamente. Trata-se de indagar sobre entraves causados pela inexistência de uma organização democrática e departamental no Instituto, a ponto de comprometer o seu reconhecimento pelos seus pares, como também de observar o pouco investimento feito na Institucionalização de cursos superiores no *campus*.

Outro aspecto relevante diz respeito ao insulamento, tecnificação, verticalização de setores centrais para o estabelecimento de parceria com Instituições de Ensino Superior, a saber, as Coordenações de Pesquisa e Extensão. Em vários Institutos Federais, como o IFBA, esses setores são formados por equipes, constituindo-se em órgãos efetivos que podem fomentar políticas próprias e parcerias com a comunidade. No modelo atual, existem apenas indivíduos, alijados da possibilidade de atuação enquanto intelectuais. O seu papel se limita à ações meramente técnicas de repassar informações sobre editais e outras iniciativas oriundas da Reitoria e fiscalizar o lançamento de dados de projetos de pesquisa e extensão no sistema. A burocratização e a tecnificação da pesquisa e extensão vão de encontro à forma como esses setores atuam nas Instituições Públicas de Ensino Superior, nas quais os Projetos de Extensão são atividades que decorrem naturalmente da atuação dos cursos de Pós-Graduação e dos Grupos de Pesquisa.

20. PAPEL SOCIAL DO IF BAIANO *CAMPUS CATU*

Em conformidade com o Art. 205 da C.F., a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho (BRASIL, 1988).

Ao se levar em conta a dinamicidade da sociedade, de seus processos, logo se percebe que uma das funções sociais da escola diz respeito a entender e a acompanhar as mudanças que se processam na sociedade com objetivo de garantir ampla participação aos sujeitos de direito que a mesma visa (in)formar. Ademais, é papel social da Instituição garantir a distinção entre acontecimentos fugazes, irrelevantes e aqueles que reverberam na vida da coletividade. É também realizar uma escolha, um posicionamento político, ao tempo em que resguarda todas as distintas formas de viver estes direitos substantivos, pois as diferenças são parte indissociável da vida em comunidade. Dito de outra forma, garantir a compreensão da conjuntura, da estrutura e da superestrutura na qual se fundam os processos de produção e reprodução da vida e as condições materiais de existência. Só é possível questionar sobre aquilo que se conhece a existência. Assim, compreender que as distorções sociais são uma construção social é condição primeira para que mudanças significativas se processem e sejam mantidas pelos grupos sociais, que cientes de seus direitos, os resguardam ante as tentativas de violação dos mesmos.

Ademais, em consonância com os dados coletados pela pesquisa empreendida, ficou evidenciado que a comunidade externa não visualiza as ações do IF Baiano *Campus Catu* para além daquilo que se dá intramuros, sendo necessário que as ações, especialmente no âmbito da extensão, se materializem e atendam às expectativas da comunidade local. Para isso, a gestão necessita garantir as condições de realização das mesmas.

Todas as proposições, apontadas ao longo dos questionários de segmentos e de setores, fundamentarão a Carta de Intencionalidades e formarão o Plano de Ação a seguir, buscando estabelecer uma sintonia com o que está estabelecido enquanto função social do IF Baiano *Campus Catu*.

21. CARTA DE INTENCIONALIDADES

O que aqui se convencionou chamar de Carta de Intencionalidades diz respeito a um espaço onde se apresentarão as demandas represadas e que foram externalizadas por todas e todos que participaram da elaboração do PPP, através das respostas dos questionários de segmentos, dos questionários para setores e núcleos e durante o webnário. Muitas demandas também foram observadas a partir da pesquisa em documentos, como portarias, dentre outros. Além disso, foi fundamental a partilha das vivências profissionais e acadêmicas de cada membro que elaborou o presente documento.

Ao final da seção, serão incorporadas as demandas apontadas pelas comissões anteriores e que ainda se configuram como desafios a serem alcançados, colocados em prática.

Foram pensadas ações que abordam todos os espaços e setores institucionais, como:

1. Instituir como política da Instituição a promoção de momentos voltados para o reconhecimento e homenagens de valorização dos servidores (docentes, TAE e terceirizados) e parceiros;
 2. Promoção da colação de grau e formatura num modelo includente, agregando todos os formandos, com o apoio institucional, com intuito de promover uma celebração coletiva (beca/solenidade);
 3. Construção de editais de pesquisa e extensão especificamente da Política e Inclusão Etnicorracial, de gênero, de Inclusão de pessoas com necessidades específicas, seguindo as legislações de cada área, com o orçamento direto do *Campus Catu*;
 4. Estabelecimento de uma política de igualdade entre os estudantes e as estudantes no que concerne à oferta de vagas para internato;
 5. Estabelecimento de uma política voltada para o fortalecimento das parcerias entre o IF Baiano *Campus Catu* e demais Instituições de ensino, empresas, entes representativos da sociedade civil organizada;
 6. Elaboração e efetivação de projeto paisagístico do IF Baiano *Campus Catu*, especialmente nas áreas centrais do *campus*;
- i. A seguir, se procurou distinguir por área de demanda buscando um modelo mais didático para apresentar as demais intencionalidades:

ii.

No que tange aos processos acadêmicos:

1. Fomento à participação estudantil nos processos decisórios relativos a orçamento, definição de prioridades e melhorias relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão, através das representações estudantis;

2. Distribuição, de maneira equânime e transparente, do orçamento com vistas ao melhoramento dos diferentes laboratórios e unidades educativas objetivando que a excelência nos processos formativos alcance a todos os cursos ofertados na Instituição;

3. Realização de ações de extensão visando atender a cursos que são almejados pela comunidade local, a partir de condições de elaboração e execução garantidas pela Instituição;

4. Melhoria dos espaços onde se desenvolvem as atividades físicas, de esporte e recreação a partir da reforma da cobertura do ginásio e da construção de vestiários na piscina, instalação das raias na mesma e substituição do piso por um adequado para área molhada;

5. Instituição de uma semana Integrada da Saúde, com periodicidade anual, que tratará dos temas: saúde da mulher, do homem, do adolescente, com olhar atento às especificidades do público negro, quilombola, indígena, ribeirinho, do público LGBTQIA+ e das diversas formas de assédio, concebendo saúde física, emocional e psicológica;

6. Organização de semanas temáticas, incluídas no calendário escolar e que contem como carga-horária, onde se discutirão temas como as várias formas de violências que atingem as mulheres e jovens, com convidadas e convidados que tenham reconhecidos saberes nas temáticas e legislações;

7. Institucionalização de ações no Setembro Amarelo, incluídas no calendário escolar e que contem como carga horária, como forma de combate e enfrentamento das questões emocionais e psicológicas, configuradas como pandemia;

8. Instituição da Semana de Orientação Vocacional, incluída no calendário escolar e que conte como carga horária, onde pessoas (incluindo egressos) apresentarão as mudanças e demandas atuais do mundo do trabalho, bem como palestras de lideranças atuais dos meios político, acadêmico, científico, sindical, empresarial e do terceiro setor;

No que tange aos processos de gestão:

1. Sistematização, em formato de cartilha, da legislação interna, relativa especialmente aos cargos e funções e suas atribuições;
2. Ter na transparência e na participação efetiva da comunidade interna, nos processos consultivos e deliberativos, uma política de gestão democrática real;
3. Construção de um ambiente de respeito e de combate às opressões e assédio ainda experimentados por servidores;
4. Garantia do fortalecimento das políticas e da efetivação das mesmas, bem como o tratamento igualitário entre os servidores no que concerne ao acesso a fomento, a formação e a valorização profissional e à pessoa humana;
5. Tratar como política de valorização profissional a formação continuada em serviço, tanto relacionada a cursos buscados individualmente pelos servidores como proporcionando formação, inclusive sobre as burocracias e trâmites processuais, sobre suas plataformas digitais e sobre valorização das relações interpessoais;
6. Abrir-se à comunidade externa, estabelecendo o fortalecimento do vínculo institucional com a mesma e entre esta e seu quadro de servidores;
7. Participação nos processos políticos vivenciados pela comunidade na qual está inserido o *campus*, fortalecendo sua imagem e contribuindo para a melhoria da qualidade de vida da comunidade;
8. Ampliação das relações com a comunidade no que tange ao fomento das ações de ensino, pesquisa e extensão a serem desenvolvidos em íntima relação com as demandas da comunidade, sempre que estas demandas coadunarem com o tipo de formação possível de ser ofertado pelo *campus*;
9. Colocar em prática as políticas internas e programas que atualmente existem no papel, especialmente com os auxílios necessários para desburocratizar os processos;
10. Otimização do uso dos diferentes espaços existentes dentro da Instituição, evitando excessiva burocracia para a cessão desses espaços quando solicitados;
11. Acessibilidade visual através da publicização das atribuições dos setores, dos cargos e funções com vistas a aperfeiçoar e facilitar os andamentos dos processos e ações;
12. Instituir uma política de consulta à comunidade para a nomeação de servidores que assumirão cargos, com o uso da estratégia de lista tríplice, o que legitima as ações e

- favorece a rotatividade nos cargos e funções, sendo visto como reconhecimento e valorização profissional;
13. Instituição de uma política de valorização da imagem do *campus* através da publicização de todas as realizações de destaque relacionadas ao ensino, pesquisa e extensão;
 14. Estabelecimento de canais de interlocução com mães, pais e/ou responsáveis que sejam eficazes e eficientes;
 15. Estabelecimento de agilidade e visibilidade na comunicação interna do IF Baiano *Campus* Catu;
 16. Fortalecimento do NAPSI com a presença de servidores capacitados, dando ampla visibilidade às suas ações no IF Baiano *Campus* Catu, com expedição de Portaria elencando composição e atribuições do núcleo;
 17. Fortalecimento das ações do NUPPI com vistas a ampliação de parcerias institucionais;
 18. Organizar atividades temáticas, envolvendo instituições públicas e profissionais diversos, para abordar a prevenção ao uso abusivo de drogas, constituindo-se como atividade de ensino sistemática e, por isso, contando também com a colaboração do corpo docente do *Campus* Catu na construção da proposta;
 19. Garantir e fortalecer a realização das ações propostas pelo NCEL, com vistas a criar ambientes de convivência e lazer efetivos para os estudantes e servidores, inclusive com a ampliação do grupo gestor;
 20. Instituir no Calendário Escolar a Semana de Artes, como atividade que conte como carga horária, construindo um ambiente de valorização das diversas manifestações da Arte como expressão da vida;
 21. Esforçar-se pela mudança estrutural dos setores acadêmicos através da departamentalização com vistas a se constituírem em espaços deliberativos no que tange aos processos pedagógicos, científicos e administrativos, o que garantirá a possibilidade de diálogo com os pares, possibilitando maior produtividade, visibilidade e representatividade institucional;
 22. Esforçar-se pela curricularização da extensão no ensino superior, em conformidade com a legislação em vigor, e inovar com a curricularização da extensão no ensino médio atrelada ao planejamento do componente curricular, ao Colegiado/Departamento/Conselho de cada curso, com normas específicas de registro;

23. Solicitar da Reitoria a reformulação, com ampla discussão da comunidade acadêmica e científica, dos critérios de acompanhamento dos projetos de pesquisa e extensão pelo SUAP;
24. Criar, respectivamente, os Conselhos de Extensão e de Pesquisa com vistas a garantir a democratização, a lisura e a isonomia nos processos deliberativos;
25. Garantia e fortalecimento da liberdade de cátedra;
26. Garantia e fortalecimento da liberdade intelectual e da fé pública dos servidores;
27. Atuar, junto à Reitoria, para reformular e desburocratizar o regramento para a oferta de cursos FIC;
28. Fundamentar currículos, nos diversos níveis e modalidades de ensino, na perspectiva da formação ampliada para atuação no mundo do trabalho, contemplando as dimensões pessoal, social, cultural, ambiental, política, étnica, de gênero e profissional;
29. Orientar a oferta de cursos para trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, e considerando o legado de aprendizado deste público adquirido no seu histórico de vida.

Sobre as demandas apontadas pela primeira Comissão de Elaboração do PPP, as mesmas seguem listadas a seguir, uma vez que ainda não foram implementadas ou necessitam de fortalecimento/ampliação/reformulação:

1. Aplicação de questionários estruturados para obtenção de informações sobre o curso realizado (pontos positivos e fragilidades do curso);
2. [Monitoramento sobre a] atuação dos sujeitos no mundo do trabalho, as dificuldades encontradas para se colocar no mercado de trabalho e o perfil de profissional exigido pelas empresas;
3. Cadastramento de egressos no Portal do Egresso;
4. Cadastramento de vagas de empregos, concursos, dentre outros;
5. Cadastramento de cursos de aperfeiçoamento, capacitação, formação continuada, etc.;
6. Criação de um banco de currículos de egressos;
7. Divulgação de concursos e ofertas de emprego em sua área de atuação;
8. Realização de eventos para conagração dos egressos;

9. Instituir os Núcleos de Educação para Apenados i NEPA; Núcleo de Apoio, Prevenção e Ressocialização de Adultos i NAPRA; Núcleo de Educação para a Sustentabilidade do Campo i NESC; Núcleo de Educação e Inclusão da Terceira Idade i NEITI em atendimento ao Decreto nº. 5.840/2006 e documentos base do PROEJA;

22. PLANO DE AÇÃO

O Plano de Ação se configura como a tradução das intencionalidades propostas para o *campus*, incluindo os objetivos específicos, a partir de tópicos organizados pelas categorias ensino, pesquisa, extensão e gestão. Neste sentido, como discutido em parte anterior deste documento (tópicos de análise de questionário da categoria docente), se configura como um guia para toda a comunidade escolar e que deve ser utilizado para a elaboração dos diversos planejamentos: do calendário escolar, das ações da gestão, do planejamento docente com vistas a coadunar estas mesmas ações e planejamento. Por isso, torna-se imprescindível a competente implementação destas ações definidas nas questões burocrático-administrativas e pedagógicas.

O Plano de Ação tem relação direta com estabelecimento de parceiras institucionais e empresariais com o objetivo de atender demandas, bem como de garantir a função social da escola via inserção na comunidade da qual faz parte.

Será esse Plano de Ação, em consonância com os objetivos específicos, o alvo principal das ações a serem realizadas, acompanhadas e revisadas após 4 anos, configurando-se como a bússola, o norte citado ao longo do texto como o cerne do PPP.

Sobre o ensino

1. Departamentalizar as áreas de ensino;
2. Garantir e respeitar a liberdade de cátedra;
3. Propor cursos de qualificação e formação continuada para docentes por áreas de ensino;
4. Promover seminários de ensino e didática através e sobre as novas tecnologias;
5. Promover atividades de ensino, bem como a oferta de cursos alinhados com a realidade e demandas da região;
6. Estabelecer estratégias para a atuação dos setores de apoio pedagógico - sem interferir na autonomia do professor;

7. Garantir acompanhamento individual para estudantes com dificuldade de aprendizagem;
8. Revisar o componente curricular Informática com o objetivo de instrumentalizar os estudantes a utilizarem os sistemas internos, em especial para os Ambientes Virtuais de Aprendizagem, necessários para as aulas enquanto durar o período pandêmico;
9. Garantir aos estudantes e docentes as competências necessárias para o uso das tecnologias digitais como atividades de suporte e ampliação dos saberes trabalhados em sala de aula, bem como para atividades de cunho administrativo, como reuniões;
10. Instituir no calendário de atividades acadêmicas, seminários anuais, sistemáticos, sobre o mundo virtual, o ciberespaço, a ciberética, cibercultura, o Direito e as novas relações de estudo e trabalho nesse ambiente;
11. Instituir totens informatizados em pontos estratégicos, onde o estudante com o número de matrícula ou CPF acessa sua vida escolar atual (faltas, notas, situação na Biblioteca, entre outras informações);
12. Instituir política de planejamento pedagógico como atividade sistemática, que possibilite o diálogo inter e entre as áreas do conhecimento com vistas a um planejamento que garanta a efetividade da educação integrada, interdisciplinar e transdisciplinar;
13. Consolidar a prática da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade, com a instituição de momentos de planejamento pedagógico antes de cada período letivo;
14. Institucionalizar o planejamento do componente curricular Projeto Integrador dentro do planejamento pedagógico de cada período letivo;
15. Criar cooperativa e empresa júnior além de fomentar a construção de *startups*;
16. Fundamentar currículos, nos diversos níveis e modalidades de ensino, na perspectiva da formação ampliada para atuação no mundo do trabalho, contemplando as dimensões pessoal, social, cultural, ambiental, política, étnica, de gênero e profissional;
17. Retomar os convênios institucionais para a oferta de Mestrado Interinstitucional i Minter e de Doutorado Interinstitucional i Dinter, que atendam a docentes e Técnico-Administrativos, reformulando seu modelo original, com garantia de afastamento para os servidores, objetivando a qualidade da pesquisa e a saúde do trabalhador;

Sobre pesquisa

1. Departamentalizar as áreas de Pesquisa;
2. Criar o Conselho de Pesquisa;
3. Rever o formato de constituição da Coordenação de Pesquisa atual, alocando mais servidores;
4. Criar o Conselho de Publicação Científica do *campus*;
5. Promover seminários de Pesquisa;
6. Fomentar parcerias com instituições que promovem Pesquisa;
7. Promover o diálogo interdisciplinar no âmbito das áreas de Pesquisa;
8. Ampliar a publicização das chamadas às inscrições;
9. Tornar a pesquisa um instrumento acessível;
10. Promover pesquisas sobre as realidades da comunidade acadêmica;
11. Ampliar os recursos internos de fomento à Pesquisa.

Sobre extensão

1. Criar o Conselho de Extensão;
2. Rever o formato da Coordenação da Extensão, alocando mais servidores;
3. Propor cursos com temáticas sobre racismo e identidade de gênero;
4. Departamentalizar as áreas de Extensão;
5. Criar o Conselho de Publicação das Ações de Extensão do *campus*;
6. Promover seminários de extensão;
7. Fomentar parcerias com instituições que promovem Extensão;
8. Promover o diálogo com a comunidade sobre as ações de Extensão do *campus*;
9. Atender às demandas da comunidade local, especificamente no campo da agricultura familiar;
10. Instituir parte das aulas práticas da área de agricultura como momento de intersecção entre instituição e comunidade;
11. Promover projetos que se aproximem das realidades das comunidades de Catu e entorno;
12. Ter projetos permanentes de Extensão envolvendo a comunidade ao entorno;

13. Desburocratizar o trâmite atualmente exigido no âmbito do IF Baiano para cadastrar e aprovar cursos de Extensão;

Sobre gestão

1. Criar e institucionalizar o Núcleo de Cultura e Artes, com previsão de realização de eleição a cada dois anos;
2. Criar e institucionalizar o Núcleo Interdisciplinar, com presença de docentes, para organização das semanas temáticas propostas nesse documento, com previsão de realização de eleição a cada dois anos;
3. Solicitar da Reitoria mais autonomia na administração da página do *campus*, com vistas a dar visibilidade e celeridade a informações e processos;
4. Estabelecer como marca a transparência, imparcialidade, presteza, humanidade;
5. Desenvolver um mecanismo de comunicação integrada eficiente e instituir uma ouvidoria;
6. Instituir uma política de planejamento das ações para o *campus* como atividade sistemática, participativa, democrática, transparente, ampla, aberta à toda a comunidade escolar;
7. Construir espaços perenes de deliberação coletiva, visando a consolidação de uma gestão democrática;
8. Fortalecer a transparência na divulgação, definição e aplicação dos recursos, com prioridades decididas em coletividade;
9. Criar um plano de metas quanto à execução de melhorias que tornem o *campus* mais eficiente e eficaz no que concerne aos seus resultados - compra, venda, permutas, manutenção e consumo;
10. Estruturar os setores que carecem de servidores, seja com contratação, seja com realocação;
11. Melhorar o setor licitatório para que os servidores tenham suporte adequado no processo, evitando perdas de prazos e inviabilização de aquisições;
12. Possibilitar a alternância de poder nos setores administrativos;
13. Ampliar/atualizar o acervo da biblioteca e adquirir equipamentos que permitam uma maior efetividade do setor;

14. Reestruturar e modernizar as unidades educativas do *campus* com vistas a ofertar as condições necessárias para o processo de ensino e aprendizagem eficiente e eficaz em todas as áreas e cursos ofertados;
15. Adquirir um laboratório de realidade virtual para os cursos técnicos;
16. Fomentar e utilizar de transparência na divulgação e aplicação de recursos para as ações de Extensão;
17. Criar condições para docentes realizarem e participarem de ações de Extensão, a partir da otimização do tempo e da contabilização em suas cargas horárias;
18. Estar atenta às necessidades materiais básicas da comunidade interna e externa, produzindo projetos viáveis para os problemas detectados;
19. Ofertar salas de informática para uso dos estudantes além dos horários dos componentes curriculares, equipadas com impressoras, com vistas a garantir a pesquisa e a realização de atividades e impressões;
20. Ofertar capacitação continuada dos servidores que atuam em setores de gestão - capacitações voltadas às especificidades de cada setor;
21. Ampliar a quantidade e qualidade dos servidores que auxiliam os gestores de cada setor;
22. Promover o Seminário Anual de Gestão e Desenvolvimento do *Campus Catu* - com ampla participação da comunidade;
23. Incluir no calendário escolar, concebendo as ações como parte da carga-horária dos cursos, as semanas que tratarão das temáticas de saúde física, mental, emocional, das formas de violência, da diversidade e de demais temas suscitados pela comunidade;
24. Incluir no Programa Pro-cotas a questão de gênero;
25. Atualizar o banco de dados relativos aos Egressos;
26. Dotar de equipes as coordenações de Pesquisa e Extensão;
27. Ampliar as ações que se relacionem ao cumprimento da função social do *campus* a partir do diálogo e da reflexão junto à comunidade;
28. Aprimorar a comunicação entre Escola-Família, incorporando proposições apresentadas pelo segmento mães, pais e/ou responsáveis, assim como pelo Núcleo de Assessoria de Comunicação e Eventos;
29. Ampliar a oferta de cursos junto à comunidade local, considerando o que foi indicado pelos segmentos mães, pais e/ou responsáveis;
30. Convocar profissional de Psicologia para atuar no *Campus Catu*;

31. Solicitar a exclusão da restrição existente em editais institucionais de Pesquisa e Extensão para estudantes do Ensino Médio Integrado que limita a participação à docentes com doutorado;
32. Solicitar a revisão da pontuação do Barema de editais de Pesquisa e Extensão para estudantes do Ensino Médio Integrado que colocam elevado valor para pontuação de docentes com doutorado;
33. Solicitar a revisão da datas de editais que finalizam em dias de domingo, passando a contar apenas dias úteis;
34. Criar condições dignas de trabalho, voltadas para a valorização e o respeito para o servidor, coibindo as possibilidades de assédio.

23 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PPP

Assegurar a autonomia e a identidade educacional só é possível com a participação de todos e refletir sobre o Projeto Político-Pedagógico é o primeiro passo para que se inicie um processo de transformação na educação. Veiga (2003) afirma que não nos referirmos ao projeto político-pedagógico fica claro que construí-lo, executá-lo e avaliá-lo é tarefa da escola (VEIGA, 2003, p.13).

Este documento traz uma Carta de Intencionalidades transposta para o Plano de Ação construído a partir dos anseios da comunidade interna e externa, alinhado aos objetivos específicos, que compõem o *campus*. Assim, torná-lo conhecido e garantir as condições de execução do mesmo é a meta a ser colocada em prática pelos próximos quatro anos.

A avaliação constitui etapa imprescindível ao processo de execução do Projeto Político-Pedagógico, é através dela que se estabelecem as relações entre o que é planejado no documento e o que efetivamente está sendo realizado na prática, identificando, sobretudo, as intercorrências que tenham surgido neste percurso. Assim, é importante que este acompanhamento aconteça de forma sistemática ao longo de todo o desenvolvimento do projeto com vistas a verificar quais os objetivos foram atingidos, quais as metas não foram alcançadas e quais ações necessitam de redirecionamento. Enfim, se o planejamento está adequado, de fato, às necessidades da Instituição. Ademais, é o processo de avaliação que confere dinamicidade ao Projeto Político-Pedagógico e torna possível que sua elaboração não se restrinja apenas a uma exigência burocrática.

A atualização do Projeto Político-Pedagógico requer a avaliação institucional, e somente assim a Instituição poderá acompanhar a rapidez das transformações que ocorrem diariamente, ou seja, a avaliação acaba tornando-se o ponto de partida e ponto de chegada (VEIGA. 2003, p.28) para a reorganização do mesmo.

O IF Baiano *Campus* Catu considera que o Projeto Político-Pedagógico seja submetido a avaliação constante. Nessa perspectiva prevê a sua publicização em ambiente virtual que permita a intervenção sobre o mesmo, através de comentários, sugestões e considerações. A análise destas intervenções subsidiará a revisão do Projeto Político-Pedagógico, que será realizada por grupo de trabalho constituído democraticamente, com representatividade das várias categorias que compõem a comunidade acadêmica, a saber: docentes, técnico-administrativos, estudantes, mães, pais e/ou responsáveis e com periodicidade de 4 anos.

Dessa forma, o IF Baiano *Campus* Catu consegue materializar a participação efetiva da comunidade na avaliação do Projeto Político-Pedagógico, constituindo-o como legítimo instrumento democrático e participativo institucional.

REFERÊNCIAS

ALBINO, Angela Cristina A.; SILVA, Andreia Ferreira da. BNCC e BCN da formação de professores: repensando a formação por competências. In: **Revista Retratos da Escola**, Brasília, v.13, n. 25, p. 137-153, jan./mai. 2019.

ARAÚJO, Adilson César. **Gestão democrática da educação**: a posição dos docentes. 220 f. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Educação. Brasília: UnB, 2000.

AUSUBEL, David Paul. **A aprendizagem significativa**: a teoria de David Ausubel. São Paulo: Moraes, 1982.

BARRETO, Ranieri Muricy (Org). **Bahia 2000-2013**- Estudos Estados Brasileiros. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2014.

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Tradução de Plínio Dentzien. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BELLONI, Isaura. Avaliação Institucional: um instrumento de democratização da educação. In: **Linhas críticas**, Brasília (DF), v.5 n.9, p.31-58, jul a dez 1999. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/2752/2459>> Acesso em 19 abr 2016.

BLOOM, Benjamim S. *et. al.* **Manual de avaliação formativa e somativa do aprendizado escolar**. São Paulo: Livraria Pioneira Editora, 1983.

BRASIL. **Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia**. Brasília: MEC, 2010. <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=7237-catalogo-nacioanl-cursos-superiores-tecnologia-2010&category_slug=dezembro-2010-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Catálogo Nacional de Cursos Técnicos**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=52151-catalogo-nac-cursos-tec-pdf&category_slug=novembro-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Decreto nº 7.589/2011, de 26 de outubro de 2011**. Institui a Rede E-tec Brasil. Brasília, Presidência da República, 2011. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/decreto/d7589.htm> Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Decreto nº 7.039/09, de 22 de setembro de 2009**. Promulga o Protocolo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Francesa referente à Criação de um Fórum Franco-Brasileiro do Ensino Superior e da Pesquisa. Brasília: Presidência da República, 2009. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/D7039.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Decreto nº 5.707/06, de 23 de fevereiro de 2006.** Institui a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da administração pública federal direta, autárquica e fundacional. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5707.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Decreto nº 5.825/06, de 29 de junho de 2006.** Estabelece as diretrizes para elaboração do Plano de Desenvolvimento dos Integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5825.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Decreto nº 5.824/06, de 29 de junho de 2006.** Estabelece os procedimentos para a concessão do Incentivo à Qualificação e para a efetivação do enquadramento por nível de capacitação dos servidores integrantes do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação. Brasília: Presidência da República, 2006. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/d5824.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Decreto nº 5.622/05, de 19 de dezembro de 2005.** Regulamenta o art. 80 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5622.htm. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Decreto nº 5.154/04, de 23 de julho de 2004.** Regulamenta o § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 41 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5154.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Documento Base da Educação Profissional Técnica de nível médio integrada ao ensino médio.** Brasília: MEC, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf/documento_base.pdf>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.** 3ª ed. b Brasília: Congresso Nacional, 2012. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/139952/Constituicoes_Brasileiras_v7_1988.pdf?sequence=10&isAllowed=y>. Acesso em 30 ago 2021.

_____. **Lei nº 8.112/90.** Dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais. Brasília: Presidência da República, 1990. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8112cons.htm>. Acesso em 30 ago 2021.

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Presidência da República, 1996. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm>. Acesso em 30 ago 2021.

_____. **Lei nº. 13.005/14, de 25 de junho de 2014.** Aprova o Plano Nacional de Educação. Brasília: Presidência da República, 2014. Disponível em

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Lei nº 12.772/12, de 28 de dezembro de 2012.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Federal. Brasília: : Presidência da República, 2012. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12772.htm. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Lei nº 12.677/12, de 25 de junho de 2012.** Dispõe sobre a criação de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas no âmbito do Ministério da Educação, destinados às instituições federais de ensino. Brasília: Presidência da República, 2012. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12677.htm>. Acesso em 31 de ago 2021.

_____. **Lei nº 11.947/09, de 16 de junho de 2009.** Dispõe sobre o atendimento da alimentação escolar e do Programa Dinheiro Direto na Escola aos alunos da educação básica, Brasília, 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Lei nº 11.892/08, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Lei nº 11.645/08, de 10 de março de 2008.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei no 10.639, de 9 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena". Brasília: Presidência da República, 2008. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Lei nº 11.091/05, de 12 de janeiro de 2005.** Dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação. Brasília: Presidência da República, 2005. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2005/lei/l11091.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Lei nº 10.861/04, de 14 de abril de 2004.** Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. Brasília: Presidência da República, 2004. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2004-2006/2004/lei/l10.861.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Lei nº 10.741/03, de 1º de outubro de 2003.** Dispõe sobre o Estatuto do Idoso. Brasília, Presidência da República, 2003. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.741.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Lei nº 10.639/03, de 09 de janeiro de 2003.** Altera a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no

currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília: Presidência da República, 2003. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Lei nº 9.795/99, de 27 de abril de 1999.** Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Lei nº 9.503/97, de 23 de setembro de 1997.** Institui o Código de Trânsito Brasileiro. Brasília, Presidência da República, 1997. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19503compilado.htm>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Nota Técnica nº 57/2016/CGDP/DDR/SETEC/SETEC.** Dispõe sobre o modelo de dimensionamento de cargos e funções. Brasília: MEC/SETEC, 2016. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=41181-nota-tecnica-57-2016-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Parecer CNE/CES nº 15/2005,** de 2 de fevereiro de 2005. Solicita esclarecimento sobre as Resoluções CNE/CP nºs 1/2002, que institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, e 2/2002, que institui a duração e a carga horária dos cursos de licenciatura, de graduação plena, de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior. Brasília: Diário Oficial da União, 2005. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/pces0015_05.pdf>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Parecer CNE/CP nº 29/2002,** de 3 de dezembro de 2002. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais no Nível de Tecnólogo. Brasília: Diário Oficial da União, 2002. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/cp29.pdf>>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Parecer CNE/CP nº 28/2001,** de 2 de outubro de 2001. Dá nova redação ao Parecer CNE/CP 21/2001 que estabelece a duração e a carga horária dos cursos de Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília: CNE, 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/028.pdf>>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Parecer CNE/CES nº 436/2001,** de 2 de abril de 2001. Trata dos Cursos Superiores de Tecnologia - Formação de Tecnólogos. Brasília: Diário Oficial da União, 2001. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CES0436.pdf>>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Parecer CNE/CEB nº 16/1999,** de 5 de outubro de 1999. Trata das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional. Brasília: Diário Oficial da União, 1999. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/1999/pceb016_99.pdf>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável do Sertão Produtivo I** PTDRS, 1ª ed. Bahia:[s.n], 2010. Disponível em <http://sit.mda.gov.br/download/ptdrs/ptdrs_qua_territorio142.pdf>. Acesso em 19 fev, 2016.

_____. **Plano de Desenvolvimento da Educação.** Brasília, 2007.

_____. **Portaria nº 2.051/2004**, de 9 de julho de 2004. Regulamenta os procedimentos de avaliação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). Brasília: MEC, 2004. Disponível em http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 6/12, de 20 de setembro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Profissional Técnica de Nível Médio. Brasília: MEC, 2012. Disponível em http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=11663-rceb006-12-pdf&category_slug=setembro-2012-pdf&Itemid=30192. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 2/12, de 30 de janeiro de 2012.** Define Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio. Brasília: MEC, 2012. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=9864-rceb002-12&category_slug=janeiro-2012-pdf&Itemid=30192>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Termo de Acordo de Metas e Compromissos - Ministério da Educação/Institutos Federais.** Brasília, 2010.

_____. **Um Novo Modelo em Educação Profissional e Tecnológica. Concepção e Diretrizes.** Brasília, 2010.

CALDEIRA, Anna M. Salgueiro. Ressignificando a avaliação escolar. In: **Comissão Permanente de Avaliação Institucional:** UFMG-PAIUB. Belo Horizonte: PROGRAD/UFMG, 2000.

CIAVATTA, Maria. A formação integrada: a escola e o trabalho como lugares de memória e de identidade. In: FRIGOTTO, Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado: concepção e contradições.** São Paulo: Cortez, 2005.

DUTRA, Rogério S.O que mudou no desempenho educacional dos Institutos Federais do Brasil? In: **Revista Ensaio: avaliação e políticas públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v.27, n.104, p. 631-653, jul./set. 2019.

FAZENDA, Ivani. **Integração e Interdisciplinaridade no Ensino Brasileiro: Efetividade ou ideologia?** São Paulo: Loyola, 1992.

FERREIRA, Aurélio. B. Holanda. **Novo Aurélio século XXI: o dicionário da língua portuguesa.** 3.ed. Editora Nova Fronteira. Rio de Janeiro, 1999.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 47. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 2005.

_____. **Política e Educação: ensaios.** 5ª ed. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia da autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia da Autonomia:** saberes necessários à prática educativa. 43. ed., São Paulo: Paz e Terra, 2011

_____. **Pedagogia do Oprimido.** 17 ed. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1987.

_____. **Por uma Pedagogia da Pergunta.** Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1985.

_____. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos.** Rio e Janeiro: Paz e Terra, 1976.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Educação, crise do trabalho assalariado e do desenvolvimento: Teorias em conflito. In: _____ (Org.). **Educação e crise do trabalho:** perspectiva de final de século. Petrópolis: Vozes, 1998.

GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método:** Traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica. Trad. de Flávio Paulo Meurer. 7. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998.

GADOTTI, Moacir. **Convite à leitura de Paulo Freire.** São Paulo: Scipione, 1999.

GOERGEN, Pedro. Formação humana e sociedades plurais. **Revista Espaço Pedagógico.** v. 21, n. 1, Passo Fundo, p. 23-40, jan./jun. 2014 | Disponível em <www.upf.br/seer/index.php/rep>. Acesso em 04 de mai 2016.

GRACINDO, Regina Vinhaes. **Gestão democrática nos sistemas e na escola.** Brasília: UnB, 2007.

GOERGEN, Pedro. **Pós-Modernidade, Ética e Educação.** Campinas- SP: Autores Associados, 2005.

HEIDEGGER, Martin. **Ser e Tempo.** Trad. Márcia de Sá Cavalcanti. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005.

HOFFMANN, Jussara. **Avaliação: mito e desafio:** uma perspectiva construtivista. 18. ed. Porto Alegre: Mediação, 1995.

_____. **Avaliação Mito & Desafio:** uma perspectiva construtivista. 6. ed. Porto Alegre: Educação & Realidade, 1992.

IFBAIANO. **Minuta de Regimento Interno dos campi do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.** IFBAIANO: Salvador, 2017. Disponível em <<https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2017/06/REGIMENTO-INTERNO-DO-CAMPUS.pdf>>.

_____. **Minuta de Resolução que regulamenta as atribuições dos Núcleos Técnico-Pedagógicos do IF Baiano.** IFBAIANO: Salvador, 2021.

_____. **Organização Didática da Educação Superior.** Aprovada pela Resolução nº 18 do Conselho Superior, 31 de outubro de 2012. Salvador: IFBAIANO, 2012. Disponível em <<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/urucuca/files/2017/06/Organizacao-Didatica-dos-Cursos-Superiores.pdf>>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Organização Didática dos Cursos da Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano.** Aprovada pela Resolução nº 05 do Conselho Superior, 29 de março de 2011. Salvador: IFBAIANO, 2011. Disponível em <<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/itapetinga/files/2011/05/Organizacao-Didatica-EPTNM.pdf>>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Plano de Desenvolvimento Institucional:** Identidade e Gestão para a Construção da Excelência. Salvador: IFBAIANO, 2014. Disponível em <<https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2015/12/pdi-2015-2019-versao-2018.pdf>>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Portaria nº 33, de 30 de março de 2017.** Altera o nome do Núcleo de Acessibilidade Virtual, para Núcleo de Automação e Tecnologias. Catu: IFBAIANO, 2017.

_____. **Portaria nº 27, de 18 de março de 2010.** Cria a Coordenação do Curso de Licenciatura em Química. Catu: IFBAIANO, 2010.

_____. **Portaria nº 28, de 18 de março de 2010.** Cria a Coordenação do Curso de Tecnólogo em Análise e Desenvolvimento de Sistemas. Catu: IFBAIANO, 2010.

_____. **Questionário Projeto Político-Pedagógico do IF Baiano Campus Catu com discentes.** Catu: IFBAIANO, 2021.

_____. **Questionário Projeto Político-Pedagógico do IF Baiano Campus Catu com docentes.** Catu: IFBAIANO, 2021.

_____. **Questionário Projeto Político-Pedagógico do IF Baiano Campus Catu com egressos.** Catu: IFBAIANO, 2021.

_____. **Questionário Projeto Político-Pedagógico do IF Baiano Campus Catu com mães, pais e responsáveis.** Catu: IFBAIANO, 2021.

_____. **Questionário Projeto Político-Pedagógico do IF Baiano Campus Catu com setores e núcleos.** Catu: IFBAIANO, 2021.

_____. **Questionário Projeto Político-Pedagógico do IF Baiano Campus Catu com TAE.** Catu: IFBAIANO, 2021.

_____. **Regimento do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas do IF Baiano-reformulação.** Salvador: IFBAIANO, 2018. Disponível em <<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/itapetinga/files/2020/08/Regimento-do-N%C3%BAcleo-de-Estudos-Afro-Brasileiros-e-Ind%C3%ADgenas-do-IF-Baiano-Reformula%C3%A7%C3%A3o.pdf>>. Acesso em 02 ago 2021.

_____. **Regimento Geral do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano.** Salvador: IFBAIANO, 2012. Disponível em <https://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2010/10/Regimento-Geral_2012.pdf>. Acesso em 26 ago 2021.

_____. **Resolução nº 01, de 29 de janeiro de 2019.** Institui a Política de Assistência Estudantil. Salvador: IFBAIANO, 2019. Disponível em

<<https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/lapa/files/2019/08/Politica-de-Assistencia-Estudantil-29-01-2019.pdf>>. Acesso em 26 ago 2021.

_____. **Resolução nº 14, de 14 de março de 2018.** Aprova a Política Institucional de Formação Inicial e Continuada para Educação Básica, no âmbito do IF Baiano. Salvador: IFBAIANO, 2018. <<https://ifbaiano.edu.br/portal/wp-content/uploads/2018/07/Anexo-2-Pol%C3%ADtica-da-Forma%C3%A7%C3%A3o-Inicial-e-Continuada-do-If-Baiano.pdf>>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Resolução n.º 08, de 30 de março 2016.** Aprova o Regulamento de Monitoria de Ensino do IF Baiano. Salvador: IFBAIANO, 2016. Disponível em <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/guanambi/files/2016/12/REGULAMENTO_DE_MONITORIA_DE_ENSINO.pdf>. Acesso em 26 ago 2021.

_____. **Resolução n.º 21, de 20 de agosto de 2015.** Aprova à Minuta do Programa de Nivelamento e Aprimoramento da Aprendizagem do IF Baiano. Salvador: IFBAIANO, 2015. Disponível em < <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/santaines/files/2017/07/10.-Programa-de-Nivelamento-e-Aprimoramento-da-Aprendizagem.pdf> >. Acesso em 26 ago 2021.

_____. **Resolução nº 19, de 20 de agosto de 2015.** Aprova a Minuta de Instrução Normativa das Atribuições das Coordenações dos Cursos de Educação Profissional Técnica de Nível Médio do IF Baiano. Salvador: IFBAIANO, 2015. Disponível em <https://www.ifbaiano.edu.br/unidades/guanambi/files/2016/12/Resolucao_19_2015_INSTRUCAO_NORMATIVA_ATRIBUICOES_DAS_COORDENACOES_CURSOS_EDUCACAO_PROFISSIONAL_NIVEL_MEDIO-1.pdf > Acesso em 26 ago 2021.

_____. **Resolução nº 14, de 12 de junho de 2015.** Aprova, *ad referendum*, a alteração no Regimento da Comissão Própria de Avaliação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Baiano. Salvador: IFBAIANO, 2015 Disponível em <https://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2012/09/resolucao_14-2015_alteracao_regimento_cpa_ifbaiano.pdf>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Resolução nº 02, de 5 de fevereiro de 2015.** Aprova, em caráter *ad referendum*, o Plano de Desenvolvimento Institucional do período de 2015 a 2019 do Instituto Federal Baiano. Salvador: IFBAIANO, 2015. Disponível em <<https://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2010/09/resolucao22.pdf>>. Acesso em 31 ago 2021.

_____. **Resolução nº 22/2014, de 31 de outubro de 2014.** Aprova *ad referendum* o Regulamento do Programa de Mobilidade Acadêmica Internacional do Instituto Federal Baiano. Salvador: IFBAIANO, 2014. Disponível em <https://www.ifbaiano.edu.br/reitoria/wp-content/uploads/2010/09/resolucao_22-2014-aprovar-adreferendum-regulamento_programa_mobilidade_academica_internacional_ifbaiano_anexo_regulamento.pdf>. Acesso em 31 ago 2021.

KUENZER, Acacia. (Org.). **Ensino Médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos. **Psicologia Educacional: uma avaliação crítica**. 9.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Didática**. São Paulo: Cortez, 1994.

LOPES, Alice Casimiro; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. São Paulo: Cortez, 2011.

LUCK, Heloísa. **A escola participativa: o trabalho do gestor escolar**. 2.ed. Rio de Janeiro: DP&A, 1998.

_____. **Perspectivas da avaliação institucional da escola**. Rio de Janeiro: ed. Vozes. 2012.

MACEDO, Roberto Sidnei. **Currículo: Campo, Conceito e Pesquisa**. 6 ed. Petrópolis- RJ: Vozes, 2013.

_____. **Etnopesquisa Crítica, Etonpesquisa-formação**. 2ed. Brasília: Líber Livro Editora, 2010.

_____. **Currículo, diversidade e equidade: luzes para uma educação intercultural**. Salvador: EDUFBA, 2007.

MARX, Karl. **O Capital** - crítica da economia política. Trad. Reginaldo Sant'Anna. Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira, 2008.

MORIN, Edgar. **Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro**. Trad. de Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya. 8. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

OCDE. **Programme for international student assessment (PISA) results from PISA 2015**. Resumo de resultados nacionais do PISA. EUA: OCDE, 2015.

OLIVEIRA, Cinthya. B. E. & ARAÚJO, Claisy M. Marinho. A relação família-escola: interseções e desafios. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v.27, mar 2010. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/CM3Hj6VLtm7ZMxD33pRyhkn/?lang=pt>>. Acesso em: 21 jul, 2021.

OLIVEIRA, Lélia de C. Faleiros. **Escola e família numa rede de (des)encontros: um estudo das representações de pais e professores**. São Paulo: Cabral Editora, 2002.

PACHECO, Eliezer (org.). **Institutos Federais uma revolução na educação profissional e tecnológica**. Brasília: Fundação Santillana/ Ed. Moderna, 2011.

PATRÃO, Carla Nogueira & FERES, Marcelo Machado. **Pesquisa Nacional de Egressos dos Cursos Técnicos da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica (2003-2007)**. Brasília: Diretoria de Formulação de Políticas de Educação Profissional e Tecnológica, 2009.

PENA, Mônica Diniz C. **Acompanhamento de Egressos no Âmbito Educacional Brasileiro: análise da situação profissional de diplomados nos cursos de engenharia industrial - Engenharia - Elétrica e Mecânica** - do CEFET/MG, no período de 1988 a 1994. 157 f. Dissertação (Mestrado). Belo Horizonte: CEFET - MG, 2000.

_____. Escola-aluno-empresa: uma experiência em processo no CEFET/MG. **Revista Educação e Tecnologia**, Curitiba: CEFET/PR, n.3, p.127-138, ago. 1998.

PINTO, Fátima & DIAS, Erika. Educação e Pesquisa. In: **Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 100, p. 505-8, jul 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/s0104-40362018002610001>. Acesso em mar 2021.

RAMOS, Marise. Possibilidades e desafios na organização do currículo integrado. In: FRIGOTTO; Gaudêncio; CIAVATTA, Maria; RAMOS, Marise (Org.). **Ensino médio integrado: concepções e contradições**. São Paulo: Cortez, 2005.

REALI, Aline & TANCREDI, Regina. (2002). Interação escola-famílias: concepções de professores e práticas pedagógicas. In MIZUKAMI, Maria da Graça&REALI, Aline (Orgs.). **Formação de professores, práticas pedagógicas e escola**. São Carlos: EdUFSCar, 2002.

RIOS, Terezinha Azerêdo. **Compreender e Ensinar: por uma docência da melhor qualidade**. 3ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Globalização e Interdisciplinaridade: o currículo integrado**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SAVIANI, Dermeval. Trabalho e educação: Fundamentos ontológicos e históricos. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, v. 12. n. 34, p. 152-165, jan./abr. 2007.

_____. Crise estrutural, conjuntura nacional, coronavírus e educação- O desmonte da educação nacional. In: **Revista Exitus**, Santarém-PA, vol. 10, p. 01-25, 2020.

_____. **Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2011.

SALGADO, Bruna Pfeiffer. **Assédio moral nas organizações: Uma análise discursiva sobre a abordagem midiática**. 121 f. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Comunicação da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora-MG: UFJF, 2020.

SÁNCHEZ GAMBOA, Silvio. **Pesquisa em Educação: métodos e epistemologias**. Chapecó: Argos, 2012.

VASCONCELOS, Celso dos Santos. (Org). **Planejamento: Projeto de Ensino e aprendizagem e Projeto Político-Pedagógico**. Campinas-SP: Papirus. 2002.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da práxis**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

VEIGA, Ilma Passos A. Perspectivas para reflexão em torno do projeto político-pedagógico. In: VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (org.). **Escola: espaço do projeto político-pedagógico**. Campinas: Papirus, 1998.

APÊNDICE 1

RELATOS DE EXPERIÊNCIA DA COMISSÃO DE ELABORAÇÃO DO PPP

A elaboração do PPP, aprendizado e resiliência

Maria Arlinda de Assis Menezes

Minha história no IF Baiano *Campus* Catu precede sua criação em poucos meses. Cheguei em abril de 2008 à Escola Agrotécnica Federal de Catu e, em dezembro do mesmo ano, o então presidente Lula criou esse potente canal de democratização da educação, que são os Institutos Federais. São treze anos de docência aqui e de colaboração nas mais diferentes atividades, especialmente participando de comissões de elaborações de inúmeros documentos institucionais. No relato que segue, conto um pouco do que foi construir coletiva e democraticamente o Projeto Político-Pedagógico desta Instituição que tanto representa no que tange à garantia da oferta de educação gratuita, laica, de excelente qualidade, resguardando também a capacidade da permanência de estudantes em seus quadros através de diferentes políticas e programas. O momento de reflexão e produção sobre os novos rumos proporciona renovação e certeza de dias melhores.

A construção do PPP, para mim, teve início com um convite para abordar esse documento enquanto política pública, em um webnário organizado pela comissão e que ocorreu em novembro de 2020. Após a participação recebi o convite para compor a equipe. Desse dia em diante já se vão mais de 47 encontros, todos documentados através de ata, apontando para a seriedade e comprometimento da comissão em construí-lo, da melhor forma, democrática e participativa, possível. Muitos foram os debates, as consensuações, as descobertas de que cada limite pessoal pode ser enormemente alargado, que desconstruir muita coisa também é necessário para que algo mais produtor se erga no lugar. E foi assim, que entre encantos e desencantos, entre êxtase e frustrações seguimos com o foco em encantar as pessoas que, por direito devem se debruçar sobre a reflexão de sua práxis, de seus espaços de vivência e de pertença profissional, para imprimir as marcas, os signos que definirão os rumos dos processos pedagógicos, do ensino, da pesquisa, da extensão e das relações profissionais e pessoais pelos próximos anos. Abre-se um primeiro caminho institucional do PPP, o que virá depois serão acréscimos a essa primeira aventura.

No que tange aos desencantos, tenham sido eles pontuais ou apenas uma confirmação de observações regulares da atuação docente, percebi que muita gente se frustra pela carência de um planejamento real para a prática docente em todas as suas dimensões, que muito de transparência e participação necessitam ser vivenciadas e que as travas burocráticas são uma realidade, bem como a seletividade dos colegas acerca do que vai considerar relevante ou não, em detrimento de uma construção maior, que alcança o coletivo. Estas são marcas dos constructos sociais, que indelevelmente se aplicam ao espaço acadêmico e profissional que é o IF Baiano *Campus* Catu. Finalizo com a sensação de dever cumprido e com excelência. O que virá da aplicação do PPP, caberá a toda a coletividade se predispor a desenhar.

A experiência de uma construção

Carlos Ailton da Conceição Silva

Desde que cheguei ao IF Baiano *Campus* Catu no ano de 2012, tenho experimentado momentos de crescimento pessoal, profissional e acadêmico. Na verdade, foram situações que me conduziram a um outro nível de existência enquanto profissional de uma escola pública que se mostra em constante processo de construção.

No *Campus* Catu encontrei uma comunidade em movimento rumo a um futuro que nunca se apresentou previsível posto que, de início, percebi a falta de planejamento em muitos momentos. Entretanto, diante da sua importância na História da Educação Baiana e do Brasil entendi o quão significativo era aquele espaço para a construção do saber. Afinal, foram gerações de grandes profissionais que por ali passaram.

Desta forma, entendo que ser membro de um grupo de profissionais de educação que está à frente da construção de um documento que buscará referenciar histórica e identitariamente o *Campus* Catu torna-se uma missão muito difícil, ou melhor, um desafio que me remete aos momentos que pessoalmente tive que vencer fantasmas, medos e inseguranças presentes na minha formação humana, acadêmica e profissional.

A construção de um Projeto Político Pedagógico é um trabalho que exige participação, percepção e sensibilidade. Portanto, fatores que são basilares no âmbito da educacional. Sobretudo, porque caminham juntos na perspectiva de construir uma escola pautada na democracia e na atuação integrada de todos: alunos, professores, técnicos, gestão e comunidade. Ou seja, é necessário que diariamente, todos os envolvidos na construção deste documento estejam dispostos a reconfigurar visões e valores pessoais e coletivos para que as rotinas escolares possam alcançar suas metas.

Nesta perspectiva, entendo que o objetivo fulcral deste memorial é compartilhar um pouco do meu amadurecimento pessoal no que concerne a ideia de um documento que tem como meta a construção, promoção e ampliação das práticas democráticas e participativas nas rotinas do *Campus* Catu através da construção do conhecimento, do incentivo à pesquisa, da ampliação das ações extensionistas e do melhoramento dos processos da gestão através dos meios de comunicação, das tecnologias e das implicações éticas que fundamentam as relações da escola com a comunidade.

Sendo assim, entendo que a construção desse PPP, além de fortalecer valores e atitudes de todos os membros da comissão, proporcionará avanços no campo de uma educação voltada para o coletivo. Aliás, este é um aspecto que ao final de quase um ano de

trabalho nos permitiu perceber a necessidade de mais atenção, para as noções de isonomia e proporcionalidade no âmbito das diferenças que se manifestam no espaço de um grupo de trabalho que também se mostra diverso no expressar das suas noções de escola e educação.

Se, por um lado, a construção do PPP/Catu foi possível perceber resultados positivos, por outro, fica evidente que a fragmentação de pensamento nos coloca diante de um problema ligado à ideia de convergência, integralidade e construção. Ou seja, como lidar com tantos pensamentos em trânsito? Como lidar com diferenças que se manifestam no espaço de uma comissão que se mostra, por vezes, inquieta e transitória?

Para responder tais perguntas entendo que não houve melhor saída do que a promoção das boas relações entre os profissionais, ou seja, fortalecendo, assim, um olhar diferenciado sobre as demandas e, sobretudo, estreitando os vínculos de solidariedade que permitem a responsabilidade e o comprometimento voltados para o desenvolvimento dos trabalhos de construção do PPP/Catu.

Por outro lado, também entendo que apesar das diferenças, o trabalho em equipe é fundamental e requer preparo individual e coletivo no sentido de lidar com o contraditório interno. Afinal, são experiências individuais que se manifestam, mas que me permitiram o exercício da observação, da longa escuta e da análise. Não posso negar, tudo isso graças as experiências anteriormente obtidas nos anos da práxis escolar, tanto na gestão quanto na regência de classe.

Na verdade, foi através do exercício da co-gestão que foi possível manter a integralidade do núcleo pensante da comissão desde o início, sem prejuízo a construção do projeto, alcançando, assim, um trabalho reflexivo e propositivo pautado no princípio da auto colaboração, apesar dos problemas ligados ao tempo de cada um.

Deste modo, me sinto extremamente feliz com a ideia de que: ninguém ainda está na comissão, está por comprometimento e fé no trabalho, visto que a construção do PPP/Catu, além de prezar pela democratização, teve início levando em consideração a noção de identificação e afinidade com o grupo. Portanto, aspectos que possibilitam a execução e análise crítica dos participantes ao tempo que reforçou a dimensão política, participativa e integrativa da comissão. Aqui, vale ressaltar que é sobre essa dimensão integrativa que a construção do nosso documento, o PPP/Catu se deterá e se desenvolverá até a sua conclusão e entrega à comunidade.

Por fim, entendo que a nossa escola é pública, portanto, positivamente diversa e transformadora. Entretanto, difusa por força das polifonias destrutivas que ao longo da sua

história de existência inviabilizaram a libertação do nosso povo dos grilhões da má gestão da coisa pública. Por outro lado, a LDB, no *Caput* do Artigo 37 da Constituição Federal de 1988 e dos princípios básicos que norteiam a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 nos permite em certa medida um posicionamento político de natureza transformadora.

Aliás, como bem afirma Heloísa Luck (2005), *o ensino público no Brasil está experimentando transformações profundas*, ou seja, são transformações que só é possível ocorrer quando toda a comunidade, mobilizada por uma meta comum, consegue pôr em prática projetos que independentemente das questões políticas, ideológicas e econômicas permitam ações inovadoras e a reinvenção de ideias coletivamente aplicadas. Ou seja, a lei está a meu favor... a lei está a nosso favor, pois ela propõe a valorização dos vários coletivos na construção de uma educação voltada para os aspectos das nossas culturas, das identidades e, por fim, da consagração da humanidade existente em cada um que faz o cotidiano da escola.

Reflexões

Marcelino Pimentel de Souza

Minha experiência na comissão de elaboração do PPP tem sido bastante exitosa tendo em vista o exercício do diálogo, afirmando práticas democráticas, que apesar de alguns embates o ambiente dentro da comissão é extremamente saudável e de muita cordialidade. Asseguro que em poucos momentos estive em um órgão colegiado em que se prezou tanto pelo respeito ao outro. Penso que um ponto que dificultou a minha inserção no grupo foi justamente a falta de treinamento, pois como entrei no grupo somente em dezembro, não pude participar do seminário e das discussões iniciais.

Estou feliz por poder me aproximar deste grupo e de trabalhar na construção do documento mais importante da nossa Instituição.

Ao iniciarmos as reuniões desta comissão no final de 2020, percebi que o nosso maior desafio era construir um Projeto Político-Pedagógico livre dos resquícios de uma cultura autoritária que moldou a nossa sociedade e marcou as relações institucionais, de maneira geral. Mesmo os espaços educativos também não ficaram de fora deste contexto, afinal, a escola é uma instituição que expressa nos seus mais diversos segmentos, as bases sobre as quais a sociedade está construída. O fato de que um documento desta natureza, que nasceu a partir da Constituição Cidadã de 1988, onde se instituiu a defesa da escola pública e sua gestão democrática, não ter sido concretizado em duas tentativas anteriores, nestes 11 anos de existência do Instituto demonstra a força de uma tradição não-democrática que ainda persiste, apesar de termos experimentado, até 2016, um esforço para assegurar o exercício do Estado Democrático de Direito no Brasil.

Esta cultura autoritária que serve aos interesses da sociedade capitalista, a qual instituiu a competitividade, o individualismo, o consumismo, a degradação ambiental, invertendo a importância do *hserò* em relação ao *hterò*, tentou nos convencer de que o ser humano é competitivo por natureza, mas isto não é verdade. A antropóloga Margaret Mead, que foi questionada por um aluno sobre qual teria sido o primeiro vestígio de civilização humana registrado, ela responde: foi um fêmur, de 15 mil anos, encontrado com a cicatriz de uma fratura, pois ele indica que alguém cuidou desta pessoa enquanto ela não podia andar, e, portanto, se proteger para sobreviver. Isto nos assegura que é no sentido da amorosidade, da cooperação, da solidariedade, e do cuidado, que precisamos seguir, se quisermos sobreviver a uma conjuntura ameaçadora que quer nos suprimir os avanços civilizatórios e voltar à barbárie. Neste espírito, fomos tomados para a construção deste projeto de futuro para nosso *Campus Catu*. Com cuidado, apontamos para limpeza das feridas que restam e, assim, a reconstrução do necessário ambiente saudável, amoroso e em união para lutarmos pelo pleno exercício das potencialidades deste espaço privilegiado de construção dos saberes, do refinamento da sensibilidade artística, das experiências científicas, das vivências nos espaços comuns, da rica interação, sempre desafiante, das salas de aula.

Projetando um futuro coletivo, fui aos poucos ressignificando o meu passado, retomando meu lugar neste espaço e me sentindo parte dele. Este percurso catártico, que havia sido iniciado encontrou neste grupo de trabalho a compreensão e o acolhimento amigo, e uma enriquecedora troca de experiências fruto das análises político-filosóficas, dos anseios de

novas práticas educativas, e do sonho, sempre possível, de um mundo melhor. Esta experiência reacende em mim a chama da esperança, apesar dos tempos sombrios. Talvez, por ironia, graças a esta nefasta circunstância atual, percebemos a necessidade de dar as mãos e não soltar as mãos de ninguém! Cantar em uníssono esse hino da resistência que nos uniu em sororidade, apontando o caminho de respeito, dignidade e liberdade que todos e todas queremos, esta é a perspectiva que me anima e parece que nos tomou a todos nesta comissão. Fruto disto, são estes relatos pessoais que pensamos ser importantes para ilustrar o quanto acreditamos nos textos que escrevemos, apostando em sua concretização, seja em nossas práticas profissionais, seja em nossas relações inter-pessoais. Entretanto, pela própria natureza de projeto, o documento que ora se disponibiliza em minuta para apreciação de todos, deve considerar nossas análises como experiências provisórias, como hipóteses de trabalho, abertas às contribuições que virão.

E para não finalizar, um poema:

~Pois de amor andamos todos precisados, em dose tal que nos alegre, nos reumanize, nos corrija, nos dê paciência e esperança, força, capacidade de entender, de perdoar, ir para a frente. Amor que seja navio, casa, coisa cintilante, que nos vacine contra o feio, o errado, o triste, o mau, o absurdo e o mais que estamos vivendo ou presenciando.~ Carlos Drummond de Andrade.

Quando visualizei o e-mail da direção solicitando a indicação de algum membro do Neabi para compor a comissão do PPP não sabia bem do que se tratava, mas respondi que, se não houvesse ninguém, eu me disponibilizaria a participar.

Feito isso, algum tempo depois começaram a chamar reuniões, mas eu só fui começar a entender o que era um PPP na ocasião da palestra que o ocorreu em dezembro de 2020.

De lá para cá foram muitas reuniões, subdivisões em grupos menores para coletar dados, analisar. Foram muitas propostas, reflexões, saídas de colegas, sugestões, aplicações de questionários (que foi a forma participativa que encontramos frente à situação pandêmica), luta para sensibilizar a participação nestes questionários, até que chegamos na proposta de socializar esse processo através do webnário que ocorreu no dia 10/08/2021.

Conforme eu mesma expus no webnário, desta experiência eu carrego impressão semelhante quando ministro aulas sobre direitos e cidadania, a de que o documento do PPP e seu objetivo de existir é essencial, traz elementos fundamentais para o desenvolvimento de uma instituição de ensino de qualidade, pública e democrática, porem esbarra em grandes dificuldades de verbas, estrutura, quantitativo, organização e condições de servidores para realizarem o que está colocado no documento.

Ou seja, o PPP reflete que Instituição nós almejamos, e é essencial termos um documento com o qual nos identificamos sim, mas tira-la do papel é tarefa diária e constante de todas as pessoas envolvidas, é um processo dinâmico e de acompanhamento constante.

Fazer parte do grupo de trabalho do ppp, foi para mim enquanto estudante uma experiência singular pois pude visualizar que o estudante é realmente fundamental nos processos que lhe dizem respeito, materializando falas que por vezes eram esvaziadas. Para além disso, pude me sentir confortável em dividir um espaço político/construção do saber sem que houvesse uma hierarquização de intelectos, o que me ajudou em alguns processos pessoais e me deixam muito feliz.

Relato sobre a participação da Comissão do PPP

Helyom Telles

Nessa vida de pão e sonho em que precisamos do sonho, mas comemos o pão, a participação nos trabalhos da Comissão de elaboração do PPP, apareceu como possibilidade de adoçar o pão e deixá-lo mais perto do sonho. Num momento em que, historicamente, o trabalho se torna cada vez mais precarizado e a autonomia e o projeto da Universidade Pública no Brasil, a possibilidade de atuar na Comissão significou oferecer uma contribuição para fazer o Instituto avançar em direção à uma organização universitária, democrática departamental, que acredito ser a via segura para o desenvolvimento livre das atividades de pesquisa, ensino e extensão.

A experiência de fazer parte da comissão responsável pela elaboração do projeto político pedagógico do IF Baiano *Campus* Catu foi sem sombra de dúvida uma riquíssima vivência durante quase um ano de trabalho contínuo.

Destaco a necessidade que nós, membros da comissão, tivemos em ser pacientes e muitas vezes até nadar contra a maré para poder conseguir dados da comunidade acadêmica para construção do projeto.

Conseguir resultados das categorias e dos diversos setores sobre o IF Baiano que nós queremos, para mim, particularmente foi de suma importância nessa construção, principalmente no webnário que fizemos no início de agosto, o qual possibilitou socializar os trabalhos feitos até então.

Analisar as respostas dos meus colegas técnicos administrativos a respeito das impressões que cada um deles tem sobre o campus que atuamos, trabalhamos e vivemos e o diagnóstico feito a partir dessa análise nos deu uma luz sobre as reais necessidades que servidores técnicos precisam para tocar seus trabalhos no *campus*. Nesse sentido pude compreender mais de perto as diversas realidades que passamos dentro do *campus*.

Por fim destaco a importância que foi esse trabalho coletivo construído de forma participativa e democrática. Esta comissão foi só o início! O verdadeiro desafio agora está em implementar o projeto político pedagógico de forma a atender os anseios da comunidade.

APÊNDICE 2- PREÂMBULO PARA QUESTIONÁRIOS DO PROJETO POLÍTICO-PEDAGÓGICO

O Instituto Federal Baiano *Campus* Catu está em processo de construção do Projeto Político-Pedagógico (PPP), o PPP é um documento que contém os objetivos educacionais da escola, assim como, quais ações serão realizadas para alcançá-los.



É **Projeto** porque reúne propostas de ação concreta a executar durante determinado período de tempo.

É **Político** uma vez que se refere à função social das instituições de ensino e ao papel da escola na formação de cidadãos ativos na construção da sociedade.

E é **Pedagógico, pois** define e organiza as atividades e os projetos educativos necessários ao processo de ensino e aprendizagem.

O PPP é construído coletivamente e representa as características da Instituição, os princípios e propósitos da prática educacional. Pela sua natureza participativa e democrática, a construção do PPP parte do pressuposto de que toda comunidade escolar participe em todas as etapas constituintes da sua formulação e implementação.

Participe da construção do PPP do IF Baiano *Campus* Catu!

Responda ao questionário e dê sua contribuição na construção deste importante documento.

Pais e/ou responsáveis, acesse o questionário [clcando aqui](#)

Docentes, acesse o questionário [clcando aqui](#)

Servidores técnicos administrativos, acesse o questionário [clcando aqui](#)

Discentes, acesse o questionário [clcando aqui](#)

Egressos, acesse o questionário [clcando aqui](#)

Instituições de ensino, acesse o questionário [clcando aqui](#)

Comunidade externa, acesse o questionário [clcando aqui](#)

Período para preenchimento do questionário: xx de xxxx até xxx de xxx de 2021

APÊNDICE 3

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIOS PARA O PPP DO IF BAIANO CAMPUS CATU

Questionário para os pais, mães e/ou responsáveis

1. Em qual curso o seu/sua filho/filha está matriculado (a)?

➤ Nas respostas Abertas -Inserir caixa de diálogo

2. A partir dos itens abaixo, informe qual deles contribuiu para a sua escolha e/ou do(a) filho(a) pelo IF Baiano *Campus* Catu:

- () Formação/qualificação dos professores
- () Tradição
- () Localização
- () Estrutura física de atendimento ao educando: acessibilidade, boas salas de aulas, infraestrutura de biblioteca, etc.
- () Diversidade de laboratórios para os cursos
- () Políticas de Assistência Estudantil: refeitório, setor de saúde, programas e políticas estudantis.
- () Formação profissional
- () Preparação para o vestibular/ENEM
- () Outro. Qual? _____

3. Quais as principais qualidades que você identifica na formação oferecida pelo IF Baiano *Campus* Catu?

Resposta Aberta

4. Como você avalia o funcionamento dos canais de comunicação existentes na relação Escola-Família?

- () Parcialmente Satisfatório
- () Satisfatório
- () Insatisfatório

5. O que você sugere como forma de aprimoramento para um melhor funcionamento desses canais de comunicação?

Resposta Aberta

6. Você conhece ações do IF Baiano *Campus* Catu junto à comunidade local?

- () Sim
- () Não

Caixa de diálogo

7. Tem interesse em propor ou participar de atividades e/ou cursos no IF Baiano *Campus* Catu?

- () Sim
- () Não
- () Não sei

8. Dentre as opções a seguir referentes a atividades e cursos, em sua opinião, quais seriam importantes para a comunidade local? Escolha 5 opções!

- ☐ Apoio aos movimentos sociais
- ☐ Atividades desportivas e culturais- aproveitamento dos alimentos/Culinária
- ☐ Certificação para Cooperativas e Agricultura familiar
- ☐ Cooperativismo e Economia solidária
- ☐ Cidadania para mulheres
- ☐ Desenvolvimento de Games
- ☐ Economia Criativa
- ☐ Eventos Artísticos, Culturais e Esportivos
- ☐ Empreendedorismo
- ☐ Formação continuada para educadores da rede pública e privada -Formação para terceira idade
- ☐ Formação de Líderes
- ☐ Formação tecnológica (letramento digital e midiático)
- ☐ Hortas comunitárias
- ☐ Práticas agrícolas (Dia de Campo)
- ☐ Projetos Sociais ã Lazer/Esportes/Festas
- ☐ Medicina Integrativa
- ☐ Memória e Conservação do Patrimônio Cultural
- ☐ Segurança Alimentar e Nutricional
- ☐ Prática Integrativas Complementares. Dentre elas:
 - ☐ Meditação, ☐ yoga, ☐ Reik, ☐ felicidade, ☐ aromaterapia, ☐ terapia de florais, ☐ bioenergética, ☐ cromoterapia, ☐ hipnose, ☐ terapia em grupo, ☐ musicoterapia, ☐ biodança, ☐ aquaterapia, ☐ equoterapia, ☐ fitoterapia, ☐ hortoterapia
- ☐ Outros . Qual?_____

APÊNDICE 4

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIOS PARA O PPP DO IF BAIANO *CAMPUS CATU*

Questionário para os discentes

1. Em qual curso você está matriculado(a)?

Resposta Aberta

3. Do que você mais gosta em sua escola?

Resposta Aberta

3. O letramento digital (domínio das tecnologias digitais da informação e comunicação) é um saber necessário a estudantes e profissionais da educação. Como o IF Baiano *Campus Catu* pode colaborar nesse sentido?

Resposta Aberta

4. Você já pensou em mudar de escola?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

5. Quais as razões que levariam você a indicar o IF Baiano *Campus Catu* a outros estudantes?

Resposta Aberta

6. O IF Baiano *Campus Catu* viabiliza a participação efetiva dos estudantes nos processos decisórios ligados ao orçamento, ao planejamento administrativo, à definição do calendário acadêmico, etc.)?

Resposta Aberta

7. Como você avalia a estrutura física da sua escola?

() Excelente

() Boa

() Satisfatória

() Insatisfatória

08. Quais habilidades você acredita que serão fundamentais para o futuro da sociedade?

() Domínio da língua oral e escrita: articulação das ideias, leitura e compreensão de textos.

() Falar em público: oratória, argumentação, retórica.

() Letramento digital: uso das ferramentas requisitadas pela internet na atualidade.

() Compreensão da aplicabilidade da Matemática, da Química e da Física no cotidiano.

() Capacidade de realizar análise de conjuntura: compreensão da sociedade em que vive e interpretação científica da realidade.

() Alfabetização cartográfica e apropriação das linguagens cartográficas.

() Compreensão das questões globais: globalização, geopolítica, questões ambientais, direitos humanos, etc.

() Outra habilidade. Qual? _____

09. A Pandemia de COVID-19 evidenciou, dentre outras coisas, a importância de alinhar educação e tecnologia. Como você avalia o uso das tecnologias da informação nas práticas pedagógicas?

() Positivo. Por quê? _____

() Negativo. Por quê? _____

10. Qual é a sua opinião sobre o ensino remoto?

Resposta Aberta

11. Como você imagina que as tecnologias impactarão o futuro da sua vida social, acadêmica e profissional?

Resposta Aberta

APÊNDICES 5

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIOS PARA O PPP DO IF BAIANO *CAMPUS CATU*

Questionário para os docentes

1. O que você entende por ações de planejamento pedagógico participativo?

Resposta aberta

2. No IF Baiano *Campus Catu*, as ações de planejamento pedagógico são elaboradas e executadas de forma participativa?

() Sim

() Não

3. O planejamento pedagógico participativo pode contribuir para a melhoria do processo de ensino e aprendizagem?

() Sim. Por quê? _____

() Não. Por quê? _____

() Não sei responder

4. O planejamento pedagógico e o planejamento administrativo participativos refletem nos resultados ou objetivos do *Campus* no tripé ensino, pesquisa e extensão?

() Sim

() Não

5. Quais suas propostas de *implementação/melhoria/ inovação/atuação* para o campo do ensino?

Resposta Aberta

6. Quais suas propostas de *implementação/melhoria/ inovação/atuação* para o campo da pesquisa?

Resposta Aberta

7. Quais suas propostas de *implementação/melhoria/ inovação/atuação* para o campo da extensão?

Resposta Aberta

8. Quais são as suas propostas de *implementação/melhoria/ inovação/atuação* para os setores da gestão?

Resposta Aberta

9. Você conhece a perspectiva da educação, do trabalho e da difusão do conhecimento no espaço em rede (sistemas e redes de difusão de conhecimento, considerando as redes formais e informais)?

() Sim

() Não

() Não, mas tenho interesse em conhecer.

10. O setor administrativo oferece todo o suporte para o eficiente desenvolvimento da prática docente durante o ano letivo.

() Concordo totalmente

() Concordo parcialmente

- ☐) Concordo
- ☐) Não concordo
- ☐) Não sei responder

11. O setor pedagógico oferece todo o suporte para o eficiente desenvolvimento da prática docente durante o ano letivo.

- ☐) Concordo totalmente
- ☐) Concordo parcialmente
- ☐) Concordo
- ☐) Não concordo
- ☐) Não sei responder

12. O IF Baiano *Campus* Catu valoriza o trabalho intelectual docente.

- ☐) Concordo totalmente
- ☐) Concordo parcialmente
- ☐) Concordo
- ☐) Não concordo
- ☐) Não sei responder

13. Quais estratégias o *Campus* deveria adotar referentes à valorização do trabalho docente? Assinale quantas alternativas achar necessário:

- ☐) Alteração da estrutura institucional dos colegiados para a inclusão do caráter deliberativo.
- ☐) Transparência na publicização dos recursos disponíveis
- ☐) Transparência dos critérios na escolha dos contemplados para participação em eventos
- ☐) Condições estruturais de trabalho
- ☐) Isonomia nas decisões administrativas
- ☐) Profissionalismo no trato com o docente no tocante às mediações das questões pedagógicas e administrativas
- ☐) Combate ao assédio moral institucionalizado
- ☐) Outra estratégia. Qual? _____

14. Você já sofreu assédio moral?

- ☐) Sim. **Caixa de diálogo:** Como isto lhe impactou?
- ☐) Não.

15. A adoção da estrutura departamental por área favoreceria as relações colaborativas de trabalho no IF Baiano?

- ☐) Sim
- ☐) Não

16. Qual linha pedagógica você adota em seu trabalho docente?

- ☐) Positivista
- ☐) Fenomenológica
- ☐) Histórico-crítica
- ☐) Outra. Qual? _____
- ☐) Nunca pensei sobre o assunto

17. O IF Baiano *Campus* Catu oferta formação continuada para atender as demandas relacionadas a sua atuação docente?

- ☐) Sim
- ☐) Não. Caixa de diálogo: Quais seriam os temas de interesse para a formação continuada em serviço?

18. Como você avalia o protagonismo dos seguintes setores na oferta de formação continuada em serviço?

Ensino - NUAPE/CGE

☐ Atuarante ☐ Esporádico ☐ Inexistente ☐ Não sei responder

Pesquisa- Coordenação de Pesquisa

☐ Atuarante ☐ Esporádico ☐ Inexistente ☐ Não sei responder

Extensão e Coordenação de Extensão

☐ Atuarante ☐ Esporádico ☐ Inexistente ☐ Não sei responder

19. Os envolvidos no cotidiano escolar (professores, estudantes, funcionários, pais ou responsáveis) são convidados a participar das decisões de gestão.

- ☐ Concordo totalmente
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo
☐ Não concordo
☐ Não sei responder

20. As decisões e ações implantadas no *Campus* são de conhecimento de todos.

- ☐ Concordo totalmente
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo
☐ Não concordo
☐ Não sei responder

21. A estrutura física do IF Baiano *Campus* Catu é adequada para a realização de minhas funções.

- ☐ Concordo totalmente
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo
☐ Não concordo
☐ Não sei responder

22. O IF Baiano *Campus* Catu dialoga com a comunidade.

- ☐ Concordo totalmente
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo
☐ Não concordo
☐ Não sei responder

23. O diálogo do IF Baiano *Campus* Catu com a comunidade transforma-se em ações efetivas?

- ☐ Sim
☐ Não

24. O IF Baiano *Campus* Catu cumpre a sua função social.

- ☐ Concordo totalmente
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo
☐ Não concordo
☐ Não sei responder

25. O IF Baiano *Campus* Catu está alinhado com as políticas de diversidade, inclusão e direitos humanos.

- ☐ Concordo totalmente
☐ Concordo parcialmente
☐ Concordo

- () Não concordo
- () Não sei responder

26. O letramento digital (domínio das tecnologias da informação e comunicação) é um saber necessário a estudantes e profissionais da educação. Como o IF Baiano *Campus* Catu pode colaborar nesse sentido?

Resposta Aberta

27. Quais as mudanças estruturais, pedagógicas, administrativas e de relações interpessoais deverão ser implementadas no período pós-pandêmico, no IF Baiano *Campus* Catu?

Resposta Aberta

APÊNDICE 6

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIOS PARA O PPP DO IF BAIANO *CAMPUS* CATU

Questionário para os técnico-administrativos

1.No IF Baiano *Campus* Catu, as ações de planejamento administrativo são elaboradas e executadas de forma participativa.

- () Concordo totalmente
- () Concordo parcialmente
- () Concordo
- () Não concordo
- () Não sei responder

2. Quais são as suas propostas de *implementação/melhoria/ inovação/atuação* no setor onde você trabalha do IF Baiano **Campus** Catu?

Resposta Aberta

3. Os servidores técnico-administrativos do IF Baiano *Campus* Catu são convidados a participar dos processos decisórios de Gestão Administrativa

- () Concordo totalmente
- () Concordo parcialmente
- () Concordo
- () Não concordo
- () Não sei responder

4. As decisões e ações tomadas ou implantadas no *Campus* Catu são de conhecimento de todos.

- () Concordo totalmente
- () Concordo parcialmente
- () Concordo
- () Não concordo
- () Não sei responder

5. O planejamento pedagógico e o planejamento administrativo participativos refletem nos resultados ou objetivos do *Campus* no tripé ensino, pesquisa e extensão?

- () Sim
- () Não

5. Quais suas propostas de *implementação/melhoria/ inovação/atuação* para o campo do ensino/formação continuada?

Resposta Aberta

6.Quais suas propostas de *implementação/melhoria/ inovação/atuação* para o campo da pesquisa?

Resposta Aberta

7.Quais suas propostas de *implementação/melhoria/ inovação/atuação* para o campo da extensão?

Resposta Aberta

8. Quais são as suas propostas de *implementação/melhoria/ inovação/atuação* para os setores da gestão?

Resposta Aberta

9. A estrutura física do IF Baiano *Campus* Catu é adequada para a realização de suas funções.

- () Concordo totalmente

- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo
- ☐ Não sei responder

10. Em sua opinião, o IF Baiano *Campus* Catu dialoga com a comunidade?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Justifique sua resposta.

11. O diálogo do IF Baiano *Campus* Catu com a comunidade transforma-se em ações efetivas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Justifique sua resposta.

12. Em sua opinião, o IF Baiano Campus Catu cumpre sua função social?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Justifique sua resposta.

13. O IF Baiano *Campus* Catu está alinhado com as políticas de diversidade, inclusão e direitos humanos.

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo
- ☐ Não sei responder

14. O IF Baiano Campus Catu possui política de valorização profissional para os técnico-administrativos.

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo
- ☐ Não sei responder

15. Quais estratégias o *Campus* deveria adotar referentes à valorização do trabalho dos técnico-administrativos? Assinale quantas alternativas achar necessário:

- ☐ Transparência na publicização dos recursos disponíveis
- ☐ Transparência dos critérios na escolha dos contemplados para participação em eventos
- ☐ Condições estruturais de trabalho
- ☐ Isonomia nas decisões administrativas
- ☐ Profissionalismo no trato com o técnico no tocante às mediações das questões administrativas
- ☐ Combate ao assédio moral institucionalizado
- ☐ Outra estratégia. Qual? _____

14. Você já sofreu assédio moral?

- ☐ Sim. **Caixa de diálogo:** Como isto lhe impactou?
- ☐ Não.

15. Quais as mudanças estruturais, pedagógicas, administrativas e de relações interpessoais deverão ser implementadas no período pós-pandêmico, no IF Baiano *Campus* Catu?

Resposta Aberta

APÊNDICE 7

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIOS PARA O PPP DO IF BAIANO *CAMPUS CATU*

Questionário para os egressos

1. No IF Baiano *Campus Catu*, à época que você estudou, as decisões eram tomadas de forma participativa.

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo
- ☐ Não sei responder

Resposta Aberta

2. No período que você estudou no *Campus Catu* a gestão era democrática.

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo
- ☐ Não sei responder

Resposta Aberta

3. A transparência era uma característica da gestão no período em que você estudou

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo
- ☐ Não sei responder

Resposta Aberta

4. A formação que você adquiriu no IF Baiano *Campus Catu* foi importante para a sua vida social e profissional.

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo
- ☐ Não sei responder

Resposta Aberta

5. Você indicaria o IF Baiano *Campus Catu* para algum parente, filho ou conhecido do seu círculo de amizade?

- | | |
|---|-----------------|
| ☐ Sim | Resposta Aberta |
| ☐ Não | Resposta Aberta |
| ☐ Não sei responder | Resposta Aberta |

6. É importante para sua atuação profissional a existência de uma política de formação continuada para egressos ofertada pelo IF Baiano *Campus Catu*.

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo
- ☐ Não sei responder

Resposta Aberta

7. A parceria é um importante fator de desenvolvimento humano e institucional. Nesse sentido, o IF Baiano *Campus* Catu deve criar as condições administrativas e operacionais para a sua criação.

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo
- ☐ Não sei responder

Resposta Aberta

8. Como você analisa a importância do IF Baiano *Campus* Catu para o desenvolvimento local e regional?

- ☐ Não sei opinar
- ☐ Irrelevante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Importante
- ☐ Muito importante

Resposta Aberta

9. Que mudanças nas esferas administrativa, acadêmica, estrutural e estética você sugere que sejam implantadas no IF Baiano *Campus* Catu?

Resposta Aberta

APÊNDICE 8

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIOS PARA O PPP DO IF BAIANO *CAMPUS CATU*

Questionário para a comunidade externa

1. O IF Baiano *Campus Catu* tem um diálogo aberto com a comunidade.

- ☐ Concordo totalmente
- ☐ Concordo parcialmente
- ☐ Concordo
- ☐ Não concordo
- ☐ Não sei responder

Resposta Aberta

2.O diálogo do IF Baiano *Campus Catu* com a comunidade transforma-se em ações efetivas?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Resposta Aberta

3.Você conhece os cursos técnicos e superiores ofertados pelo IF Baiano *Campus Catu*?

- ☐ Sim
- ☐ Não

Resposta Aberta

4.Como você analisa a importância do IF Baiano *Campus Catu* para o desenvolvimento local e regional?

- ☐ Não sei opinar
- ☐ Irrelevante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Importante
- ☐ Muito importante

Resposta Aberta

5.Dentre as opções a seguir referentes às atividades e cursos, em sua opinião, quais seriam importantes para a comunidade local? Escolha 5 opções!

- ☐ Apoio aos movimentos sociais
- ☐ Atividades desportivas e culturais- aproveitamento dos alimentos/Culinária
- ☐ Certificação para Cooperativas e Agricultura familiar
- ☐ Cooperativismo e Economia solidária
- ☐ Cidadania para mulheres
- ☐ Desenvolvimento de Games
- ☐ Economia Criativa
- ☐ Eventos Artísticos, Culturais e Esportivos
- ☐ Empreendedorismo
- ☐ Formação continuada para educadores da rede pública e privada -Formação para terceira idade
- ☐ Formação de Líderes
- ☐ Formação tecnológica (letramento digital e midiático)
- ☐ Hortas comunitárias
- ☐ Práticas agrícolas (Dia de Campo)
- ☐ Projetos Sociais ï Lazer/Esportes/Festas
- ☐ Medicina Integrativa
- ☐ Memória e Conservação do Patrimônio Cultural
- ☐ Segurança Alimentar e Nutricional

() Prática Integrativas Complementares. Dentre elas:

() Meditação, () yoga, () Reik, () felicidade, () aromaterapia, () terapia de florais, () bioenergética, () cromoterapia, () hipnose, () terapia em grupo, () musicoterapia, () biodança, () aquaterapia, () equoterapia, () fitoterapia, () hortoterapia

() Outros . Qual?_____

APÊNDICE 9

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIOS PARA O PPP DO IF BAIANO *CAMPUS CATU*

Questionário para as Instituições de Ensino Superior

Com a criação dos Institutos Federais em 2008, a Bahia foi contemplada com dois Institutos. O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano.

1. Você conhece o IF Baiano *Campus Catu*?

() Sim

() Não

2. Você conhece os cursos ofertados no o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano?

() Sim

() Não

3. Você conhece as pesquisas desenvolvidas no IF Baiano *Campus Catu*?

() Sim

() Não

4. Se afirmativo informe as pesquisas que você tem conhecimento.

Resposta Aberta

5. Você conhece os eventos científicos, culturais e esportivos propostos pelo IF Baiano *Campus Catu*?

() Sim

() Não

6. Se afirmativo informe o evento.

Resposta Aberta

7. Você já realizou algum tipo de atividade em parceria com o IF Baiano *Campus Catu*?

() Sim

() Não

8. Se afirmativo descreva a atividade realizada:

Resposta Aberta

9. Como você analisa a importância do IF Baiano *Campus Catu* para o desenvolvimento local e regional?

() Não sei opinar

() Irrelevante

() Pouco importante

() Importante

() Muito importante

Resposta Aberta

10. Você tem interesse em estabelecer algum tipo de parceria acadêmica, científica, esportiva e/ou cultural com o IF Baiano/*Campus Catu*?

() Sim

() Não

Resposta aberta

APÊNDICE 10

PROPOSTA DE QUESTIONÁRIOS PARA O PPP DO IF BAIANO *CAMPUS CATU*

Questionário para as Instituições de Educação Básica

Com a criação dos Institutos Federais em 2008, a Bahia foi contemplada com dois Institutos. O Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia da Bahia e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia Baiano.

1. Você conhece o IF Baiano *Campus Catu*?

☐ Sim

☐ Não

2. Você conhece os cursos ofertados no IF Baiano *Campus Catu*?

☐ Sim

☐ Não

3. Você conhece as pesquisas desenvolvidas no IF Baiano *Campus Catu*?

☐ Sim. Informe quais pesquisas você tem conhecimento: _____

☐ Não

4. Você conhece os eventos científicos, culturais e esportivos propostos pelo IF Baiano *Campus Catu*?

☐ Sim. Informe o(s) evento(s) que tem conhecimento: _____

☐ Não

5. A sua instituição tem interesse em firmar parcerias com o IF Baiano *Campus Catu*? Se sim, assinale em quais eixos:

☐ Cursos de Extensão e Formação Inicial e Continuada

☐ Desenvolvimento de Projetos de Pesquisa

☐ Celebração de convênios interinstitucionais para a oferta de cursos de PROEJA FIC e Escolarização de Jovens e Adultos em nível de Ensino Fundamental (6º ao 9º ano)

☐ Realização de palestras e conferências

☐ Realização de atividades culturais e esportivas

☐ Outras parcerias. Quais? _____

6. Você já realizou algum tipo de atividade em parceria com o IF Baiano *Campus Catu*?

☐ Sim. Cite e descreva a atividade realizada: _____

☐ Não

7. Houve dificuldade para estabelecer diálogo ou firmar parceria com o IF Baiano *Campus Catu*?

☐ Sim. Enumere as dificuldades: _____

☐ Não

8. Como você analisa a importância do IF Baiano *Campus Catu* para o desenvolvimento local e regional?

☐ Muito importante

- ☐ Importante
- ☐ Pouco importante
- ☐ Irrelevante
- ☐ Não sei opinar

9. Como você avalia o processo seletivo para ingresso nos cursos do IF Baiano *Campus* Catu?

Resposta aberta

Documento Digitalizado Público

PPP - Projeto Político Pedagógico

Assunto: PPP - Projeto Político Pedagógico
Assinado por: Carlos Silva
Tipo do Documento: Projeto
Situação: Finalizado
Nível de Acesso: Público
Tipo do Conferência: Cópia Simples

Documento assinado eletronicamente por:

▪ **Carlos Ailton da Conceicao Silva, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 28/07/2022 11:12:25.

Este documento foi armazenado no SUAP em 28/07/2022. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifbaiano.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 436485

Código de Autenticação: 0c7ea9d72d

